

KLAUS HOLZKAMP

CIÊNCIA MARXISTA DO SUJEITO

UMA INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA CRÍTICA

TOMO II





Diagramação: Fernanda Beltrão

Revisão: Sidney Wanderley

Capa: Ana Nascimento e Ranny Belo

Catálogo na Fonte

Departamento de Tratamento Técnico Coletivo Veredas

Bibliotecária responsável: Fernanda Lins de Lima – CRB – 4/1717

H762c Holzkamp, Klaus.

Ciência marxista do sujeito : uma introdução à psicologia crítica
tomo II / Klaus Holzkamp ; [traduzido por Eduardo Kawamura ... [et
al.]] . –Maceió : Coletivo Veredas, 2018.

239 p.

Bibliografia: p. [227]-236.

Índice onomástico: p. [237]-239.

ISBN: 978-85-92836-22-1.

1. Ciência marxista. 2. Psicologia crítica. 3. Psicologia marxista. I.
Título. II. Kawamura, Eduardo, trad. III. Meireles, Jacqueline, trad. IV.
Borges, Lucien, trad. V. Guzzo, Raquel de Sousa Lobo, trad.

CDU: 168.522:159.9

Elaborada por Fernanda Lins de Lima – CRB – 4/1717

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>. Esta licença permite cópia (total ou parcial), distribuição, e ainda, que outros remixem, adaptem, e criem a partir deste trabalho, desde que atribuam o devido crédito ao autor(a) pela criação original.

1º Edição 2018

Coletivo Veredas

www.coletivoveredas.com

KLAUS HOLZKAMP

CIÊNCIA MARXISTA DO SUJEITO

UMA INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA CRÍTICA

TOMO II

1ª Edição
Coletivo Veredas
Maceió 2018



Agradecimentos

Quero agradecer, pela ajuda e dedicação prestadas, a Morus Markard, Nadine Müller, Ute Osterkamp, Thomas Pappritz, Gisela Ulmann, Christian Wille y Michael Zander. Um trabalho essencial na realização deste projeto foi o realizado por Iván Maté; sua correção não se limitou à revisão de fluidez textual das traduções ou a questões gramaticais, mas incluiu a reelaboração de passagens completas em discussão com o tradutor. Também quero agradecer a Fernando Clemente e a Marion Vollmer por sua ajuda na correção de uma parte fundamental dos textos.

Santiago Vollmer, Berlim, 10 de novembro de 2015



Sumário

Agradecimentos.....	5
Prólogo	9
Sobre a seleção dos textos.....	25
Prefácio do Tradutor e Editor	31
Equipe de Tradução	37
Apresentação para a edição brasileira	41
TOMO II A PSICOLOGIA CRÍTICA E A PSICANÁLISE	45
CAPÍTULO 1 A relevância da psicanálise de Freud para a psicologia marxista	47
CAPÍTULO 2 A posição que ocupa a psicanálise na história da psicologia.....	79
CAPÍTULO 3 O racismo e o inconsciente segundo a concepção psicanalítica e psicológico-crítica	147
CAPÍTULO 4 A colonização da infância.....	197
Referências.....	227
Índice Onomástico	237



Prólogo

Com a edição do presente volume, a cargo de Santiago Vollmer, publica-se pela primeira vez em língua portuguesa uma seleção de escritos representativos da obra de Klaus Holzkamp. Atendendo às exigências de compreensão, os textos têm sido traduzidos da maneira mais rigorosa, respondendo assim, notavelmente, ao enorme grau de complexidade que oferecem. Neste prólogo, o leitor será brevemente introduzido ao pensamento de Holzkamp, caracterizando de maneira geral ao autor e sua obra e comentando os escritos incluídos na edição.

O enfoque da *Psicologia Crítica* fundado por Holzkamp representa a crítica sistemática a uma psicologia que busca conciliar os indivíduos com a inumanidade das relações capitalistas e que, ao mesmo tempo, deixa de lado a pergunta de como e até que ponto essas relações inumanas são permanentemente reproduzidas. Portanto, a crítica de tal psicologia também vai unida à crítica dessas relações inumanas – para as quais, precisamente, uma psicologia desse tipo é funcional. Dessa maneira, a *Psicologia Crítica*, com seus próprios conceitos, quer tornar clara a necessária relação entre emancipação individual e social e contribuir para a realização dessas emancipações.

É claro que quem “outorga um ferrão ao conceito de crítica” é “o escandaloso nome de Marx” (W. F. HAUG, 2006). Klaus Holzkamp era um exitoso professor “burguês” no Instituto de Psicologia da Universidade Livre de Berlim quando, durante a ascensão do movimento estudantil, sentiu a “picada desse ferrão”. O movimento estudantil era um fenômeno internacional; um de seus pontos de partida havia sido o *Berkeley Free Speech Movement* que, com uma crítica à guerra do Vietnã, marcara o começo do movimento estudantil estadunidense. O ano 1968 daria seu nome ao movimento: “o 68”. Na Alemanha, o movimento estudantil estava vinculado aos seguintes momentos: uma crise econômica, a crise de um sistema educativo que não lidava com as exigências de desenvolvimento da economia, o escasso e deficiente trabalho com relação ao esclarecimento e a memória do fascismo (tanto na sociedade

como na universidade), além de uma fraca democracia nas universidades. Uma das demandas pelas quais lutavam os estudantes se referia a que o sistema universitário também se fizesse acessível para aquelas camadas da população às quais, até o momento, a educação universitária estava fechada. Além disso, era essencial (não somente na Alemanha) o questionamento da função da ciência, por exemplo, em relação ao esclarecimento das escandalosas ligações entre a ciência e a técnica com repressão social e exploração internacional (ver, por exemplo, BARITZ, 1960).

Aqui, junto à otimização das estratégias de “motivação” para um aumento de produtividade (veja OSTERKAMP, 1975, p. 14), era importante para a psicologia a (assim chamada) investigação de contrainsurgência (ver STREIFFELER, 1975, p. 24), ou seja: investigação científico-social com o objetivo de evitar a irrupção de revoltas contra a exploração neocolonial em países do terceiro mundo, sem mudanças fundamentais nas condições ou em lugar dessas mudanças, e onde esse tipo de revolta já não se poderia evitar, com o objetivo de derrubá-las, isolá-las ou canalizá-las.

Ao lado de Frankfurt, o centro do movimento estudantil na Alemanha era, sobretudo, Berlim; seguramente, também pela razão de que, nessa cidade, estavam em contato os sistemas de leste e oeste. O que Klaus Holzkamp tinha a ver com tudo isso?

Desde 1949, como colaborador científico no Instituto de Psicologia da Universidade Livre de Berlim, Klaus Holzkamp se dedicou teórica e experimentalmente à “psicologia da expressão” (mímica, gesto, “linguagem corporal”). Foi nesse terreno que, em 1957, ele obteve o título de doutor. De 1954 a 1957 participou como colaborador científico de um levantamento sobre preconceitos nacionais alemães, dedicando-se também à percepção social. Em 1957, foi nomeado professor titular na disciplina Psicologia Social, e mais adiante também deu aulas de Psicologia Pedagógica.

Um conteúdo que àquele momento somente havia acompanhado seus trabalhos agora se tornava cada vez mais importante para Klaus HOLZKAMP: ***o problema das bases teórico-científicas e metodológicas da Psicologia***. Dessa fase resultaram suas duas monografias: ***Wissenschaft als***

*Handlung*¹ (1968) e *Theorie und Experiment in der Psychologie*² (1964) – esta última, escrita no marco de sua admissão no corpo docente como catedrático. Nesses dois trabalhos tratou o problema da inexistência de critérios claros de apreciação sobre o valor informativo dos resultados obtidos em um experimento. Ressaltou o aspecto ativo no conhecimento científico, criticando a ideia segundo a qual o conhecimento científico ou psicológico seria, sobretudo, resultado de observação e análise das relações causais. Diante disso, tinha de entender em que medida a ação humana e a produção de condições, sob as quais se efetuavam as observações, contribuíam para a extração dos conhecimentos científicos.

Um exemplo é a conhecida experiência de Stanley MILGRAM sobre a “obediência” (em que os participantes deviam aplicar, com intensidade progressiva, eletrochoques de até 450 volts em outras pessoas, como castigo por erros de aprendizagem). Milgram havia conseguido construir a situação em que dois terços dos participantes demonstraram obediência somente após muitos pré-experimentos. Anteriormente, havia desenvolvido desenhos experimentais variados, tanto sobre os que ninguém obedecia quanto sobre os que todos obedeciam.

Na psicologia foi bem vista a crítica de Holzkamp (e também ele, como seu autor), porquanto ela parecia culminar em um melhoramento da psicologia experimental. Mas ele ainda não havia chegado à conclusão que, em 1981, para a reedição de *Teoria e experimento...*, em seu olhar retrospectivo, expressaria da seguinte maneira: as ideias que havia tido em seu tempo eram “um exemplo do que se pode alcançar e do ponto em que se estanca quando, em sua própria visão, o ator científico [...] aparece tão somente como um indivíduo isolado, ante uma realidade até agora intacta, ou seja: quando não se concebe que o conhecimento é um aspecto da apropriação objetiva da natureza por meio do trabalho da sociedade no processo histórico”.

O movimento estudantil o confrontava exatamente com isso, impressionando-o, particularmente, um seminário organizado pelos estudantes. Ali então, Klaus Holzkamp viveu na própria pele o que só formularia

1 *A ciência como ação.*

2 *Teoria e experimento na Psicologia.*

mais tarde: quem se dedica a MARX no plano teórico e não se transforma em um prático – não o terá entendido.

O que agora Holzkamp compreendia era o caráter limitado da crítica da psicologia que havia desenvolvido até o momento. E assim, incluía em seus questionamentos a função social da investigação científica. O chamado “sujeito experimental”, escrevia Holzkamp, em referência a MARX nas *Teses sobre Feuerbach*, é tratado como um “indivíduo humano abstrato, isolado” (sexta tese), “exposto às condições de um entorno que não produziu ele mesmo, cujo caráter essencial e gestão não são transparentes e aos quais aceita como imutáveis e inamovíveis”. Estilizada em uma espécie de “antropologia organicista”, esta práxis metodológica era o fundo sobre o qual se constituía uma psicologia, que tão somente podia servir a interesses “técnicos” (HABERMAS) de dominação. Uma investigação desse tipo permaneceria sempre distante de uma perspectiva “emancipatória”.

Dali derivava, naturalmente, a questão sobre se era possível desenvolver essa perspectiva na psicologia e de que modo seria – questão sobre a qual, nos anos 70, na Universidade Livre de Berlim, assim como em outras universidades, se discutiu com uma intensidade imensa, hoje difícil de imaginar. Estes debates estavam ligados a disputas políticas pela constituição de uma universidade na qual a relação entre conhecimento e interesse pudesse ser, decididamente, um objeto de investigação e ensino. Como já mencionamos (em referência às estratégias de motivação etc.), tratava-se de discutir, sistematicamente, a que interesses sociais estavam ligadas as investigações e práxis psicológicas. Dentro da faculdade de psicologia, as disputas alcançaram um nível tal que as frações “conservadoras” consideravam poder sustentar-se tão somente através da fundação de um próprio instituto, uma estratégia imposta em 1970. De 1970 até 1995, havia duas faculdades: a original, o *Psychologische Institut*, com Klaus Holzkamp como uma de suas figuras centrais, e o dividido *Institut für Psychologie*. Por trás da reunificação dos dois institutos em 1995, largamente disputada, iniciou-se um período de redução de pessoal, renovação de cátedras nas mãos da psicologia hegemônica e fechamento de todos os espaços críticos.

Em respeito à atitude de Holzkamp, e ante esta divisão da psicologia na Universidade Livre de Berlim, com que se buscava suspender

“administrativamente” os debates sobre os conteúdos da disciplina, é notável a fundação da revista de psicologia social, *Zeitschrift für Sozialpsychologie*, no mesmo ano de 1970. No editorial do primeiro número, seus editores, Hubert FEGER (da metodologia psicológica hegemônica), Carl-Friedrich GRAUMANN (da fenomenologia), Martin IRLE (da psicologia social hegemônica) e precisamente Klaus HOLZKAMP ressaltavam a necessidade de coerência de uma discussão científica entre os enfoques que eles representavam.

Durante esses anos, o *Psychologische Institut*, o instituto progressista, vivia uma fase de enorme produtividade teórica e ciência prática fora do isolamento das “torres de marfim”, com a democratização político-universitária e transparência.

Todos os participantes deste processo (professores, colaboradores científicos, estudantes e colaboradores não cientistas) podiam ser cogestores ou contribuir em grêmios democráticos às decisões, as quais eram tomadas em discussões públicas. Os estudos se dividiam não somente nas subdisciplinas tradicionais da psicologia, mas também em matérias como, por exemplo, *Função da psicologia*, *Umweltgestaltung (Acondicionamento ecológico-ambiental)*, ou *Base científico-social dos estudos*. Também se deu início a uma variedade de projetos de investigação, como, por exemplo: *Condições estruturais da angústia social*, *Processos de aprendizagem informal nos estabelecimentos penitenciários* e *A mulher no processo de produção*.

Estava claro que a pergunta sobre se era possível alcançar uma perspectiva emancipadora na psicologia e de que modo isso aconteceria provocava divisão de opiniões entre duas posições: por um lado, os que pensavam que a crítica devia qualificar-se primeiramente – ou unicamente – como crítica da função social da psicologia em sua história e atualidade de ciência, a serviço do controle e adaptação das pessoas; e, por outro, os que pensavam poder desenvolver uma psicologia marxista. Como modo de diferenciação, passou-se a escrever o nome da primeira variante com *k* minúscula, e o da segunda com *K* maiúscula. Assim havia (e há) uma *kritische Psychologie* e uma *Kritische Psychologie*. (Hoje também se fala, de um modo mais geral, de *critical psychology* para designar enfoques que abarcam desde a psicologia comunitária,

passando por orientações psicanalíticas, psicológico-culturais e feministas até posições pós-estruturalistas).

Com seu livro *Sinnliche Erkenntnis*³, publicado em 1973, Klaus Holzkamp mostrou que era possível o desenvolvimento positivo de uma *Kritische Psychologie* (com *K* maiúsculo). “Uma crítica adequada da Psicologia”, escrevia ali, “equivale a seu desenvolvimento ulterior como ciência”. O subtítulo deste livro, que traduzido para o português seria *Origem histórica e função social da percepção*, marca o procedimento a seguir e as metas quanto ao conhecimento – não se trata somente da reconstrução da psicologia, senão da reconstrução histórica do *psiquismo* como tal (para o qual a percepção, além de ter um valor de exemplificação, é central). Em referência à Escola histórico-cultural da psicologia soviética, em especial a Alexei N. LEONTIEV, o proceder de Holzkamp significava a realização do método lógico-histórico de MARX no âmbito da história natural e social do psiquismo. Pois, embora o ser humano seja, ao mesmo tempo, um ser natural, social e individual, não se pode deixar claro, considerando as pessoas que estão em uma determinada sociedade, que partes de suas expressões de vida são naturais, quais possuem uma forma determinada pela sociedade, e quais são de origem biográfico-individual. De uma perspectiva emancipadora, não se pode superestimar, nem teórica, nem praticamente, o significado da questão – por exemplo, no campo da educação – se os seres humanos são ou não são competitivos, antissociais ou xenófobos “por natureza”. Se alguém quer fazer algo para além de afirmações gratuitas, não somente tem de examinar a história *social* do psiquismo, mas também sua história *natural*.

O biólogo Volker SCHURIG, membro do círculo de trabalho da *Kritische Psychologie*, abordou essa questão em suas obras *Naturgeschichte des Psychischen*⁴ (1975⁵) e *Die Entstehung des Bewusstseins*⁶ (1976). Nelas desenvolveu um conceito de “*natureza humana*” ou “*natureza*

3 *Conhecimento sensorial*.

4 *História natural do psiquismo*.

5 Obra em dois volumes: 1 – *Psychogenese und elementare Formen der Tierkommunikation* (*Psicogênese e formas elementares da comunicação animal*) e 2 – *Lernen und Abstraktionsleistungen bei Tieren* (*A aprendizagem e as faculdades abstrativas nos animais*).

6 *O surgimento da consciência*.

social do ser humano”, conceito que cumpre, antes de tudo, a função de rechaçar, tanto a naturalização das relações de vida (in-)humanas, como as naturalizações no contexto das abordagens psicologizantes dos problemas – naturalização que subjaz, por exemplo, na *teoria da pulsão* da psicanálise, como mostrara Ute OSTERKAMP nos dois volumes de *Motivationsforschung*⁷ (1975-1976, outra obra de importância no desenvolvimento *Psicologia Crítica*, em que foi abordada também a concepção freudiana de “defesa”). Porém, o sentido psicológico-científico do enfoque histórico radica, sobretudo, na *elaboração de conceitos psicológicos básicos* (“*categorias*”) ou na possibilidade de *analisar o conteúdo cognoscitivo de conceitos* já existentes. Este enfoque orienta-se segundo a ideia central de conceber aquilo que *no* desenvolvimento evolutivo é “filogeneticamente” mais anterior como o mais geral, e o filogeneticamente mais tardio, como o mais específico e diferenciado.

Isto pode ser ilustrado com um exemplo simples: a aprendizagem estímulo-resposta, investigada experimentalmente no condicionamento clássico, é um modo de adaptar-se ao entorno que, filogeneticamente, tem uma origem “anterior”; é um modo de aprendizagem que – como possibilidade – compartilhamos com muitas espécies. No entanto, a aprendizagem intermediada por significados surge muito mais tarde e é específica dos humanos. Um exemplo: se o *flash* da luz de freio de um carro fosse apenas um *estímulo*, no sentido do condicionamento clássico, a pessoa, ao aprender a dirigir um carro, teria de aprender sua função por meio de uma série de choques, mas, felizmente, é possível explicar verbalmente às pessoas o *significado* da luz de freio. Porém o fato de que as pessoas possam aprender no nível específico da “intermediação dos significados” não significa que não esteja à sua disposição a aprendizagem estímulo-resposta, filogeneticamente anterior, por exemplo, quando se tem de passar por situações sem possuir informações claras sobre elas. Um pescador solitário, por exemplo, que se encontra em águas novas para ele, só pode calcular o potencial de suas atividades baseando-se em tentativas e erros – à maneira de “*trial and error*”. Seja como for, nos conceitos psicológicos tem-se de expressar claramente

⁷ *Bases da investigação psicológica da motivação.*

que a aprendizagem estímulo-resposta, geneticamente anterior, é mais geral que a aprendizagem mediada por significados, geneticamente mais tardia, mais específica e *essencial* para a aprendizagem humana.

A influência intelectual que haviam alcançado Klaus Holzkamp e a *Kritische Psychologie* não somente se mostrava pelo fato de ter se tornado comum equiparar a psicologia da *Freie Universität* de Berlim à *Kritische Psychologie*, mas também se tornou visível na repercussão do primeiro congresso de *Kritische Psychologie* na cidade alemã de Marburgo, com cerca de 3 mil participantes, no qual Klaus Holzkamp assim tematizou a relação da *Psicologia Crítica* com o “marxismo”: como o marxismo, que pelo modo em que estabelece “a relação entre a determinação objetiva *por* e a determinação subjetiva *do* processo histórico”, é “por excelência a ciência histórica do sujeito”, assim, a Psicologia Crítica, como uma “especial ciência do sujeito”, aponta para o “desenvolvimento do componente de caráter subjetivo-ativo, ou seja, da autodeterminação na atividade da vida individual”.

Em sua obra principal, *Grundlegung der Psychologie*⁸, publicada em 1983, Klaus Holzkamp conjugou as conquistas que tinha alcançado até o momento em seu círculo de trabalho, generalizando-as em um conceito: Psicologia Crítica como ciência marxista do sujeito, com a categoria central de *capacidade de ação*. O plano referencial teórico-social da Psicologia Crítica, no qual se analisam as relações de poder nas sociedades capitalistas, considera que ao indivíduo as *possibilidades de ação* jamais estão dadas sem falhas, mas se dão sempre em uma determinada relação – às *limitações sociais de ação* –, uma relação que caberá esclarecer em cada caso concreto. Para o indivíduo, como formulou Holzkamp, existe uma “*dupla possibilidade*”: por um lado, enfrentando a situação de um modo ‘*restritivo*’, pode limitar-se a usar somente as possibilidades que lhe são concedidas, reproduzindo as formas de pensar sugeridas em sua situação imediata (comportando-se, por exemplo, de um modo competitivo); e, por outro lado, pode ele mesmo – dado o caso em união com outros indivíduos – ampliar ou transformar estas possibilidades em direção a uma “*capacidade generalizada de ação*”. O par conceitual *capaci-*

8 *Fundamentação da Psicologia.*

dade generalizada de ação vs. capacidade restritiva de ação significa, portanto, persistir em perguntar, do ponto de vista de cada qual: onde, como, por que, sob quais condições ou em que relações, em minhas tentativas de encarar minha vida, atento, ao mesmo tempo, contra meus próprios interesses de vida – e os dos demais? E como isto se relaciona com o fato de que os indivíduos são excluídos do controle comum ou coletivo sobre suas condições sociais de vida? Aqui, interessa, sobretudo, a questão: por que pode ser subjetivamente funcional desistir da ampliação das possibilidades de ação e atuar de acordo com as circunstâncias limitativas? Basicamente, trata-se de esclarecer de que modo e por que os indivíduos não percebem as possibilidades de ação, de que riscos fogem, e em que medida os riscos de que supõem defender-se se parecem maiores do que as perspectivas que possam surgir com esse modo de agir – que experiências levam a ver a coisa dessa maneira.

Que material ideológico é oferecido? Como se reprimem os próprios impulsos de rebeldia? Que ajuda ou que restrições apresenta a situação? Que compromissos são feitos à custa de quem? Que experiências conduziram a que resignações? É melhor um pássaro na mão do que dois voando? De que emoções me sinto prisioneiro e quais penso que deveria controlar e de que maneira? Que emoções me são sugeridas como emoções inadequadas, e que outras como adequadas? É um objetivo geral da investigação crítico-psicológica analisar em que medida as estratégias restritivas não somente prejudicam os demais, mas também são – inconscientemente – prejudiciais para si mesmo.

Esta pesquisa é entendida como “pesquisa a partir do ponto de vista do sujeito”. Segundo esta, os indivíduos não são objetos da pesquisa psicológica, mas eles mesmos estão ao lado da pesquisa. O objeto da pesquisa é o mundo, tal como o sujeito o experimenta – sentindo, pensando e atuando. Afirmações **sujeito-científicas**⁹ não são

9 N.T.: sujeito-científico. No alemão, *subjektwissenschaftlich*. Adj. Referido à “ciência do sujeito” (*Subjektwissenschaft*), formalmente análogo a adjetivos como, por exemplo, “científico-natural”, “histórico-cultural” etc. Já que a ciência do sujeito para Holzkamp não trata a subjetividade como uma entidade separada, nem oposta ao mundo social-objetal, não podemos introduzir a palavra “subjetivo” e falar, por exemplo, de um enfoque “científico-subjetivo” (além disso, esta seria a tradução de um termo distinto, *subjektivwissenschaftlich*, que não faria referência à ciência do sujeito, mas a uma “ciência subjetiva”).

afirmações que apontem para a classificação de indivíduos ou grupos humanos, mas sim afirmações sobre suas **possibilidades de ação**. Uma pesquisa do ponto de vista do sujeito como esta inclui a existência de uma relação mais simétrica e com a maior igualdade de direito possível entre seus participantes.

Em *Lernen – subjektwissenschaftliche Grundlegung*¹⁰ (1993), sua última monografia, Klaus Holzkamp tratou o “desenvolvimento de uma teoria de aprendizagem a partir do ponto de vista do sujeito, ou seja, sem mescla de conceitos com atividades de ensino estabelecidas externamente”. Ali, referindo-se, entre outros, a *Vigiar e punir*, de Michel FOUCAULT, assim como ao enfoque de *aprendizagem situada* de Jean LAVE, examinou também os problemas do modo escolar que dá forma a uma aprendizagem pensada tão somente como efeito de instruções.

Sua referência a FOUCAULT, dizia assombrando-se Holzkamp em uma conferência dada em 1994, um ano antes de sua morte, incomodou “notavelmente a alguns leitores, em especial amigos políticos: como é que Holzkamp se refere positivamente a Foucault – que é estruturalista, pós-estruturalista, pós-moderno ou algo parecido, sendo Holzkamp marxista? Ou será que abandonou agora seu marxismo, seguindo o sinal dos tempos, e fez uso das correntes de moda usuais hoje?” Não; em seu livro sobre aprendizagem, Holzkamp fez referência a Foucault no sentido de que achou convincente sua análise da instituição “escola” (no livro *Vigiar e Punir*), usando-a para suas próprias análises. De um modo geral, pode-se dizer que na investigação crítico-psicológica é essencial a **análise da instituição** ou, de modo mais amplo, a **análise das condições em que se encontram os indivíduos**, porque suas vivências e vidas precisam ser entendidas em relação com o significado que estas condições têm para eles. Assim é que Holzkamp, depois de mostrar que Foucault lhe deu incentivos que, em sua opinião, eram irrenunciáveis para uma análise da instituição, resume: “Portanto, por favor, nada de renúncia ou sequer relativização de nossa orientação basicamente marxista” – uma pontuação ante a diversidade de enfoques não marxistas que hoje são chamados de “**critical psychology**” e que vão até aqueles construtivismos psicológicos

10 *Aprender – fundamentação sujeito-científica*.

segundo os quais não se poderia definir se Colombo chegou a ou se imaginou um novo continente (o texto da conferência citada será incluído no tomo 3 desta edição, ver ***Sobre a seleção dos textos***¹¹).

Pouco antes de sua morte, em 1995, Holzkamp fez uma tentativa de uma nova fundamentação de seu enfoque desde a perspectiva do conceito da “**condução de vida**”¹², uma tentativa que não pôde levar a cabo devido a seus crescentes problemas de saúde. Com a “**condução de vida**”, ele desenvolveu um conceito (originalmente proveniente de Max WEBER) com o qual, na sociologia alemã do começo dos anos 1990, buscava-se considerar o fato de que, nas relações capitalistas pós-fordistas, os indivíduos tinham de unir ativamente os distintos âmbitos da vida em um todo coerente – um pensamento que não pode conduzir a uma nova fundamentação da Psicologia Crítica, mas tematiza um aspecto parcial dos problemas relacionados ao conceito de **capacidade de ação**. Quais teriam sido os resultados de seus esforços é algo que, sobre a base de seus fragmentos (que eu mesmo, logo após sua morte, encontrei em seu computador), dificilmente se pode estimar.

Os debates que se mantêm na e sobre a Psicologia Crítica podem ser observados sobretudo na revista ***Forum Kritische Psychologie***, que Holzkamp e seu círculo fundaram em 1978, e que – aparecendo semestralmente – está pelo número 59. Para os países de língua alemã, graças a uma edição completa de seus escritos em ***Argument-Verlag***, foi melhorado (novamente) o acesso à obra de Holzkamp. Ao mesmo tempo, em 2013, publicou-se ***Psychology from the Standpoint of the Subject***¹³, a tradução inglesa de uma seleção de seus textos. Dentro da ***Internationa-***

11 N.T.: O texto “Aprender – fundamentação sujeito-científica: Introdução aos objetivos principais do livro” baseia-se em uma conferência na qual Klaus Holzkamp aborda a recepção que teve sua monografia e esboça de maneira concisa as principais passagens de seu livro.

12 Veja a esse respeito os textos de Klaus HOLZKAMP: *Alltägliche Lebensführung als subjektwissenschaftliches Grundkonzept* (A conduta cotidiana de vida como conceito sujeito-científico), publicado em 1995 no número 212 da revista *Das Argument* (p. 817-846) e *Psychologie: Verständigung über Handlungsbegründungen alltäglicher Lebensführung* (Psicologia: entendimento mútuo sobre as razões das ações no marco da condução cotidiana de vida), publicado em 1996, no número 36 da revista *Forum Kritische Psychologie* (p. 7-110).

13 *Psicologia do Ponto de Vista do Sujeito*.

tional Academy for Innovative Pedagogy, Psychology and Economics (pertencente à faculdade de ciências pedagógicas e psicológicas da *Freie Universität Berlin*), foi fundado, em 2012, o *Instituto Klaus Holzkamp para a ciência do sujeito*. Este instituto se soma – ao nível universitário e internacional – ao trabalho da *Sociedade para a pesquisa e a práxis sujeito-científica*, proporcionando uma plataforma para a discussão e o desenvolvimento psicológico-crítico.

Klaus Holzkamp era um teórico notável – mas não era alguém que temia a prática. Assim como em seus anos pré-críticos havia sido experimentador, posteriormente participou de projetos empíricos fora dos laboratórios. Em 1969 tornou possível a fundação do projeto *Schülerladen “Rote Freiheit”*¹⁴, dirigido por estudantes universitários, cujo objetivo era possibilitar que crianças e jovens de um bairro popular “problemático” da Berlim Ocidental dessem conta de sua situação e encontrassem novas possibilidades de ação. Sobretudo o fato de estas crianças e jovens tematizarem de um modo direto sua opressão sexual foi algo que, na oficialidade da cidade de Berlim daquela época (e na da Alemanha Ocidental), ainda muito puritanas, transformou-se em um escândalo. As campanhas difamatórias, por meio das quais buscavam envolver Klaus Holzkamp num escândalo sexual, foram investigadas e analisadas por Wolfgang Fritz HAUG¹⁵.

Em 1978, Klaus Holzkamp iniciou o projeto *Subjektentwicklung in der frühen Kindheit*¹⁶, que duraria cinco anos e sobre a base de cujos resultados Gisela ULMANN escreveria sua obra *Über den Umgang mit Kindern*¹⁷ (1987). De modo paralelo e antecipadamente, nos trabalhos do *Projekt Automation und Qualifikation*¹⁸, sem a participação de Holzkamp, mas fazendo também referência à Psicologia Crítica, investigava-

14 Estabelecimento escolar “Liberdade Vermelha”.

15 Wolfgang Fritz HAUG, *Der sexuell-politische Skandal als Instrument antidemokratischer Kampagnen* (O escândalo político-sexual como instrumento de campanhas antidemocráticas), publicado em 1971 em *Autorenkollektiv Schülerladen Rote Freiheit* (Frankfurt am Main), p. 389-464.

16 *O desenvolvimento do sujeito na primeira infância*.

17 *Sobre a relação com as crianças*.

18 *Projeto Automatização e Qualificação*.

-se o significado que, para os trabalhadores, teria a transição ao modo de produção de alta tecnologia. A investigação da prática (*Theorie-Praxis-Konferenzen*), que Klaus Holzkamp impulsionara nos anos 80, serviu de base para um projeto de formação sobre “*investigação qualitativa e prática profissional sujeito-científica*”, na *Freie Universität*, que se desenvolveu até 2013, ano em que foi suprimida da carreira de psicologia por não se encaixar nos “novos planos de estudos” (introduzidos a partir de “reformas” de corte neoliberal). No círculo de trabalho da Psicologia Crítica dinamarquesa, Ole DREIER orientou o enfoque da investigação da prática em direção a uma ação terapêutica consciente da variedade de referências e vínculos da prática, tanto dos psicólogos como dos clientes (“*trajectories*”, 2008, p. 181). Na metade dos anos 80, Klaus Holzkamp iniciou um projeto escolar, mas logo voltou a abandoná-lo para trabalhar em outro projeto de investigação sobre racismo (junto à sua companheira, Ute OSTERKAMP), no qual foram analisados os esquemas justificativos mediante os quais as limitações e contradições sociais eram articuladas em forma de acusações pessoais que, desse modo, obstaculizavam a solidariedade.

A variedade de suas atividades mostra seu interesse pela investigação prática, mas também certa dúvida para levar verdadeiramente seus projetos até o final. Nesses momentos, sempre tinha alguma outra coisa a fazer, algo que (para ele) era mais importante. Sua principal ocupação – que também era reforçada pelo círculo de trabalho – era o desenvolvimento da teoria.

A atitude científica de Holzkamp manifesta-se em sua definição geral e enfática de ciência: a ciência como “*nadar contra a corrente*, sobretudo contra a corrente dos próprios preconceitos e também, na sociedade burguesa, contra a própria tendência a deixar-se corromper e a ceder ante as forças dominantes, forças que se atormentam com os conhecimentos que poderiam colocar em perigo o exercício dos poderes que reclamam para si. A ciência é, como tal, crítica e autocrítica; mas não a crítica determinada pela competência, destinada a se destacar de muitos intelectuais burgueses, porém a crítica que busca instaurar o progresso do conhecimento humano pelo interesse de todos, contra os interesses daqueles que exercem a dominância intolerante, contra os

interesses na perpetuação da heteronomia e a privação ou limitação dos direitos humanos” (1983d, p. 163).

Esta compreensão levou ao que Klaus Holzkamp considerara a crítica como uma espécie de tarefa permanente, uma tarefa que se apresenta, precisamente, quando não se quer renunciar a si mesmo ou ao entendimento e à ação e, justamente, quando se defronta com a intenção de entender e atuar, uma ou outra vez, com barreiras. A este respeito, Holzkamp ressalta dois momentos: a disposição à mudança e autocrítica e uma resistência àquela flexibilidade que corresponde à “competência chave” ou básica da adaptação e agilidade burguesas.

Era, sem dúvida, um cientista militante, mas não buscava contravérsias sem razões – porque ele, que trabalhava incansável e apaixonadamente, entregava-se com tanto ou mais gosto à sua segunda paixão – a música –, como pianista clássico e também de jazz. Em todo caso, não via alternativa a seu compromisso político, porque não queria evitar as consequências políticas de suas descobertas científicas. Perseguiu os questionamentos que pareciam importantes independentemente de modas teóricas, sem deixar-se pressionar pelos ordenamentos cronológicos planejados em um começo, uma atitude que não se ajustava muito bem a planejamentos administrativos de pesquisa.

Em todas estas questões, ele era um douto ao velho estilo. Falavam-lhe as “qualidades comerciais” (por exemplo, para conseguir um financiamento de algum programa de fomento) que ADORNO já havia criticado e que, entretanto, é algo que hoje se espera oficialmente: as habilidades daquele cientista que se torna “indispensável”, por meio do “conhecimento de todos os canais e disseminadores do poder”, adivinhando suas “sentenças mais secretas” e vivendo de sua “ágil comunicação” (Adorno, 1951) – algo que não possuía. Trabalhava sozinho, precisava de tranquilidade e refúgio, e depois discutia os problemas, hipóteses e resultados em distintos contextos de trabalho e nas conferências que dava na universidade – porque não considerava os estudantes como objetos de um sistema educativo canonizado e de provas, mas sim como companheiros e companheiras em um pensamento não conformista que focava o futuro considerando-os *sujeitos*. Assim, era também consciente de que uma hierarquia heterônoma era contrária a uma co-

munidade de ensino e aprendizagem e à sua correspondente cultura de discussão, debate e entendimento.

Não é somente a Psicologia Crítica que, em suas ideias conceituais e metodológicas, encontra-se em uma tensa relação com a psicologia hegemônica; também a atitude científica de seu fundador, Klaus Holzkamp, era uma crítica vívida da sociedade capitalista e de seu sistema científico.



Sobre a seleção dos textos

A recopilação se inicia com cinco textos que permitirão aos leitores e leitoras familiarizarem-se com as bases do pensamento psicológico-crítico de Klaus Holzkamp. O primeiro texto, “*Os indivíduos não estão encerrados no capitalismo como se estivessem em uma jaula*”, é uma entrevista concedida a uma revista alemã de psicologia com caráter de divulgação, na qual Klaus Holzkamp explica, basicamente, as razões pelas quais as pessoas não estão, absolutamente, determinadas pelas relações sem que possam intervir nelas, transformando-as. “*Os conceitos básicos da Psicologia Crítica*” refere-se às bases conceituais para compreender esta questão, discutindo sobre categorias como *capacidade de ação, cognição, emoção e motivação*. O ensaio “*O processo social e individual da vida*” aborda a relação entre economia, sociologia e psicologia, tal como se deve conceber do ponto de vista da Psicologia Crítica: trata-se de esclarecer a relação entre reprodução individual e reprodução social. O conceito de “existência individual mediada pela sociedade em seu conjunto” diz respeito ao fato de que as estruturas sociais se voltam autonomamente à prática vital individual e coletiva. Seja de maneira individual ou coletiva, os indivíduos se posicionam e se conduzem em relação a estas estruturas autonomizadas e têm de fazê-lo de maneira forçada. A Psicologia Crítica busca analisar como o fazem. A interconexão entre a determinação *pelas* relações sociais, por uma parte, e a determinação subjetiva como intervenção transformadora *dessas* relações, por outra, é uma relação mediada pelo poder e se mostra numa variedade de formas, desde a adaptação e a submissão até a resistência. Mediante o par conceitual “capacidade restritiva de ação” vs. “capacidade generalizada de ação” será elucidado, nessa relação, que razões, com que funcionalidade subjetiva e de que maneira os indivíduos se movem entre essas duas alternativas. Este problema é tratado,

precisamente, no texto “*A que se refere o par conceitual ‘capacidade restritiva de ação’ vs. ‘capacidade generalizada de ação’?*”, onde ele explica que essa alternativa conceitual não pode ser compreendida num sentido normativo, senão, pelo contrário, deve servir de ferramenta aos indivíduos que planejam esclarecer suas próprias situações e contradições. O texto “*Psicologia Crítica e Psicologia Fenomenológica*” é um texto chave em que Klaus Holzkamp, depois de terminar sua obra principal, a citada *Grundlegung der Psychologie*, reconstrói a via pela qual chegou à especificidade sujeito-científica do enfoque marxista da Psicologia Crítica. Explica o desenvolvimento mediante o qual (entre outras coisas, tratando e elaborando criticamente a psicanálise) foi possível superar as *próprias* ideias deterministas anteriores: por mais que se fale da socialidade da existência individual, sempre se deve levar em conta o sentido próprio que caracteriza a experiência subjetiva. De maneira que este texto – que, por certo, não é de fácil leitura – retoma aspectos dos demais textos da primeira parte (que podem ser entendidos como textos preparatórios), enquanto nos conduz à segunda parte, cujo tema é a relação entre a Psicologia Crítica e a Psicanálise.

Como já mencionado, por um lado, Klaus Holzkamp e a Psicologia Crítica rechaçam a teoria das pulsões de FREUD por ser biologicista e, por outro lado, sua *teoria da defesa* se incorporou de maneira modificada (“reinterpretativa”) na concepção das fundamentações ou razões restritivas das ações. O texto “*A relevância da psicanálise de Freud para a psicologia de fundamentação marxista*”, redigido sobre a base de uma conferência na *Universität Leipzig* (Alemanha Democrática), elucida esta relação diferenciada com respeito à psicanálise, mas, ao mesmo tempo, esse rechaço recebe um giro dialético no momento em que Holzkamp escreve: “Justamente na [...] antropologização biologicista dos antagonismos entre as exigências pulsionais e a socialidade se manifesta toda a importância de Freud como um cientista burguês de grandeza incorruptível” (conferir o tomo 2 desta edição). Diferentemente de Freud, a Psicologia Crítica não faz referência aos problemas psicológicos, que existem sob estas relações sociais, à incompatibilidade da natureza humana com a sociedade, porém esclarece suas mediações com as contradições da mesma sociedade.

Em “*A posição que ocupa a psicanálise na história da psicologia*”, Klaus Holzkamp traz, sistematicamente, e do ponto de vista histórico, o desenvolvimento da psicanálise, também posterior a Freud. Analisa posições que variam entre os extremos do cientificismo nomotético e os de uma hermenêutica analítica linguística, e tanto em uma linha quanto em outra, reconhece corroída a radicalidade – por demais mitificada – da crítica de Freud à dominação. O texto “*O racismo e o inconsciente segundo a concepção psicanalítica e psicológica-crítica*”, surgido na fase em que Holzkamp colaborava com o projeto sobre racismo já mencionado, ocupa-se de conceitos psicanalíticos que trasladam para a infância (para a timidez e temor infantil ante o estranho e os estranhos) as causas dos conflitos que (entre outras coisas) se manifestam no racismo. Nestes contextos, as contradições da sociedade só podem aparecer como uma espécie de marco para os conflitos infantis e não são nem podem transformar-se em objeto de transformação. O dilema teórico da psicanálise tem suas raízes, precisamente, na afirmação de natureza associal e antissocial das pulsões: nessa condição, a insistência em mostrar que as reivindicações de felicidade e satisfação vital estão condenadas ao fracasso significa, ao mesmo tempo, a impossibilidade de superar a opressão, que é essencial para dominar as pulsões. No texto “*A colonização da infância*” analisa-se sistematicamente a hipótese “pré-teórica” da determinação da personalidade adulta pela infância, implícita em diferentes enfoques, e se mostra de que maneira esta forma de pensar desatende aos vínculos autônomos das crianças com seus modos de vida.

Aqui se mostra, mais uma vez, a inteligente seleção dos textos por parte do editor, pois a temática de “*A colonização da infância*” é ponte para a terceira parte dedicada ao desenvolvimento (infantil), a educação e a aprendizagem. Com os textos “*We don’t need no education...*” e “*Que podemos aprender de Marx sobre a educação?*”, a Psicologia Crítica interveio em forte debate sobre os objetivos e métodos de educação “de esquerda” que existiam na Alemanha na década de 1980. Baseando-se nas discussões e experiências do mencionado projeto sobre “*O desenvolvimento do sujeito na primeira infância*”, Holzkamp problematiza, de um modo fundamental, a forma educativa na qual “educar” significa dar

forma “à vontade” ao “educando”. As crianças são tratadas como **objeto** da educação, suas subjetividades são negadas. Porém, em uma vida solidária junto às crianças, trata-se de analisar as relações contraditórias que adultos e crianças têm em comum para melhorá-los tanto quanto seja possível e, neste contexto, refletir sobre o que é isso que se manifesta como “problema educativo”. Nos textos seguintes, que abordam o complexo da “aprendizagem”, pode-se compreender, sob diferentes aspectos, de modo visível nos seus títulos, o desenvolvimento e a formação da teoria de Holzkamp sobre aprendizagem que, em 1993, culminou em sua monografia “**Aprender: Fundamentação sujeito-científica**”. Aqui se integraram os resultados das discussões e experiências no mencionado projeto sobre a aprendizagem. Com um elo que – de maneira mais ou menos elaborada – atravessa todos os textos, reconhece-se o pensamento básico da diferenciação analítica entre a aprendizagem fundamentada de maneira “expansiva” e a aprendizagem fundamentada de maneira “defensiva”, uma diferenciação que representa a alternativa da capacidade generalizada de ação por um lado, e a capacidade restritiva de ação, por outro, com referência à aprendizagem. A aprendizagem expansiva fundamenta-se na possibilidade (prevista) de ampliar a própria capacidade de controle por meio da elucidação do objeto de aprendizagem. Já na aprendizagem fundamentada de modo defensivo, a ação de aprendizagem somente tem sentido enquanto serve à defesa contra ameaças, e se realiza somente de maneira mais ou menos forçada. O texto “**Aprender – Fundamentação sujeito-científica: Introdução aos objetivos principais do livro**” se baseia numa conferência na qual Klaus Holzkamp aborda a recepção que teve sua monografia e esboça de maneira concisa as principais passagens de seu livro. Da mesma forma, na questão educativa, Holzkamp também situa o sujeito no centro de todos os trabalhos sobre a aprendizagem, mais exatamente, a relação subjetiva dos que aprendem com o objeto de aprendizagem e com as condições sob as quais se deve aprender, se pode aprender e se aprende. Em **Aprendizagem e resistência à aprendizagem** são analisadas as circunstâncias sob as quais os sujeitos percebem as exigências e as propostas de aprendizagem como uma pressão; não esperam que durante a aprendizagem ou à raiz desta se ampliem suas possibilidades vitais de ação e, portanto, sabotam, infringem ou ignoram as exigências e propostas.

O *ensino* pode transformar-se em um *impedimento e dificuldade de aprendizagem*, na mesma medida em que os “ensinantes” não prestam atenção à situação subjetiva daqueles que devem aprender. O texto “*A ficção de uma aprendizagem administrativamente planejada*” aborda o fato de que a escola estabelece, de modo administrativo, os objetivos de ensino (com uma determinada ordem consecutiva e temporal) que, mais adiante, devem ser realizados, obedecendo a planos estipulados.

Segundo Holzkamp, isto é uma ‘ficção’, porque se atua tal como se o que se pretende ensinar fosse logo também aprendido sem apresentar maior dificuldade. Desta maneira, pensa-se e age-se passando novamente por cima daqueles que serão afetados por um plano administrativo. O problema central é *o curto-circuito ensino = aprendizagem*, contra o qual desenvolve seus argumentos, o último texto. A suposição contrária ao fato de que o que se *ensina* é realmente o que também *se aprende* é uma ideia muito difundida que se expressa, de modo sistemático, nos textos administrativos escolares, onde, por exemplo, trata-se do que os “alunos aprenderão...” quando, na realidade, somente se refere ao que será ensinado.

Espera-se que, para leitores e leitoras, os textos reunidos neste volume representem um material efetivamente útil e que possam desfrutá-lo – também experimentando a alegria de enfrentar com êxito um material que nem sempre é facilmente acessível. Por último, quero agradecer ao editor Santiago Vollmer, por seu trabalho de tradução árdua e cuidadosa, cujas dificuldades penso poder julgar, pois frequentemente tomei parte das discussões em torno dos problemas de tradução e suas soluções. É mérito seu, difícil de estimar, que hoje os textos reunidos neste livro sejam acessíveis para leitores e leitoras de língua espanhola, e agora também, graças ao trabalho de Raquel Guzzo e seu grupo de pesquisa, em português.

Morus Markard, Berlim, 10 de novembro de 2015



Prefácio do Tradutor e Editor

Passados vinte anos da morte de Klaus Holzkamp, ocorrida em 1995, e quase quarenta anos depois do primeiro Congresso Internacional de Psicologia Crítica, realizado em Margurgo em 1977, não existem ainda traduções para o espanhol e para o português dos textos de sua Psicologia Crítica. A presente compilação de textos busca facilitar um primeiro acesso à obra de Klaus Holzkamp, uma obra que abarca uma grande quantidade de ensaios, tratados e monografias.

Entre as monografias mais importantes de Klaus Holzkamp estão *Theorie und Experiment in der Psychologie*¹⁹ (1964), *Wissenschaft als Handlung*²⁰ (1968), *Sinnliche Erkenntnis*²¹ (1973), a *Grundlegung der Psychologie*²² (1983), assim como *Lernen: Subjektwissenschaftliche Grundlegung*²³ (1993), livro cuja tradução ao espanhol está em preparação e pronto para ser publicado (com respeito às monografias de Klaus Holzkamp, ver o prefácio de Morus Markard, p. 2-8²⁴; com respeito ao mencionado livro *Aprender*, veja-se a apresentação da obra pelo autor, no tomo 3 desta edição).

A compilação aqui proposta divide-se em três partes: **Os conceitos fundamentais da ciência do sujeito, A Psicologia Crítica e a Psicanálise e A educação, o ensino e a aprendizagem da perspectiva dos sujeitos.**

19 *Teoria e Experimento na Psicologia.*

20 *A ciência como ação.*

21 *Conhecimento sensório.*

22 *Fundamentação da Psicologia.*

23 *Aprendizagem: fundamentação sujeito-científica.*

24 N.T.: Dessa fase resultaram suas duas monografias: *Wissenschaft als Handlung* (1968) e *Theorie und Experiment in der Psychologie* (1964). Em *Lernen – subjektwissenschaftliche Grundlegung* (1993), sua última monografia, Klaus Holzkamp tratou o “desenvolvimento de uma teoria de aprendizagem a partir do ponto de vista do sujeito, ou seja, sem mescla de conceitos com atividades de ensino estabelecidas externamente”.

Foram escolhidos textos nos quais Holzkamp formula seus pensamentos fundamentais de maneira concisa, fazendo alusão a questionamentos concretos. Os artigos originais foram publicados entre os anos 1984 e 1995, e são posteriores à sua obra mais importante, *Grundlegung der Psychologie* (1983). Em *Grundlegung*, Holzkamp se propõe a nada menos que “outorgar-lhe uma nova base a toda a psicologia mediante a crítica e a revisão de seus conceitos fundamentais e das concepções metodológicas implicadas” (1983, p. 19). Nos textos que compõem a presente edição, os conceitos e as reflexões metodológicas aqui desenvolvidas são questionados, reelaborados e integrados.

Duas áreas temáticas que também teriam sido apropriadas para uma “introdução” tiveram de ser omitidas por razões editoriais: por um lado, os trabalhos sobre a “crítica da função” das categorias psicológicas, por exemplo, *Persönlichkeit: Zur Funktionskritik eines Begriffs*²⁵ (1988a) e *Praxis: Funktionskritik eines Begriffs*²⁶ (1988b) e, por outro lado, da etapa tardia de Holzkamp, os textos sobre a “conduta de vida” (*Lebensführung*, 1995 y 1996). Suas traduções ficarão reservadas para uma edição posterior. Aos leitores interessados, recomenda-se a tradução inglesa desses textos, publicada em *Psychology from the Standpoint of the Subject*²⁷ (2013).

A primeira parte se inicia com uma entrevista que Holzkamp deu para uma revista de divulgação científica — *Psychologie Heute* (1984), que nesse momento alcançava uma tiragem de 50 mil exemplares. Sob o título *Os indivíduos não estão presos no capitalismo como se estivessem em uma jaula*, Holzkamp se dirige a um público de leitoras e leitores familiarizados com o vocabulário da psicanálise e da terapia comportamental. O conceito mais importante da Psicologia Crítica, a “capacidade de ação”, constitui o ponto a partir do qual Holzkamp vai introduzindo, mediante exemplos simples, novas formas de pensar e novos conceitos sobre a função da psicologia. Desta maneira, por exemplo, se sucedem os conceitos de “possibilidades de ação”, “posicionamento ativo em relação a condições” e “situação subjetiva”.

25 *Personalidade: Crítica da função de um conceito.*

26 *Práxis: Crítica da função de um conceito.*

27 *Psicologia do Ponto de Vista do Sujeito.*

O texto que se segue à entrevista é o manuscrito de uma conferência realizada no centro de formação do Sindicato Nacional de Educação e Ciência (*Gewerkschaft Erziehung und Wissenschaft*, República Federal da Alemanha) e se dirige a pedagogos e professores comprometidos com a luta sindical e política, diante de quem Holzkamp apresenta *Os conceitos básicos da Psicologia Crítica*.

O terceiro texto, intitulado *O processo social e individual da vida*, foi publicado originalmente na revista *Konsequent*. Este era o órgão de publicação do Partido Socialista Unificado de Berlim Ocidental (*Sozialistische Einheitspartei Westberlins*, SEW), uma força de esquerda que nas décadas dos setenta e oitenta teve certa presença no movimento pacifista, nas organizações dos exilados das ditaduras latino-americanas, da mesma forma que nos sindicatos. Conforme a linha editorial da revista, o texto ressalta o enfoque marxista da Psicologia Crítica. Holzkamp expõe a aproximação histórica ao objeto de investigação psicológica (elaborada originalmente por Alekséi N. Leontiev, psicólogo da “escola histórico-cultural” soviética), enfoque fundamental para o desenvolvimento dos conceitos psicológico-críticos. Como resultado da “reconstrução genética” do psiquismo, introduz o conceito de “natureza social” do indivíduo.

O artigo que leva por título *A que se refere o par conceitual “capacidade restritiva de ação” vs. “capacidade generalizada de ação”?* foi publicado em 1990 na revista *Forum Kritische Psychologie*, órgão de publicação da Psicologia Crítica que Klaus Holzkamp fundou em 1978 junto com Barbara Grüter, Frigga Haug, Ute Osterkamp, Wolfgang Maiers, Morus Markard e Christof Ohm. Documenta um gênero característico do Fórum: os debates de “reflexão e autorreflexão”. Holzkamp responde a uma crítica do sociólogo marxista Klaus Maresky. Nos seminários estudantis berlinenses, este texto tornou-se popular, precisamente porque abordava diretamente os problemas interpretativos dessa categoria central – a capacidade de ação.

Esta primeira parte é concluída com o texto *Psicologia Crítica y Psicología Fenomenológica*, onde se traça *A via da Psicologia Crítica à ciência do sujeito* por meio da discussão com outro enfoque crítico com respeito à psicologia hegemônica. Expõe-se a aproximação psicológico-

-crítica como uma resposta a questões fundamentais da psicologia, por exemplo, a questão da relação entre “o caráter irreduzível da experiência imediata e a ação que a transcende”.

A segunda parte começa com uma conferência realizada em 1983 na Universidade Karl Marx, em Leipzig: ***A relevância da psicanálise de Freud para a psicologia marxista***. Igualmente à psicologia soviética, também na República Democrática Alemã considerou-se por muito tempo que “a teoria pavloviana da atividade nervosa superior” representava a mais “completa formação e transformação da psicologia no sentido do materialismo histórico e dialético” (Holzkamp & Schurig, 1973). Contra esta posição e ante as críticas e argumentos que “a partir dos anos vinte [...] foram formulados por muitos marxistas, uma ou outra vez, em oposição à psicanálise”, Holzkamp afirma que “as principais tarefas do trabalho coletivo futuro dos psicólogos marxistas se encontram no terreno de [...] problemas decididamente «sujeito-científicos», e agrega que “na hora de enfrentar estes problemas, não há caminho que não passe pela psicanálise”.

A discussão em torno dessa temática continua em ***A posição que ocupa a psicanálise na história da psicologia*** – uma conferência realizada em 1985 na Universidade internacional de verão de Psicologia Crítica, em Innsbruck (Áustria). Com mais de 700 participantes (principalmente estudantes), esta Universidade de Verão documentava o crescente interesse na Psicologia Crítica na Europa ocidental (especialmente na Alemanha, Dinamarca e Áustria). Em sua apresentação, Holzkamp se propõe à tarefa de avançar mediante uma “análise histórica”, desde “a manifestação histórica real da psicanálise [...] até chegar a suas contradições internas”, sem “perder de vista seu novo nível sujeito-científico”.

Encerram a parte psicanalítica dois textos de 1995, nos quais Holzkamp discute sobre *O racismo e o inconsciente segundo a concepção psicanalítica e psicológico-crítica*, assim como sobre *As explicações psicológicas e psicanalíticas do desenvolvimento*. O primeiro ensaio se envolve com o contexto do desenvolvimento de um conceito sujeito-científico do racismo, as investigações de Ute Osterkamp em torno do tema e o tra-

balho do *Projekt Rassismus und Diskriminierung*²⁸; o segundo artigo, *A colonização da infância*, é a versão reelaborada de uma conferência realizada em 1994, no Instituto de Psicologia da Universidade de Bonn.

A terceira parte inclui textos sobre a educação, o ensino e a aprendizagem. Estes representam uma ocupação de mais de duas décadas com o tema, que culminou na publicação do livro *Lernen – Subjektwissenschaftliche Grundlegung*²⁹ em 1993. Nestes textos de Holzkamp confluem tanto suas investigações teóricas como suas experiências em diversos projetos empíricos (o projeto *Schülerladen ‘Rote Freiheit’*³⁰ da etapa inicial de 1969-70, o projeto escolar dos anos 1993-94 e a investigação do trabalho realizado pelo *Projekt Automation und Qualifikation*³¹ (com relação a tais projetos, ver o Prólogo de Morus Markard, p. 9-10³²). Os textos deste capítulo trazem o desenvolvimento da teoria de aprendizagem de Holzkamp até o citado livro *Aprender*, que ele mesmo apresenta no penúltimo artigo. O último texto é uma entrevista publicada postumamente e que Rolf Arnold, especialista em pedagogia e formação de adultos e fundador da *Ermöglichungsdidaktik* (didática das possibilidades), realizou com Holzkamp.

Abarcando uma ampla gama de perspectivas teóricas e práticas, as entrevistas, conferências e ensaios incluídos nesta edição buscam oferecer, não somente um, mas muitos canais para permitir e facilitar aos leitores o acesso à “ciência do sujeito”.

28 Projeto sobre o racismo e a discriminação.

29 Aprender: Fundamentação sujeito-científica.

30 Estabelecimento escolar “Liberdade Vermelha”.

31 Projeto Automação e Qualificação.

32 Em 1969 tornou possível a fundação do projeto *Schülerladen “Rote Freiheit”*. *Über den Umgang mit Kindern* (1987). De modo paralelo e antecipadamente, nos trabalhos do *Projekt Automation und Qualifikation*, sem a participação de Holzkamp, mas fazendo também referência à Psicologia Crítica, investigava-se o significado que, para os trabalhadores, teria a transição ao modo de produção de alta tecnologia. A investigação da prática (*Theorie-Praxis-Konferenzen*), que Klaus Holzkamp impulsionara nos anos de 1980.



Equipe de Tradução

A tradução das passagens mais difíceis foi discutida em um círculo de psicólogos críticos ao qual pertenciam:

Morus MARKARD – Professor de psicologia da *Freie Universität Berlin*; doutorou-se e se titulou como catedrático com Klaus Holzkamp, a quem se uniu num extenso trabalho em comum. Foi um dos fundadores da revista *Forum Kritische Psychologie* e figura central nos distintos projetos psicológico-críticos (sobretudo em torno da “investigação da práxis”). Desenvolveu uma crítica e reinterpretação dos conceitos de psicologia social (a este respeito, cfr. Markard, 1984, livro frequentemente citado por Holzkamp), assim como o enfoque metodológico da Psicologia Crítica (cfr. Markard, 1985, no tomo 3 desta edição). Em 2009, publicou seu livro *Einführung in die Kritische Psychologie* (Introdução à Psicologia Crítica) que, em pouco tempo (em 2012), alcançou sua quarta edição, com um reflorescimento dos grupos autônomos de leitura e estudo de Psicologia Crítica nas universidades alemãs.

Ute OSTERKAMP – Professora de psicologia na *Freie Universität Berlin*; fez parte do grupo de psicólogos e psicólogas que – juntamente com seu marido, Klaus Holzkamp, como figura central – desenvolveram a Psicologia Crítica. Em 1978 foi uma das fundadoras da revista *Forum Kritische Psychologie*. Desempenhou um papel central em projetos de investigação sobre o racismo (*Projekt “Rassismus und Diskriminierung”*) e desenvolveu estudos em torno da psicologia motivacional (autora, entre outros, do livro *Grundlagen der Motivationspsychologie*, Osterkamp, 1975-76). Junto com Wolfgang Maiers e Frigga Haug, é uma das editoras dos *Schriften* (Escritos) de Klaus Holzkamp em alemão (seis volumes, publicados por Argument-Verlag). Além disso, é tradutora (com Andrew Boreham) e editora (com Ernst Schraube) da compilação *Psychology from Standpoint of the Subject: Selected Writings of Klaus Holzkamp* (2013, ed. Palgrave).

Thomas PAPPRTZ – Psicólogo Crítico; docente de psicologia em diversos centros de formação profissional; membro da redação da *Forum Kritische Psychologie*; membro da oficina editorial do Dicionario Histórico Crítico del Marxismo (Instituto de teoria crítica de Berlim). Editor e autor, junto com Lorenz Huck e outros, de uma compilação de contribuições à ciência marxista do sujeito (Huck et al., 2008).

Gisela ULMANN – Professora de psicologia na *Freie Universität Berlin*; assim como Markard e Osterkamp, psicóloga crítica da primeira geração ao redor de Klaus Holzkamp. Entre outras coisas, e com Holzkamp, iniciadora do projeto *Subjektentwicklung in der frühen Kindheit* (O desenvolvimento do sujeito na primeira infância), assim como de projetos de “investigação da práxis” com Morus Markard. Na “divisão de trabalho” da Psicologia Crítica, ocupou-se da área “pedagógica” e desenvolveu, sobretudo, investigações sobre a educação, a infância e a ontogenia (autora do livro *Über den Umgang mit Kindern* [Sobre a relação com as crianças] 1987).

Santiago VOLLMER – Psicólogo Crítico; membro da redação do *Forum Kritische Psychologie*; tradutor, iniciador do projeto de tradução ao espanhol do Dicionário Histórico Crítico do Marxismo (Instituto de teoria crítica de Berlim); diretor da equipe de tradução, assim como editor da presente compilação (elaborada no marco do projeto de tradução ao espanhol dos escritos de Klaus Holzkamp).

Christian WILLE – Psicólogo Crítico; membro da redação do *Forum Kritische Psychologie*; membro da oficina editorial do Dicionário Histórico Crítico do Marxismo (Instituto de teoria crítica de Berlim) e autor de diversos artigos no mesmo dicionário.

Correção:

Fernando CLEMENTE – Licenciado em Psicologia; Universidade de Buenos Aires. Iván MATÉ – Político e tradutor, Berlim; Marion VOLLMER – Antropóloga, Buenos Aires.

Equipe de tradução e edição em português:

Raquel Souza Lobo GUZZO – Professora Titular e membro do Grupo de Pesquisa – Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação, no Programa de Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil.

Eduardo Alessandro KAWAMURA – Pedagogo, Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil.

Jacqueline MEIRELES – Psicóloga, Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil.

Lucian BORGES – Psicólogo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil.



Apresentação para a edição brasileira

Com muita esperança, trazemos para a comunidade de leitores da língua portuguesa – especialmente, para profissionais, estudantes e pesquisadores da Psicologia e da Educação – este livro intitulado *Ciência Marxista do Sujeito*, uma seleção de escritos representativos da obra de Klaus Holzkamp, os quais introduzem a história vivida por esse autor da Psicologia Crítica Alemã e suas principais ideias em três tomos: o primeiro foi publicado em 2016³³ e se refere à primeira parte dessa obra. Este é o segundo tomo – *Psicologia Crítica e Psicanálise*.

Esperança que implica o compromisso de oferecer um novo horizonte a essa área, a qual tem, desde a sua origem, servido a um projeto neoliberal de sociedade e à ideologia que o sustenta. Entender os caminhos da Psicologia, sua história e finalidade como um corpo de conhecimentos e de práticas profissionais, revela a urgência da divulgação de ideias e formulações teóricas, problematizações metodológicas e impactos na vida cotidiana de pessoas que questionam os sentidos dessa ciência e como vêm sendo formados os profissionais para o exercício de suas práticas em distintos campos de trabalho.

A história de Klaus Holzkamp é uma evidência contundente de alguém que, por dentro da academia, resolveu dar outro sentido à formação universitária, além de produzir um corpo de ideias para o enfrentamento de pressupostos da ciência dominante. Diante de um mundo conturbado, na década de 1960, respondendo ao chamado do movimento estudantil, Holzkamp e sua equipe decidiram construir uma nova Psicologia a partir da perspectiva marxista. Docente da Uni-

33 Holzkamp, K (2016). *Ciência Marxista do Sujeito: uma introdução à Psicologia Crítica*. Tomo 1. Maceió: Coletivo Veredas.

versidade Livre de Berlim, sua produção teórica, originalmente em alemão, tem sido gradativamente traduzida para a língua inglesa por alguns de seus ex-estudantes, hoje docentes em universidades de diversos países. Por uma feliz coincidência, em um dos encontros científicos em que se discute a perspectiva crítica na Psicologia, incluímo-nos no projeto de traduzir a obra de Holzkamp para a América Latina, em espanhol e em português.

Ao nos debruçarmos sobre a obra de Ignacio Martín-Baró, que ofereceu uma proposta ético-política à Psicologia para a América Latina, percebemos a possibilidade de um outro modelo de ciência e de prática profissional. A partir de 2001, em nosso grupo de pesquisa passamos a fundamentar nossa visão de mundo e a entender a realidade que nos cerca por meio da Psicologia da Libertação. Nessa proposta, a Psicologia é ferramenta à disposição de grupos e comunidades, no fortalecimento para o enfrentamento das questões sociais e, principalmente, da opressão nas esferas da vida cotidiana. Esse entendimento foi fundamental para que buscássemos conhecer como os sujeitos históricos agem. E Holzkamp nos proporciona argumentos para que possamos reagir, principalmente à opressão e à violência sistêmica e estrutural. *Não vivemos encerrados no capitalismo como se estivéssemos em uma jaula!*

Ele nos convida a desconstruir a ideia de uma prática inserida num cenário imutável e inamovível que despreza a capacidade dos seres humanos de transformarem suas próprias condições de existência. Mesmo diante das complexas relações de poder nas sociedades capitalistas, as possibilidades de ação de cada indivíduo jamais estarão dadas *a priori*, sem falhas, resistências e contradições. A ideia que ele nos traz sobre a *CAPACIDADE DE AÇÃO RESTRITA E GENERALIZADA* nos ajuda a pensar e entender, pela perspectiva marxista, as razões do fatalismo (categoria de análise do Martín-Baró), da alienação e as dificuldades presentes nos processos de tomada de consciência – trabalho por excelência de profissionais militantes na Psicologia.

Ao renegar o foco unilateral da psicologia tradicional, Holzkamp propõe uma subversão de posições e poderes no trabalho do psicólogo, promovendo uma *perspectiva do sujeito*. Revela-se, então, a indicação de uma necessária ruptura metodológica e formas possíveis de ação para

a mudança. Foi sobretudo este pressuposto que nos aproximou desse psicólogo marxista alemão – pela maior compreensão das relações entre a Psicologia, a Economia e a Sociologia, não apenas encontramos elementos que podem nos ajudar a compreender como se constrói a subjetividade no mundo capitalista, como também nos tornamos mais eficazes na contraposição e transformação de um cotidiano que tende a limitar nossas capacidades.

Agradecemos de modo especial a Ute Osterkamp, companheira de Klaus Holzkamp, que, de modo entusiasmado e amigável, nos possibilitou o contato com Santiago Vollmer, organizador deste livro (dividido em três tomos para a edição brasileira), que se dispôs a formular conosco seminários para o entendimento e o avanço das ideias e conceitos, ora no Brasil, na PUC-Campinas, ora em Berlim, a fim de que esta tradução tivesse a clareza necessária para o entendimento das principais ideias de Klaus Holzkamp.

É preciso agradecer também o entusiasmo de vários de nossos estudantes do *Grupo de Pesquisa – Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação* que entenderam a importância da tarefa e participaram dos momentos iniciais desta iniciativa: Luiz Roberto Paiva de Faria, Ana Paula Moreira Gomes, Flávia Ribeiro e Mariana Lemos.

Por fim, sem o apoio do CNPq e da CAPES, sob a forma de bolsas de estudos e apoio à pesquisa, não teríamos como desenvolver esta tarefa, além do incansável e persistente trabalho de revisão técnica de Eduardo Kawamura, que, juntamente com Jacqueline Meireles e Lucian Borges, conseguiu tornar disponível para todos nós esta preciosa obra.



TOMO II

A PSICOLOGIA CRÍTICA E A PSICANÁLISE



CAPÍTULO 1

A relevância da psicanálise de Freud para a psicologia marxista

Tradução do texto *Die Bedeutung der Freudschen Psychoanalyse für die marxistisch fundierte Psychologie*, conferência realizada na Universidade Karl Marx, em Leipzig, República Democrática Alemã, no dia 5 de outubro de 1983. Publicado originalmente em 1984 na revista *Forum Kritische Psychologie* Nº 13, Berlim Ocidental. Publicado em inglês sob o título *Psychoanalysis and Marxist Psychology*, no livro *Critical Psychology: Contributions to an Historical Science of the Subject*, editado e traduzido por Wolfgang Maiers e Charles W. Tolman (1991).

I

Qual é a relevância da psicanálise para a psicologia de fundamentação marxista? O simples fato de fazer esta pergunta pode suscitar dúvidas a respeito da posição, a partir da qual está posta. Acaso as posições marxista-leninistas não haviam submetido a psicanálise, desde o início, a uma intensa crítica? E nessa crítica, não se demonstrou que toda integração entre psicanálise e marxismo, quer dizer, um “freudomarxismo” – em todas as suas variantes –, é insustentável? Que a psicanálise é incompatível com o marxismo? Que é impossível resolver sua fixação à ideologia burguesa?

De início, quero deixar claro que considero correta a apreciação de que a psicanálise é essencialmente biologicista, defende o individualismo, psicologiza os conflitos sociais, postula uma contradição universal entre a sociedade opressora e um indivíduo não social determinado por pulsões,

favorece o irracionalismo etc. Assim, partilho da opinião de que todas as tentativas de complementar o marxismo com conceitos psicanalíticos à maneira *freudomarxista*, para que o tornem “apto” para a compreensão dos motivos do agir dos indivíduos ou das massas, se darão, necessariamente, às custas das bases científicas e ideológicas do marxismo.

Na atualidade, a Psicologia Crítica encontra-se em vivos e permanentes debates com posições psicanalíticas, precisamente de esquerda ou anticapitalistas. Por um lado, tem lugar uma discussão com posturas explicitamente *freudomarxistas*, como, por exemplo, as da “teoria crítica do sujeito” (Horn, Lorenzer, Brückner, Leithäuser etc.). Por outro lado, também existem tentativas menos explícitas e programáticas de “modernizar”, psicanaliticamente, os conceitos marxistas, por exemplo, nos enfoques que se encontram na tradição de Althusser. O debate com e em torno destes enfoques se intensificaram em 1982, na controvérsia com o *Projekt Ideologietheorie*³⁴ (Osterkamp, W. F. Haug, Wilhelm, Elfferding; publicados em 1983). Também há quem argumente que as versões mais recentes da psicanálise – como as de Horney, Fromm, Lacan, Lorenzer etc. – são menos vulneráveis que a fórmula freudiana original. Nós, pelo contrário, consideramos que as divergências destas posições em relação às de Freud representam, em geral, um retrocesso (voltarei mais adiante ao assunto). Nossa crítica às expressões modernas do freudomarxismo vem explicada em síntese no livro de Karl-Heinz Braun, *Kritik des Freudo-Marxismus*³⁵ (1979). Aqui não nos retrataremos de nenhum dos argumentos ali expostos.

As posições psicanalíticas também são nossas principais adversárias nos debates ideológicos e políticos com os quais nos envolvemos cotidianamente. Como exemplo, nos vemos obrigados a tratar das ideias de Alice Miller, uma autora cujos livros são, atualmente, *best-sellers* e que também tem uma grande ressonância no movimento democrático. Gabi Minz (1983) apresentou as expressões e os disfarces com que, nas explicações que Miller desenvolve sobre o sofrimento das crianças e o sofrimento da infância sob as condições de vida burguesas, pode-se identificar a

34 *Projeto para uma teoria da ideologia.*

35 *Crítica do freudomarxismo.*

ideia psicanalítica de uma genuína impotência do indivíduo ante os poderes sociais. Além disso, demonstrou as formas como Miller psicologiza a submissão que tem sua origem determinante nas relações de classe. Particularmente difíceis são nossos debates com Horst E. Richter. De um lado, Richter se compromete ativamente na luta pela paz. De outro, em seus livros *Alle redeten vom Frieden*³⁶ (1981) e *Zur Psychologie des Friedens*³⁷ (1982) – também *best-sellers* –, Richter oferece interpretações do conflito internacional e das causas da ameaça atômica, que só podem surtir um efeito de desorientação dentro do movimento pacifista. Pois, no momento de analisar os antagonismos entre “Oriente” e “Ocidente”, Richter não os trata, por exemplo, como formas de manifestação das lutas internacionais de classe e de seu recrudescimento. À maneira psicanalítica, suficientemente conhecida, os considera como neuroses coletivas que têm suas causas “mais profundas” em conflitos que não foram superados e que tiveram lugar na primeira infância. “Na verdade”, diz Richter, “as secretas tendências destrutivas se encontram dentro de nós mesmos...” (1981b, p. 42), de maneira que “a imagem que, cada vez, vemos refletida no diabólico inimigo” é a que corresponde ao “nosso próprio e furioso sadismo” (1982, p. 56). Por conseguinte, o lema da luta pacifista é para ele a “cura da enfermidade psíquica da ausência de paz” (p. 28). Com esta finalidade, devemos buscar na “nossa infância” as “matrizes” que servem de base para “nossas experiências” (p. 46). Esquemas como os que Richter aplica ao problema da paz e da ameaça atômica foram os que abordei no *Primeiro Congresso das Profissões no âmbito psicológico e social pela paz*, que foi realizado em junho de 1983 em Dortmund³⁸ e onde tratei a psicologização psicanalítica e a psiquiatrização das relações sociais. Lá encontrei a aprovação de muitos das centenas de participantes no congresso, mas também provoquei uma inflamada resistência em parte do auditório.

36 *Todos falavam da paz*

37 *Para uma psicologia da paz*

38 N.T.: *Friedenskongress psychosozialer Berufe*, v. Bolm, 1984.

II

Se, portanto, está claro que todas as tentativas de integração *freudomarxistas* não formam parte do que consideramos a “relevância” da psicanálise para a psicologia de fundamentação marxista, o que é o que aqui se denomina “relevância”? Segundo uma abordagem bastante frequente, o sistema de Freud é insustentável, tanto científica como ideologicamente, porém só em um plano global. Diz-se que, ao contrário, existem casos isolados em que nos fornece conhecimentos muito valiosos – por exemplo, sobre a dinâmica do psiquismo, a gênese das neuroses, a relação paciente-terapeuta. No entanto, se o sistema é insustentável, como inferir consequências corretas a partir de premissas falsas? Isto não é possível e, portanto, esta posição não corresponde ao que queremos dizer quando falamos de “relevância”. Também há aqueles que sustentam que Freud fez perguntas corretas e importantes, porém com base numa concepção global errônea que o conduziu a tirar conclusões equivocadas. Se suas pré-condições eram falsas, como podia fazer perguntas corretas? Esta apreciação tampouco pode ser satisfatória. Não quero imputar um ecletismo a Freud, nem recorrer ao ecletismo para facilitar minha argumentação. Quando falo da relevância de Freud para a psicologia marxista, falo da relevância no plano mais fundamental. Em minha opinião, a recepção e a consideração adequada da psicanálise têm consequências decisivas para a fundamentação conceitual e metodológica da psicologia marxista. Porém, ao propor essa tese, não contradigo de maneira insuperável a crítica fundamental marxista da psicanálise e do *freudomarxismo* que acabo de aceitar? Em minha exposição quero me aproximar passo a passo do esclarecimento dessas questões. Para começar, quero colocar outra luz à crítica da psicanálise que expus até aqui, interpretando-a “na contramão”.

O esboço que fiz de nossos debates com posições psicanalíticas buscava ilustrar nossa coincidência com a crítica marxista da psicanálise. Mas, se observarmos estes argumentos, é evidente que, em princípio, continuam sendo os mesmos que autores como, por exemplo, Jurinetz, Thalheimer, Volóshinov e Sapir já sustentavam a partir dos anos de 1920 e que, desde então, foram formulados por muitos marxistas, vez ou outra, contra a psicanálise. De forma que haveria de se perguntar: se a crítica

ca marxista à psicanálise é, de fato, precisa e conclusiva, por que razão apresenta tão pouco efeito histórico? Por que a psicanálise não é superada já há muito tempo? Por que não foi colocada *ad acta*, como ocorreu, por exemplo, com a alquimia? Por que, apesar de ser refutada permanentemente, desfruta hoje em dia, inclusive, da maior força vital e se encontra claramente na ofensiva ideológica?

Certamente, o arsenal da crítica marxista da psicanálise nos fornece respostas que debilitam este questionamento. Pode-se indicar que a psicanálise é uma expressão da ideologia burguesa, que exerce grande influência sobre a opinião intelectual e em especial sobre a consciência pequeno-burguesa de amplos círculos. As posições psicanalíticas foram usadas, uma e outra vez, como uma arma na luta ideológica de classes contra forças progressistas, encontrando ressonância, precisamente, nas consciências “encerradas” na ideologia burguesa. É fato que este argumento também é correto. Porém, é suficiente para explicar a influência da psicanálise, sua natureza e sua força?

Basta mencionar um único fato para pôr em dúvida que a história da influência da psicanálise se reduza à luta ideológica. A adoção ou o rechaço das posições psicanalíticas nunca coincidem simplesmente com os lados na luta de classes. A psicanálise não só encontra ressonância nos círculos conservadores ou entre os partidários da “esquerda” pequeno-burguesa; sua influência se estende até as fileiras dos democratas, socialistas e comunistas. Por enquanto, nossos amigos políticos saudam as novas variantes das concepções psicanalíticas representadas em livros como os já mencionados de Miller e Richter, mas também em obras como *Ter ou ser?*, de Fromm. Sem identificar claramente suas bases psicanalíticas, consideram-nas contribuições progressistas, importantes para o esclarecimento da subjetividade na sociedade burguesa. De nossa parte e mediante nossas análises, tentamos mostrar o que efetivamente se encontra “por trás” deste tipo de concepção: um trabalho de Sísifo, que começa uma nova ronda cada vez que um novo livro surge, e cujo êxito é sempre frágil e duvidoso.

Na influência que exerce a psicanálise há mais aspectos em jogo do que os que se pode tratar a partir de uma crítica da ideologia. Uma comparação com a psicologia acadêmica burguesa alemã reforça ainda mais

esta certeza. Por exemplo, o behaviorismo, com suas diferentes variantes e disfarces, não tem uma ressonância pública e uma influência político-ideológica de magnitude comparável à da psicanálise – e isto, apesar de ser a manifestação determinante na psicologia alemã. Quer dizer que a psicologia acadêmica tradicional está menos subordinada à ideologia burguesa que a psicanálise? Como se explica então que as ideias behavioristas não encontrem ressonância além dos limites da disciplina? De fato, não encontra a mesma ressonância pública e massiva entre democratas, socialistas e comunistas, e só os especialistas parecem reconhecer razões para se ocuparem mais intensamente do behaviorismo. Como se explica que, em geral, não se espere que desta disciplina emane um esclarecimento essencial a respeito do problema da subjetividade humana? Aqui poderíamos continuar este questionamento e colocar uma pergunta que também requer ser esclarecida: existe um freudomarxismo, mas nenhum marxismo hulleriano, lewiniano ou skinneriano³⁹. Os marxistas frequentemente recorrem, de uma ou de outra maneira e apesar das dificuldades e das objeções manifestas, precisamente às ideias psicanalíticas básicas, cada vez que os conceitos de subjetividade individual que manejavam até então parecem ser insuficientes ou se tornam problemáticos. Por que o fazem, existindo tantas propostas teóricas e resultados psicológicos que supostamente possuem um melhor fundamento científico e são menos questionados?

Até aqui, falamos da influência pública, mas se dirigirmos nossa atenção para a influência interdisciplinar nas ciências sociais, culturais e históricas, um novo aspecto se evidencia: na sociedade burguesa, recorre-se à psicanálise em, praticamente, todos os lugares em que as ciências literárias, a história da arte, a teoria linguística, a ciência da religião, a etnologia, mas, especialmente, a sociologia, consideram necessário tratar questões psicológicas especiais. Na maioria das vezes, considera-se este recurso como algo absolutamente natural, e não é raro que a psicologia seja equiparada diretamente com a psicanálise. As tentativas de

39 Durante a década de 1920, Neurath tratou de açambarcar o marxismo – entendido como uma sociologia fiscalista e behaviorista – para o neopositivismo. Sua tentativa pode ser catalogada, sem dúvida alguma, como um fato curioso ou, pelo menos, como uma manifestação marginal.

se oferecer outros princípios psicológicos que possam ser profícuos na área interdisciplinar são apenas isoladas e de influência limitada. Por que precisamente a psicanálise, entre as demais propostas psicológico-burguesas, é percebida como a mais interessante, útil e esclarecedora? E por que, na maioria das vezes, a psicologia acadêmica é deixada em seu gueto de ciência particular, apesar de todo seu esforço ou roupagem científica?

Pessoalmente, posso ordenar estes diferentes aspectos da questão da crítica marxista à psicanálise da perspectiva de minha própria experiência com as obras de Freud. Cada vez que volto a ler, suas apreciações resultam em um novo incômodo e provocação. Porém, ainda assim, cada vez que o faço, reconheço questões novas, surpreendentes, e recebo impulsos importantes para meu pensamento. Apesar de todas as minhas objeções, não posso senão considerar Freud como um grande investigador com uma ânsia de conhecimento sem comedimento. Ainda quando, à primeira vista, a psicologia acadêmica procede de uma forma claramente mais científica, não alcança a altura deste pesquisador e tampouco a crítica marxista, por mais justa que seja, alcança fazer justiça à sua obra.

Retenhamos, assim, um resultado destas considerações: se se pretende esclarecer adequadamente o problema da relevância da psicanálise para a psicologia marxista, não faz sentido repetir e alternar os velhos argumentos críticos, vez ou outra, no mesmo plano. Embora correspondam à realidade do fenômeno da psicanálise, são incapazes de compreender suficientemente seu caráter próprio e sua posição histórica. Pelo contrário, é necessário que abordemos um novo plano analítico e explicativo. Nas palavras de Marx, é necessário potencializar a “força de abstrair⁴⁰” ([1867] MEW 23, p. 12; *O Capital*, 2013, t. 1, p. 78) para extrair analiticamente, dentro do possível, aquelas qualidades cognitivas fundamentais da psicanálise que restam se lhe são subtraídas suas evidentes debilidades. Com isso, questiona-se, também, em um novo plano, a relação da psicanálise com a psicologia acadêmica. Deve-se esclarecer se esta última não alcança o nível cognoscitivo da psicanálise apesar dos supostos metodológicos a partir dos quais pretende

40 N.T.: *Abstraktionskraft*.

produzir enunciados que tenham um maior caráter vinculativo que os da psicanálise, ou precisamente devido a essas suposições. Neste contexto, deve-se definir em que medida é correta a ideia de muitos psicólogos marxistas que pensam que se deve deixar de lado a psicanálise devido à sua subordinação à ideologia burguesa, mas que é possível mover-se com relativa liberdade dentro do mundo conceitual e metodológico da psicologia acadêmica tradicional, a qual, obviamente, consideram menos “burguesa”.

III

O fato histórico da existência de dois ramos científicos separados, o da psicanálise e o da psicologia acadêmica, merece especial atenção. Não se pode considerar simplesmente “natural” que até agora não tenha tido lugar – nem exista a perspectiva – de uma integração da psicologia e da psicanálise. A psicanálise continua tendo seus próprios órgãos de publicação, seus próprios centros de formação, suas próprias bases institucionais independentes da psicologia acadêmica. Na Alemanha, é raro que a um psicanalista se lhe outorgue um cargo como titular de cadeira, porém, se isto ocorre, a maioria das vezes não acontece em institutos de psicologia, senão, por exemplo, nos de sociologia ou medicina. Esporadicamente, tentou-se responsabilizar a psicanálise por essa independentização devido à sua tendência de formar escolas e seitas. Porém, deveríamos nos perguntar se esta não é uma visão limitada. Sabemos, por exemplo, que se tentou integrar de múltiplas formas os conceitos psicanalíticos na psicologia acadêmica. Hoje em dia, a maioria das teorias da personalidade toma em conta o aspecto “dinâmico” no sentido da psicanálise. Além disso, conceitos psicanalíticos como os de “recalque”, “regressão”, “projeção” e “angústia” têm sido incluídos nas teorias psicológicas, operacionalizados e submetidos à prova experimental. Entretanto, salta aos olhos que este novo contexto psicológico acadêmico das ideias conceituais e metodológicas de nenhuma maneira deixa intactos os conceitos psicanalíticos. Suas funções e significados mudam de tal maneira que a necessidade de conservá-los no contexto original do sistema psicanalítico não diminui, mas aumenta. Existem, portanto, razões de conteúdo para não integrar a psicanálise na psicologia acadêmica que a seguir passaremos a investigar.

Para começar, nos será útil reconstruir brevemente as origens e o desenvolvimento da psicologia acadêmica e a psicanálise em sua relação. Como se sabe, durante a fase clássica inicial da psicologia como ciência particular – fase anterior tanto ao surgimento da psicanálise como à formação da psicologia acadêmica moderna –, Wilhelm Wundt destacou a “experiência imediata” como objeto de investigação da psicologia (ver, p. ex., [1896] 1913, p. 1). Esta “experiência imediata” não seria um estado “interior” particular, isolado da realidade externa, mas a experiência humana do mundo, segundo um aspecto particular. De acordo com Wundt, em cada experiência haveria que fazer uma distinção entre os “objetos da experiência” e o “sujeito que realiza a experiência”. Nas ciências naturais se faria a “abstração” do sujeito que realiza a experiência, de maneira que o ponto de vista da ciência natural deveria designar-se como ponto de vista da experiência “mediata”. Por outro lado, a psicologia investigaria “todo o conteúdo da experiência em suas relações com o sujeito”, de maneira que, do ponto de vista psicológico, se deveria suspender “expressamente” tanto a “abstração” referente ao sujeito da experiência, como “todas as consequências que dela derivam” (1913, p. 3). A partir desta visão wundtiana, a subjetividade individual se torna acessível de maneira intersubjetiva porque representa o aspecto subjetivo da experiência da realidade única, objetiva, tal como é dada a todos. Por conseguinte, a psicologia assumiria a tarefa de definir as leis de vigência universal segundo as quais se estrutura o mundo real enquanto experiência subjetiva. Wundt tenta chegar, através da abstração, até os últimos elementos da experiência imediata, para explicar a estrutura deste tipo de experiência a partir dos diferentes planos e formas de enlaces associativos desses elementos. Esta é, na versão wundtiana, a maneira de atingir tais leis gerais.

Em alguns ramos do desenvolvimento histórico, esta concepção psicológica do objeto de estudo conservou-se ainda depois da era de Wundt. Por exemplo, é evidente que quando a escola da psicologia do pensamento de Würzburg perseguia seu objetivo central, isto é, a demonstração de conteúdos de consciência sem imagens, continuava buscando os elementos e os princípios de estruturação da experiência imediata. Talvez seja menos evidente que também a teoria da Gestalt

se encontre, sem sombra de dúvidas, nesta tradição da concepção psicológica do objeto. Pois, em sua crítica radical à psicologia wundtiana dos elementos, não se opõe ao fato de que Wundt pretenda investigar as leis da construção da experiência imediata, senão tão só aos princípios de formação correspondentes a essas leis. Segundo a teoria da Gestalt, a experiência imediata não se explica adequadamente a partir da estruturação sintética dos elementos, a não ser destacando, analiticamente, os princípios de articulação e organização que existem nela. Tal como na psicologia dos elementos, na teoria da Gestalt não se trata da descrição de mundos privados interiores, senão das leis universais a partir das quais a experiência imediata, apesar de ser subjetiva, se constitui como uma experiência intersubjetivamente acessível, de igual tipo e referida a um mesmo mundo objetivo exterior. Presume-se que, contanto que existam as mesmas situações objetivas de estímulo, os princípios da Gestalt – de proximidade, semelhança, boa forma, pregnância etc. – conduziriam, com a necessidade de uma lei, a uma mesma organização subjetiva do campo da experiência. Esta é, em síntese, a concepção do objeto própria da expressão “clássica” da psicologia, da qual também se desprendem suas bases metodológicas. Por exemplo, o desenho experimental serve essencialmente à produção de condições que permitam registrar de modo mais preciso e generalizável os elementos, os princípios de estruturação ou mesmo de organização da experiência subjetiva etc.

Talvez esta exposição da concepção wundtiana “clássica” do objeto psicológico pareça pouco detalhada. Porém, deste modo, torna-se claramente visível a ruptura histórica radical, a redução e o transtorno que teve lugar com a revolução behaviorista e funcionalista da psicologia no começo do século XX, fase originária da corrente hegemônica da psicologia acadêmica alemã “moderna”. Pois na psicologia “clássica”, apesar de todos os erros empiristas e sensualistas (que aqui não discutiremos), havia-se tomado em conta a especificidade da consciência como nível humano da experiência intersubjetiva-subjetiva do mundo. Porém, com o surgimento da nova concepção behaviorista-funcionalista do objeto, a atividade humana da vida se reduziu de maneira radical a um nível orgânico inespecífico. Neste processo reducionista, em que se chegou a articular a determinação da atividade humana em termos da física, podem-se diferenciar várias etapas ou aspectos.

Na fase inicial do nascimento da “nova psicologia”, cristalizou-se, sob a influência da filosofia pragmática de estudiosos como James ou Dewey, a ideia social-darwinista de que o objeto de estudo da psicologia era a adaptação dos homens – por princípio, entendidos como “organismos” – a seu entorno. Os funcionalistas iniciais (como Angell, McGeoch, Woodworth) ainda não excluíam a “consciência” da psicologia. Com James, consideravam-na como um “órgão” particularmente complexo, próprio de cada indivíduo humano, de adaptação ao entorno. Por meio dessa “biologização” da consciência preparava-se conceitualmente sua eliminação da psicologia, que teria lugar com a radicalização “behaviorista” do funcionalismo. Na psicologia clássica, a consciência era considerada como a especificidade da experiência intersubjetiva-subjetiva do mundo, quer dizer, como característica da relação sujeito-objeto; porém, a individualização da consciência como órgão de adaptação conduziu a que a experiência imediata fosse, por assim dizer, “enfiada” em cada indivíduo e reduzida a um “mundo interior” dos indivíduos, a um mundo “privado”, isolado do mundo exterior. E deste modo se realizava justamente aquela separação que Wundt havia rechaçado tão energicamente.

Com a radicalização behaviorista do funcionalismo, adotou-se um conceito reduzido de “consciência”. Ao mesmo tempo, este conceito reduzido foi atribuído falsamente à psicologia “clássica”. As faltas de clareza da concepção psicológico-clássica contribuíram para aprofundar estes tipos de erros históricos. Isso ocorreu, por exemplo, com o termo infeliz “introspecção”, ao qual a “nova psicologia”, devido a suas próprias ideias sobre a consciência como algo “privado”, tomou simplesmente ao pé da letra. Como consequência lógica, o behaviorismo – aparentemente distanciando-se das ideias de consciência que tinham em comum a psicologia “clássica” e o funcionalismo – excluiu a “consciência” da linguagem da psicologia científica, considerando-a um “assunto particular” de cada um, um assunto que, portanto, seria inacessível de modo intersubjetivo. Do ponto de vista metodológico, considerava-se que a ciência só poderia objetivar – e, portanto, permitir – os dados referidos a “estímulos” e “respostas”. Mediante o esquema behaviorista estímulo-resposta, pretendia-se outorgar um fundamento “objetivo” à psicologia.

Porém, na realidade, este esquema negava um conceito de consciência que era, previamente, o resultado de uma redução subjetivista. A negação do conceito de consciência era, portanto, uma negação abstrata; este esquema se baseava, de fato, em supostos subjetivistas. O biologismo ou fisicalismo, por um lado, e o subjetivismo, por outro, eram tão somente duas faces da mesma moeda.

Esta vem a ser a versão mais rudimentar do esquema estímulo-resposta e, obviamente, no transcorrer da história posterior da psicologia acadêmica, foi abundantemente modificado e suavizado no plano teórico. Porém, ainda assim, em seu giro metodológico, este esquema forma a base da corrente hegemônica da psicologia burguesa moderna. Neste contexto, o conceito biologista de “função” se reduziu a um conceito de “função” físico-matemática: a “resposta” (“variável dependente”) é uma função do “estímulo” (“variável independente”). Desta maneira, o “organismo”, como ponto de conexão entre o “estímulo” e a “resposta”, converteu-se em portador das “variáveis intervenientes” que, se não podem ser bem investigadas empiricamente, deverão ser supostas teoricamente, para poder realizar “predições” sobre o tipo de conexão que existe entre as variáveis “independentes” (o estímulo) e as variáveis “dependentes” (a resposta). Toda metodologia estatística experimental da psicologia alemã mais recente se baseia nesse “esquema de variáveis”, de modo que podemos designar a corrente hegemônica representada por essa psicologia diretamente como “psicologia das variáveis”.

Por meio de sua aplicação metodológica do esquema das variáveis, esta base subjetivista e reducionista do esquema estímulo-resposta se expressa na psicologia burguesa moderna de modos e formas muito variadas, que não serão tratadas neste trabalho. Porém, quero esboçar a transformação fundamental que sofreu o conceito da produção e generalização psicológica de teorias ao longo do processo histórico que conduziu da psicologia “clássica” até a “psicologia das variáveis” moderna.

Com a psicologia das variáveis reduziu-se a consciência que, de ter sido meio da relação intersubjetiva com o mundo, passou a ser só o “mundo interior” dos indivíduos. A análise da experiência humana de si mesmo e do mundo foi substituída por um olhar exclusivamente externo sobre “outros organismos”. Com esta concepção metodológica se

“desvanece” a subjetividade individual sob dois aspectos: por um lado, a própria subjetividade – e com isso também a relação sujeito-objeto do conhecimento científico – exclui-se da reflexão teórica; por outro, a “subjetividade alheia” desaparece em uma “caixa-preta” localizada entre as variáveis de estímulo e resposta, impossível de acessar de maneira empírica.

Como dissemos, a produção teórica “clássica” aponta para a elucidação das leis de estruturação ou de organização da experiência humana intersubjetiva-subjetiva. Outra coisa ocorre nas teorias da psicologia das variáveis. Nelas formulam-se “predições” sobre a relação que existe entre determinadas condições e as respostas, “formas de conduta” etc. que condicionam por parte de determinados organismos ou indivíduos. Isto significa que a parte hipotética ou construtiva dos teoremas da psicologia das variáveis se refere precisamente àquilo que desde a visão psicológica clássica expõe a referência empírica direta da produção de teorias: a experiência imediata. Agora, as teorias podem deixar de lado esta referência, já que – de acordo com a psicologia das variáveis – a experiência subjetiva só vem a ser um “ponto de conexão” hipotético entre variáveis de estímulo e resposta – (e de fato, deixa-se de lado naquelas teorias que tentam elucidar o processo de transformação dos impulsos em reações não usando termos psicológicos senão, por exemplo, termos fisiológicos ou pseudofisiológicos). Por outro lado, a psicologia acadêmica tenta diminuir periodicamente as restrições behavioristas voltando a permitir termos “mentalistas”, cognitivos ou similares. Porém isso não muda em nada o “desvanecimento” da subjetividade individual, pois devido à estrutura metodológica do esquema das variáveis, os fatos da experiência ou da consciência só podem ser considerados como “variáveis intervenientes” e desaparecem, irremediavelmente, na “caixa-preta” da inacessibilidade científica. Como consequência da “interiorização” da consciência, a única saída possível é não tomar tão a sério os princípios metodológicos; há que desistir da exatidão científica em troca de uma maior aproximação à vida e à experiência. Porém, desta maneira já está programado o retorno da posição explicitamente behaviorista que, com razão, denuncia publicamente a pouca cientificidade deste tipo de renúncias. Assim se sucedem, com elegante regularidade, ondas

de “tolerância” e de “severidade” na corrente hegemônica da psicologia burguesa moderna. Ambas têm em comum a mesma base subjetivista.

Esta diferença fundamental entre o conceito de teoria da psicologia clássica e da psicologia das variáveis também implica um conceito metodológico fundamentalmente distinto da generalização científica. No conceito “clássico”, a generalização baseia-se na análise e na elucidação da experiência imediata, desde a perspectiva das leis da mediação com a realidade objetiva implicadas nessa experiência. A subjetividade elucida sua estrutura intersubjetiva. Porém, para a psicologia das variáveis, é impossível perceber este conceito de generalização. Para ela, que situou o subjetivo em uma oposição abstrata e insuperável com o objetivo e o excluiu do sistema psicológico conceitual, este é um conceito incompreensível. Pois, junto com a experiência subjetiva, a psicologia das variáveis eliminou a referência comum ao mundo, a partir da qual se pode generalizar essa experiência. O que ainda a conserva é um sem-número de “outros organismos/indivíduos” isolados e, segundo ela, é ali onde se devem realizar as generalizações. Isto prepara o caminho para a adaptação psicológica do conceito da generalização estatística de frequências (que foi desenvolvido, por exemplo, na botânica). Depois de ter deixado de lado suas referências subjetivas à realidade, permanece apenas um resquício de indivíduos isolados, e parece quase lógico defini-los (abstraindo certas diferenças quanto a suas características) como elementos homogêneos, independentes uns dos outros, tal como se faria, por exemplo, no caso de uma população de milho. Desta maneira, estão dadas as condições para a estimação estatística e sua aplicação sobre populações a partir de amostras pertinentes. Assim entendida, a “generalização” já não se ocupa de elucidar cientificamente as manifestações para compreender suas determinações essenciais. Trata-se agora somente de realizar inferências a partir da distribuição das características de uma pequena quantidade de elementos, sobre a distribuição das mesmas características em uma quantidade maior ou bem infinita de elementos. Não nos deveríamos deixar enganar: mesmo os procedimentos estatísticos mais complicados, do tipo multivariável – que usam estatísticas para estimar parâmetros, ou seus equivalentes combinatórios –, baseiam-se neste conceito limitado e reducionista de generalização, no qual um somente se move daqui para

lá entre acumulações de dados superficiais de diferentes tamanhos. Frequentemente, esta forma de proceder é considerada o *non plus ultra* da produção de conhecimento científico da psicologia.

IV

Depois desta reconstrução global da relação entre a psicologia “clássica” da consciência e a psicologia “moderna” das variáveis, posso agora destacar o *status* teórico científico particular da psicanálise e sua posição nessa relação. A este respeito, penso que é crucial entender que a psicanálise não realizou o giro implícito na revolução behaviorista e funcionalista que expus anteriormente. A psicanálise não está subordinada à eliminação da subjetividade humana mal interpretada como uma “interioridade” meramente privada, nem a todas as consequências reducionistas e subjetivistas que mostrei. Apenas tomando consciência disto, pode-se compreender a natureza de seus conceitos e procedimentos. Penso que, se se deseja ser justo com a psicanálise, deve-se situá-la diretamente no contexto e na linha do desenvolvimento da psicologia “clássica”. Apesar de suas profundas diferenças, a psicologia “clássica” e a psicanálise compartilham da mesma concepção fundamental do objeto e da tarefa da psicologia. Além de toda falta de clareza e de seus mal-entendidos, também a psicanálise reconhece a experiência imediata como o objeto de sua investigação. Ela também reconhece sua tarefa científica no esclarecimento e na elucidação objetivadora da experiência imediata da pessoa enquanto relação intersubjetiva-subjetiva consigo mesma e com o mundo. Mas, diferentemente da psicologia clássica, a psicanálise de Freud não trata de analisar esta experiência com a finalidade de determinar os princípios gerais da estruturação e organização que medeiam sua relação com a realidade objetiva. Além deste tipo de questões epistemológicas, busca elucidar a experiência imediata para estabelecer as relações sociais de opressão que nela se escondem e que se expressam na situação concreta da vida dos indivíduos. Pode ser que à primeira vista esta tese pareça arriscada. A seguir, irei fundamentar e desenvolver suas consequências passo a passo.

Para começar, quero indicar que os conceitos teóricos básicos da

psicanálise possuem uma estrutura e uma função categorial radicalmente distintas das que têm os conceitos teóricos básicos na psicologia das variáveis. Quando se fala de “defesa” e “recalque”, “regressão” e “projeção”, do “id”, do “ego” e do “superego”, estes conceitos jamais se encontram no contexto de teorias que tentem realizar e verificar empiricamente “predições” sobre a relação entre variáveis independentes e dependentes. Conceitos como estes não são aplicados a “outros indivíduos” a partir de uma posição “externa”, mas colocados nas mãos das pessoas para que elas possam esclarecer e elucidar suas experiências imediatas. Possuem, por assim dizer, a função de “meios” com os quais o indivíduo, na “relação consigo mesmo”, possa analisar a superfície de sua própria situação subjetiva, dando enfoque às dependências, aos conflitos não resolvidos, à negação das coerções e às limitações da própria situação de vida. São “meios” que, desta maneira, possibilitarão uma prática de vida mais consciente, reflexiva e responsável. Portanto, quando se transpõem os conceitos psicanalíticos fundamentais ao contexto da psicologia das variáveis com o fim de outorgar-lhes um caráter científico e a partir daí poder julgá-los, não se faz outra coisa que subordiná-los a determinações categoriais inadequadas. Proceder desta forma é tão sábio quanto tentar explicar as manifestações meteorológicas empregando conceitos da psicologia motivacional, perguntando-se, por exemplo, que motivos poderia ter uma nuvem para descarregar uma chuva repentinamente? Conceitos como os do “id” do “ego” e do “superego” são propostas conceituais para a dramatização das tendências e dos impulsos contraditórios na experiência imediata. Sua função é nos facilitar um tratamento mais consciente, um reconhecimento mais exato e a superação destas contradições. A pretensão de rejeitar estes tipos de conceitos com o argumento de que não podem ser operacionalizados nem verificados de maneira empírica e que, portanto, são especulativos, simplesmente desconhece qual é seu ponto central. Assim como é natural que os conceitos psicológico-motivacionais não façam sentido em um contexto meteorológico, também é natural que os conceitos psicanalíticos não façam sentido no contexto da psicologia das variáveis. Desta maneira, também é compreensível que os conceitos psicanalíticos tenham resistido a todas as tentativas de integrá-los na psicologia moderna. Observemos, por exemplo, como faz sentido

um conceito como o da “regressão” no contexto psicanalítico: este conceito deve me facilitar a elucidação, em minha experiência, dos impulsos infantis que me impedem de enfrentar os conflitos do presente adequadamente, para que, assim, possa superá-los na prática. Observemos, agora, uma operacionalização da “regressão” no marco da psicologia das variáveis, por exemplo: “a tendência a reagir às situações estressantes abandonando uma conduta que foi aprendida em um período temporal tardio e retomando, em seu lugar, uma conduta que foi aprendida em um período anterior”. Pode ser que desta maneira possamos verificar isto empiricamente, inclusive em experimentos com ratos. Mas, com isso, o conceito de regressão se transpôs a partir dos nexos intersubjetivos/subjetivos da experiência ao contexto de uma sequência temporal externa de atividades. Em outras palavras, o conceito foi despojado de seu sentido e funcionalidade. Em todos os conceitos psicanalíticos que, em nome da exatidão científica, foram submetidos aos procedimentos próprios da psicologia das variáveis, podemos encontrar este tipo de banalizações e nivelações nefastas.

Creio que a função dos conceitos psicanalíticos como meio para a elucidação esclarecedora da experiência superficial no contexto da compreensão subjetiva do mundo e de si mesmo também pode ser demonstrada naqueles conceitos que a psicanálise introduziu sob disfarces “científico-naturais”. Em minha opinião, esses aparatos não são mais que uma expressão da falta de clareza da psicanálise com respeito ao *status* de seus próprios conceitos fundamentais. Por exemplo, tentou-se determinar o conceito de “libido” à maneira de uma energia física e, como se sabe, Bernfeld e Feitelberg (p. ex., 1930) até apresentaram propostas metodológicas para uma medição objetiva. Mas, se observarmos com mais proximidade, reconheceremos que a formulação quantitativa do conceito de libido realizada por Freud se relaciona diretamente com a função atribuída a este conceito na análise da situação subjetiva do indivíduo. Pois só sob a condição de que o indivíduo tenha à sua disposição uma quantidade (*quantum*) de libido limitada, faz sentido perguntar, à maneira da psicanálise, pela “colocação” da libido, pela catexia de objeto, pelos depósitos narcisistas libidinais, pela fixação regressiva da libido em escolhas objetais ou em estágios infantis do desenvolvimento pulsional.

Também o conceito da “sublimação”, com o qual se recomenda ao indivíduo refrear seus desejos pulsionais mediante a transformação da libido em necessidades socialmente aceitas, é impensável sem o “teorema do *quantum* libidinal” e sem a “economia libidinal” que se funda neste. Assim, na psicanálise, este tipo de formação conceitual quase física não possui um valor por si mesma e (contrariamente à opinião de alguns de seus representantes) não a transforma em uma “ciência natural”, mas, como meras analogias, está a serviço do trabalho psicanalítico de interpretação.

Tanto a psicanálise quanto a “psicologia clássica” se encontram, com relação à concepção de objeto, na mesma tradição. Ambas apontam para a análise da experiência imediata. Foi atribuída, tanto à psicanálise quanto à psicologia “clássica”, uma falta de objetividade científica que resultaria de suas referências a experiências meramente “subjetivas”, de suas limitações a uma “introspecção” que não pode ser comprovada intersubjetivamente e outras coisas semelhantes. Mas esta acusação se baseia na mesma redução subjetivista da consciência à mera interioridade “privada” que expusemos anteriormente, e devido à qual se interpretou mal o tipo de objetividade científica e de generalização, para a qual apontava a psicologia clássica. Na perspectiva de Freud, a análise da experiência imediata de maneira nenhuma se limita a propor ao indivíduo esquemas interpretativos que bem podem ser possíveis, mas que, fora disso, são aleatórios e descontextualizados. Em vez disso, trata-se de elucidar a conexão, *sujeita à lei*, da experiência com relações que vão além da situação subjetiva e das visões individuais. Este é o caráter e a função dos conceitos psicanalíticos fundamentais, claramente reconhecíveis quando observados de forma detida.

Ora, a psicologia clássica, sob a premissa epistemológica do “monismo neutro”, tentou elucidar a estrutura ou os princípios organizativos através dos quais a experiência subjetiva poderia tornar-se acessível intersubjetivamente – e adquirir caráter vinculativo – devido à sua mediação com o mundo externo, objetivo. Freud, contudo, em uma abordagem psicológica mais “mundana”, questiona os planos de mediação sujeitos à lei que nos permitem compreender temas e contradições que, aparentemente, correspondiam a uma experiência unicamente individual, agora enquanto formas concretas de expressão de temas existenciais e situações

conflitivas que, a partir de um ponto de vista social humano, possuiriam caráter geral. A respeito disso, pode ser esclarecedor o exemplo da situação fundamental e da função científica do complexo de Édipo. Para Freud, o reconhecimento deste conceito era um critério central que dividia as águas com relação à pertença à psicanálise. Frequentemente, foi mal interpretado como um simples enunciado teórico sobre a existência de uma determinada situação familiar, e reiteradas vezes se quis refutá-lo de maneira empírica. Entretanto, ao contrário, para Freud o complexo de Édipo é uma situação humana conflitiva fundamental que não se encontra, simplesmente, sobre o plano da manifestação. Devem-se elucidar analiticamente as manifestações para se compreender os conflitos concretos, que aparentemente são individuais, como formas especiais nas quais se expressa tal situação conflitiva fundamental. O conflito concreto é a forma em que se manifesta a opressão inexorável e insuperável, a supressão das possibilidades subjetivas de satisfação e realização, nas mãos da autoridade onipotente e punitiva. Trata-se, portanto, de uma definição essencial da supressão individual das possibilidades vitais como caso particular das relações de opressão a nível humano. Esta função nos permite compreender por que Freud, ao fundamentar seu “complexo de Édipo”, não se limitou simplesmente a desenvolver enunciados sobre relações familiares triangulares, mas tentou derivar a situação edípica filogeneticamente. Embora esta derivação, baseada em ideias lamarckistas, seja bastante questionável, para a nossa argumentação apenas um fato é importante: com ela, Freud lutou por uma fundamentação categorial de sua doutrina, com o objetivo de possibilitar uma elucidação científica objetivadora da experiência humana imediata. Os tipos de relação objetiva para os quais aponta esta fundamentação tornam-se mais claros, ainda que incluamos nestas considerações a concepção freudiana da necessidade de destruição do complexo de Édipo e de sua consequência, o “superego” que se estabelece no sujeito. Com a ajuda da categoria do “superego”, busca-se colocar nas mãos dos indivíduos recursos que lhes permitam elaborar suas tendências à autolimitação e ao autocastigo como “internalizações” de coerções sociais e ameaças objetivas. Trata-se de poder compreender a verdadeira causa – quer dizer, objetiva – de suas limitações subjetivas e de poder processá-las sem

temores nem sentimentos de culpa autodestrutivos. A função do conceito de “superego” é, portanto, possibilitar a elucidação tanto da manifestação superficial da “consciência moral” [*Gewissen*], como das experiências de culpa inerentes a esta, reconhecendo as relações sociais de opressão que se escondem nelas. Neste sentido, busca-se capacitar o indivíduo para que, em vista da magnitude da submissão que atinge toda a humanidade, ele já não atribua a si mesmo este fato e suas consequências, abra mão de suas exigências vitais infantis e, em vez disso, adapte-se como uma “personalidade madura” às possibilidades de realização – limitadas e frágeis – que podem ser alcançadas sob as premissas de uma repressão social insuperável.

Não seria difícil mostrar que outros conceitos fundamentais da psicanálise freudiana também cumprem a função categorial de determinar a mediação entre a experiência subjetiva e as situações sociais objetivas fundamentais. Mas, em lugar disso, quero me referir tão somente ao conceito de generalização científica implícito na produção psicanalítica das categorias. Também, neste caso, pode-se mostrar que Freud não participou da mudança que conduziu à psicologia das variáveis e ao enfoque da “generalização de frequências”, mas continuou trabalhando com o princípio de generalização da psicologia clássica. Se observarmos, por exemplo, quando se considera “generalizável” uma concepção teórica sobre os princípios estruturais e organizativos do psiquismo na visão clássica, veremos que, em primeiro lugar, esta concepção teórica deve nos permitir demonstrar a estrutura objetiva que possui a experiência imediata e, em segundo lugar, mediante esta demonstração, é possível compreender essa experiência imediata como uma experiência do mesmo tipo e que é acessível a partir de um ponto de vista intersubjetivo. Em face disso, os conceitos teóricos da psicanálise são generalizáveis na medida em que permitem elucidar a experiência concreta, que aparentemente só é individual, como “caso” de situações conflitivas humanas gerais. Independentemente de todas as suas semelhanças, vemos que isto representa um desenvolvimento importante com relação ao conceito “clássico” de generalização. Pois, de acordo com as ideias clássicas de generalização, os desvios individuais em relação aos princípios da estruturação ou da organização da experiência devem ser eliminados como resultado de

“fatores de confusão aleatórios”. Outra coisa ocorre com o enfoque de generalização psicanalítico. Nele, é possível considerar os processos de mediação, as expressões especiais da experiência conflitiva e de sua assimilação, as formas de defesa individual etc., devido às quais as situações sociais globais possuem justamente esta forma de manifestação individual concreta. Aqui não é necessário, para a generalização, fazer abstração do caso individual. Não se recorre aos “fatores de confusão” para eliminar as diferenças das experiências pessoais, mas, pelo contrário, essas experiências podem ser explicadas mediante os processos e os planos de mediação considerados na teoria. De maneira que qualquer indivíduo pode se reconhecer, ao elucidar suas experiências subjetivas, na situação conflitiva geral que descubra neste processo – ou, mais exatamente, pode reconhecer, em si mesmo, essa situação. E, ao mesmo tempo, reconhecendo os processos de mediação através dos quais o geral se manifesta, neste caso, justamente desta maneira, o indivíduo pode conservar e admitir, plenamente, o caráter singular e inconfundível de sua situação subjetiva. Aqui o singular e o geral já não representam uma oposição, e não é necessário que se faça abstração de como se encontra e de qual é sua situação subjetiva para realizar generalizações científicas.

Freud sintetizou uma vez suas convicções teórico-científicas dizendo que o afã do pensamento científico é “chegar à correspondência com a realidade – ou seja, com aquilo que existe fora de nós e independentemente de nós, e, segundo nos ensinou a experiência, é decisivo para a satisfação ou a frustração de nossos desejos. A essa correspondência com o mundo externo real chamamos de ‘verdade’” (35ª Conferência: A questão de uma *Weltanschauung* [1933]; OC, vol. XXII; tradução modificada). Com frequência, quis-se interpretar esta declaração como uma afirmação puramente formal, que contrastava com a práxis da investigação psicanalítica, com efeito, pouco científica e especulativa. Mas, em minha opinião, ela expressa de maneira precisa o ponto central de seu afã científico: para Freud, a elucidação científica da “satisfação ou a frustração de nossos desejos” como objeto de estudo da psicanálise significa reconhecer suas mediações com aquela realidade objetiva que é “decisiva” para esta “realização” ou esta “frustração”, ou seja, significa reconhecer suas mediações com as instâncias sociais que servem ao cumprimento

desse desejo, à sua satisfação, ou que o frustram. Este é o procedimento particular da psicanálise para a produção da “correspondência com o mundo externo real”, o esforço da psicanálise por alcançar a “verdade”.

V

Talvez agora, depois desta reconstrução histórica do *status* teórico e científico das categorias psicanalíticas fundamentais, compreendamos melhor as razões da popularidade que possui a psicanálise e a influência científica que exerce apesar de seus óbvios erros e equívocos. A psicologia das variáveis rompeu com a concepção do objeto de investigação da psicologia clássica em nome de uma exigência reduzida de cientificidade, degenerando em uma ciência para o controle do comportamento humano sob exclusão ou redução programática da subjetividade. Para a psicanálise, pelo contrário, a concepção clássica do objeto de investigação foi o ponto de partida para o desenvolvimento de uma ciência psicológica do sujeito. Nesta ciência a situação subjetiva, a visão individual do mundo e de si mesmo, o sofrimento dos indivíduos, seus conflitos, temores e angústias, seus sentimentos de culpa, suas contradições e vulnerabilidades não foram deslocados para o lado do objeto, nem foram reificados e despojados de seus sentidos próprios. Ao contrário, aqui a realidade subjetiva plena é o fundamento da análise e da generalização científicas.

A partir desta perspectiva pode-se distinguir o novo nível categorial que alcançou a psicanálise, diferenciando-se claramente de seus erros e debilidades, expressões do primeiro desenvolvimento histórico concreto da ciência do sujeito. No contexto sujeito-científico⁴¹, até mesmo os erros de Freud adquirem uma importância e dignidade que a psicologia das variáveis não alcança nem sequer dentro da margem limitada de seus

41 N.T.: Sujeito-científico: no alemão, *subjektwissenschaftlich*. Adj. Referido à “ciência do sujeito” (*Subjektwissenschaft*), formalmente análogo a adjetivos como, por exemplo, “científico-natural”, “histórico-cultural” etc. Uma vez que a ciência do sujeito para Holzkamp não trata a subjetividade como uma entidade separada, nem oposta ao mundo social-objetal, não podemos introduzir a palavra “subjetivo” e falar, por exemplo, de um enfoque “científico-subjetivo” (além disso, esta seria a tradução de um termo distinto, *subjektivwissenschaftlich*, que não faria referência à ciência do sujeito, mas a uma “ciência subjetiva”).

acertos e precisões enquanto ciência do controle. No entanto, devido à magnitude destes erros e suas consequências científicas e políticas, nos vemos obrigados a nos ocupar permanentemente da psicanálise, tanto do ponto de vista científico quanto ideológico, e em todos os âmbitos.

Precisamente quando se reconhece o novo nível sujeito-científico das categorias psicanalíticas, torna-se manifesta toda a sua problemática e contraditoriedade. Por um lado, pode-se reconhecer plenamente que as premissas freudianas da incompatibilidade essencial entre as aspirações vitais subjetivas e as exigências que põe a sociedade não são tão somente uma falsa universalização das relações capitalistas burguesas. Estas premissas reproduzem de modo diferenciado e ao mesmo tempo generalizado, e sem espreitar, determinados aspectos da situação subjetiva dos indivíduos sob estas relações. Desta maneira, qualquer indivíduo pode reconhecer-se nestas premissas e compreender sua situação subjetiva como uma variante da opressão geral. Justamente na tantas vezes criticada antropologização biologicista dos antagonismos entre as exigências pulsionais e a sociedade manifesta-se toda a importância de Freud como um cientista burguês de grandeza incorruptível. Mas, bem observado, todas as intenções dos psicanalistas posteriores por “sociologizar” as ideias freudianas que negam a acuidade e o caráter implacável das contradições burguesas de classe têm sido de natureza apologética.

Por outro lado, Freud universaliza as relações burguesas, e isto conduz a uma concepção na qual a opressão social das aspirações subjetivas de vida é fatalmente imutável. Esta concepção revela toda a sua problemática no momento em que serve de base para categorias de caráter sujeito-científico. Pois aqui se analisam as diferentes formas subjetivas de manifestação do fracasso, da negação da realidade, porém, também da adaptação e aceitação de uma situação, *em vista de uma opressão insuperável*. As formas de manifestação subjetivas tornam-se compreensíveis de modo generalizado e para “qualquer pessoa”, porém sob esta premissa de uma opressão insuperável e em relação às situações conflitivas hipostatizadas como situações humanas gerais. E deste modo se reforça sempre de novo: as formas de manifestação mudam, porém a opressão permanece. Na sociedade burguesa, o indivíduo se redescobrirá, nas proposições interpretativas psicanalíticas, em variantes

sempre novas, como “vítima das relações”. À medida que se fazem reconhecíveis e manejáveis seus conflitos no âmbito pessoal e com seu contexto social imediato, o indivíduo é eximido do grande conflito que abarca tudo, o conflito com as relações dominantes e seus representantes. As diferentes determinações categoriais da psicanálise não preveem nem permitem a luta contra as contradições em que e sob as quais um sofre. Deste modo e em diversas variações, se subtrai do indivíduo a decisão sobre se ele deve ou não lutar. Assim, por exemplo, quando as precondições do conflito são deslocadas, por princípio, à primeira infância. Ou quando a disputa com autoridades do presente é suavizada, submetida, e se sugere ao indivíduo que não é contra estas autoridades que se está rebelando, senão que, na realidade, continua a se rebelar contra a autoridade do pai. Em sua dignidade sujeito-científica, as categorias psicanalíticas possibilitam verdadeiras percepções das consequências subjetivas da opressão social, porém a causa da universalização precisamente destas categorias é que aos indivíduos lhes são propostas “soluções”, mas que permanecem encobertas as condições superiores, reais, de suas misérias. Ao tentar sempre de novas maneiras – e inevitavelmente em vão – solucionar seus problemas “sob” as relações existentes, um atua permanentemente contra seus genuínos interesses existenciais, enquanto exclui a perspectiva da luta comum pela superação das condições de vida limitadas. A concepção psicanalítica da superação dos recalques [*Verdrängungen*] se funda, portanto, em outro recalque, que abarca tudo: o recalque da relação entre a melhora da situação subjetiva e a luta por condições sociais sob as quais já não seja subjetivamente “funcional” uma conduta de vida restritiva. Dito em outras palavras: naquela que não seja subjetivamente “funcional”, para evitar os conflitos a curto prazo, contravir os próprios e verdadeiros interesses de vida a longo prazo.

Por certo, seria impreciso afirmar que a análise freudiana psicológica as relações sociais gerais e desconsidera qualquer tipo de conflito da situação subjetiva condicionada por essas relações. Mas, de acordo com o modelo “genético” específico da psicanálise, as contradições sociais são consideradas apenas como condições marginais para os conflitos fundamentais na primeira infância. E, por isso, inevitavelmente, o processamento do conflito aparece como uma tarefa que apenas diz respeito

à pessoa em particular que, no interesse do desenvolvimento eficaz em sua vida presente, deve processar as consequências de seus conflitos de infância. Portanto, deixam-se de lado as relações sociais de opressão como condições do sofrimento presente de toda pessoa, e se deixa de lado a luta conjunta pela transformação dessas relações como meio para superar o nosso sofrimento. Este é (apesar de todas as suas facções de resignação e pessimismo) o traço peculiarmente consolador da visão psicanalítica: para chegar a uma existência relativamente tolerável de adulto, cada um tem de processar individualmente as consequências da opressão sofrida na primeira infância; mas cada um também é capaz de executar essa tarefa. Desta forma, o indivíduo é destituído da necessidade de sua participação na luta coletiva contra as relações dominantes com todos os perigos e consequências que isso implica. Você pode ficar em casa, para ali enfrentar e esclarecer sua relação consigo mesmo. Portanto, não é surpreendente que esta proposta de solução individual das contradições sociais tenha encontrado, precisamente, uma grande ressonância entre os intelectuais burgueses. A situação do indivíduo em relação à suspensão do plano das lutas políticas reais não se altera quando – tal como se procede no freudomarxismo – as relações sociais que são responsáveis pela opressão da primeira infância são concebidas com categorias marxistas, ou seja, como relações que, “em si”, são historicamente determinadas e transformáveis. Neste olhar psicanalítico, o indivíduo particular também está isolado e não pode exercer influência sobre o processo social que é concebido desta maneira. Não parece possível nem necessário que participe na transformação da realidade burguesa de classe a fim de alcançar, em interesse do desenvolvimento de suas possibilidades subjetivas de vida, condições de vida mais humanas. Como antes, o indivíduo é apenas uma vítima de relações e é relegado para o cuidado de si mesmo, lugar original de seus conflitos.

Na perspectiva psicanalítica, qualquer participação individual na luta política tem de parecer, antes de tudo, “suspeita”: Não se trata, exclusivamente, de uma projeção de conflitos pessoais? Não distrai a atenção dos problemas reais que estão em si mesmo? Esta visão se encontra, com alguns disfarces, no conselho barato que recomenda “começar por si mesmo” – conforme a estrutura do modelo psicanalítico do conflito,

este “começo” já vem a ser a “meta”. Além disso, torna-se patente que, devido a suas precondições categoriais específicas, a psicanálise não pode mais que psicologizar os conflitos sociais de classe como expressão de falsas atitudes coletivas neuróticas. E ali onde se ocupou deste tema, assim o fez: começando pela ideia de Freud de que, na revolução de Outubro, “restrições instintuais que são essenciais na sociedade” e “as tendências agressivas” surgidas a partir destas limitações haveriam sido desviadas para fora, apoiando-se “na hostilidade do pobre contra o rico e na hostilidade daquele que até então esteve impotente contra os governantes anteriores” (35ª Conferência: A questão de uma *Weltanschauung* [1933], OC, vol. XXII), até a “psiquiatrização” da atual ameaça atômica como expressão de um delírio de perseguição coletivo por parte de H. E. Richter, que citei anteriormente. Isto nos mostra o caráter tanto cientificamente como ideologicamente insustentável de toda tentativa “freudomarxista” por integrar as categorias sujeito-científicas psicanalíticas ao marxismo.

VI

A partir do que foi exposto, fica claro que a relevância da psicanálise para a psicologia de fundamentação marxista reside em um novo nível sujeito-científico das categorias e dos procedimentos psicanalíticos. Devem-se rejeitar as categorias psicanalíticas em suas formas de expressão concretas, historicamente limitadas. Mas, ao mesmo tempo, na reflexão sobre a própria situação e posição dentro do desenvolvimento histórico dos enfoques fundamentais, deve-se analisar e extrair, abstrativamente, o nível sujeito-científico do questionamento e da investigação psicológica alcançado nessas categorias, incorporando-o [*aufheben*] criticamente no desenvolvimento ulterior. A psicologia marxista deve reatualizar e continuar desenvolvendo a tradição “clássica” da concepção de objeto de investigação psicológica, que havia sido sepultada pela revolução behaviorista-funcionalista. É necessário reavaliar, criticamente, as variadas manifestações da psicologia moderna e reconstruir a possível relevância, sobretudo daqueles conceitos e procedimentos psicológicos, frequentemente periféricos, que não foram submetidos (ou ao menos não completamente) à influência reducionista da psicologia das variáveis.

Uma fundamentação marxista da psicologia é absolutamente incompatível com a “interiorização” subjetivista da consciência humana inaugurada pela revolução behaviorista-funcionalista. Tampouco pode partilhar a negação desta “interiorização”, que se expressa na pseudo-objetividade dos conceitos e métodos da psicologia das variáveis. Não é esta a via para superar as reduções idealistas da concepção psicológica clássica da consciência enquanto meio de relação intersubjetiva do ser humano com o mundo. Pelo contrário: os meios para libertá-la dessas reduções estão no marxismo mesmo. Somente a partir desta posição podemos entender a consciência, como traço característico da experiência humana de si mesmo e do mundo, a partir das necessidades da produção e reprodução material da vida social e individual, e somente assim podemos elucidá-la em sua determinação histórica pelos modos de produção específicos (como indicou Leontiev no célebre capítulo sobre o desenvolvimento histórico da consciência, [1959] 1983, p. 69). Isto nos permite reconhecer que a equiparação da consciência com a “caixa-preta” da interioridade privada representa uma redução e distorção determinada historicamente: É a redução e a distorção da consciência “nas” formas do “indivíduo privado”, isolado e em sua sujeição prática e ideológica às condições burguesas de reprodução. Por último, também podemos compreender a concepção que a psicologia das variáveis tem da ciência a partir de sua sujeição aos interesses capitalistas na valorização do valor.

Quando por esta via a concepção sujeito-científica da estrutura básica da experiência imediata for liberada de suas distorções psicanalíticas, dever-se-á impedir que a psicologia marxista volte a desconsiderar a diferença, explicitada por Freud, entre a forma de manifestação e a essência da experiência subjetiva do mundo e de si mesmo (diferença sem a qual, segundo Marx [1818-1883], não seria possível nem necessária a ciência; cfr. *O Capital*, III, p. 271). Assim, esta perspectiva nos permite compreender a “consciência” individual como um processo contraditório em vez de um estado estático. Ante as relações sociais objetivas complexas e que transcendem a experiência imediata em todas as direções, a conduta de vida consciente é uma conquista; deve-se defendê-la contra todas as tendências subjetivas a invisibilizar, em busca da

“harmonia”, as possibilidades e necessidades sociais. Com relação à versão freudiana do “inconsciente”, isto significa que se devem rejeitar seus momentos metafísicos e irracionalistas. Mas, ao mesmo tempo, deve-se ter em conta que, devido à constante contradição que existe entre a situação subjetiva imediata do indivíduo e sua existência mediada pela sociedade em seu conjunto, os aspectos “inconscientes” da experiência do mundo e de si mesmo são uma parte determinante e necessária na luta por uma conduta de vida consciente. Por esta mesma razão, um tema central da psicologia de fundamentação marxista deverá ser o das formas e dos modos subjetivos em que se excluem aspectos da realidade e se “eliminam” suas contradições. Que expressão particular, qual força adquirem estas tendências à negação da realidade sob as relações capitalistas? Sabemos que, sob relações capitalistas, a contradição entre a experiência imediata e as relações sociais não é simplesmente uma contradição que, dentro de um processo de desenvolvimento, sempre possa voltar a ser superada. Trata-se de uma contradição antagônica; os indivíduos são excluídos de um controle comum sobre os processos sociais. Neste contexto, a representação freudiana de um “inconsciente” substancial, independente, isolado e inacessível, aparece sob uma nova luz. De um lado, está claro que esta representação deve ser rechaçada como conceito universal, mas, de outro lado, deve-se questionar em que medida descreve adequadamente determinadas formas da perda de realidade, formas relacionadas com a própria adaptação à dependência, o compromisso subjetivo com as relações de dominação capitalistas (ver Osterkamp, 1976).

Após essas considerações, também fica claro que o conceito de generalização científica da psicologia marxista não pode se submeter à exigência de universalidade do modelo de generalização estatística de frequências da psicologia das variáveis. Não existe nenhuma razão para aceitar a alternativa “ou experiência imediata subjetiva, ou generalização científica”. Em nome de uma suposta cientificidade, esta alternativa abstrai, de maneira reducionista, o caráter específico da atividade humana da vida. Além disso, já anteriormente, ainda sobre a base da concepção “clássica” do objeto de investigação, Lewin desenvolveu a generalização estrutural. Determinou a mediação entre a manifestação individual e a lei geral como a forma moderna do pensamento galileano, ante o pensamento em termos

de frequências estatísticas, designado como pensamento “aristotélico” e, sobre esta base, desenvolveu seu conceito teórico científico da ascensão desde o caso individual até o “caso puro” (ver Lewin, [1931] 1981, T. 1, p. 233). Que eu saiba, na psicologia moderna, estas concepções lewianas jamais foram refutadas; foram simplesmente abandonadas (mais adiante, e infelizmente, também pelo próprio Lewin).

Sobre este tipo de base dever-se-ia assentar-se o desenvolvimento metodológico da psicologia marxista, e não em um pensamento em termos de frequências estatísticas. Isso fica ainda mais claro quando se leva em consideração a concepção do “ascender [*Aufsteigen*] do abstrato ao concreto” de Marx (ver *Grundrisse* [1857-1858], MEW 42, p. 78; v. ed. bras., p. 54-55). Trata-se do caminho que vai do concreto da representação, passando pelo trabalho abstrativo de destacar suas determinações mais gerais, até chegar ao concreto do pensamento. No concreto do pensamento se compreendem os planos da mediação com as determinações mais gerais, de maneira que o singular é elucidado como forma de manifestação específica do geral. Como vemos, esta via reconstruída por Marx compreende o conceito da “generalização estrutural” que expus anteriormente. Trata-se de uma concepção que não somente caracteriza o procedimento de Marx em *O Capital*, mas que esclarece completa e profundamente seu caminho para a produção de conhecimento científico em geral. Em seu livro *O ser e a consciência*, Rubinstein mostrou isto de maneira exaustiva e convincente – também com referência ao processo de conhecimento científico natural – no capítulo *O pensamento como cognição* ([1957] 1963, p. 97). É, portanto, a partir desta perspectiva da metodologia marxista que devemos refundar e desenvolver criticamente as ideias sujeito-científicas de uma generalização estrutural. Neste caso, generalização estrutural significa: elucidação da experiência e da situação subjetiva individual através da compreensão de sua mediação por situações sociais objetivas. Assim, tal como a psicanálise, a psicologia marxista admite, sem reduções, a realidade intersubjetiva e subjetiva da experiência humana do mundo e de si mesmo, incluída a realidade do sofrimento e do conflito. Mas agora, além disso, os indivíduos podem elucidar as possibilidades e contradições sociais que se manifestam de forma individualizada em suas

realidades subjetivas, sem incorrer nas reduções científicas e ideológicas próprias dos conceitos psicanalíticos. A perspectiva sujeito-científica da psicologia marxista transforma-se crescentemente numa ferramenta para o esclarecimento da própria conduta de vida mediante a reconstrução subjetiva da conexão interna entre os genuínos interesses de vida do indivíduo e a responsabilidade social do agir.

Um olhar aos resultados de nossa investigação psicológica permite reconhecer facilmente a direção a se tomar no desenvolvimento ulterior dos fundamentos categoriais para a produção sujeito-científica de conhecimento. Do lado do indivíduo, deve-se deixar claro que todas as ideias psicanalíticas de uma “estrutura pulsional” humana não social e imutável são insustentáveis tanto do ponto de vista científico como ideológico. A respeito disso devem-se pôr em relevo as dimensões cognitivas, emocionais e motivacionais que demonstram como os indivíduos são capazes e estão dispostos a desenvolver-se no processo social da vida e a participar na criação das condições de reprodução para a existência subjetiva de cada qual mediante contribuições à reprodução social. E do lado das relações sociais, deve-se transcender, de maneira cada vez mais ampla e diferenciada, a ideia psicanalítica da função unicamente limitadora e repressiva dessas relações. Deve-se mostrar a relação entre o desenvolvimento da qualidade subjetiva de vida e a própria participação no controle social sobre as condições de vida. Em outras palavras, deve-se mostrar o modo como a subjetividade individual está contida e é, por sua vez, transcendida [*Aufhebung*] na subjetividade coletiva.

Não é pequeno o trabalho já realizado neste terreno, mas com esta apresentação quis-se, principalmente, pôr em relevo o tipo de orientação que se deveria seguir numa perspectiva sujeito-científica, os planos nos quais se deveriam abordar os problemas que se busca esclarecer. A maior parte do trabalho permanece, ainda, por ser realizada, por exemplo, no que diz respeito às consequências metodológicas da concepção sujeito-científica da generalização estrutural que esbocei anteriormente. Certamente, neste trabalho jamais negaremos de maneira abstrata as representações metodológico-psicológicas tradicionais, incluindo o conceito da generalização de frequências proveniente da psicologia das variáveis. Somente se rechaçarão estas representações enquanto reclamem sua

própria universalidade como garantia da cientificidade em psicologia. Mais adiante, sob a premissa da primazia da generalização estrutural⁴², se poderá colocar a questão das pré-condições de aplicação e da relevância dos conceitos metodológicos tradicionais no marco da investigação sujeito-científica. As principais tarefas do trabalho coletivo futuro dos psicólogos marxistas encontra-se no terreno dos problemas sujeito-científicos que expus nesta apresentação; no momento de enfrentar estes problemas, não existe caminho que não passe pelo da psicanálise. Fundamental e reforçar o consenso em torno desta questão era o objetivo essencial de minha contribuição.

42 N.T.: Generalização estrutural. Holzkamp trata o conceito psicológico-crítico de “generalização” especialmente no capítulo 9.4 no *Grundlegung der Psychologie*, 1983, p. 545. Resultados ulteriores são abordados, sobretudo, em *Methodik subjektwissenschaftlicher Forschung* (Os métodos de investigação da ciência do sujeito), de Morus Markard, 1991, p. 160-179; também no ensaio *Kann es im Rahmen einer Psychologie vom Standpunkt des Subjekts verallgemeinerbare Aussagen geben?* (Pode uma psicologia a partir do ponto de vista do sujeito produzir afirmações generalizáveis?), do mesmo autor, 1993, p. 29-51, onde se aborda o problema da produção de afirmações ou proposições generalizáveis no marco da ciência do sujeito, Cfr. *Einführung in die Kritische Psychologie* (Introdução à Psicologia Crítica, do mesmo autor, 2009, p. 289-295).



CAPÍTULO 2

A posição que ocupa a psicanálise na história da psicologia

Tradução do texto *Zur Stellung der Psychoanalyse in der Geschichte der Psychologie*, conferência realizada em 1985 na “Terceira Universidade internacional de verão da Psicologia Crítica”, em Marburgo, publicado originalmente em *Geschichte und Kritik der Psychoanalyse* (Braun et al., 1985).

I - O que é e que lugar ocupa a psicanálise?

Ambiguidades e contradições com respeito à sua localização dentro do sistema científico

Que lugar corresponde à psicanálise dentro do sistema científico? Provavelmente, cada um tem uma resposta à mão na hora de responder a esta pergunta. Mas quem observa o assunto cuidadosamente, comprovará que também há outras respostas, até mesmo contrárias à sua. Neste trabalho serão discutidos diferentes aspectos, contradições e problemas relativos à questão da classificação da psicanálise. Em um primeiro passo, abordaremos a psicanálise no plano de suas manifestações, e logo passaremos à sua análise histórica.

Um primeiro tipo de classificação se refere à Psicanálise como escola terapêutica ou especialização profissional dentro da Psicologia Clínica, que, por exemplo, se encontra nos manuais de psicologia clínica. Neles a psicanálise aparece como um enfoque, por exemplo, junto

à terapia comportamental, a psicoterapia falada etc. A cada enfoque terapêutico se dedica um capítulo.

Outra coisa ocorre se se consulta um manual, mas desta vez não de psicologia clínica, porém de psicologia em termos gerais. Neste caso, pode acontecer que se comprove, com surpresa, que aqui não aparece a terapia comportamental, mas sim a psicanálise, e desta vez em outra “companhia”: um capítulo sobre psicanálise, outro sobre behaviorismo, outro sobre psicologia cognitiva etc. Em outras palavras, trata-se de um segundo tipo de classificação, a psicanálise como enfoque psicológico básico geral.

Mas isso não é tudo. A psicanálise não aparece somente na psicologia. Ela também se encontra em ciências nas quais quase não se fala sobre os demais enfoques psicológicos. Por exemplo, existe uma etnologia psicanalítica, e também existem ciências da arte, da religião etc. que são psicanalíticas. Evidentemente, trata-se de uma forma metódica determinada de abordar os objetos de estudo, a que transcende os limites da psicologia e abarca outras disciplinas. Portanto, este é um terceiro tipo de classificação, a psicanálise enquanto abordagem que transcende as disciplinas.

Mas com isto não alcançamos o plano classificatório mais geral possível, pois não são poucos os livros sobre psicanálise e religião, psicanálise e marxismo, psicanálise e estruturalismo, psicanálise e existencialismo etc. Agora chegamos ao plano classificatório mais geral para a psicanálise, o quarto tipo, que se refere à psicanálise como postura filosófica fundamental.

A. A relação entre psicanálise e psicologia

Observemos agora estes quatro planos e detenhamo-nos na relação da psicanálise com a psicologia. Pode-se incluir, sem mais, a psicanálise na psicologia? Aqui podem surgir certas dúvidas, pois temos uma situação contraditória que apresenta três momentos:

– Em primeiro lugar, desde o começo existia uma oposição entre a psicanálise e a psicologia acadêmica. Até o dia de hoje, a psicologia acadêmica negou a cientificidade da psicanálise e diagnosticou o seu final iminente.

Mas também do lado da psicanálise existe uma distância crítica com respeito à psicologia acadêmica. É considerada uma psicologia afastada do sujeito, inflexível, positivista, instrumentalista etc.

– Segundo, desde o princípio houve, também, tentativas da psicologia acadêmica em integrar a psicanálise. Tentou-se depurar, refinar e comprovar a validade da psicanálise de acordo com os critérios científicos da psicologia acadêmica. Tentou-se submeter a psicanálise às próprias regras científicas e capitalizar sobre seus aspectos frutíferos.

– Mas, em terceiro lugar, de algum modo, as duas coisas foram em vão. A psicanálise foi submetida à mais alta crítica, mas não desapareceu. Foi integrada à psicologia, mas não perdeu a sua independência. Pelo contrário, o núcleo constitutivo da psicanálise se desenvolveu de maneira independente da psicologia acadêmica, tanto na teoria como organizativamente.

Quando a crítica e a integração não produziram os frutos esperados, a psicologia acadêmica continuou e inclusive aumentou a marginalização da psicanálise. Por isso, são raras as cadeiras psicanalíticas nas faculdades de psicologia e nas universidades alemãs. Se existem, elas estarão sobretudo onde, em geral, estão representadas as posições marginais da psicologia acadêmica, mas praticamente não aparecem nos grandes centros da corrente hegemônica da psicologia acadêmica. Com poucas exceções, a formação psicanalítica não é ministrada nas universidades. Como consequência disso, a psicanálise estabeleceu centros de formação e aperfeiçoamento, órgãos de publicação, associações profissionais e sociedades científicas próprias, independentes da psicologia hegemônica. Se pensarmos que, apesar disso, existe uma grande proximidade com relação aos conteúdos, este fenômeno histórico parece bastante estranho e requer uma explicação.

Se compararmos o processo do desenvolvimento e da diferenciação científica da psicanálise com o da psicologia acadêmica, torna-se ainda mais patente o curioso caráter desta relação. À primeira vista, a psicologia acadêmica representa – apesar de todas as suas rupturas e

contradições – um tipo de desenvolvimento evolutivo. As diferentes teorias vão se substituindo, as novas superam (de acordo com parâmetros preestabelecidos) as iniciais, as mais antigas são assimiladas como um aspecto nas mais novas etc. A psicanálise, pelo contrário, obedece a uma estratificação ou desenvolvimento paralelo. A partir de Freud, foram-se somando novas variantes da teoria psicanalítica, mas isto não significa que as teorias antigas desapareceram. Hoje em dia, uma grande parte das diferentes escolas psicanalíticas coexiste de forma paralela. Existem novas direções, como a *escola cultural*, Erikson, a *teoria do narcisismo*, Lorenzer etc. Mas também continuam existindo as escolas antigas, como a psicanálise freudiana, a psicologia individual, a psicologia dos complexos de Jung etc. etc. Todas elas seguem presentes e frequentemente têm seus próprios centros de formação, órgãos de publicação, sociedades etc.

Como podemos ver, a autonomização peculiar da psicanálise em relação à psicologia acadêmica, de certo modo se repete em sua diferenciação interna e na relação com as diferentes escolas psicanalíticas entre si. É evidente que no desenvolvimento da psicanálise surte efeito um princípio histórico de formação diferente do que rege na psicologia acadêmica.

B. A relação entre psicanálise e marxismo

O quadro contraditório que expus pode se completar com um plano de um tipo mais geral, observando a relação entre psicanálise e marxismo, ou seja, considerando a psicanálise enquanto enfoque metodológico que transcende as disciplinas ou também como posição filosófica fundamental. Minha exposição se concentrará de maneira específica nos enfoques psicológicos de fundamentação marxista e em particular na Psicologia Crítica. Também neste caso se dão diferentes momentos:

– Para começar, existe uma linha comum de crítica à psicologia acadêmica hegemônica. Ambos são enfoques, por assim dizer, contra-hegemônicos ou alternativos. Por certo – como se pode ver nesta Universidade de Verão – isto também concerne à autonomia da organização ante a psicologia acadêmica. Esta autonomia é necessária devido à

marginalização, mas também representa uma opção consciente.

– Mas além disso, do ponto de vista histórico, houve desde o início uma crítica geral do marxismo à psicanálise. Apesar de sua crítica à psicologia acadêmica, a psicanálise é considerada uma ciência “burguesa”, e há pessoas que a consideram como “a” psicologia burguesa por excelência.

– Ao mesmo tempo, e também desde o início, tentou-se integrar a psicanálise e o marxismo. Segundo o “freudomarxismo”, a complementação sujeito-científica adequada ao marxismo é a psicanálise. A intenção de desenvolver posições sujeito-científicas sobre a base do próprio marxismo (como faz, por exemplo, a Psicologia Crítica) é considerada ilegítima, supérflua, incorreta.

Se observarmos o debate geral sobre o lugar que corresponde à psicanálise dentro da sistemática das ciências, encontramos com um fenômeno histórico estendido que é bastante chamativo: a peculiar rigidez e inflexibilidade das diferentes posições desde o início da psicanálise até os dias de hoje. A título de exemplo, podemos citar os argumentos que na atualidade usa a psicologia acadêmica para ignorar a cientificidade da psicanálise que, em princípio, são os mesmos de sempre. Mas isto também é válido para as réplicas psicanalíticas. Aqui, a figura predileta é uma discussão histórica em que os argumentos se trocam de maneira circular. O mesmo ocorre no caso da crítica marxista da psicanálise e sua discussão sobre as vantagens e desvantagens do *freudomarxismo*, sua legitimidade e possibilidade, na qual aparecem reiteradamente os mesmos argumentos e contra-argumentos sem que mude alguma das posições. Isso fornece o marco geral para os meus seguintes questionamentos e reflexões.

É claro que, de alguma maneira, o debate citado bloqueia o desenvolvimento científico e que, a nível histórico, suspende-se o processo de aprendizagem mútuo. Esconde-se, atrás desse quadro, uma carência conceitual comum aos adversários? Qual? Para esclarecer isso é necessário ir mais além dos argumentos e dos contra-argumentos que

se reproduzem permanentemente e abordar um plano mais fundamental. Somente assim se pode quebrar o ciclo, no interesse de todos os implicados. Estas jornadas da Universidade de Verão constituem um contributo para esse objetivo. Por minha parte, quero começar tentando elucidar, a partir de uma análise histórica, as classificações que se fazem da psicanálise.

II. O processo de transformação da psicologia acadêmica em uma psicologia das variáveis, em contraste com o surgimento e a formação da psicanálise

1. Os precursores da psicologia introspectiva da consciência

Para começar nossa análise, vamos observar, em primeiro lugar, o desenvolvimento da psicologia acadêmica durante a mesma época em que a psicanálise surge e percorre seus primeiros estágios. Em especial, observaremos as tendências teórico-metodológicas básicas da psicologia acadêmica da época. Sobre esse plano de fundo, poderemos contrastar e diferenciar melhor o desenvolvimento histórico da psicanálise e suas próprias tendências teórico-metodológicas.

A primeira fase “clássica” da psicologia científica (segunda metade do século XIX) está representada pela “psicologia introspectiva da consciência”. Esta psicologia (por exemplo, no caso de Wundt) buscava estabelecer, mediante o desenvolvimento abstrato dos “elementos” da consciência (sensações e sentimentos simples), as leis segundo as quais se estruturam os fenômenos complexos da consciência. Por isso, denominou-se também de “psicologia dos elementos mentais” ou – fazendo referência ao mais importante dos supostos princípios de estruturação da consciência – “das associações”⁴³.

Deve-se ressaltar que os termos “psicologia da consciência” e “introspeccionismo” são denominações inadequadas para a fase “clássica” da psicologia. Isto, pelo menos, devido a duas questões:

43 N.T.: Holzkamp se refere aos termos com os quais se determinou esta psicologia, sobretudo dentro do âmbito linguístico alemão, ou seja, *Elementenpsychologie* (que traduzimos como “psicologia dos elementos mentais”) e *Assoziationspsychologie* (que traduzimos como “psicologia das associações”).

– Em primeiro lugar, já existia a ideia de que o psiquismo, como consciência, poderia ser comensurável. Esta ideia foi uma das condições essenciais que levaram à autonomia científica e institucional da psicologia (por exemplo, a respeito da filosofia). A tentativa de criar uma ordem experimental dentro do que fora possível realizar essas medições baseava-se nessa ideia. No essencial, este aspecto, que poderíamos chamar psicométrico, fundava-se num pequeno livro, de suma importância para todo o desenvolvimento da psicologia acadêmica científica: *Elemente der Psychophysik*⁴⁴, de Gustav Theodor Fechner. A medição pressupõe uma escala de alguma maneira invariável, segunda a qual se possa medir e comparar esta ou aquela coisa. Baseado no trabalho de Weber (1830), Fechner havia chegado à ideia de que seria possível estabelecer certas dimensões métricas da realidade física extrapsíquica (por exemplo, diferenças de peso, de luminosidade e de sonoridade) como escala para medir o psiquismo. Para tal, era condição que se pudesse designar, com respeito às percepções subjetivas das diferenças numa mesma dimensão, que transformações seria necessário introduzir do lado físico para provocá-las. Esta medida de transformação era o que Fechner denominava de “mínima diferença perceptível”. Por exemplo, na constatação de diferenças de peso, avaliam-se quantos gramas é indispensável agregar a um peso para que uma pessoa note uma diferença ao levantar. Se tomarmos uma série de pesos de magnitudes diferentes e expressarmos sistematicamente as diferenças objetivas de peso que são necessárias para gerar as respectivas diferenças mínimas perceptíveis para a pessoa, isto permite interpretar os valores então obtidos como uma curva e se pode buscar a função matemática correspondente. Desta maneira, Fechner chegou à sua célebre lei de Weber-Fechner. Segunda esta lei, uma progressão geométrica ao lado das alterações objetivas conduz a uma progressão aritmética das diferenças mínimas perceptíveis do lado do psiquismo. Com essa possibilidade de medição e quantificação do psiquismo, a psicologia parecia acercar-se das ciências naturais, em especial da física. E assim, parecia ser matematizável.

44 *Elementos da psicofísica.*

Dentro da psicologia acadêmica hegemônica, essa concepção da psicologia como ciência dedicada às “medições” foi e segue sendo determinante. Constitui a base de suas ideias de cientificidade e exatidão, e permanece inalterada ante todas as dificuldades e até aporias que surgiram na tentativa de objetivar e generalizar a “psicofísica” fechneriana. Desde um ponto de vista histórico, todos os enfoques modernos da psicometria, a teoria de escalas, etc. fazem referência – de uma ou de outra maneira – a Fechner e aos métodos de medição desenvolvidos na fase clássica da psicologia.

– A isto se agrega a segunda questão: desde o início da fase clássica da psicologia, essa tentativa de objetivação física e métrica do psiquismo implicava uma objetivação fisiológica. Nessas tentativas, era comum diferenciar a “psicofísica exterior” da “psicofísica interior”. A “psicofísica exterior” compreendia a relação entre dimensões psíquicas e dimensões físicas do mundo exterior (em um sentido fechneriano); a “psicofísica interior” compreendia a relação das dimensões psíquicas com os processos fisiológicos, as reações etc. De acordo com isso, nos laboratórios mais antigos (por exemplo, no de Wundt em Leipzig) não somente se realizaram os experimentos mencionados de medição sob o signo da psicofísica exterior, senão que também experimentos em que se investigaram parâmetros fisiológicos. De um modo excessivo se realizaram, por exemplo, “medições do tempo de reação”. Em busca do limiar da velocidade de reação se supunha um limiar fisiológico da capacidade de reação do sistema nervoso central. Também se investigou experimentalmente, com uma grande implementação instrumental, a relação entre frequência respiratória, reflexo cutâneo galvânico, frequência cardíaca e determinadas manifestações psíquicas.

Nessas tentativas de compreender as bases fisiológicas do psiquismo, destacamos outro aspecto do enfoque de “medição”. Transformar a psicologia em “ciência” significava aproximar a psicologia das ciências naturais; atribuir os fatos psíquicos às bases fisiológicas das quais supostamente provém era sinônimo de objetivação científica. Dessa maneira, surgia a tendência ao reducionismo fisiológico e, dentro desta, a inclina-

ção para “fisiologizar” a terminologia psicológica (isto é, utilizar metáforas fisiológicas também onde não era possível demonstrar correspondências fisiológicas). Até hoje, tanto o reducionismo fisiológico e o uso de metáforas fisiológicas, como também a pretensão de comensurabilidade são características da psicologia acadêmica hegemônica.

Esta é, por assim dizer, a bagagem herdada da psicologia clássica.

2. A revolução funcionalista

A chamada revolução funcionalista da psicologia representa um passo histórico constitutivo para a formação de uma “psicologia das variáveis”. Pouco antes dessa “revolução”, no final do século XIX, o sistema da psicologia dos elementos mentais de Wundt parecia indiscutível. Nos Estados Unidos, seu discípulo Titchener teve uma posição de primeira ordem. O próprio Wundt acreditava que – com exceção de pequenas modificações, às vezes necessárias – seu sistema seria definitivo, mas uns dez ou quinze anos mais tarde não se encontravam sequer vestígios disso. Como ocorreu uma transformação tão brusca e radical?

Visto da Alemanha, dava a impressão de que a psicologia dos elementos era superada pela psicologia da *Gestalt* (forma) e pela psicologia da *Ganzheit* (totalidade). No entanto, se olharmos a história da psicologia em um plano internacional, é evidente que este aspecto é secundário. Pelo contrário, o decisivo foi:

– Para começar, a influência do darwinismo sobre a psicologia e a mudança que se iniciava na concepção de objeto. O objeto da psicologia já não era a consciência ou, como o expressara Wundt, a experiência imediata, mas o organismo, o indivíduo que tem de enfrentar sua existência adaptando-se ao seu entorno. O funcionalismo psicológico representava a primeira fase desse novo enfoque. Nele, era determinante a influência de William James, que, como Wundt na psicologia clássica, tinha uma posição chave para a nova psicologia. Nos termos mais gerais, devemos referir, além disso, a influência do “pragmatismo”; aqui se destaca especialmente John Dewey, que – embora mais filósofo e pedagogo – exerceu grande influência sobre a psicologia. Nessa primeira

fase ainda não era muito visível a transformação que realmente ocorria. Ainda se conservavam os conceitos da psicologia clássica, porém empregados num novo contexto. Uma mudança típica se refere ao uso do conceito de consciência. Para Wundt, o conceito de consciência ainda representa o conjunto da experiência imediata, um aspecto do modo universal em que se dá o mundo desde o ponto de vista do sujeito da experiência; já para James é um “órgão” especificamente humano de adaptação ao ambiente. A visão se transforma: de observar a consciência como um meio da experiência, passa-se para um “olhar externo” sobre outras pessoas. Assim, um mesmo termo recebe significados totalmente diferentes.

– Outro ponto decisivo refere-se à segunda fase da revolução funcionalista (a partir de 1913): se a ruptura com a psicologia clássica era mais implícita, com a proclamação do behaviorismo por John Watson tornou-se explícita. Na verdade, aqui apenas se tira a conclusão da marginalização da consciência que já estava presente na primeira fase, por exemplo, com James. Se a consciência é vista unicamente a partir duma “posição externa”, é claro que não é diretamente acessível para a experiência científica, pois se encontra dentro do indivíduo. Somente se reconhece o “comportamento”, “*behavior*”, que se pode registrar de fora e se pode observar cientificamente. O comportamento é tido como resposta à “situação de estímulo” do indivíduo, a qual também se pode observar externamente. O indivíduo mesmo se converte num ponto de comutação ou de transformação localizado entre o estímulo e a resposta (ou em inglês, entre *stimulus* e *response*, por isso a denominação “psicologia S-R”).

A versão mais rigorosa do behaviorismo relativizou-se muito cedo; de certo modo, permitiram-se novamente fatos relacionados com a consciência e também se atenuaram as prescrições metodológicas da exclusão de dados subjetivos, “privados”. Mas, basicamente, a concepção de objeto que se introduz com a revolução funcionalista caracteriza a psicologia acadêmica hegemônica até a atualidade. Isso é visível, especialmente, no modo com que se admite a experiência subjetiva: não como uma experiência que se pode acessar diretamente, senão como uma variável interviniente possível de inferir, localizada entre estímulo e resposta. Ainda se considera que somente estímulo e resposta podem ser estudados de

maneira objetiva e científica.

3. As características teórico-metodológicas básicas

A partir da revolução funcionalista, é possível explicar as características básicas teórico-metodológicas de toda a psicologia hegemônica.

Para fazê-lo é necessário elucidar a relevância que se atribui aos critérios de comensurabilidade e redutibilidade fisiológica, surgidos durante a época da psicologia “clássica”.

A. A expressão das relações funcionais em variáveis

Na primeira fase funcionalista, o conceito de função era entendido num sentido preferentemente biológico, que fazia referência direta a Darwin. A funcionalidade se definia em razão da relevância para a sobrevivência do organismo. Entretanto, com a consolidação da posição behaviorista, o conceito de função sofreu uma matematização cada vez mais clara. Aqui servia de modelo a fórmula matemática para relações entre variáveis em um sistema de coordenadas: $y=f(x)$. Adaptada ao registro das relações funcionais entre estímulo e resposta, esta fórmula passava a ser $R=f(S)$ – em outras palavras, a resposta é uma função do estímulo. As “variáveis-estímulo” se concebiam como “variáveis independentes”, e as “variáveis-resposta” como “variáveis dependentes”. Daqui para frente, as teorias psicológicas cumpriam a tarefa central de formular hipóteses sobre o caráter da relação funcional entre variáveis independentes e dependentes; a partir das condições de estímulo, faziam-se “predições” sobre a conduta dos indivíduos. De acordo com isso, a tarefa central dos métodos psicológicos era possibilitar a verificação ou o rechaço, por via empírica, das hipóteses teóricas ou das “predições” sobre relações S-R.

No metodológico, ainda mais que no teórico, é patente que esse enfoque fundamental é determinante, até os dias de hoje, para a concepção científica de toda a psicologia hegemônica. Por isso podemos designar esta psicologia, com Blumer (1956), como “psicologia das variáveis”. Do exposto também se infere a relevância que recebe a comen-

surabilidade neste novo contexto, pois a relação matemática funcional entre X e Y ou entre S e R é quantitativa. A formulação das hipóteses sobre essas relações é, inevitavelmente, a formulação de hipóteses sobre relações quantitativas. Para que estas hipóteses possam ser verificadas de maneira empírica, é necessário que tanto os dados-estímulos como os dados-respostas sejam, por princípio, quantificáveis, comensuráveis. Assim, amplia-se e se universaliza o critério de comensurabilidade que na psicologia clássica somente se aplicava no contexto de um problema especial, o problema das relações psicofísicas. Sob o nome de operacionalização, a comensurabilidade se transforma no critério central de cientificidade.

Nesse contexto, também adquirem uma especial relevância as tendências à “fisiologização” que falei anteriormente, pois se considera que somente é possível observar de maneira científica os fatos “objetivos”, os estímulos e as respostas. Neste sentido, parece natural conceber também a relação entre estímulos e respostas de um modo causal-objetivo, a saber, fisiologicamente. Dessa forma, surge um reducionismo fisiológico a partir do qual as experiências subjetivas somente podem ser vistas como epifenômenos. Este reducionismo caracteriza, de uma ou outra forma, toda a psicologia das variáveis. Não somente Watson, senão também os grandes construtores de modelos da teoria da aprendizagem como Thorstone, Guthrie ou Hull formularam suas teorias sobre relações funcionais em termos fisiológicos. Porém, os processos fisiológicos nos quais fundaram essas teorias não são comprovados por meios fisiológicos, apenas são hipotetizados. Assim, é gerado o típico uso de metáforas fisiológicas ou, como também se denomina, uma mitologia fisiológica. Recentemente, isto se voltou a diluir e se permitiram os termos psicológicos – os que com frequência predominam. Mesmo assim, no que se refere à objetivação dos fatos subjetivos, ainda se tenta reduzi-los a parâmetros fisiológicos. Recorre-se a este tipo de redução para converter em variáveis, por exemplo, o “temor”, em uma tentativa por torná-lo diretamente acessível, de tirá-lo da “*black box*”, para que já não seja somente uma conjectura impossível de demonstrar. Frequentemente, esta redução é considerada como uma panaceia da investigação psicológica.

B. A metodologia como análise de condicionantes

Há de se garantir que somente as condições de estímulo que se nomeiam nas hipóteses, mas não outras, atuem sobre as respostas. Essa é, segundo o modelo das variáveis, a única maneira de comprovar empiricamente a validade das hipóteses relacionais. O método a seguir é o de análise dos condicionantes. Trata-se de eliminar, neutralizar ou no mínimo identificar as condições ou “variáveis estranhas” que podem “distorcer” a relação S-R. O experimento aparece como o melhor (ou como o único) meio empírico para analisar os condicionantes e, deste modo, comprovar a validade das hipóteses. O melhor controle dos condicionantes se dá quando não temos de identificá-los na realidade cotidiana, mas eles podem ser produzidos ou eliminados ativamente no experimento. Assim, o experimento da fase clássica se reforçou e aperfeiçoou em direção do controle dos condicionantes na comprovação de hipóteses sobre relações entre variáveis. Os procedimentos para a eliminação ou modificação de condições, que já haviam sido introduzidas por Wundt, se aperfeiçoaram e diferenciaram significativamente.

C. O enfoque das “frequências” e o pensamento probabilista da estatística

Esta característica metodológica fundamental é um resultado direto do enfoque das variáveis. Nas ciências naturais e na física não é difícil verificar empiricamente as hipóteses sobre relações matemático-funcionais ou, pelo menos, nessas ciências não é raro que os dados empíricos apresentem desvios que podem ser ignorados por ser realmente mínimos. Entretanto, na psicologia, essas condições são alcançadas somente a título excepcional. Aqui é normal que se obtenham dados mais ou menos “espalhados” em torno da função matemática hipotética. Neste contexto, todos os dispositivos experimentais que se aplicam para controlar os condicionantes parecem inúteis. À primeira vista, é quase impossível determinar se os dados obtidos confirmam ou refutam as hipóteses relacionais. Com o objetivo de afrontar esta situação incerta

– que se atribuiu à complexidade da conduta humana e à possibilidade limitada de sua manipulação –, o controle experimental se complementou com o controle estatístico dos condicionantes. Agora, os dados “espalhados” são interpretados como uma distribuição de frequências, que se pode submeter a certos modelos probabilísticos e, quando não parece possível a produção empírica das relações funcionais rigorosas, a esperança se concentra na aplicação desses modelos. Espera-se que permitam indicar, em vista dos dados existentes, com que probabilidade se pode partir de uma confirmação da hipótese teórica relacional. As distribuições dos dados são interpretadas como amostras quantitativamente limitadas de populações quantitativamente ilimitadas. Assim, mediante a generalização das frequências das amostras à população, busca-se obter critérios sobre a probabilidade com a que pode ser rejeitada a “hipótese nula”, isto é, a hipótese de que, a nível populacional, as supostas relações são somente aleatórias (tema do célebre valor discriminante e dos “níveis de significância” de 1% ou 5%).

Em um enfoque como o da psicologia das variáveis, o procedimento estatístico é inevitável. Mas, às vezes, este procedimento traz consigo uma série de dificuldades não somente não resolvidas, mas possivelmente irresolúveis. Embora aqui não possamos discutir esse assunto com maior profundidade, deve-se salientar o ponto essencial: a psicologia das variáveis nunca conseguirá desenvolver enunciados científicos sólidos sobre casos individuais, mas apenas enunciados sobre os valores característicos das distribuições de frequência. Pelo menos, não poderá fazê-lo e cumprir os seus critérios de cientificidade, ou seja, a verificação empírica das “previsões” sobre variáveis dependentes a partir de variáveis independentes. O objeto da psicologia das variáveis são as distribuições estatísticas (independentemente de como sejam caracterizadas nos casos concretos). Os casos individuais só existem como elementos destas distribuições, elementos que de alguma forma estão representados, em maior ou menor grau, nos parâmetros da distribuição. Aqui tem origem uma nova mitologia, para além da fisiológica: fala-se dos parâmetros característicos da distribuição como se fossem traços individuais ou até mesmo subjetivos.

4. As correntes contra-hegemônicas na psicologia acadêmica

A hegemonia científica e organizativa da psicologia acadêmica como “psicologia das variáveis” não foi resultado de um processo isento de problemas e contradições. Desde o começo existiram enfoques psicológicos opostos que de diferentes maneiras tentaram fazer valer cientificamente a subjetividade humana em face de sua redução ou eliminação no contexto da psicologia das variáveis, mas não puderam se impor. Mesmo quando se trata de orientações alternativas que faziam parte da psicologia acadêmica, acabaram desaparecendo da cena ou levando uma existência bastante marginal dentro do estabelecimento científico acadêmico. Nesse contexto há de se mencionar, por exemplo, a psicologia das ciências do espírito (Dilthey, Spranger) e a psicologia fenomenológica (na linha de Husserl que, na Áustria, na escola de Graz, está representada, por Meinong e Benussi, ou hoje em dia, por Graumann em Heidelberg e Merleau-Ponty em Paris). Uma corrente moderna contrária à psicologia das variáveis é, por exemplo, a que se denomina psicologia humanista; também neste caso se trata de uma denominação coletiva que agrupa as mais diferentes abordagens psicológicas. Além disso, existem casos isolados difíceis de classificar, como, por exemplo, Piaget e sua obra gigantesca, que não podem ser atribuídos à psicologia das variáveis, nem às contracorrentes citadas. Do mesmo modo se devem incluir aqui as várias abordagens psicológicas que se referem ao marxismo, como também a Psicologia Crítica que – apesar de todos os esforços do Estado da Alemanha Federal – está representada no âmbito acadêmico.

Naturalmente, irei me voltar para a psicologia de fundação marxista. Expor a relação da psicanálise com as psicologias alternativas não seria algo fácil de fazer. Pressuporia analisar a relação complexa e contraditória entre estas psicologias alternativas e a psicologia das variáveis. Essa é uma tarefa grande e difícil, que até agora somente temos empreendido parcialmente (veja-se, por exemplo, Holzkamp, 1984b⁴⁵;

45 N.T.: Ver o capítulo V do Tomo 1: *Psicologia Crítica e Psicologia Fenomenológica: o*

Scholz, 1980). Neste artigo, vou me referir a tal relação apenas em casos isolados. Em vez disso, centrarei a minha apresentação sobre a relação histórica da psicanálise com a psicologia das variáveis, a forma de psicologia acadêmica que na Alemanha é claramente dominante tanto científica como organizacionalmente.

III. A posição da psicologia de variáveis com respeito à psicanálise: da rejeição à intenção de integração

Até aqui expusemos o processo de transformação da psicologia acadêmica em uma psicologia das variáveis. Mas enquanto se desenvolvia e se transformava a psicologia acadêmica, também crescia e se propagava, de maneira paralela, a psicanálise. Adiante, será exposta e analisada a reação da psicologia das variáveis em gestação, ante o crescimento da psicanálise. Somente depois tratarei, inversamente, a relação com a psicologia das variáveis do ponto de vista da psicanálise.

Observemos, para começar, os critérios científicos na linha que conduz desde a revolução funcionalista até a psicologia de variáveis. Aqui, as teorias são “previsões” que devem ser comprovadas experimentalmente; predomina o modelo causal, o pensamento se articula em termos de “frequências”, a emissão de juízos se baseia em estatísticas etc. Nessa abordagem, a psicanálise em sua forma original, tal como surgiu e se espalhava no cenário da história da psicologia, deve ter parecido um anacronismo. Deve ter dado a impressão de um corpo estranho ou, no mínimo, de algo que era muito pouco científico.

Como se apresentava, aos olhos da psicologia das variáveis, a psicanálise? Na psicanálise não se eliminavam da linguagem científica os enunciados referentes a experiências subjetivas, “privadas”, nem mesmo se os afastava e os encerrava na “caixa-preta” localizada entre o estímulo e a resposta. Em vez disso, a experiência subjetiva transformava-se no único objeto do desenvolvimento teórico e da investigação psicanalítica. Quanto ao desenvolvimento teórico, não era reduzido tanto quanto possível a pressupostos relacionais ou previsões que poderiam ser testados empiricamente a fim de ser operacionalizados. Em vez disso, foram

caminho da Psicologia Crítica para a ciência do sujeito, p. 125.

introduzidos conceitos mentalistas, de tom essencialista e, em parte, trabalhava-se mesmo com um excedente de conceitos de inclinação mitológica. “O inconsciente”, “ego-id-superego”, “complexo de Édipo” etc., todos estes eram conceitos que não poderiam ser submetidos a um teste empírico rigoroso. Não se procedia a uma análise das condicionantes, nem se gerava uma resposta controlável e comensurável por parte dos sujeitos investigados a respeito de uma situação de estímulos definida segundo critérios de medição. Pelo contrário, construía-se situações difusas de diálogo em que se pedia ao sujeito para expressar tudo o que lhe viesse à cabeça. Não se utilizavam amostras representativas, mas, de um modo absolutamente parcial, somente se levavam em conta pessoas definidas como neuróticas, as quais vieram, todas elas, da classe alta e da média alta. Não se produziam dados na forma de distribuições de frequências; não era possível emitir juízos sobre uma estatística; a psicanálise se limitava a gerar poucos casos clínicos, de pessoas que o psicanalista conhecia pelo nome. E embora esses registros fossem tão dilatados, não havia a menor tentativa de analisar os dados de maneira estatística, empiricamente, nem se discutia criticamente sobre a medida em que os resultados do teste empírico confirmavam as hipóteses formuladas. Em vez disso, o analista “interpretava” o que diziam os sujeitos investigados à luz de suas construções teóricas mitológicas e essencialistas. E, finalmente, o critério único ou essencial para considerar confirmadas as hipóteses era a aprovação destas interpretações pelo “paciente”. Seja como for, medido segundo os critérios de cientificidade da psicologia das variáveis, a psicanálise era totalmente deficiente. Que conclusões se tiravam a partir deste fato? Isso dependia da radicalidade com que se sustentavam as regras e reduções do operacionalismo. No mínimo, podem-se distinguir três níveis diferentes de radicalidade na reação da psicologia das variáveis diante dos déficits científicos da psicanálise:

1. A partir de fundamentações teórico-científicas se chega ao veredito da não cientificidade da Psicanálise

Em primeiro lugar, observaremos o campo dos protagonistas

mais decisivos e resolvidos, a aproximação operacionalista mais severa da psicologia das variáveis. Aqui foi alegado que uma produção mentalista e mitológica dos conceitos excluía de antemão a cientificidade. Assim o fez, por exemplo, o fundador do behaviorismo, John B. Watson, que em *The myth of the unconscious: A behavioristic explanation* (1927) criticou laconicamente Bleuler e Freud, pois pensavam “*mind as a thing or entity distinct from the body*” – “a mente como uma coisa ou entidade se distingue do corpo” (p. 502). Segundo Watson, no lugar de falar do inconsciente, os behavioristas deviam falar do “não-verbalizado”. Neste sentido, o tratamento das perturbações psíquicas significa que se deve aprender a “verbalizar” mediante métodos behavioristas. Entre outras coisas, temos de dizer aos indivíduos como se comportam as pessoas que sofrem uma perturbação (por exemplo, uma depressão etc.) e em geral como funcionam as perturbações psicológicas. (À margem disso, há que ressaltar que Freud mesmo havia introduzido, como uma das definições do inconsciente, a impossibilidade de verbalização.) Uma função de relevância comparável à que assumiu Watson na fase inicial é a que assume B. F. Skinner para o desenvolvimento do behaviorismo e o operacionalismo moderno. No *Critique of psychoanalytic concepts and theories* (1956), Skinner se situa na mesma linha argumentativa de Watson, ainda que em um nível de maior severidade teórico-científica. Ele critica radicalmente os conceitos freudianos enquanto hipóteses teórico-cotidianas de “demônios”, “homúnculos” etc. na personalidade e expõe a difusão das ideias freudianas como um grande retrocesso que dificulta o desenvolvimento científico da psicologia. Segundo Skinner, sobre a base científica de sua própria teoria do comportamento é possível explicar todos os fenômenos abordados por Freud. As explicações que fornece para esses fenômenos são explicitamente fisiológicas.

Por certo, este tipo de gesto crítico em face da psicanálise persiste até os dias de hoje. Transformou-se em um sedimento cultural que, por exemplo, se expressa no realismo ingênuo de muitos naturalistas que fazem zombaria dos conceitos freudianos e sua falta de cientificidade. Uma amostra recente é o título sobre Freud no número 52 da revista *Der Spiegel* (1984), em que se toma a sério toda uma série de cientistas que enfatizam o obscurantismo da psicanálise, sua abordagem de caráter religioso disfarçado de cienti-

ficidade etc. Uma vez mais, se faz público, como se tratasse da notícia mais atual, que se demonstrou a absoluta falta de cientificidade da psicanálise.

2. Afirma-se que a Psicanálise foi refutada de um ponto de vista empírico

Neste caso, o rechaço não se dá somente nos problemas da teoria científica, mas tem uma base empírica. A passagem de um tipo de rechaço ao outro é fluida: no primeiro, o veredito de “não cientificidade” se referia à natureza da produção psicanalítica de conceitos; no segundo, argumenta-se que não é possível fundamentar empiricamente nenhuma das hipóteses centrais da psicanálise. Em ambos os casos, é comum considerar que os critérios da psicologia das variáveis são, em geral, sinônimos de “critério científico” e, naturalmente, isso também é considerado válido no caso do teste empírico da psicanálise. Assim, diz-se que se pode demonstrar que coisas como o complexo de Édipo, a pulsão parcial da primeira infância etc., apresentadas por Freud, não existem empiricamente. Mas aqui não quero aprofundar esta questão. É suficiente mostrar quão difundidos são esses discursos, por exemplo, citando uma das epígrafes do número 52 de *Der Spiegel*: “A tese do ‘caráter anal’ foi refutada” (p. 127). É característica a ingenuidade com que se adaptam os critérios empíricos de validação da psicologia das variáveis, como se se tratasse de “a” regra final, sem levar em conta a grave crise metodológica em que se encontra esse tipo de psicologia.

A passagem desta para a posição seguinte é também fluida.

3. Supõe-se que os conceitos essenciais da psicanálise podem ser reformulados de maneira que possam ser operacionalizados e verificados pela via empírica, em conformidade com a psicologia das variáveis

Tendo em vista os déficits da psicanálise, e com o objetivo de superá-los, realizaram-se investigações empíricas conforme a psicologia das variáveis. De maneira quase espontânea, propagou-se sua reformulação e operacionalização. Esta era considerada a via mais natural para comprovar cientificamente a validade dos conceitos psicanalíticos.

Supunha-se que as teorias psicanalíticas, ainda que formuladas de uma maneira estranha e confusa, eram “teorias” no sentido da psicologia das variáveis, eram teorias que permitiam derivar hipóteses sobre relações empíricas ou realizar “predições”, e podiam ser comprovadas ou refutadas segundo um esquema metodológico de análise estatística e dos condicionantes.

a) As tentativas de se “submeter a teste” a psicanálise foram muito frequentes. Já em 1943, R. R. Sears possuía material suficiente para publicar uma compilação de investigações deste tipo. O título era sintomático: *Survey of objective studies of psychoanalytic concepts*. Sears enumerava seis esferas problemáticas: primeira, a erotogenia, isto é, a teoria freudiana do desenvolvimento das pulsões parciais; segunda, a conduta erótica das crianças; terceira, a eleição do objeto, a situação edípica, o período de latência etc.; quarta, a fixação e a regressão; quinta, o recalque; sexta, a projeção e os sonhos.

Sem entrar em detalhes, limitar-me-ei a ilustrar o tipo de aproximação levantada nas investigações compiladas por Sears. Para começar, observemos, por exemplo, o capítulo que se refere à erotogenia. Como é sabido, Freud formulou sua teoria das fases do desenvolvimento da sexualidade na primeira infância – fase oral, anal, fálica etc. – no contexto da análise e interpretação da experiência das pessoas adultas a respeito da primeira infância. Porém, na compilação de Sears, fica claro que, sem mais nem menos, trabalha-se com esta teoria como se tratasse de enunciados referidos a processos reais do desenvolvimento de crianças pequenas. A questão aqui formulada é: “é possível observar efetivamente algo similar nas crianças?”. A atitude típica no questionamento levantado pela psicologia das variáveis é: nas crianças, pode-se confirmar a tendência à sucção enquanto excitação da boca, independentemente da fome ou da tendência à ingestão de alimentos? É, portanto, correto supor uma pulsão oral independente? Como é usual, os resultados são ambíguos. Por exemplo, uma das investigações chegou ao seguinte resultado: em dez períodos de cinco minutos foram registrados gestos orais. Isto demonstra, diz-se, que tais gestos são representativos para toda a conduta. Ademais, constatou-se que existia certa relação entre um estado nutricional (altura dividida por peso) deficiente e a frequência dos gestos orais.

Nas crianças mais velhas, constatou-se uma distribuição bimodal: as crianças obesas e as crianças magras mostraram mais gestos orais etc.

O capítulo sobre a escolha de objeto reúne as investigações sobre o complexo de Édipo. Também neste caso, o conceito freudiano da situação edípica é interpretado como simples enunciado empírico sobre as preferências nas relações familiares. Expõem-se muitas investigações empíricas, inclusive faz-se referência a compilações anteriores.

Há investigações a partir das quais se infere que, ao contrário do que supunha Freud, a escolha do objeto da primeira infância não determina todas as escolhas de objetos ulteriores. Isso se pode comprovar, dizem e creem os investigadores, sobre a base de observação de professores escolares. Em seu conjunto, chegou-se ao resultado de que o complexo de Édipo não se pode demonstrar claramente de maneira empírica.

No capítulo sobre a regressão é exposto um grande número de experimentos com ratos. O esquema de investigação é o seguinte: primeiro os ratos aprendem um caminho determinado e depois um caminho mais efetivo para chegar ao alimento. Se agora se “pune” a escolha do segundo caminho através de eletrochoques, os ratos “regressam” ao caminho mais ineficaz que haviam aprendido no começo.

Investigações um tanto quanto mais complexas e relativamente conhecidas sobre a regressão nas crianças se encontram em Barker, Dembo e Lewin (1941). Aqui foram diferenciados distintos níveis de complexidade das ações lúdicas das crianças e constatou-se que, sob condições frustrantes, as crianças recaíam em níveis lúdicos mais primitivos. Segundo Sears, essa regressão a estados mais primitivos representaria uma forma mais global, enquanto a regressão tratada por Freud, referida ao objeto, seria um caso especial.

No sexto capítulo de sua compilação, Sears comprova empiricamente a validade do conceito freudiano de repressão ou recalque. Para isso, examina em que medida custa mais recordar estímulos desagradáveis do que agradáveis (embora em seguida também questiona se neste contexto é realmente possível registrar a dimensão “desagradável”). Finalmente, chega ao resultado de que os estímulos desagradáveis só são mais bem retidos quando está em jogo um *ego-involvement*, isto é,

quando os estímulos afetam substancialmente a autoestima do “sujeito de investigação”. Nesse marco se confronta o “efeito *Zeigarnik*” (as tarefas inacabadas são retidas com maior facilidade; o conceito provém da escola de Lewin) com o efeito do “recalque”. Também neste caso é típica a maneira de articular esta confrontação: o efeito *Zeigarnik* só aparece se as tarefas inacabadas não afetam a autoestima. O modo de proceder é característico: o “medo” se produz mediante a expectativa de um eletrochoque, e há determinados estímulos que, se são nomeados, implicam uma maior probabilidade de receber um eletrochoque. Finalmente, a questão é: no experimento, se nomeariam com menor frequência tais estímulos?

Um experimento que Sears expôs, realizado por McGranahan (1940), chegava à conclusão de que o “recalque” depende da situação. Se alguém se enfrenta com um urso em um bosque, apesar do medo, dificilmente poderá recalcar psiquicamente sua percepção. Porém se pode recalcar onde determinados conteúdos são supérfluos ou enfadonhos para o alcance de um objetivo. Pelo método dos eletrochoques se chegou à conclusão de que os indivíduos mais bem organizados do ponto de vista cognitivo – indivíduos que, portanto, reagem de uma maneira mais seletiva – recalcam com maior frequência. Isso não significa que essas pessoas também sejam neuróticas, uma vez que as pessoas que estão cognitivamente bem organizadas estariam envolvidas com menor frequência em situações que teriam de recalcar. (Há, literalmente, centenas de experimentos deste tipo, especialmente relacionados com a repressão, em parte, com análises dos condicionantes e métodos comprovatórios bastante diferenciados).

b) Existe uma multiplicidade de análises que abordam de maneira especial questões referidas à teoria da ciência. Entre outros, pode-se citar, por exemplo, Albert Ellis (1956) – um conhecido teórico proveniente do empirismo lógico – e um artigo seu que também leva um título característico: *An operational reformulation of some of the basic prinziples of psychoanalysis*. Ellis começa expondo sua concepção geral do “operacionalismo”; em contraste com Skinner, defende uma versão por assim dizer “moderada” dele mesmo. Porém não se limita a registrar os supostos teóricos que podem ser diretamente operacionalizados em projetos experimentais; antes reconhece também as “*higher order theories*” (o que

outros autores denominam “*hypothetical constructs*”). Essas teorias de “ordem superior” não podem ser totalmente operacionalizadas, mas representam conceitos integradores que permitem estabelecer relações entre as diferentes “*lower order theories*”. Por sua parte, estas últimas podem ser diretamente operacionalizadas e aumentam, desse modo, o valor científico explicativo das primeiras. Seguidamente, Ellis pergunta se os conceitos psicanalíticos fundamentais podem ser, apesar de sua imprecisão, classificados como “*higher order theories*”; se assim for, seriam adequados para o desenvolvimento de hipóteses que podem ser empiricamente verificadas ou refutadas. Sobre esta base desenvolve uma comparação – algo obscura – entre os textos freudianos originais, seus conceitos fundamentais e suas próprias reformulações operacionais. A partir de determinados conceitos freudianos (como “id”, “ego”, “superego”, “erótica oral”, “libido” e “recalque”), propõe o desenvolvimento de hipóteses experimentalmente testáveis. Em seu conjunto, a pesquisa de Ellis conduz à mesma transformação ingênua com que se buscava submeter os conceitos psicanalíticos a um teste empírico que discutimos. Os conceitos freudianos relacionados com os dados da experiência subjetiva são transpostos para a posição de uma visão externa sobre o comportamento dos outros.

Aqui é essencial apenas um fato: nenhuma destas tentativas “moderadas” de adaptar a psicanálise considera, em nenhum lugar, a possibilidade de que talvez os conceitos freudianos fundamentais não sejam comparáveis com a formação conceitual da psicologia das variáveis. Todos compartilham a ideia de que ante a psicologia das variáveis os conceitos de Freud não são mais do que deficientes, vagos, pouco claros etc. Também Ellis se queixa da natureza científica duvidosa de muitos dos conceitos psicanalíticos – por esta razão, diz ele, são resistentes a suas tentativas de operacionalização. Na passagem final, em que trata sobre os limites da reformulação operacional da psicanálise freudiana, referindo-se a conceitos psicanalíticos como “psique”, “consciência”, “energia psíquica”, “catexia de energia” etc., observa: “Estas são construções hipotéticas que, em parte, baseiam-se em noções da física do século XIX e não são mais sustentáveis, ou que somente podem ser confirmadas sobre a base de descobertas neurofisiológicas que até agora não se realizaram” (p. 151).

Também Sears partilha da opinião de que a psicanálise apenas tem valor quando é “operacionalizável”. Ele argumenta que, em essência, a principal fraqueza da psicanálise reside em seu método. Para começar, não é possível reproduzir as observações. Acresce que não há nenhuma validação. É desconhecido até que ponto os resultados dependem da sugestão ou autossugestão do observador. Isso não significa que as observações e os resultados são falsos, mas que necessitam de um respaldo empírico. Porém, ao mesmo tempo, em sua exposição das investigações empíricas, Sears afirma ocasionalmente que determinados dados respaldariam a teoria psicanalítica. Isso não é uma contradição? – De modo algum, pois somente se refere a que, embora seja correta a teoria, seria de se esperar que uma investigação empírica pudesse apresentar esses dados. Nada é dito sobre a unidade da teoria, e nada sobre a possibilidade de que muitas outras teorias puderam explicar tão bem ou ainda melhor os fatos, Sears diz somente que esses fatos não contradizem essa teoria.

Até esta parte só levei em conta as tentativas explícitas para dar uma “base científica” aos conceitos psicanalíticos. Expliquei as posições que procuraram operacionalizar e submeter ao teste empírico esses conceitos e especialmente os de Freud. Ainda não discuti sobre um capítulo histórico-psicológico muito importante: o da influência do pensamento psicanalítico sobre o desenvolvimento da teoria da psicologia das variáveis. Na verdade, dificilmente se pode sobreavaliar essa influência. Para começar, está presente na teoria do “campo de força” de Lewin, claramente fundada em ideias psicanalíticas. Hoje em dia, as ramificações dessa teoria abarcam grande parte da “psicologia social” hegemônica. Está representada tanto na tradição da teoria da dissonância cognoscitiva, de Festinger, como nos enfoques da teoria da consistência em geral. Outra linha é a da influência da psicanálise sobre as teorias da aprendizagem tanto terapêuticas como experimentais. Nesse caso se podem citar, no âmbito da terapia, por exemplo, Mowrer, Dollard e Miller etc., ou também na psicologia experimental, a “hipótese de frustração-agressão” de Miller e Dollard, assim como as mais variadas investigações que lhe seguiram. Outra linha importante é a da “*social-perception*”, que começa com Bruner e Goodman, assim como com McGuinnies. Aqui se usa o conceito de “*accentuation*”, que se baseia nas ideias freudianas sobre o autismo, e o da

“defesa perceptiva”, que faz referência ao conceito freudiano de recalque. A partir de Murray, o pensamento psicanalítico penetrou na teoria da personalidade como aspecto “dinâmico”.

Este grau de influência da psicanálise nos permite dizer que, com Freud, a psicologia das variáveis mudou seu rosto. Mas isso contrasta estranhamente com o rechaço ou o desconhecimento oficial da psicanálise. Quais são as razões por trás dessa contradição? Para descobrir, seria necessária uma análise histórica mais precisa das diferentes linhas da influência da psicanálise sobre a psicologia das variáveis – mas até agora, ninguém realizou esta tarefa (nós, muito menos). No entanto, *grosso modo*, é óbvio que na posição da psicologia das variáveis e de sua própria recepção da psicanálise existe uma contradição histórica: por um lado, há as frações, aspectos ou variantes da psicanálise que de alguma forma podem ser integrados na psicologia acadêmica e, por outro, aqueles que resistem a essa integração. Assim, historicamente, existe, por um lado, uma psicanálise adaptada que perdeu a sua independência com esta adaptação, mas também continua a existir permanentemente uma psicanálise que é autônoma, tanto do ponto de vista científico como organizativo.

Até aqui, só observamos a relação entre a psicanálise e a psicologia das variáveis a partir do ponto de vista da psicologia das variáveis. Agora, para poder elucidar e compreender de modo mais claro contradições como as mencionadas, trocaremos nosso ângulo de observação. Vamos analisar a relação entre a psicanálise e a psicologia das variáveis a partir da posição e da visão própria da psicanálise.

IV. A posição psicanalítica com respeito à psicologia das variáveis

Primeira parte: intentos fracassados

A tentativa de reivindicar a cientificidade da psicanálise orientada de acordo com os critérios da psicologia das variáveis

Vamos abordar agora a discussão sobre a psicologia das variáveis a partir do ponto de vista da psicanálise. O que primeiro aqui salta aos

olhos é que não existe uma posição homogênea. Encontramo-nos diante de pontos de vista diferentes e incompatíveis, e isto nos indica a existência de contradições insuperáveis na própria concepção psicanalítica básica. Mostrar estas contradições e extrair as consequências correspondentes é o objetivo central desse texto.

Existe uma grande variedade de enfoques psicanalíticos, mas aqui contemplaremos aquelas variantes que têm sido significativas tanto para o desenvolvimento internacional da psicologia quanto da psicologia das variáveis. Este capítulo também poderia ser intitulado “a psicanálise sob a pressão do monopólio científico da psicologia das variáveis”. Nesse caso, as diferentes variantes e posições representariam, por assim dizer, as diferentes formas de enfrentar essa pressão.

1. A fácil subsunção da psicanálise à psicologia das variáveis

Esta vem a ser a tentativa mais direta para lidar com a pressão da psicologia das variáveis relativas à psicanálise: a própria psicanálise é declarada uma “variedade” da psicologia das variáveis. Neste caso, é determinante que apenas se reconheça um conceito da ciência e um só modo de reivindicar a psicanálise como ciência: por meio do operacionalismo ou empirismo lógico.

Como exemplo, pode-se citar o fundador da chamada “psicologia (psicanalítica) do eu”, Heinz Hartmann. Em uma de suas obras, *Psychoanalysis as a scientific theory* (1964), se expressam de uma forma particularmente sintética concepções que, no geral, são bastante difundidas (e que também estão presentes na obra de Rappaport).

Hartmann argumenta que a psicanálise não é uma ciência histórica, mas pertence à psicologia como ciência natural, é uma “*scientific psychology*”. Seu objeto de investigação seria o comportamento humano e a sua finalidade, a predição de seu comportamento. As atividades do psicanalista – diz ele – determinam um “comportamento” do cliente; as primeiras são interpretadas como “variáveis independentes”, o segundo como “variável dependente”.

A partir deste modelo básico, Hartmann discute certas propriedades da psicanálise e as dificuldades que a envolvem, por exemplo, con-

siderando os possíveis erros do psicanalista durante a “observação” do paciente, as ambiguidades na “interpretação” de comportamento etc. De acordo com Hartmann, essas dificuldades também aparecem em toda a psicologia, e, portanto, não podem justificar um distanciamento radical da psicanálise. Em toda a psicologia existem hipóteses teóricas com diferentes graus de referência para observação, e até mesmo construções hipotéticas que possuem apenas uma referência altamente mediada e indireta e no que diz respeito às observações. Isto é semelhante, Hartmann observa, ao que acontece com alguns das interpretações psicanalíticas.

Em geral, este tipo de discurso foi dirigido pelos padrões da psicologia das variáveis e por parâmetros utilizados para indicar sérios “pontos fracos” do processo psicanalítico. A resposta da psicologia das variáveis foi rápida e, naturalmente, todas as objeções foram feitas a partir da estrutura discursiva de uma teoria dos “déficits” da psicanálise. Por exemplo, objetou-se que a psicanálise não pode excluir a possibilidade de que o terapeuta possa sugestivamente influenciar o cliente. Por outro lado, tal sugestão é provável e, portanto, não há distinção clara entre as variáveis independentes e dependentes. Ao mesmo tempo, é impossível realizar uma análise para clarificar esta questão, porque – ao contrário do experimento – não variam as condições. Tampouco existe a possibilidade de verificar as “predições” de forma independente, pois não existe um “critério externo”. Finalmente, é impossível realizar uma análise estatística, uma vez que só se tem acesso a muito poucos casos e não há amostras aleatórias ou amostras obtidas de forma metódica.

Hartmann e seu círculo pouco ou nada fizeram para neutralizar a teoria dos *déficits da psicanálise*, proposta pela psicologia das variáveis. Depois de suas investigações, ainda continuavam vigentes todos os argumentos dessa teoria geral. Obviamente, esta era uma posição insustentável ante a psicologia de variáveis. No entanto, isso não impediu que, ocasionalmente, e até hoje, tivesse defensores.

2. O projeto de transformar a psicanálise em uma “ciência” estruturando o enquadramento psicanalítico segundo o *setting* experimental da psicologia das variáveis

Segundo esta posição – de tendência similar ao que se descreveu há pouco, embora menos inconsistente –, a psicanálise ainda não alcançou o *status* científico de uma psicologia das variáveis, mas poderia alcançá-lo mediante o aperfeiçoamento da metodologia psicanalítica.

Aqui devemos mencionar, entre muitos outros, os conhecidos trabalhos de Sampson e Wallerstein (1971). Em termos gerais, o raciocínio destes autores é o seguinte: a característica central da psicanálise seria o enquadramento terapêutico como lugar e meio para o desenvolvimento de experiências. Este enquadramento teria, em princípio, as qualidades de um desenho *quase experimental*, uma situação específica na qual se introduzem determinadas condições e que permitiria controlar os condicionantes. Mas, na verdadeira prática psicanalítica, raramente esse controle seria feito e, mais, os psicanalistas não teriam consciência metodológica necessária para fazê-lo. Portanto, na prática, abandonar-se-ia a investigação clínica sistemática. Consequentemente, Sampson e Wallerstein apresentaram os seguintes objetivos: é necessário possibilitar o acesso geral às observações básicas feitas no enquadramento (através da gravação em fita magnética); deve-se permitir a inspeção e a objetivação do que acontece no cenário psicanalítico por parte de terceiros; deve-se diferenciar o que corresponde à produção de hipóteses e o que corresponde aos dados relacionados com as experiências. Deve-se reconhecer claramente qual hipótese e quais características deveriam apresentar as experiências que confirmariam a previsão realizada por ela mesma. Em suma, deve-se superar os estudos de casos informais e avançar para a investigação clínica sistemática; somente desta forma será possível validar e generalizar as observações individuais do analista (é claro que neste contexto se fala de generalização no sentido da *generalização de frequências* da psicologia das variáveis).

Outro objetivo que também se pretende atingir é a validação (no sentido de uma verificação controlada) do tratamento psicanalítico. Para

alcançar este objetivo, propõe-se o controle estatístico da “previsão” do sucesso desse tratamento. Isto implicaria determinar quais são as variáveis independentes, ou seja, determinar quais condicionantes do enquadramento são responsáveis do sucesso do tratamento. Por esta razão, a análise das condições do enquadramento adquire uma relevância particular.

Tais ideias não tiveram quase nenhum impacto sobre a psicanálise. A causa essencial deste fato, reconheceram Sampson e Wallerstein, é que *os conceitos e procedimentos básicos da psicanálise não são favoráveis a este tipo de análise das condições*. Por maiores que sejam os esforços, a psicanálise é sempre deficitária em relação ao cânone metodológico da psicologia de variáveis.

Um desenvolvimento importante, do ponto de vista histórico, refere-se às técnicas terapêuticas. Inicialmente, era quase a mesma coisa falar de uma terapia da conversa ou de uma terapia psicanalítica; mas, a partir de 1920, surgiam técnicas de terapia genuinamente “psicológicas” e, a partir de 1930, outras mais. Tratava-se de técnicas desenvolvidas em clara conformidade com os critérios da psicologia de variáveis. Entre outras, surgiu a “terapia do comportamento”, a “psicoterapia” ou “terapia da conversa” e, a partir dessas formas iniciais, apareceram outras tantas técnicas similares. Este desenvolvimento ocorreu sob a influência explícita e determinante da *concorrência* no *psicomercado* e, nesse contexto, sugeriu-se que a psicanálise era antiquada, especulativa, lenta, ineficaz, incontrolável, e que deveria ser descartada. Nascia, por assim dizer, uma segunda frente contra a psicanálise. Por certo, propunha-se uma produção de teorias que, em comparação com a psicanálise, eram relativamente primitivas e de caráter reducionista, mas do ponto de vista dos critérios da psicologia de variáveis, isso representou precisamente uma “vantagem” metodológica. Pois, desde o início, a teoria foi formulada na linguagem das variáveis, o que facilitou as “operacionalizações”. Assim, na terapia comportamental, como também na terapia da conversa, a operacionalização poderia facilmente se referir às variáveis do “terapeuta”, do “cliente” etc. À medida que a psicanálise assumia o discurso da psicologia das variáveis, era obrigada a tomar uma posição defensiva também neste plano.

O desenvolvimento subsequente tornou claro que estas técnicas de terapia tampouco permitiam transformar em variáveis e controlar totalmente as condições da situação terapêutica. Paulatinamente, a psicanálise voltou à carga. Ao mesmo tempo, algumas das novas técnicas de terapia psicológica desistiram do “controle de condicionantes” e, de um ponto de vista metodológico, aproximaram-se ao enquadramento psicanalítico – como ocorreu, por exemplo, no campo da terapia humanista da *Gestalt*. Mas isso não aconteceu devido às tentativas de transformar a psicanálise em uma variável de sistema, mas apesar deles (voltarei a esta questão).

3. A intenção de separar as partes “especulativas” das partes “operacionalizáveis” da psicanálise

Como nos outros dois casos descritos há pouco, este também representa uma tentativa de escapar da pressão do monopólio científico da psicologia das variáveis, adaptando seus critérios. Desta vez, a intenção é a de “depurar” a psicanálise removendo as peças que são consideradas especulativas e não operacionalizáveis. Desta forma, pretende-se apresentar a parte restante como uma ciência investigativa em acordo com os critérios da psicologia das variáveis. O próprio Freud promoveu esta separação ao proclamar uma “metapsicologia” psicanalítica, uma espécie de superestrutura teórica da teoria clínica. Infelizmente, o mesmo Freud considerou esse aspecto de sua concepção como “especulativa”, e outros autores, mais tarde, assumiram esta declaração no contexto da “depuração” da psicanálise. Em suas discussões, ocuparam-se especialmente do aspecto “econômico” da metapsicologia, mas, em seguida, também do aspecto “topológico” (a metapsicologia freudiana tinha os aspectos dinâmico, topológico e econômico).

O aspecto econômico fazia referência a uma definição quantitativa da “libido”. Supunha-se que o indivíduo só tinha certa quantidade de libido disponível e, portanto, teve de lidar com essa quantidade de libido de maneira “econômica”. Isto foi relacionado com a catexia de objeto, com o roubo e redistribuição da libido, a perda da fixação e de certas quantidades de libido, a transformação da energia sexual em energia dessexualizada (sublimação) etc. Aqui usamos o termo de Tomam (1960), que fala

de um “*Libido-quantum-theorem*”. Este “teorema” possibilita uma determinada lógica argumentativa no marco da interpretação dos sintomas psíquicos (a este respeito, é representativo o artigo “As pulsões e seus destinos” de Freud [1915]).

Pelo aspecto topológico, compreendia-se uma analogia espacial para a modelagem dos processos psíquicos. Tratava-se originalmente do inconsciente, do pré-consciente, a consciência, o sensor localizado entre os sistemas pré-consciente e consciente etc. Na nova versão, isto se referia ao aspecto estrutural, isto é, o “ego”, o “id” e o “superego” como instâncias psíquicas. Desta forma, a personificação de situações de conflito outorgava a possibilidade de uma interpretação “cênica” como “drama” psíquico (aqui, é importante o artigo de Freud, “O ego e o id” [1923]).

No entanto, na psicanálise, há um movimento relativamente amplo que propõe preservar apenas a teoria “clínica” da psicanálise e abandonar a “metapsicologia”. Este movimento inclui várias vertentes, uma das quais procura estabelecer a psicanálise como uma ciência puramente observacional. Com o abandono da metapsicologia, espera-se que a psicanálise seja admitida no campo da psicologia das variáveis. De acordo com esta vertente, os conceitos aceitáveis do ponto de vista clínico são a repressão, a projeção, a contratransferência etc. Alega-se que estes conceitos podem ser observados, ou que pelo menos podem ser mais bem observados que os conceitos metapsicológicos, considerando-os, assim, mais próximos da experiência clínica. Essa tentativa de “limpar” a psicanálise é baseada em ideias ingênuas sobre a possibilidade de separar a “teoria” e a “observação”. Como Richard Lichtman demonstrou em seu excelente livro *The production of desire* (1982), trata-se de ideias que são ingênuas até mesmo do ponto de vista do empirismo lógico. Contradizem, por exemplo, a máxima de Popper, segundo a qual “levamos a cabo toda observação à luz de teorias” ([1934] 1962, p. 57). Isto é, por um lado, a “repressão” e a “transferência” são “teoria”, mas também, por outro lado, os conceitos metapsicológicos, como a “catexia libidinal” ou o “superego” relacionam-se, de alguma forma, com a experiência. Como Lichtman (1982, p. 112) afirma, as tentativas de “proteger a prática” clínica “contra a teoria” são impossíveis de se fundamentar.

Por conseguinte, quando perguntaram a diferentes especialistas na área clínica que partes da metapsicologia deveriam ser sacrificadas para que a psicanálise pudesse alcançar o *status* de ciência observacional, eles não puderam entrar em acordo algum (ibidem).

Para Arlow, por exemplo, o modelo estrutural, o conceito de “ego” etc. fazem parte da teoria clínica; só se deve eliminar, devido ao seu caráter metapsicológico especulativo, o aspecto “econômico”. Já Holt e Schafer propõem suprimir o conceito de “Id-Ego-Superego”, isto é, o aspecto topológico – por ser metapsicológico.

Em geral, como demonstrou Lichtman, a teoria freudiana é impensável sem suas implicações metapsicológicas, pois a obra de Freud jamais se reduz a meras descrições fenomênicas, porquanto representa uma *unidade de experiência clínica e generalização construtiva e teórica que logo se volta a refletir na prática clínica*. Freud sempre deixou claro que uma “teoria da libido nas neuroses” ([1914] 1996, p. 38) – ou seja, o aspecto “econômico” – era decisiva para a sua concepção. A tentativa de se abandonar uma parte da psicanálise para ser colocada à disposição da psicologia das variáveis leva a abandonar completamente a psicanálise, de forma que também esta terceira abordagem carece de solidez.

V. As posições psicanalíticas com respeito à psicologia das variáveis

Segunda parte: a reivindicação de um *status* especial

A psicanálise considerada como ciência “compreensiva” ou hermenêutica da interpretação, em contraste com a psicologia das variáveis como ciência “explicativa” factual.

1. “Razões” em vez de “causas”

A psicanálise como uma forma de psicologia “compreensiva”

Até agora somente tratamos uma das formas nas quais a psicanálise buscou lidar com a pressão exercida pela psicologia das variáveis. Vimos os modos com que a psicanálise tentou subordinar-se aos critérios

da psicologia das variáveis. Agora discutiremos uma forma diferente de lidar com essa pressão. Trata-se da intenção de demonstrar que os critérios de cientificidade da psicologia das variáveis não são válidos para a psicanálise.

Basta uma olhada rápida para as tentativas de transformar a psicanálise a partir da análise estatística e dos condicionantes para perceber que este tipo de iniciativa não está à altura da psicanálise. Fica claro que se perdem muitas possibilidades de conhecimento específicas da psicanálise. Esta também foi a objeção com a qual se confrontaram os diferentes autores que pretendiam adaptar a psicanálise a um sistema de “variáveis”. Começaram a buscar pontos de referência científico-sistemáticos e teóricos mais gerais que permitiriam subtrair a psicanálise à intervenção da psicologia das variáveis. Revisou-se a história da psicologia e, naturalmente, encontraram-se as iniciativas que, ante a psicologia tradicional como ciência natural explicativa, realçaram a psicologia como ciência do espírito, compreensiva. Entre os representantes mais importantes dessa linha estavam, por exemplo, Dilthey e Spranger. Por sua vez, o conceito da ciência do espírito fazia referência à diferenciação entre as ciências “nomotéticas” e “ideográficas”. Embora mais antiga, esta diferenciação que provinha do filósofo neokantiano Wilhelm Windelband seguia sendo muito popular: as ciências “nomotéticas” buscam estabelecer leis gerais; as “ideográficas” analisam fenômenos históricos singulares. Nomotéticas eram as ciências naturais clássicas e também a psicologia “científica” corrente; ideográficas eram as ciências da história, filologia etc. A psicologia nomotética recorria à “explicação causal”, enquanto a “psicologia compreensiva” representava a tentativa de estabelecer uma psicologia ideográfica autônoma.

Nessa divisão das ciências ou dos métodos respectivos, a psicanálise correspondia mais ao lado ideográfico “compreensivo” que ao lado “nomotético” explicativo da psicologia – ao menos era isso o que se buscava demonstrar. Por exemplo, o núcleo do procedimento psicanalítico consistia na reconstrução das histórias de vida, um fato que o aproximava as ciências históricas. Além disso, Freud havia analisado os sintomas neuróticos no aspecto de seu sentido e função para o indivíduo, e este foi um de seus méritos mais importantes. O procedimento

psicanalítico podia ser considerado como um “trabalho de interpretação” (*Deutungsarbeit*) no qual se reconstruía o sentido dos sintomas a partir da perspectiva da história de vida. Portanto, tratava-se de um procedimento “compreensivo”. Na difusão desta concepção, o artigo “The concept of mind”, de H. J. Home (1966), desempenhou um papel relevante. Baseando-se, entre outras coisas, em considerações sobre a antropogénia, Home explica que é fundamental diferenciar o pensamento em termos de causas e o pensamento em termos de razões: somente se pode ter acesso às condutas humanas a partir do pensamento em termos de “razões”, no sentido da compreensão dos motivos. A “compreensão” é “significativa” através de sua referência aos motivos. A partir desta perspectiva, a “ciência” não é uma “versão melhorada do pensamento humano; é um tipo diferente de pensamento, com um campo de referência limitado” (p. 45). Desta maneira, Home chega a uma definição muito interessante da “consciência” como “*meaning of behavior*”. Este “*meaning*” inclui um sujeito “espontâneo” ou “integral”. Ou seja: “A teoria da mente (e qualquer parte dela) deve ser capaz de explicar por que alguém está fazendo uma coisa, e deve explicá-la em termos de razões” (p. 48). É nesse sentido que, para Home, a psicanálise é uma “ciência compreensiva” das “razões”.

Outro expoente desta concepção de psicanálise é George Klein (*Psychoanalytic theory*, 1976), autor particularmente influente. Segundo Klein, o modo interrogativo da psicanálise não é de “como”, mas sim de “por quê”. Observadas de perto, estas ideias permitem reconhecer claramente suas referências fenomenológicas. Isto é notório particularmente pelo uso de um conceito central da fenomenologia, o da “intencionalidade”: “o objetivo central da explicação clínica psicanalítica é a interpretação (*reading*) da intencionalidade; a conduta, a experiência, o testemunho são estudados para ser compreendidos neste sentido” (p. 26).

Sem lugar para dúvidas, a concepção da psicanálise como ciência “compreensiva” da interpretação e dos significados permite distanciar-se dos critérios da psicologia das variáveis. Porém, a psicanálise de nenhuma maneira pode ser considerada simplesmente como uma ciência interpretativa – pelo menos, não em sua totalidade, e sem entrar em contradições. Um problema de que já tratamos, mas que aqui se apresenta num novo contexto, refere-se à “metapsicologia”, que ao trabalhar

com analogias físicas não é compreensiva, mas sim explicativa. Consequentemente, Home, Klein etc. viram-se obrigados a renunciar à “metapsicologia” psicanalítica, pois somente assim poderiam conservar seu conceito de “interpretação”. Para ilustrar o alcance desta renúncia, podemos citar Home (1966), que, depois de apresentar seu critério de explicação em termos de “razões”, constata laconicamente: “Este critério invalida imediatamente toda a teoria do instinto...” (p. 48). Ou, dito de outro modo, “a teoria do instinto mata o sujeito” (ibid.). Aqui, Home renuncia a toda a “teoria das pulsões”. Certamente, nem todos os autores são tão radicais. Também aqui se apresenta uma questão que citamos anteriormente: quais partes da metapsicologia podem ser aceitas? Em todo caso, o que sempre se exclui é o aspecto “econômico”. Porém, em seu conjunto, estamos diante da mesma problemática insuperável que se apresentou quando tentamos pôr de lado a “metapsicologia” a fim de trazer a psicanálise à psicologia das variáveis: não se pode eliminar a “metapsicologia” sem que, por último, se elimine toda a psicanálise. E, de fato, na realização desses esforços, não é possível fazer referência a Freud. Para ilustrar, quero citar uma passagem da crítica de Freud à C. G. Jung (*Contribuição à história do movimento psicanalítico*, II). Lá, distanciando-se de Jung e da escola de Zuriq, Freud escreve:

(...) para mim o ponto importante fora não tanto a possibilidade de interpretar os sintomas, mas o mecanismo psíquico da doença (...) eu ainda visava a uma teoria da libido nas neuroses, que iria explicar todos os fenômenos neuróticos e psicóticos como procedentes de vicissitudes anormais da libido, isto é, como desvios do seu emprego normal. ([1914] 1996, p. 38).

Aqui se observa claramente que, para Freud, a “análise libidoeconômica” é justamente o critério distintivo da psicanálise com relação a outros procedimentos clínicos. Porém, é este o procedimento que autores como Home propunham abandonar.

Para além dessa incompatibilidade, a referência a uma psicologia que em geral se concebe como ciência do espírito, “compreensiva”, trouxe consigo outros problemas. A “psicologia compreensiva” de

Dilthey y Spranger não pode explicar seu método da “compreensão” a um nível comparável com o da metodologia psicológica nomotético-“explicativa”. Esta foi uma das principais razões pela qual perdeu sua influência histórica. Como distinguir a “compreensão” enquanto método científico da “compreensão” na qualidade de fenômeno intersubjetivo na práxis cotidiana? Como fazer para que o processo da “compreensão” e seus resultados possam ser objetivados, verificados, generalizados? Em outras palavras, como fazer para que esse processo e seus resultados adquiram um caráter vinculante desde o ponto de vista científico? Todas estas questões ficavam sem uma resposta clara⁴⁶. Agora, esta problemática também afetava os representantes da concepção de uma “psicanálise compreensiva” que buscavam desenvolver critérios alternativos para o caráter científico e vinculante dos supostos procedimentos alternativos da “interpretação” compreensiva etc. Somente a partir de tais critérios podia ser durável a projetada emancipação ante os critérios metodológicos da psicologia das variáveis. Havia de se reformular os critérios de cientificidade, elaborar definições alternativas sobre o que significavam os termos “objetivo”, “generalizável”, “comprovável”. Porém, isso não produziu bons resultados. Finalmente, não se puderam desenvolver argumentos que permitissem responder à acusação de que a interpretação psicanalítica era subjetiva e arbitrária de um ponto de vista científico. Reconheceu-se que a “interpretação” psicanalítica, “calcanhar de aquiles” da psicanálise, ainda não havia sido suficientemente explicada em relação à metodologia. Assim, de novo, ante a falta de critérios próprios, assumiram-se os critérios metodológicos e os parâmetros de cientificidade da psicologia das variáveis.

A arbitrariedade científica da interpretação psicanalítica constituiu um problema metodológico central da psicanálise. Ao longo do texto elucidaremos este problema num novo plano. Analisaremos a versão “hermenêutica” que reivindica uma posição “compreensiva” especial para a psicanálise em relação à psicologia das variáveis.

46 A esse respeito, cabe recordar a conhecida controvérsia entre Dilthey e Ebbinghaus, o “pai” da investigação experimental da memória; Dilthey saiu perdendo, talvez não do ponto de vista dos conteúdos, mas do ponto de vista histórico.

2. A supervalorização “hermenêutica” da concepção psicanalítica

O trabalho de interpretação no enquadramento psicanalítico como interpretação histórico-reconstrutiva de um “texto”

Na Grécia antiga já existia a “hermenêutica”, a arte da interpretação textual. O nome deriva de Hermes, o “mensageiro”; *hermēneuein* significa interpretar, fazer compreensível. Uma significação especial adquiriu a interpretação textual, “*ars interpretandi*”, na interpretação teológica bíblica (por exemplo, na interpretação do Antigo Testamento à luz do Novo Testamento).

Mais adiante, o desenvolvimento científico da hermenêutica se relacionou com a independência da filosofia e das ciências do espírito e com o surgimento da consciência histórica (Schleiermacher, Dilthey, Gadamer, Habermas etc.). Aqui o conceito recebeu diferentes graus de generalidade. Para Schleiermacher ([1838] 1999), é a “arte da compreensão”. Ainda maior é o grau de generalidade que atribui Heidegger: a compreensão vem a ser o procedimento da teoria filosófica fundamental do conhecimento. Uma definição mais reduzida, porém de uso bastante estendido, provém de Dilthey: “a arte de compreender as expressões da vida fixadas por escrito” (ver [1900, p. 332] 2000, p. 84-85). Desta forma, é um conceito que serve de marco metodológico para todas as ciências para as quais o objeto empírico está constituído por textos escritos. Estas são especialmente as letras, mas também a filologia, certos aspectos da ciência histórica e da filosofia etc.

O sentido de um texto não é evidente. Este constitui a condição geral para a necessidade da hermenêutica. O sentido do texto não é algo que “se entende por si mesmo”; somente a interpretação nos leva à sua compreensão. A exegese bíblica considerava que o homem comum não entende a escritura. Antes da reforma, não existiam traduções da Bíblia, pois se considerava que as pessoas comuns não deviam ler por si mesmas. O homem da rua devia recebê-la somente por meio da igreja, sendo seus representantes os intérpretes. A tradução bíblica de Lutero foi um ato revolucionário porque colocou a autoridade da palavra no lugar da autoridade eclesiástica, um passo em direção à hermenêutica científica.

O plano superior da necessidade de interpretação de um texto vem a ser sua inclusão histórica particular. Só se pode compreender um texto a partir de seu contexto histórico, interpretando-o à luz desse contexto. Mas novamente o texto se manifesta como parte desse contexto histórico; este é o círculo hermenêutico. Neste plano se subordinam muitos outros planos mais especiais, também referidos à necessidade de interpretação. Por exemplo, as tradições genéricas, a evolução dos significados linguísticos dentro de determinados âmbitos, as particularidades do autor quanto a seu estilo e ao conteúdo de sua obra, também as contradições, as rupturas, as ambiguidades textuais que se devem ao autor e, mediante a hermenêutica, o que o texto “quer dizer”.

O trabalho psicanalítico de interpretação vai além desta descrição e distinção fenográfica⁴⁷ da “compreensão”. Representa a tentativa de uma reflexão metodológica da concepção psicanalítica a partir dos critérios da hermenêutica. Aqui se podem citar, entre outros, Habermas, Apel, Ricoeur; também a “teoria crítica do sujeito” se inclui neste contexto, sobretudo com Lorenzer. Nesta linha, a psicanálise se concebe como análise linguística; o que o paciente exprime em sua fala é um texto que deve ser interpretado segundo os critérios da hermenêutica. Num princípio, isto pode referir-se a uma clara propriedade do procedimento psicanalítico, que parece ajustar-se a esta visão: no começo da terapia, o paciente não entende a si mesmo, ou só o faz de maneira incompleta e fragmentada. Não tem consciência da função de seus sintomas. Assim visto, pode-se

47 N.T.: Com *Sinnliche Erkenntnis*, Holzkamp refere-se à “fenografia” (Phänographie) como segue: “as análises fenográficas correspondem aos esforços ‘definitórios’ no sentido da palavra. No entanto, a diferença das definições *stricto sensu*, a fenografia não pretende desenvolver determinações mais precisas possíveis do *genus proximum* e da *differentia specifica* com fins classificatórios. Na fenografia busca-se esclarecer e destacar as características relevantes de um objeto referido, prosseguindo o objetivo do entendimento intersubjetivo com referência ao que supostamente é o tema (e de modo forçado resultam delimitações a outras questões). O procedimento fenográfico deve diferenciar-se do método fenomenológico como método filosófico. Na “fenomenologia” [...] coloca-se entre parênteses a visão natural do mundo e prescinde-se, por meio da redução, passo a passo, do que ocorre na vida diária para, deste modo, possibilitar o desenvolvimento de considerações referentes às origens (independente de como sejam concebidos). A fenografia, por outro lado, refere-se à realidade humana não reduzida e não persegue nenhum outro fim que o do esclarecimento descritivo” (Holzkamp, 1973, p. 21).

dizer que este é um texto que necessita ser interpretado. Por meio da reconstrução da história de vida, o trabalho da interpretação levaria o paciente a compreender, passo a passo, o “texto”. Neste sentido, Lorenzer (1970) fala da “destruição da linguagem” e de sua “reconstrução”, e explica a compreensão hermenêutica como uma compreensão cênica. O objetivo do trabalho interpretativo é fazer com que o paciente compreenda seus sintomas e conflitos atuais como *performances* dos conflitos inconscientes fundamentais que se escondem atrás destes. Estes são conflitos do tipo familiar que tiveram lugar na primeira infância; trata-se predominantemente de situações “edípicas”. Busca-se superar essa prática de vida encenada orientando-a em direção a uma prática de vida consciente, compreendida.

Esta versão “hermenêutica” da psicanálise tem implicações essenciais tanto do ponto de vista metodológico como do ponto de vista da sistemática científica:

a) Agora a psicanálise se encontra diretamente nas proximidades das “ciências da história”. A “reconstrução das histórias de vida” é, como expressa Habermas, “história generalizada de maneira sistemática” ([1968] 1990, p. 261).

b) O material da reconstrução da história de vida não está formado por dados biográficos externos, informações independentes, documentos etc., mas apenas pelo que o paciente expressa em sua fala durante a análise (ou pelo que expressam outras pessoas que serão analisadas). As expressões do paciente recebem o *status* de um “texto” cujo sentido se deve elucidar por meio da hermenêutica. Isto ocorre mediante a reconstrução da dimensão histórico-vital sobre a base do mesmo texto. Em consequência, considera-se que a aproximação genética da psicanálise não deveria ser interpretada de uma maneira “realista”: a infância “real” não é de interesse, ou se encontra fora do campo de análise hermenêutico.

Isto também é acompanhado de leituras que definem as ambiguidades e “parcializam” as concepções freudianas. Por exemplo, Freud não distinguiu com rigorosidade a infância real da infância que o paciente

fantasia retrospectivamente; suas diferentes afirmações a respeito se movem entre uma e outra possibilidade. Em contrapartida, para Lorenzer, os “episódios originais” não devem ser considerados como condições reais ou “causas genéticas” dos sintomas ou conflitos atuais do paciente, senão que representam cenas originárias da infância que o paciente adulto experimenta como “sua” infância e que foram reconstruídas a partir de lacunas, rupturas e contradições do “texto” atual. Isto tem relação com a concepção hermenêutica. Lorenzer escreve: “As ‘construções’ não são explicações, se não representações cênicas... que, em sua coerência subjetiva, foram elaboradas no processo hermenêutico da aproximação” (1974, p. 149). Desta maneira, “o conceito de episódio original deixa de ter o significado de um acontecimento concreto” (ibid., p. 150).

c) O “material” da reconstrução hermenêutica se constitui a partir do que o “paciente” expressa em sua fala. Portanto, o “enquadramento” psicanalítico merece uma distinção metodológica particular, pois, apesar de não ser a única fonte, representa uma fonte destacada e singular da experiência psicanalítica. Somente na sessão analítica se constitui o “texto” enquanto “empirismo” específico da concepção hermenêutica da psicanálise. Tudo que se encontra “fora” dessa sessão é, portanto, irrelevante ou, no melhor dos casos, cumpre uma função complementar. No entanto, considera-se que as experiências e interpretações desenvolvidas no campo do “verdadeiro” empirismo psicanalítico são transferíveis a outras situações, relações etc.

Por causa destas implicações da explicação “hermenêutica” da psicanálise, radicaliza-se na diferenciação dos procedimentos ideográfico-compreensivos por uma parte e nomotético-explicativos por outra. Em geral, esta diferenciação é própria de todas as versões “compreensivas” da psicanálise, porém aqui tem uma conotação essencial: de um lado, a “psicologia” como ciência nomotética ou “nomológica” dos atos, observações e leis; por outra, a “psicologia” em sua qualidade de psicanálise como ciência “hermenêutica” reflexiva e interpretativa. Os dois tipos de “psicologia” que se confrontam possuem o mesmo objeto, porém tanto seus conceitos de teoria como suas formas de adquirir e acumular experiência excluem-se mutuamente. De acordo com esta concepção, não

se reconhecem pontes entre a psicologia hermenêutica e a nomológica: o procedimento hermenêutico exclui, inevitavelmente, a matriz da investigação e de explicação “analítico-causal” que é própria da ciência nomológica “fatural”, ou da psicologia concebida como “ciência natural”.

Foi neste contexto que Habermas postulou um “mal-entendido cientificista da psicanálise” ([1968, p. 263] 1990, p. 215). Segundo esta conhecida fórmula, a psicanálise somente encontrou seu próprio conceito a partir de sua explicação “hermenêutica”. Todas as demais intenções e desenvolvimentos se supõem expressões da falta de clareza da psicanálise ou mesmo dos psicanalistas em relação à singularidade e à essência do modo de pensar e de proceder psicanalíticos. A esta falta de clareza correspondem as intenções por contemplar a psicanálise a partir do enfoque científico dominante e de seus parâmetros naturalistas, assim como as intenções por acercar a psicanálise a esse enfoque. E, naturalmente, o veredito de um “mal-entendido cientificista” concerne, em primeiro lugar, a todos os psicanalistas que, com a intenção de dar um caráter “científico” a sua disciplina, recorrem aos parâmetros da psicologia das variáveis. Porém, além disso, concerne ao mesmo Freud. Desde o início até suas últimas obras, Freud nunca colocou em dúvida que apoiava a concepção e o desenvolvimento da psicanálise como ciência natural e não como ciência histórica ou ciência do espírito.

Em seu livro *The foundations of psychoanalysis*, Adolf Grünbaum (1984) recompilou todas as passagens em que Freud compreende a psicanálise como “qualquer outra ciência natural”⁴⁸ ([1925] 1996, p. 61), assinala seus fundamentos neurofisiológicos e o defende de suas interpretações científico-espirituais. Há uma expressão de Freud que é bastante famosa e que o mostra como um cientista dentro da tradição reducionista da psicologia das variáveis que se estava gestando em sua época; Em “Sobre o narcisismo: uma introdução”, formula os objetivos de sua investigação e escreve: “todas as nossas ideias provisórias em psicologia presumivelmente algum dia se basearão numa subestrutura orgânica” ([1914] 1996, p. 86).

48 N.T.: Nas palavras de Freud: “Sempre julguei grave injustiça que as pessoas se tenham recusado a tratar a psicanálise como qualquer outra ciência.” (1996, p. 56).

Este tipo de enunciado pode ser encontrado em diferentes variantes, em quase todos os trabalhos de Freud. Visto a partir da posição “hermenêutica”, isso parece expressar uma falta de compreensão de Freud em relação à sua própria psicanálise. Efetivamente, buscou-se demonstrar este feito amplamente, em parte indicando a implicação de Freud no espírito naturalista e positivista da época. À parte disso, Habermas e Ricoeur rechaçaram a “metapsicologia” e argumentaram que Freud havia transpassado de maneira inapropriada as ideias científico-naturais de sua economia libidinal a toda a psicanálise. Lorenzer não compartilhou o rechaço à “metapsicologia”, mas buscou integrá-la em seu enfoque da “compreensão cênica da hermenêutica profunda” (questão que não será tratada aqui).

É claro que nesta perspectiva psicanalítica não existe interesse numa psicologia como “ciência natural”. A dicotomia entre psicanálise “hermenêutica” e psicologia “nomológica” não significa que também exista uma crítica fundamental à psicologia “científico-natural”. Existe a ideia de uma espécie de “coexistência pacífica” entre as duas “psicologias”, e isto se expressa, por exemplo, na pergunta de Lorenzer: “para além da ‘ciência natural da psicologia’, existe outra psicologia que não é cientificista, porém, se é científica, o que é a psicanálise?” (1974, p. 25).

3. A “bissecção” metodológica da psicanálise

A explicação “hermenêutica” como expressão das contradições no enfoque psicanalítico

Ao fundamentar a necessidade de separar a psicanálise hermenêutica da psicologia nomológica, Lorenzer destaca as vantagens que esta delimitação oferece à psicanálise:

As discussões que se levaram a cabo sem a pressão do ideal da ciência centralista e positivista deixaram claro que a psicanálise não somente buscou reconhecimento em um lugar equivocado, mas com esses esforços também entregou os méritos que a distinguiam em troca de um prato de lentilhas. Tão mais trágicos resultam os obstinados esforços por creditar à psicanálise, apesar de todas as objeções, como ciência da observação. (1974, p. 37).

Menos claros para Lorenzer e os demais psicanalistas hermenêuticos são os novos problemas que surgem quando se tenta tornar absoluto o conceito “hermenêutico” do método. De acordo com os critérios do procedimento hermenêutico, muitos dos enfoques e direções da investigação que hoje se consideram como “psicanalíticos” teriam de ser *separados ou marginalizados da psicanálise*. Isto se aplica a todos aqueles que tomam por objeto de investigação “outras pessoas da maneira científica e empírica usual”. Pois, nesse caso, não tem lugar uma exegese textual do expressado na fala de pessoas adultas com fins reflexivos e de esclarecimento sobre si mesmas e sua própria vida. Portanto, não se distingue o “enquadramento psicanalítico” como fonte da experiência, nem se realiza a reconstrução subjetiva dos nexos biográficos do sentido, ou seja, não se realiza o que supostamente é específico do enfoque psicanalítico. Isto é válido, em primeiro lugar, para toda a investigação psicanalítica da criança (*psychoanalytische Kinderforschung*), uma linha que se inicia na época de Freud, integrada por nomes como os de Anna Freud, Melanie Klein, Susan Isaacs, Rene Spitz e, nos tempos mais recentes, Margaret Mahler. Neste contexto, os conceitos freudianos não são usados unicamente como momentos estruturantes para a reconstrução hermenêutica das pré-condições da primeira infância na experiência das pessoas adultas. Conceitos como o de desenvolvimento das pulsões parciais (com os estágios da “oralidade”, “anidade”, fase “fálica” e, finalmente, a genitalidade madura) são considerados como características próprias dos processos de desenvolvimento de crianças concretas. A investigação assume que é possível observar estas características em processos de desenvolvimento e conflitos reais. Visto a partir de uma posição “hermenêutica”, a inclusão da investigação psicanalítica da criança na psicanálise somente pode ser resultado do “mal-entendido cientificista”. Consequentemente, este tipo de investigação deveria ser considerado parte da “psicologia nomológica” e, como tal, deveria ser excluído da psicanálise. Lorenzer apoia e dissimula este tipo de posição, quando escreve: “Na verdade existe, principalmente na investigação da criança pequena, um rico campo de observação direta. Claro que esta (observação) só constitui um apêndice da psicanálise” (1974, p. 284).

Porém, isto não concerne somente à investigação psicanalítica da criança, pois o conceito hermenêutico dos métodos também excluiria os enfoques e as práticas psicanalíticas no campo científico-social. Dever-se-ia excluir, por exemplo, a linha de investigação etnológica e de comparação cultural conhecida e difundida como versão específica da “antropologia cultural” (Margaret Mead, Ralph Linton, Abram Kardiner e muitos outros), pois esta investigação tenta compreender certas características das pessoas pertencentes a determinadas “culturas” ou etnias, mas também as instituições religiosas, a formação de mitos etc., a partir dos respectivos costumes específicos na primeira infância. A título de ilustração, podemos citar Kardiner, que se apoia em conceitos psicanalíticos para construir as relações entre as práticas da criança na primeira infância, “*basic personality*”, e as “instituições secundárias” (1945). Aqui a infância serve como base de fundamento para a observação etnográfica da infância real dos membros de uma “cultura” concreta, dos costumes de pais, mães, adultos, irmãos etc., enquanto a criança não é concebida de nenhuma maneira como resultado de uma “reconstrução hermenêutica”. Por assim dizer, estamos diante de outro “campo de observação direta” (Lorenzer) da psicanálise.

Mas o problema é ainda maior. Toda a investigação sociológica da “socialização”, iniciada por Parsons, trabalha essencialmente com ideias psicanalíticas do desenvolvimento individual. Neste contexto, a “família” é tratada como agente primário da “socialização” e não existe uma concepção, um procedimento hermenêutico (em todo caso, não dentro da corrente mais importante do “funcionalismo estrutural”). Tampouco os conceitos básicos psicanalíticos (como “formação do superego”, “interiorização”, “identificação” etc.) servem a um trabalho “hermenêutico”, mas são usados para explicar a adaptação do indivíduo, com suas exigências pulsionais, frustrações, repressões etc., aos requerimentos da sociedade. Em outras palavras, são compreendidos como “mecanismos de socialização”, processos que se encontram claramente na *intentio recta*, ou seja, que são vistos a partir de um ponto de vista externo; são processos de desenvolvimento reais, e a teoria deve elucidá-los a partir das condições reais da “socialização”. Considera-se que os “processos de socialização” ocorrem especialmente no contexto real das situações familiares da pri-

meira infância; por conseguinte, durante a investigação, são empregados métodos de investigação empírica que obedecem aos mesmos critérios aplicados pela psicologia das variáveis.

Aqui temos, portanto, uma contradição central. Por um lado, se a abordagem “hermenêutica” é levada a sério, deveriam excluir-se da psicanálise “como tal” todas as direções do trabalho psicanalítico que acabamos de mencionar. Porém, isso não seria possível, porque é um fato histórico que estas direções de trabalho são psicanalíticas, embora não “hermenêuticas”. Nos contextos mais diversos, os mesmos protagonistas da concepção “hermenêutica” da psicanálise se veem obrigados a conciliar sua visão reconstrutiva “hermenêutica” com o olhar direto e externo sobre os processos de desenvolvimento individuais. Isso acontece, por exemplo, a Habermas ao realizar suas investigações empíricas no âmbito da “teoria da socialização”. Tampouco Lorenzer, por mais que tentasse manter o rigor “hermenêutico” de sua ideia psicanalítica e de seus métodos, pôde fazer outra coisa senão recorrer, em passagens centrais de suas explicações, aos processos reais de “socialização”. Como se fosse o mais natural, e em meio do desenvolvimento explicativo de suas ideias da psicanálise como ciência hermenêutica reflexiva fala, por exemplo, de “formas práticas que são o produto de socialização.” Lorenzer não percebe que assim se distancia do sistema de referência “hermenêutico” em direção ao sistema de referência científico de observação.

Em minha opinião, isso dá um resultado de extrema importância para nossa pesquisa sobre a posição da psicanálise na história da psicologia. Por um lado, ao rejeitar o cânone metodológico da psicologia das variáveis, a psicanálise é obrigada a reivindicar um *status* científico especial como disciplina “compreensiva”. Porém, por outro lado, quando a explicação hermenêutica visa salvaguardar a psicanálise das pretensões metodológicas “cientificistas”, ergue-se uma dicotomia que promove uma ruptura radical que atravessa toda a psicanálise. Por um lado, a psicologia hermenêutica, por outro lado, a nomológica⁴⁹. No caso da “expli-

49 Neste contexto é adequado voltar a citar o livro *The foundations of psychoanalysis*, de Adolf Grünbaum (1984). Em seu estudo, Grünbaum realiza uma crítica competente e profunda da compreensão “hermenêutica” da psicanálise desenvolvida por Ricoeur y Habermas. Nos resultados, chega à conclusão de que a variante psicanalítica

cação hermenêutica”, esta ruptura veio à tona com particular nitidez. Mas, como veremos, esta ruptura não se limita à esfera da radicalização “hermenêutica” do conceito psicanalítico do método. Aqui se evidencia uma contradição que se encontra no modo geral de pensar e trabalhar da psicanálise. Isso nos dá uma perspectiva para analisar e transformar criticamente a psicanálise a partir de suas próprias contradições e “de dentro”.

4. As condições básicas do processo de conhecimento hermenêutico e as contradições internas da psicanálise como ponto de partida para sua crítica

Como já mencionado, a hermenêutica representa um marco metodológico essencial para todas as ciências que têm por objetivo os textos escritos. Na ciência literária, na filologia, na filosofia etc. é irrenunciável a análise crítica do significado textual, e não é apenas legítimo, como também necessário um marco metodológico hermenêutico adequado para o objeto. Ao mesmo tempo, é claro que a questão de saber se é possível fundamentar cientificamente os enunciados hermenêuticos é uma questão difícil e controversa e, naturalmente, não se pode simplesmente confiar que esses enunciados possuem tal fundamento. Em todo caso, na hermenêutica existem determinadas condições prévias metodológicas que devem ser cumpridas. Só na base destas condições podem-se iniciar discussões metodológicas mais especiais. Estas são, entre outras:

a) Com Dilthey, a hermenêutica é “a arte de compreender as expressões de vida fixadas por escrito” (ver [1900, p 332.] 2000, p. 84-85).

“hermenêutica” é incapaz de outorgar um fundamento científico à psicanálise. Pelo contrário, com sua atitude “fóbica” em relação à ciência, este enfoque fica muito abaixo do valor cognitivo da dignidade da teoria de Freud. Este livro de Grünbaum será essencial para o debate sobre a “hermenêutica” como recurso metodológico na psicanálise. Mesmo assim, devido ao curto tempo transcorrido desde a sua publicação, não pude formar um juízo cabal que me permitisse integrar seus argumentos nesta exposição. Fora disto, e para além de seu estilo reflexivo e diferenciado, deve-se adicionar que Grünbaum argumenta a partir da perspectiva da filosofia analítica (ou seja, do empirismo lógico). Em outras palavras, reside precisamente em uma posição fundamental que é rejeitada pela hermenêutica. [N.T.]: No original (com base na conferência de Holzkamp), esta passagem não aparece como nota de rodapé, mas no próprio texto.

Isto significa que, em primeiro lugar, para a hermenêutica, se cumpre a pré-condição do acesso intersubjetivo ao texto que irá interpretar. Portanto, embora haja controvérsia em como interpretá-lo, é claro que é o que deve ser interpretado; ou seja, o texto que todos têm em vista.

b) Isto torna possível verificar certas características estruturais do texto (articulação, a escolha de palavras, estilo etc.) como a base para a interpretação. De certa forma, esta constatação tem natureza factual em relação à “interpretação”.

c) Como o próprio texto, também as condições históricas de seu aparecimento (o contexto social em que se encontra) são acessíveis de modo intersubjetivo. Efetivamente, devemos esclarecer o “sentido” do texto pela hermenêutica, mas, por exemplo, a questão de saber se surgiu na Idade Média ou no início do Renascimento é uma condição prévia para a análise hermenêutica e deve ser esclarecida por uma “ciência factual”.

d) Com a presença intersubjetiva do texto no seu contexto histórico, é dado um tipo de separação sujeito-objeto que “possibilita” o conhecimento. O investigador pode muito bem mudar a sua interpretação do texto, mas não vai transformar o texto em si, que continuará existindo como objeto de análise independente. Tanto o investigador como todos os outros podem comparar criticamente e, em todo momento, a interpretação, uma vez que se refere a uma mesma coisa.

e) Estas condições tornam possível uma forma de trabalhar extremamente importante para a hermenêutica: a cooperação crítica da comunidade de pesquisa. Ou seja, eles permitem o desenvolvimento de critérios comuns, a correção e a crítica das interpretações. Trabalhando desta forma, o progresso pode ser registrado, pelo menos, na medida em que diferentes declarações se referem à mesma coisa.

Observemos, então, a versão “hermenêutica” das expressões do

paciente no enquadramento psicanalítico. Podem-se encontrar, neste contexto, essas pré-condições básicas? Em minha opinião, a resposta é não. O que expressa o paciente não é um texto escrito que pode ser acessado intersubjetivamente. Poderia ser acessível, por exemplo, por meio de uma gravação e transcrição sistemática. Em todo caso, isto responderia à exigência da psicologia das variáveis. Mas, por ser inadequado ao caráter do enquadramento psicanalítico, também seria inútil. Em si mesmo, o que expressa o paciente é determinado de forma insuficiente e somente adquire seu significado no contexto do diálogo analítico no qual tem a sua origem. Portanto, o processo terapêutico não é fixado em uma ata, mas em um estudo de caso, em uma casuística. Isto é, a partir do “Caso Dora”, o “Pequeno Hans” etc. de Freud, dá-se a forma decisiva da indagação científica do processo terapêutico.

Nos textos casuísticos não regem – no sentido estrito – os critérios hermenêuticos básicos, uma vez que a pré-condição essencial da existência independente do texto não é dada. Desde o início, o analista participa na constituição daquilo que interpreta – o que expressa o paciente – por meio de contribuições interpretativas, e com cada nova interpretação vai transformando o que ele tem de interpretar. Este é, precisamente, o objetivo da atividade terapêutica. De modo que todos os outros critérios, que são baseados no acesso intersubjetivo do texto, são impossíveis de cumprir.

Alguém poderia argumentar que se existe a história do caso, ou um registro da comunicação linguística entre terapeuta e paciente – o que inclui, portanto, interpretações do terapeuta – isso pode facilitar um acesso intersubjetivo a esse registro. Assim, as atividades hermenêuticas do psicanalista seriam novamente acessíveis – em uma espécie de “hermenêutica de segundo grau” – à interpretação hermenêutica. Não adentrarei essa discussão. Por um lado, porque os psicanalistas “hermenêuticos” não realizaram esse tipo de documentação textual de comunicação terapêutica, nem a consideraram necessária. Além disso, porque realizá-la significaria uma modificação e complicação bastante extensa do que geralmente é chamado “hermenêutica”. Assim, já não se poderia contar com a dignidade da hermenêutica como fundamento do caráter científico específico da produção e desenvolvimento de experiência psicanalítica.

Portanto, se voltarmos a fazer a pergunta: como desenvolver critérios metodológicos para a natureza vinculativa da interpretação psicanalítica que sejam independentes da psicologia das variáveis?, veremos que esta questão ainda está em aberto, apesar da “hermenêutica”. Como será visto adiante, a explicação “hermenêutica” da psicanálise é um passo historicamente significativo, e não porque resolve a questão da metodologia fundamental da psicanálise, mas porque com ela se tornam particularmente claras determinadas problemáticas essenciais da psicanálise.

A psicanálise encontra-se num estranho espaço próprio de cientificidade diluída. O caráter científico vinculativo das interpretações se contamina com a evidência de que estes têm para o terapeuta e o cliente. O que Lorenzer chama de “coerência” [*Stimmigkeit*], ou seja, a “plausibilidade”, é elevada a um critério da verdade. Porém, já que a plausibilidade não é um indício nem a favor nem contra da verdade, e são possíveis ilimitadas interpretações “plausíveis” do mesmo “texto”, aceita-se a natureza discricionária das interpretações psicanalíticas. Em parte, isso é exposto como a vantagem particular do trabalho de interpretação psicanalítica.

Ainda hoje a psicanálise continua na defensiva e segue na mesma posição, tanto do ponto de vista da teoria da ciência como em face dos critérios tradicionais de cientificidade da psicologia das variáveis. Por um lado, não tem nenhuma objeção a esses critérios e, por outro, apela explicitamente para um *status* científico especial. Aqui se torna visível uma inclinação em menor ou maior grau latente em toda a psicanálise: muitas vezes a rejeição (legítima) dos critérios da psicologia das variáveis relativas à natureza vinculativa da ciência anda de mãos dadas com a rejeição da necessidade de um caráter vinculativo da ciência em geral; esta é uma exigência “positivista” ou “cientificista”. Quando esta inclinação assume características agnósticas, a ciência escapa totalmente à exigência de cientificidade. Esta é a expressão de certas tendências hostis à ciência, irracionalistas, próprias da psicanálise em seu conjunto, porém, no caso da explicação “hermenêutica”, possuem uma particular clareza (e que são patentes apesar dos enormes esforços de Lorenzer, por exemplo, por dar-lhe um fundamento próprio à reivindicação da veracidade científica da psicanálise). Este é outro dos pon-

tos a partir dos quais podemos iniciar o desenvolvimento de uma crítica da psicanálise desde suas próprias contradições “internas”.

VI. A relevância da psicanálise freudiana na história da psicologia: a explicação marxista

A psicanálise como uma ciência do sujeito, no meio da contradição entre tomar partido pelo sujeito e tomar partido pelas relações de dominação na sociedade burguesa

Até aqui, ao analisar a posição que ocupa a psicanálise na história da psicologia, buscamos estabelecer as contradições internas da psicanálise. Por agora, nesta primeira e necessária fase da crítica, argumentamos somente de maneira “imaneente” e julgamos a psicologia e a psicanálise de acordo com as suas próprias necessidades; levamos a sério as suas palavras. Desta forma, explicitamos contradições que, até agora, não pareciam implicar consequências ou que permaneceram sem explicação no mesmo movimento histórico.

Recordemos, em primeiro lugar, quais eram estas contradições na relação com a psicanálise a partir do ponto de vista da psicologia das variáveis: por um lado, rechaçou-se a psicanálise e, por outro, tentou-se integrá-la. De uma parte, afirmou-se que fora refutada de maneira empírica, porém, de outra, a produção teórica da psicologia das variáveis é transformada sob a influência da psicanálise. Mas nem a rejeição, “refutação”, nem as tentativas de incorporar a psicanálise puderam impedir a identidade histórica e o desenvolvimento autônomo da psicanálise – e isso foi o decisivo.

Recordemos, em segundo lugar, as contradições na relação com a psicologia das variáveis a partir do ponto de vista da psicanálise: por um lado, o objetivo era chegar a um *status* científico ajustando a psicanálise aos critérios de cientificidade da psicologia das variáveis, mas, por outro lado, essas tentativas falharam de forma permanente. Como resultado dessas falhas, buscou-se, por um lado, fundamentar um *status* científico teórico da psicanálise como uma ciência interpretativa, hermenêutico-“compreensiva”. Promoveu-se um distanciamento em relação à psicologia

das variáveis como ciência natural “nomológica”. Mas, por outro lado, esta linha envolveu a exclusão metodológica de direções essenciais da mesma psicanálise. Por último, devido à incapacidade de desenvolver critérios próprios de cientificidade, a rejeição do cânone da cientificidade da psicologia das variáveis converteu-se numa negação do caráter vinculativo da ciência em geral.

A que se devem essas contradições? Existem perspectivas para superá-las? Para abordar estas questões, vamos observar a evolução da psicanálise a partir da sua autotransformação como uma ciência das variáveis, até o suposto desenvolvimento de seu *status* qualitativo especial, “hermenêutico”, o processo através do qual a psicanálise encontrou seu próprio conceito nos limites das suas próprias pré-condições metodológicas. Aqui são óbvias, com particular clareza, as contradições e os paradoxos que resultam da limitação metodológica. São precisamente essas contradições e paradoxos que constituem o ponto de partida para a nossa análise e crítica a partir de uma perspectiva marxista, tematizando a relação entre as limitações do conhecimento e a sujeição às formas ideológicas da sociedade burguesa. A superação das contradições mencionadas só pode acontecer em um pensamento e prática que considere as formas burguesas, mas, ao mesmo tempo, que vá além delas – o que, de fato, para a psicanálise, significaria a superação de sua identidade como tal.

1. A nova qualidade sujeito-científica dos conceitos fundamentais da psicanálise

Em vez de conceitos “sobre” as pessoas, a psicanálise fornece conceitos “para” pessoas. Eles são meios que servem para esclarecer, por trás da visão “superficial” de si mesmo e do mundo, os “verdadeiros” conflitos e interesses

a) Apesar de todos os mal-entendidos, rupturas e contradições,

é óbvio que, em comparação com a psicologia hegemônica, a psicanálise alcançou um novo nível conceitual “sujeito-científico”. Na formação de teorias da psicologia hegemônica, formularam-se enunciados sobre condicionantes e sobre relações entre eventos, procedimento que implicava uma redução física, com a qual se perdia a especificidade da subjetividade humana. Em troca, a psicanálise impulsionou a consideração da singularidade “humana” da atividade existencial, isto é, a subjetividade como “meu” relacionamento com o mundo e comigo mesmo. Com isso, os conceitos e métodos da ciência psicológica atingiram um novo nível de adequação ao objeto. E assim torna-se claramente visível o erro daqueles que acreditam que os conceitos psicanalíticos são “construções hipotéticas”, no sentido da psicologia das variáveis (como aconteceu quando Ellis argumentou que conceitos como “superego”, “repressão”, “regressão” etc. eram “constructos hipotéticos” que não poderiam ser observados, mas que permitiam classificar complicações na relação entre estímulo e resposta). Com efeito, trata-se de conceitos para a compreensão de si mesmo. Aqui está em jogo um salto qualitativo: dos conceitos “sobre” indivíduos, próprios da psicologia das variáveis, aos conceitos sujeito-científicos “para” os indivíduos. Os conceitos psicanalíticos não têm a função de permitir “previsões”, ou algo semelhante. São, por assim dizer, proposições apresentadas aos sujeitos com respeito a suas relações consigo mesmos. Cumprem a função de meios para elucidar os enganos de si mesmos e a conexão em que se encontram, focando a análise nos conflitos e interesses que lhes estão subjacentes. Assim, busca-se restabelecer a “disponibilidade” dos modos de agir e experimentar a realidade que se haviam tornado independentes e escapado ao controle consciente. Com a ajuda destes conceitos, trata-se de fazer com que a vivência e o atuar voltem a ser expressões conscientes da vida do sujeito, de acordo com a famosa frase de Freud: “Onde estava o id, ali estará o ego” (31ª Conferência, [1933] 1996, p. 84).

Uma vez reconhecido o *status* sujeito-científico dos conceitos psicanalíticos, torna-se claro que todas as tentativas da psicologia das variáveis para operacionalizar os diferentes conceitos, e, assim, submetê-los a testes empíricos, equivocam-se completamente em relação ao cerne da questão. Porque, desta forma, os conceitos psicanalíticos são despojados

de sua qualidade e função sujeito-científica. No momento em que são manipulados como se se tratasse de construtos no contexto de hipóteses sobre relações empíricas, investiga-se uma coisa muito diferente daquilo que a psicanálise investiga. Não se deve confundir uma com a outra. Observemos, por exemplo, uma operacionalização da “regressão”: as condições de estresse são a variável independente, causando um retorno aos padrões de comportamento aprendido anteriormente; por sua vez, esses padrões “mais primitivos” são considerados a variável dependente. Se compararmos isso com a psicanálise, vemos que ali o conceito de “regressão” tem uma função muito diferente. Para começar, ele é um conceito “para mim”. Oferece-“me” a perspectiva de compreender e superar a situação em que eu não posso ter certos tipos de vivências e modos de atuar relacionados ao meu presente. Propõe-“me” elucidar os modos de me relacionar e as estruturas de necessidade “infantis” que se escondem nessas vivências e modos de atuar inacessíveis do presente, para que as compreenda e possa dispor delas. A “regressão” é, portanto, um conceito de autoesclarecimento e autocompreensão. O mesmo se aplica no caso da “repressão”. Operacionalizado como uma tendência a “esquecer” estímulos de carga (*Besetzung*) negativos, este conceito é mal interpretado de uma maneira fundamental. Já o conceito de “recalque” me propõe compreender que as razões de meu atuar que eu formulo a mim próprio, não necessariamente têm de coincidir com meus verdadeiros motivos⁵⁰. Confrontado com esta proposição, se eu tenho interesse em orientar a minha vida e dispor de minha vida de maneira consciente, o habitual seria perguntar: o que é que “na realidade” se “esconde” em si mesmo? O que há “por trás” de minhas ações?

Podem-se adicionar mais conceitos a esta lista, por exemplo, as

50 Na psicologia, o conceito de repressão/recalque (*Verdrängung*) e a possibilidade que nos brinda de pensar a existência destes dois planos (o plano da razão que eu formulo e o plano dos verdadeiros motivos) representaram uma inovação extraordinária. Seu ímpeto foi radicalmente esclarecedor, ainda quando, num primeiro momento, não se associara com a sociedade – basicamente, já estava contido na frase de Nietzsche (1886): “eu fiz isso, diz minha memória. Eu não posso ter feito isso, diz meu orgulho, e permanece inflexível. Por fim, a memória cede”. N.T.: Na versão alemã, escrita a partir da primeira conferência de Holzkamp (1985), omitia-se esta passagem que traduzimos diretamente a partir de sua gravação original.

pulsões parciais da primeira infância, o “complexo de Édipo” etc. Todos eles perdem sua característica sujeito-científica quando se pretende operacionalizá-los e investigá-los simplesmente como fases empíricas do desenvolvimento na primeira infância ou como “situações empíricas na família”. Pois a questão que se coloca para o sujeito a partir dessa perspectiva sujeito-científica é: por que eu não posso dispor de determinadas expressões da minha vida (por exemplo, de “sintomas neuróticos”, que se tornaram autônomos)? Os conceitos psicanalíticos são um meio para a compreensão, por parte do sujeito, precisamente daquelas necessidades e conflitos fundamentais cujo recalque explica por que, dia a dia, são inacessíveis certas expressões de sua vida.

Naturalmente, também as posições psicanalíticas que procuraram cientificar a psicanálise a partir da psicologia das variáveis renunciaram à dignidade sujeito-científica dos conceitos psicanalíticos. Neste sentido, são justos os pronunciamentos “hermenêuticos” sobre o mal-entendido da psicanálise. Mas tudo isso não exige mais esclarecimentos. É claro que se o enquadramento psicanalítico fora estruturado em função da análise dos condicionantes (como propõem Wallerstein e Sampson), perderia sucessivamente a sua qualidade de enquadramento psicanalítico. O controle das condições implicaria, necessariamente, a adaptação dos conceitos fundamentais a um sistema de variáveis e, desta forma, a negação de seu caráter sujeito-científico. É verdade que essas tentativas fracassam porque a psicanálise resiste a esta carga metodológica, mas também está claro que essas tentativas implicam uma dissolução e decomposição do caráter sujeito-científico da formação conceitual, e essa decomposição não se detém nem diante da própria psicanálise. A psicologia infantil psicanalítica, a antropologia cultural, a investigação social psicanalítica etc. –, que, do ponto de vista “hermenêutico”, devem ser separadas da psicanálise – são, de fato, incompatíveis com a explicação “sujeito-científica” dos conceitos psicanalíticos.

b) Quando definimos a psicanálise como ciência do sujeito, assim o fazemos utilizando critérios marxistas de subjetividade. Mais tarde, analisaremos criticamente esta classificação. Mas o fato de que seja possível tal classificação indica que, sob certos aspectos, há alguma afinidade

entre a psicanálise e o marxismo. Por exemplo, assim como Marx disse que “toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” ([1894] *O Capital* III, p. 271), podemos dizer que Freud realizou a diferenciação de manifestação e essência na psicologia, por meio de seu enfoque sujeito-científico. Tanto o marxismo quanto a psicanálise partem de uma contradição antagonista entre os interesses do sujeito e as relações sociais de opressão. Do mesmo modo, os dois concebem as formas imediatas da consciência como véus e mistificações destas relações de opressão. Ou seja, existe um mesmo impulso “crítico” tanto no marxismo como na psicanálise. Ambos afirmam que se deve ampliar a autodeterminação consciente do sujeito por intermédio da elucidação das relações de opressão mistificadas na experiência imediata⁵¹.

Visto desta forma, Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse, Russell Jacoby etc. têm razão ao defender o impulso radicalmente emancipatório da psicanálise freudiana contra as versões “sociológicas” suavizadas – como a “escola cultural” da psicanálise (Horney, Fromm, Sullivan etc.). E, certamente, não é casual que estes autores fizeram uso de um conceito proveniente da discussão marxista e designaram esta “dissidência” como “revisionismo” psicanalítico⁵².

Isso também explica como se chegou, do lado marxista, a se considerar a ideia de integrar a teoria freudiana ao marxismo (ou vice-versa). Sem dúvida, o freudomarxismo não é apenas uma expressão de atraso de desenvolvimento ou um mal-entendido do marxismo: a existência histórica de freudomarxismo também documenta a qualidade única sujeito-científica da psicanálise de Freud (ver Braun, 1979). Assim, podemos entender por que razão a psicanálise pôde entrar em todas as ciências sociais e do espírito e influenciou profundamente a

51 A lista das afinidades se pode continuar, tal como disse, por exemplo, Richard Lichtman (1982) em seu livro *The Production of Desire*, cuja primeira parte traz como título *Marx and Freud: Convergence and Antagonism*. Politzer (1968, 1973) também chegou a resultados parecidos, os que, no advento da *Universidad de verano*, serão tratados na apresentação de Karl-Heinz Braun (v. 1985b).

52 O debate sobre o “culturalismo” psicanalítico foi documentado recentemente no livro *Der Stachel Freud* [O ferrão de Freud], editado por Bernhard Görlich (1980).

consciência pública. A psicanálise espalhou sua influência muito além do âmbito da sua relevância como uma ciência em particular. De fato, ela deu lugar a uma revolução sujeito-científica do pensamento psicológico em seu sentido mais amplo, e nenhuma posição filosófica fundamental pode ignorar uma revolução tão profunda. Assim, especialmente para o marxismo, isso representa um desafio permanente.

2. A ambivalência do ímpeto sujeito-científico da psicanálise

No lugar de desenvolver uma crítica radical dos fundamentos psicológicos, aceita-se, de maneira “pluralista” e em “igualdade de direitos”, uma ciência psicológica a serviço do controle das pessoas

a) É inegável que a psicanálise chegou a uma nova qualidade sujeito-científica em seus conceitos fundamentais, mas assim que este fato é reconhecido, nota-se uma inconsistência fundamental: na psicanálise não há tentativas de desenvolver, a partir deste novo nível sujeito-científico, uma crítica radical que permita dar-lhe uma base sujeito-científica à psicologia em seu conjunto. A psicanálise contenta-se em reivindicar, para si, um *status* teórico-científico especial. Reconhece totalmente a legitimidade dos critérios da psicologia das variáveis no contexto da ciência da observação ou dos fatos. Com isto, a psicanálise entra numa situação contraditória, em que a falta de clareza e de decisão se tornam insustentáveis a partir do ponto de vista científico. Por um lado, reconhece-se que a qualidade sujeito-científica dos conceitos fundamentais representa um novo nível de adequação ao objeto da investigação da atividade da vida humana, mas, por outro, isso significa que não pode existir “outra” psicologia que seja legítima de um ponto de vista científico caso se refira de forma precisa ao mesmo objeto e, por sua vez, negue a abordagem da ciência do sujeito. Esta é uma clara implicação da abordagem sujeito-científica, mas a psicanálise não a desenvolve. Assim que essa inconsistência é identificada, fica claro o quanto é insegura e defensiva a atitude adotada pela psicanálise quando tenta justificar o seu próprio estatuto especial e pede o reconhecimento da psicologia dominante, recorrendo à

velha e problemática dicotomia entre as ciências nomotético-explicativas e ideográfico-interpretativas.

A separação que coloca de um lado as ciências naturais como “ciência dos fatos” sem significado e do outro as ciências humanas do espírito como “ciência dos significados” sem fatos, é insustentável. Em primeiro lugar, esta separação representa uma transgressão do *status* teórico-científico das ciências naturais e, assim, supõe que as ciências naturais investigam os fatos e as relações causais que estão em uma “natureza intacta”. Mas o conhecimento da natureza só é possível por meio de sua participação no trabalho social; o reconhecimento de causalidades pressupõe a criação objetual de condições iniciais. Em outras palavras, a ciência natural só pode investigar “relações causais” que sejam genuinamente significativas no marco da produção e reprodução social da vida. Em segundo lugar, as “leis gerais” e a “singularidade histórica” não se encontram numa relação de exclusão fundada sobre o objeto. Em um caso, o olhar é mais focado na forma que assumiu o objeto por meio de sua evolução histórica; em outro, é feita uma abstração dessa forma a fim de destacar certas leis gerais. Por exemplo, e como se sabe, as leis físicas e químicas tiveram sua origem na história do universo e estão vinculadas a um determinado nível de desenvolvimento. No início não existia o sistema dos elementos químicos que conhecemos hoje, senão unicamente hidrogênio e um pouco de hélio. Os demais elementos surgiram apenas por meio da fusão nuclear “estelar”; tampouco a “gravidade” é um estado constante da história do universo, mas pressupõe requisitos extraordinários. No mesmo sentido, como mostrou Marx na *Crítica da Economia Política*, usando-se a abstração, podem-se formular “leis gerais do movimento” da sociedade burguesa e, ao mesmo tempo, anulando novamente essa abstração, podem-se determinar analiticamente os processos históricos através dos quais teriam de caducar essas leis. Isto significa que de nenhuma maneira deve-se admitir a hipótese de diferentes metodologias universais que se aplicam a diferentes tipos de conhecimentos mutuamente exclusivos. Pelo contrário, o caminho a seguir em relação à metodologia depende da relação específica entre a colocação do problema e a qualidade que se pretende destacar em um objeto através das categorias. Cada vez que surgirem novos campos

científicos, como a psicologia ou a psicanálise, os procedimentos metodológicos voltarão a ser objeto do debate mais radical.

A existência paralela de duas metodologias psicológicas relacionadas com o mesmo objeto é totalmente injustificada. Só pode haver *um acesso adequado ao objeto psicológico* e, portanto, apenas *uma metodologia psicológica* como aspecto metodológico do mesmo acesso categorial. Do mesmo modo, a derivação das distinções metodológicas com base nos diferentes questionamentos e nas diferentes características objetais deve ser possível mediante esta metodologia comprometida com “uma” busca da verdade.

Com os conceitos sujeito-científicos se alcançou um novo nível de adequação psicológica em relação ao objeto. Se este fato é verdadeiro, e como nos orientamos segundo o critério do carácter vincutivo da ciência, significa que, portanto, deveríamos conceder, a partir dessa perspectiva, uma nova base metodológica à psicologia em seu conjunto.

b) Quais interesses estão em jogo quando se pede um *status* especial para a psicanálise ante uma psicologia “nomológica” que se considera igualmente legítima? Há um fato curioso que se deve ter presente ao analisar esta questão: em primeiro lugar, em seus domínios, a psicanálise adota o ponto de vista do sujeito e seus interesses da vida, mas também admite que, na intervenção da psicologia das variáveis, o mesmo sujeito seja contemplado como um ser determinado por fatores externos. Em outras palavras, aceita que o mesmo sujeito seja negado em sua subjetividade. Ao mesmo tempo, a abordagem “hermenêutica” problematiza explicitamente o fato de que se pressuponha e se universalize a heteronomia do indivíduo. Não somente Habermas destaca o carácter “instrumental” e instrumentalizador do “saber de disposição” (*Verfügungswissen*)⁵³ próprio da psicologia “nomológica” (ver, por exemplo, [1968] 1990); Lorenzer também define claramente a psicologia nomológica como “ciência da disposição” (1974, p. 47), no sentido de uma ciência para o aperfeiçoamento do controle das

53 N.T.: *Verfügungs-Wissen* vem a ser o saber (*Wissen*) em função da “disposição-sobre” (*Verfügung über*); por exemplo, em Habermas, “disposição sobre os processos da natureza” ([1968] 1990, p. 65), “disposição técnica sobre o psiquismo do enfermo” (Ibidem, p. 268).

pessoas. Isso mostra que o pluralismo científico reconhece uma psicologia “nomológica” e, ao lado dela, com igual validade, uma psicanálise “hermenêutica” esconde outro tipo de “pluralismo”. Por um lado, dentro do próprio domínio, adota-se o ponto de vista do sujeito, porém, por outro lado e ao mesmo tempo, reconhece-se que as forças dominantes da sociedade também têm interesse em uma psicologia na qual se produzam hipóteses e se aperfeiçoe de maneira prática o controle sobre os indivíduos. Assim, as falhas teórico-científicas da psicanálise demonstram que elas também têm realizado um *compromisso da psicanálise com as relações de dominação na sociedade burguesa*.

A psicanálise reconhece a opressão social da subjetividade individual, mas assume que se trata de uma característica “da” sociedade e a aceita como inalterável. Assim, a psicanálise procura (e encontra), apesar da tomada de partido pelo sujeito, um lugar *nesta sociedade*. A tomada de partido pelo sujeito se “fragmenta”, reduz-se e se limita de maneira contraditória. Isso ocorre por meio de uma completa tomada de partido pelas relações dominantes ou por meio da posição que aceita e considera inevitáveis essas relações e a opressão dos interesses subjetivos da vida que implicam. Qual é a posição de classe implícita nesta limitação do conhecimento? A quais interesses faz referência esta limitação? Aqui se deveria investigar em que medida se pode identificar, em tudo isto, a posição de classe pequeno-burguesa de uma aparente neutralidade indeterminada que se eleva por cima das classes. Além disso, deveríamos considerar a forma de reprodução tradicional do psicanalista – os honorários individuais pagos pelo paciente – como forma de existência pequeno-burguesa.

Uma questão fica clara a partir da nossa análise da proposta hermenêutica de um “*status especial*” da psicanálise em relação a uma psicologia “nomológica” igualmente legítima: apesar de todas as afinidades, o novo nível sujeito-científico que a psicanálise alcançou não é compatível com a posição marxista. Mais precisamente, esta incompatibilidade deve-se à base epistemológica e política sobre a qual surge este novo nível, a contradição da tomada de partido pelo “sujeito nas relações”. Isto é o que explicarei na próxima e última parte da nossa análise histórico-psicológica, em que iremos observar a exclusão dos

procedimentos científico-fatuais por parte da psicanálise e as consequências que isso implica para os conceitos, a metodologia e as bases categoriais psicanalíticas.

3. Os fatos não são assunto da psicanálise – uma explicação hermenêutica e suas consequências subjetivistas

O compromisso sujeito-científico da psicanálise se reduz e limita ao próprio âmbito e cinde o sujeito de suas relações objetivas de vida

a) Está claro que a “divisão de trabalho” entre a psicanálise como ciência “hermenêutica” da interpretação e a psicologia “nomológica” como “ciência factual” não é uma mera questão de “repartição” de funções na sistemática científica. Esta “divisão de trabalho” traz consequências problemáticas que não se podem superar simplesmente anulando a “divisão”. Antes, na *dicotomia* sistemático-científica, “alienam-se”⁵⁴ determinadas *características da concepção categorial do objeto da psicanálise*. No marco da explicação “hermenêutica” da referência ao objeto de investigação, a psicanálise se autodefine como uma ciência do psiquismo que, na realidade, só chega a seu objeto isolando o lado “subjetivo” da atividade humana da vida de suas condições constitutivas. Este aspecto das características e condições objetivas fica a cargo da psicologia enquanto “ciência da observação”, “ciência monológica”. Desta forma, por trás da problemática teórico-científica da dicotomia entre a psicologia “explicativa” e a psicologia “compreensiva” ou psicanálise, manifesta-se uma problemática epistemológica mais profunda. Pois aqui não se compreende o “subjetivo” como um aspecto do objetivo, o “subjetivo” não é a realidade objetiva tal como o sujeito a experimenta. Pelo contrário, o “subjetivo” se

54 Em alemão: **entäußern** termo de Marx, p.ej. em *Das Kapital*, tomo 1, p. 120: *Die Leinwand, für ihn nur Ware, Wertträger, wird entäußert gegen Gold, ihre Wertgestalt, und aus dieser Gestalt rückveräußert gegen eine andre Ware, die Bibel, die aber als Gebrauchsgegenstand ins Weberhaus wandern und dort Erbauungsbedürfnisse befriedigen soll.* A tradução de Scaron (Ed. Siglo XXI): **Enajena** el lienzo -que para él no es más que mercancía, *portadora* del valor - por oro, la figura de valor de aquélla, y **vuelve a enajenar** esa figura por otra mercancía, la biblia, que como objeto para el uso irá a parar a la casa del tejedor y satisfará allí devotas necesidades.

reduz àquilo que apenas se refere ao “mundo interior”. Neste enfoque, o subjetivo se situa em uma relação de exclusão com respeito à realidade objetiva – o que é “objetivo” não é “subjetivo”. E, assim, a partir desta perspectiva, é impossível desenvolver um conceito adequado e pleno de “sujeito” individual, pois não se reconhece que a “subjetividade” é uma determinação da relação do indivíduo com suas condições de vida factual-objetivas. Não se reconhece que a subjetividade é, em essência, o controle do tipo subjetivo-ativo, expansivo, do indivíduo sobre suas condições de vida. Assim, a “subjetividade” *aparece de forma parcial, como mera “interioridade”*. Nela, já não se diz mais nada sobre como se encontra realmente o indivíduo em sua situação objetiva de vida; *a subjetividade se entende circularmente a partir de si mesma*: o “psiquismo” se explica sempre e unicamente a partir do “psiquismo”.

Isso nos mostra outra razão pela qual a psicanálise não desenvolveu critérios próprios para o caráter cientificamente vinculante de seus enunciados: a realidade resistente das relações objetivas foi separada de seu aspecto subjetivo e colocada nas mãos da ciência psicológica “dos fatos”. *Anula-se, assim, a referência à realidade contida nas experiências subjetivas dos indivíduos*. Portanto, anula-se também a referência intersubjetiva à realidade, à qual também estava sujeito o analista e que constituiu o ponto em que as experiências do paciente se encontravam com as interpretações do analista. Isto significa que, por um lado, o paciente está à mercê das interpretações do analista e, por outro, o analista necessita do consentimento do paciente. A partir deste momento, o processo psicanalítico de desenvolvimento e acumulação de experiências caracteriza-se, primeiro, pela *arbitrariedade e falta de fundo das “interpretações” desligadas da realidade*, e, em seguida, pela tentativa de voltar a limitar essa arbitrariedade. Trata-se de produzir uma “coerência” entre as experiências do paciente e as interpretações do analista – em benefício das interpretações.

As tentativas de se voltar a limitar a arbitrariedade das interpretações psicanalíticas ilustram muito bem a função da “teoria psicanalítica”, e particularmente da “metapsicologia”. Considerar que o modelo “econômico” de distribuição de energia é um modelo “físico-cientificista” seria entendê-lo mal. Na verdade, o *teorema do quantum libidinal*

constitui uma estrutura simplista com a qual se limita, segundo critérios quase objetivos, a variedade das possibilidades interpretativas. Assim, os psicanalistas da área “clínica” antes mencionados (Arlow, Holt etc.) estão equivocados quando propõem excluir a metapsicologia da psicanálise por ser um corpo estranho, “genético-causal”. A “metapsicologia” desempenha um papel essencial para fazer valer as interpretações como construções vinculativas para o paciente (e isto também se aplica à expressão “econômica” da metapsicologia, objeto favorito da crítica “clínica”). Lorenzer, que reconheceu claramente esse fato, integrou de maneira explícita o “modelo de distribuição da energia” da metapsicologia, a “meta-hermenêutica” em sua abordagem “hermenêutica”. Em sua opinião, a coerência e o caráter vinculativo das interpretações só são possíveis se as interpretações forem medidas segundo o modelo da distribuição de energia. Além disso, acrescenta Lorenzer, isto representa um passo importante na “cientificação” das interpretações psicanalíticas (1974, p. 189).

Da mesma forma, também se pode explicar a função de um conceito central da psicanálise, o de “complexo de Édipo”. Se considerarmos que o “complexo de Édipo” representa apenas uma situação empírica no contexto familiar e que esta situação pode ou não ter existido na infância do paciente, não há possibilidade de limitar a arbitrariedade das interpretações. Mas, de acordo com Freud, o “complexo de Édipo” é “derivado” da “história humana” e representa uma situação de conflito humano geral, de base filogenética; é, por assim dizer, uma construção *a priori* em relação à experiência. A questão não é se existiu ou não existiu uma situação edípica, mas sim de que maneira o paciente a assimilou ou a reprimiu. Aqui estamos lidando com uma estrutura interpretativa que transcende a experiência clínica, mas apenas essa estrutura permite desenvolver um trabalho interpretativo que adquire, para o paciente, caráter vinculativo. Lorenzer (1974, p. 163) esquematizou os diferentes níveis desta sequência interpretativa da seguinte forma: “1. O caso particular: a estrutura edípica deste paciente; 2. O grupo típico: a estrutura edípica dentro das relações da ‘pequena burguesia’ de Viena no fim do século; 3. O tipicamente humano em um sentido geral: a estrutura edípica das crianças no gênero humano”. Consequentemente, quando um conflito da primeira infância é reconstruído, deve-se interpretá-lo como uma forma de manifestação

da situação edípica como *conflito fundamental da humanidade*, que em todo caso *aparece mediado pelas condições dos entornos individuais e sociais particulares*. Esta forma de proceder é a que lhe outorga um caráter vinculante à interpretação.

Como podemos ver, em primeiro lugar, de uma forma subjetivista, a psicanálise coloca entre parênteses a referência imanente à realidade (ou seja, o “caráter reflexo”) de toda experiência subjetiva, forçando construções teóricas secundárias que se destinam a limitar a arbitrariedade interpretativa devida a esta exclusão. Mas, desta forma, o problema do caráter vinculante da ciência só se desloca; agora a pergunta é: como fazer para que as construções “metapsicológicas”, o “construto” do complexo de Édipo etc. adquiram, por sua vez, um caráter cientificamente vinculante? A proposta de resolver este problema remetendo-nos à “experiência clínica” não foi convincente, pois as construções “metapsicológicas” representam precisamente as hipóteses *a priori* que, em geral, tornam possível o processo psicanalítico da interpretação como forma específica da experiência clínica. O apelo à experiência clínica seria “circular”. Portanto, os conceitos teóricos fundamentais deveriam adquirir seu caráter cientificamente vinculante em um contexto mais amplo, que transcende a prática clínica. Freud compreendeu esta necessidade e quis fundamentar a “metapsicologia” a partir da física e da ciência natural, o “complexo de Édipo” a partir da filogenia etc. Porém, de fato, não teve êxito nessa fundamentação, não pôde ir além da produção de analogias, da mistificação e da criação de mitos em relação à filogenia etc. Neste sentido, os psicanalistas da área “clínica” têm razão quando propõem eliminar o componente teórico construtivo da psicanálise, por considerá-lo “especulação”.

b) Vimos como o isolamento subjetivista cindia o indivíduo de suas condições de vida reais, bem como as limitações cognoscitivas que isso implicava. Como parte da nossa análise, vamos agora examinar a conexão entre esta limitação do conhecimento psicanalítico e sua fixação nos interesses dominantes. Como discutimos, de acordo com Freud, no caso dos conflitos da primeira infância, pode-se tratar tanto de acontecimentos reconstruídos, de caráter real, como de meras fantasias do paciente. Freud, assim, oscila entre estas duas concepções dos conflitos

da primeira infância, que constituem o referente central da interpretação psicanalítica. A explicação hermenêutica, por seu lado, admite que, no marco interpretativo do enquadramento psicanalítico, não é possível uma identificação do conteúdo objetivo real. De acordo com esta posição, a especificidade do procedimento psicanalítico foi tomando forma à medida que se abandonaram as visões “realistas” (em outras palavras, à medida que se tornava evidente a redução subjetivista). Penso que essa explicação sintetiza de modo coerente a situação metodológica da psicanálise. Assim, para que ocorra a experiência psicanalítica, é necessário convencer o paciente de que aquilo que ele disse não é “certo” ou “errado”, pois o que de fato interessa é a “realidade psíquica”. É totalmente indiferente se o que o paciente informa aconteceu e como aconteceu. Só se para ele for convincente esta visão, pode ter sucesso o desenvolvimento da experiência específica da psicanálise.

O exposto acima representa uma nova faceta, particularmente importante, da “fragmentação”, redução e limitação que sofre a qualidade sujeito-científica no enfoque psicanalítico. Seja a partir de sua posição ou a partir da posição da psicanálise, o psicanalista não está interessado na referência à realidade contida nos relatos do paciente e deixa a questão da referência fatural a cargo da psicologia “nomológica”. Mas ao fazer isso ignora o fato de que, para o paciente, a verdade de suas experiências é de interesse central, e não o é por alguma razão metodológica, mas porque a questão de saber se eu vejo certas coisas corretamente tem, para mim, um significado prático-vital determinante. Eu mesmo estou constantemente exposto à resistência que exercem aquelas condições que a psicanálise pretende deixar de fora: a realidade resistente das minhas relações de vida objetivas. Uma avaliação adequada dessas relações é, portanto, essencial para a criação subjetiva e ativa de condições sob as quais eu possa viver e me desenvolver. No próprio contexto das minhas relações mais imediatas, levantam-se questões referentes às minhas atitudes e ações, questões que para mim são de grande importância, por exemplo: eu sou ou não sou permanentemente injusto com o meu companheiro ou companheira, com meus filhos, meus pais? Isto é fundamental, pois apenas se levo em consideração suas situações e interesses de vida, posso esperar que eles também levem em consideração os minhas. O significado das minhas

ações e da situação em que me encontro não é, como diz a psicanálise, somente um “significado” no espaço hermético de um “mundo interior” que logo será decifrado pela psicanálise. Pelo contrário, minhas ações e minha situação subjetiva têm um significado importante e central para outros indivíduos no contexto da nossa interdependência mútua ao realizar nossos interesses de vida. De modo que, além das razões que pode ter a psicanálise para negligenciar as tendências “realistas” do paciente, isto sempre será incompatível com uma tomada de partido coerente pelo sujeito. *Sou indiferente como sujeito a quem não tem interesse na referência à realidade que possuem minhas experiências.*

É ainda preciso acrescentar que, na sociedade burguesa, as relações da vida que se excluem na psicanálise são essencialmente *relações de opressão*. Por exemplo, no momento em que a psicanálise não mostra nenhum interesse na veracidade dos acontecimentos traumáticos da minha infância, nega o fato da opressão dos interesses infantis de vida por parte dos adultos. Desta maneira, as vulnerações e vulnerabilidades que essa opressão causou na criança são alocados para a psique, ou seja, para a própria criança. Aqui acontece o que poderíamos chamar de uma “dupla anulação” do sentido próprio das relações objetivas de vida e, desta forma, dos interesses subjetivos da vida. Por um lado, anula-se o sentido próprio da situação do presente, pois se indica que essa situação consiste em *performances* de situações conflitivas da primeira infância. Por outro lado, anula-se o sentido próprio das situações conflitivas da primeira infância, pois se colocam entre parênteses as relações objetivas de opressão da infância que se expressam nelas. Desta maneira, o sujeito cai prisioneiro de uma referência circular para sua própria psique, ao tempo que as relações objetivas de opressão são isentas. Não são levados em consideração nem o sofrimento sob essas relações, nem a possibilidade de que os sujeitos as transformem. A tomada de partido pelo sujeito é revogada a partir da tomada de partido pelas relações existentes.

Vimos anteriormente que, no contexto da investigação psicanalítica “da criança” e da “socialização”, ergueu-se um olhar “direto” para a infância. Do ponto de vista da psicanálise hermenêutica, este olhar “direto” permitia falar de uma eliminação da subjetividade nas mãos de uma ciência da observação e do controle. Mas agora vemos que a diferença entre o

olhar “direto” e a reconstrução “hermenêutica” é, em termos da eliminação do ponto de vista da criança, apenas relativa. Na verdade, a explicação hermenêutica da psicanálise “como tal” somente dá continuidade à negação do ponto de vista infantil⁵⁵.

VII. Observação final

Tomando a manifestação histórica real da psicanálise como ponto de partida, nossa análise histórica avançou até chegar a suas contradições internas. Assim, podemos compreender agora a manifestação como forma de manifestação destas contradições; podemos compreender – em suas diferentes mediações – a autonomia da psicanálise, sua relevância multidisciplinar, a rigidez “tradicional” que têm suas diferentes “escolas”, o fenômeno da transmissão autoritária no lugar da acreditação dos progressos científicos. A chave para essa compreensão está, em primeiro lugar, em uma nova qualidade sujeito-científica fragmentada da psicanálise. Esta fragmentação é um fato igualmente fundamental, o resultado de uma psicanálise que buscou separar-se e distinguir-se em uma “divisão de trabalho” com a psicologia como “ciência fatural”. Esta “divisão de trabalho” deveu-se à incapacidade de desenvolver critérios próprios de cientificidade. Por sua vez, isto conduziu à necessidade de limitar a arbitrariedade interpretativa mediante construções *a priori*, pois enquanto eles não poderiam ser justificados por si mesmos, recebiam o respaldo compensatório da formação tradicional e autoritária de critérios aceitos pela “escola”. Por último, isto também permite compreender a existência paralela das “escolas” com construções *a priori* diferentes, cada uma das quais pretende ser universal, enquanto, tanto dentro como fora das “escolas”, omite-se a discussão sobre as bases da psicanálise.

Estas contradições internas tornam visível o desafio permanente que representa a psicanálise para sua crítica e reinterpretação a partir da perspectiva de uma ciência marxista do sujeito. Nesta tarefa, não devemos perder

⁵⁵ Isto se presta a outra análise da relação entre os componentes “biográfico-reconstrutivos” e “científico-observacionais” da psicanálise com referência à infância e ao desenvolvimento individual. No marco de nossa terceira *Universidad internacional de verano* da Psicologia Crítica, este tema é discutido nas exposições de Morus Markard e Gabi Minz (1985), assim como nas exposições de Konstanze Wetzel (1985).

de vista o seu novo nível sujeito-científico, tampouco a fragmentação, redução e limitação deste novo nível. Isto implica que a integração e a superação das abordagens sujeito-científicos da psicanálise só podem ter lugar numa base metodológica e categorial totalmente diferente da psicanálise. Esta é a orientação principal da Psicologia Crítica. Nossa reinterpretação da psicanálise fundamenta-se na unidade da crítica e no desenvolvimento ulterior. Trata-se de desenvolver uma ciência psicológica do sujeito que, resolvendo as contradições, tome o partido dos interesses que o sujeito tem em controlar, de uma maneira autodeterminada, suas relações de vida reais. Estes e outros aspectos serão abordados nas seguintes apresentações da Universidade de Verão (publicados em Braun et al., 1985).

Porém, a contradição interna da psicanálise também deveria provocar a reflexão de seus seguidores e defensores. Já não se pode exercê-la como se fosse uma concepção em si acabada e clara que deve ser defendida, como um todo, contra seus adversários. Isso equivaleria a se fechar nas referências autoritárias tradicionais com as quais a psicanálise se isolou do processo de discussão do desenvolvimento científico. Isto nos traz a possibilidade de repensar uma prática muito usual na psicanálise: quando alguém critica suas concepções fundamentais, não é raro que se interprete essa crítica de forma circular e se diga que se trata de uma “resistência inconsciente”, por parte do crítico, contra o desmascaramento psicanalítico de seus verdadeiros motivos e conflitos. Esta deveria ser considerada uma variante das estratégias de autoisolamento e imunização descritas. Aqui, como em tantas outras vezes, a psicanálise deveria tomar em conta os posicionamentos do próprio Freud; este – no contexto de um ajuste crítico com as “defecções” dirigidas por Adler e Jung – declara que no debate científico,

(...) a análise (...) não se presta a uso polêmico; pressupõe o consentimento da pessoa que está sendo analisada e uma situação na qual existam um superior e um subordinado. Daí, quem quer que empreenda uma análise com fins polêmicos pode esperar que a pessoa analisada utilize, por sua vez, a análise contra ela, de modo que a discussão atingirá um ponto que exclui inteiramente a possibilidade de convencer qualquer outra pessoa imparcial. (Freud, [1914] 1996, p. 58).



CAPÍTULO 3

O racismo e o inconsciente segundo a concepção psicanalítica e psicológico-crítica

Tradução do texto *Rassismus und das Unbewußte in psychoanalytischem und kritisch-psychologischem Verständnis*, publicado originalmente em 1955 na Revista *Forum Kritische Psychologie*, nº 35, Berlim. Reeditada em 1997 no primeiro volume dos Escritos de Klaus Holzkamp (*Schriften – I: Normierung, Ausgrenzung, Widerstand*). Publicado em inglês com o título *Racism and the Unconscious as Understood by Psychoanalysis and Critical Psychology* no livro *Psychology from the Standpoint of the Subject: Selected Writings of Klaus Holzkamp*, editado e traduzido por Ernst Schraube y Ute Osterkamp (2013).

Nota Introdutória

Quem reflete a respeito das pré-condições sociais do racismo e suas consequências políticas pode estar bem seguro de que, antes ou depois, assinalar-se-á uma limitação de caráter fundamental em suas análises, isto é, a desatenção ao lado “subjetivo”, “psíquico”, “emocional” do racismo. Uma autora que expressa esta sensação, ao que parece bastante difundida no âmbito das ciências sociais, é Elisabeth Rohr. Todas as discussões “sobre o racismo aberto e encoberto, sobre os interesses de classe, sobre a realidade e a visão de uma sociedade multicultural”, diz Rohr, percebem uma “parte do problema, talvez inclusive sua parte essencial”, mas, “ainda assim, parecem-me insuficientes ali onde esquecem a dimensão dos sentimentos. Pois é evidente que o debate sobre o medo, a hostilidade e o ódio aos estrangeiros também é um debate sobre sentimentos, quer dizer, um debate sobre o medo, a hostilidade e o ódio” (1993, p. 133).

Não tenho nada a objetar, menos ainda como psicólogo, contra um chamamento geral que considere como se dá o subjetivo, o emocional, ou coisas do gênero. Mas, na maioria das vezes, e como se fosse natural, nestas demandas também se resolve de antemão a questão do modo adequado de abordar o aspecto subjetivo do racismo. E este, sim, merece ser discutido. Parece estar claro que a discussão sobre o racismo exige a intervenção da psicologia. E não somente entre autores e autoras que reclamam a atenção do aspecto subjetivo do racismo, mas no âmbito das ciências sociais em geral, parece fora de discussão que psicologia é sinônimo de *psicanálise*. A única exceção a este respeito é, talvez, a psicologia acadêmica *stricto sensu*. E, sem dúvida, existem muito boas razões para equiparar psicologia e psicanálise. Pois, na Alemanha, a psicologia acadêmica, que se isolou a si mesma como uma “disciplina científica particular”, quase não aparece nos debates das ciências sociais e políticas. E, com isso, não se tem muito que aportar sobre o assunto, nem com suas investigações psicométricas sobre os “preconceitos” e as “atitudes”, nem com suas reduções “nomológicas” da teoria de aprendizagem e da cognição (veja Holzkamp, 1993, 1994). Ante esse tipo de desenvolvimento, somente é reconhecível um interlocutor capaz de tomar parte no debate, a psicanálise, que desta maneira passa a representar toda a psicologia.

Parece-nos natural que a posição monopolística que possui a psicanálise na discussão sobre o racismo não a dispensa da necessidade de um questionamento. Pelo contrário, suas contribuições não devem nem podem ser excetuadas de uma problematização. Quais são, segundo a psicanálise, as condições originárias do racismo? Qual é, segundo ela, a singularidade das personalidades e das ações “racistas”? Em que relação se encontram as pessoas “racistas” e “não racistas”? É importante analisar detidamente as ideias que sustentam a psicanálise com respeito a este tipo de questão e, sobretudo, é importante analisar, por trás destas ideias, o conceito que a psicanálise tem da mediação entre, por uma parte, o aspecto subjetivo-individual do racismo e, por outra parte, suas características e condições sociais, grupais e interpessoais (as que a psicanálise, de alguma maneira, sempre contempla). Neste terreno também é essencial analisar as consequências que a visão psicanalítica implica para a conceitualização científica do racismo enquanto fenômeno em seu con-

junto e, neste sentido, suas consequências quando concebe a natureza do racismo e as perspectivas de luta política contra ele. Logo, na hora de se abordar o problema do racismo como fenômeno “subjetivo”, há de se questionar se é obrigatório entender o racismo à maneira da psicanálise, ou se talvez são possíveis, a este respeito, outras teorias da subjetividade humana. É possível evitar as consequências conceituais políticas e práticas implicadas no enfoque psicanalítico do racismo? A argumentação do presente estudo aponta, de um modo geral, para o esclarecimento deste tipo de questões. No entanto, iremos além da contraposição que somente situa de um lado a psicanálise e do outro a psicologia acadêmica, e esboçaremos a concepção alternativa do racismo desenvolvida pela ciência psicológico-crítica do sujeito.

A psicanálise e as interpretações do racismo como manifestação patológica individual

Segundo a concepção usual, a psicanálise representa uma teoria e tecnologia terapêutico-clínica, ou seja, supõe-se que ela se ocupa primeiramente das perturbações psíquicas, das manifestações “neuróticas” e de seu tratamento. Correspondentemente, entende-se que a experiência psicanalítica se desenvolve e se acumula no marco da relação terapeuta-paciente. As instituições e federações psicanalíticas apoiaram esta definição por razões político-profissionais. Porém, reiterada e diferentemente daqueles que representam outras direções terapêuticas, os psicanalistas que se entendem a si mesmos como “terapeutas” também quiseram contribuir para a explicação de manifestações sociopolíticas, particularmente as controvertidas. Suas intervenções abarcam temas que vão desde o fascismo, passando pelas rebeliões estudantis, até certos problemas específicos da juventude (como, por exemplo, o narcisismo como um “novo tipo de socialização”). Por isso não é surpreendente que, desde esta posição, também se intervenha nos debates sobre o “racismo”. Quero ilustrar isso citando um artigo de Anita Eckstaedt, *Der fremde Feind und das eigene Unheimliche*⁵⁶ (1993).

56 O inimigo estrangeiro e a inquietante estranheza de si mesmo.

Eckstaedt começa por reconhecer que não pode pronunciar-se a respeito do “tema de temor aos estrangeiros e da hostilidade” no plano das “relações grupais” e das “manifestações massivas”. Como analista, só pode descrever “situações e desenvolvimentos básicos” de caráter psíquico. No entanto, para uma verdadeira compreensão das “mudanças em curso em nossa sociedade”, diz Eckstaedt, é essencial o “conhecimento das estruturas básicas, sobre como o indivíduo é capaz, consciente ou inconscientemente, de viver e agir”, isto é, o conhecimento das condições individuais do “desenvolvimento que o leva para o mundo adulto”. Pois “ser adulto significa suportar os paradoxos da vida” (p. 105). Eckstaedt descreve o fracasso desse processo de maturação como a “persistência” regressiva “de um mundo narcisista oral ou anal”. Segundo ela, esta é uma “característica das estruturas de personalidade doentias” (p. 118). Como exemplo, indicou-nos “dois casos em que, na primeira infância, esteve em primeiro plano: o ser mimado, em um, e o ser privado, em outro”. Assim, Eckstaedt expõe “desenvolvimentos disfuncionais que ocorrem inevitavelmente”, os quais “não são apenas infecundos para a própria personalidade, mas também permanecem infecundos na relação com o objeto e acabam em um surto de destruição, violência, e abusos de poder – ações contra a vida” (p. 105). O primeiro destes dois casos é descrito como “megalomania, com traços de devaneio”, causada pela “natureza indulgente da atenção recebida” ([*verwöhnende Zuwendung*], p. 111). O segundo caso é intitulado “megalomania reagente irritada”, considerada o produto de uma “situação de escassez de atenção” (p. 124).

Eckstaedt constrói suas análises e interpretações das histórias de vida utilizando o vocabulário psicanalítico tradicional, mas sobre esta base evoca conceitos com os quais explica a “hostilidade para com os estrangeiros” ou problemas semelhantes (como veremos, estes são conceitos que podem ser mais ou menos importantes, mas que, de forma geral, são característicos do olhar psicanalítico do problema). Por exemplo, Eckstaedt fala de fantasias de onipotência que vem da simbiose precoce com a mãe. Sob essas fantasias, “somente é bom o que me pertence, o que não é meu, deve ser expulso”. Assim, “a estrutura que tomou tal forma sempre necessitará, para seu próprio alívio, de uma (...) imagem do inimigo (*Feindbild*). Nela se traça previamente a hostilidade para com os

estrangeiros” (p. 122). Então, com especial referência para o trabalho “O estranho”, de Freud ([1919] 1996, vol. XVII), Eckstaedt tematiza a qualidade “abominável”, “inquietante” (*Unheimlich*), que adquire sua própria situação subjetiva, a estranheza do familiar, que, segundo ela, resulta de impulsos libidinosos e agressivos que se tornam inconscientes. Diante dessa ameaça, o aparelho psíquico procura alívio para dissociar algo não agradável (1993, p. 120), projetando-o ou movendo-o como estranho (ou estrangeiro, *Fremde*) no mundo real. Os estranhos são ideais “como receptores do material pronto para a projeção”. “Na nova situação, o estrangeiro não se encontra apenas desprevenido, mas também desamparado contra as suspeitas e à identificação com os prejuízos”. Desse modo, “Os sentimentos rejeitados, como a ganância, a inveja e o ciúme são atualizados e deslocados... Aparentemente, agora se pode reconhecer e combater os afetos indesejados naqueles que são estrangeiros, no estranho” (p. 129).

Não são apenas as generalizações do próprio trabalho terapêutico com pacientes, numa visão psicanalítica literalmente “clínica”, que veem o racismo como resultado de certos distúrbios da estrutura da personalidade ou do caráter originado na primeira infância do indivíduo. Este ponto de vista também se juntou aos desenvolvimentos conceituais de natureza mais geral sobre o racismo – podemos até afirmar que o famoso estudo de Adorno sobre o “caráter autoritário”, como uma predisposição individual ao preconceito antissemita e racista (Adorno et al. [1950] 1968-1969), corresponde a este contexto⁵⁷. Mas creio que para a presente discussão são mais importantes e relevantes outros intentos psicanalíticos para explicar o racismo, tais como os de Léon Poliakov (pesquisador do *Centre National de Recherche Scientifique*, Paris), que quero expor brevemente.

De acordo com Poliakov (1976), as análises históricas e sociológicas não são suficientes para se compreender suficientemente o fenômeno do “racismo”, uma vez que tais análises permanecem sem explicar por que o racismo pode tomar posse das pessoas em um grau tão ex-

57 Recentemente, abordei este tema em um artigo sobre a educação antirracista; Ver: Holzkamp, 1994, p. 43.

tremo e ser tão resistente contra argumentos racionais. Isto, diz Poliakov, indica que o racismo encontra “uma profunda ressonância no inconsciente humano” (p. 128), que pode apenas tornar-se inteligível por meio da psicanálise freudiana.

No centro da tentativa de explicação poliakoviana da ressonância subjetiva do racismo, encontra-se a variante da teoria da onipotência; assim, mas de uma forma menos pronunciada, aparece uma variante da mesma teoria da projeção de hostilidade contra estrangeiros, no artigo de Eckstaedt citado há pouco. De acordo com Poliakov, no início de seu desenvolvimento, a criança ainda vive em simbiose primeva com sua mãe. Nesta fase, a criança experimenta a si mesma como um ser bissexual, uma totalidade indiferenciada, anterior à separação da menina e do menino. Depois,

um processo de diferenciação é estabelecido, durante o qual a criança é gradualmente separada de sua mãe; uma separação que é percebida como uma ausência, uma perda irreparável, e clarifica a cadeia de separações e perdas que, a partir de agora, vão marcar a história deste sujeito. Fica para trás a onipotência original, a plenitude do desejo satisfeito imediatamente (...). O complexo de Édipo marca definitivamente o tema do acesso ao simbólico, ou seja, a lei, a cultura e a linguagem, mas, igualmente, o “ego”. A criança deve renunciar à sua mãe, que já não lhe “pertence”, para que possa identificar-se com seu pai, que lhe mostra o caminho do “tornar-se adulto”. Descobre sua castração ao descobrir que não possui o falo. Aqui, *falo* não é simplesmente outro nome para o pênis, e a castração não significa apenas que uma pessoa – a saber, a mãe – está proibida ao desejo da criança. Na verdade, o falo é o significativo (símbolo) da onipotência própria deste ser originalmente bissexual que é a criança, e tanto o menino quanto a menina estão obrigados a perdê-lo. Menino ou menina, descobre que não é o todo-poderoso, o homem-mulher, o ser andrógino das lendas e dos mitos, aquele que se autoengendra, já que possui ambos os sexos; em suma, ele descobre que não é tudo o que, inconscientemente, deseja ser. (1976, p. 129).

De acordo com Poliakov, a pessoa “racista” é caracterizada por negar de maneira regressiva este caminho até a idade adulta, tão rica em

privações, inconscientemente, fantasiando que voltou ao seu estado original de onipotência. Assim,

podemos dizer que o racista é, em princípio, um indivíduo obcecado pela necessidade de negar a sua própria castração, os seus limites e, portanto, sua morte. Mas, ao mesmo tempo, se parece com um neurótico grave, que deseja inconscientemente regressar, de uma maneira ou de outra, àquele primeiro estado anterior à formação do “ego”, no qual era *um* com sua mãe. (1976, p. 131).

O indivíduo “de uma raça diferente”, encarnação do homem que mais se diferencia dele mesmo, evoca no racista precisamente aquela imagem que ele – buscando manter em pé a fantasia inconsciente de sua unidade total – tenta reprimir com todas as suas forças, a ideia de sua “própria castração” (como racista) “para projetar, nele, o desejo que sente de regressar às entranhas de sua mãe, o que eventualmente leva-o a querer destruir conscientemente o outro” (*ibidem*). Como resultado da projeção, o indivíduo “de uma raça diferente” encarna os desejos inconscientes, de modo que o “racista” sempre o percebe como alguém “ameaçador”. Daí “este sentimento estranhamente inquietante que engendra, no racista, uma angústia que só pode liberar-se destruindo sua vítima” (p 132; também, neste caso, referindo-se a “O estranho”, de Freud).

Quando os conceitos de racismo de Poliakov e de Eckstaedt são comparados, a primeira coisa que salta à vista é o fato de que as duas abordagens têm em comum, como matriz central para a interpretação do racismo, teorias da onipotência e projeção. No detalhe, diferenças são reconhecidas na lógica interpretativa que, no essencial, pode ser considerada como resultado da influência da concepção francesa psicanalítica lacaniana de Poliakov. Mas, em ambos, confirma-se especialmente que o racismo é concebida no âmbito de uma concepção “terapêutica” da psicanálise. Em outras palavras, o racismo aparece como um “transtorno” psíquico, um fenômeno patológico individual. Isso acontece tanto no caso de Eckstaedt, em que este conceito se desprende da referência à experiência clínica direta, como também em Poliakov, embora suas explicações caminhem explicitamente em contextos teóricos sociais e

culturais mais amplos. Por exemplo, numa das passagens citadas, vimos que, segundo este autor, o racista se parece com um “neurótico grave” (p. 131). E talvez isso se torne ainda mais claro se citarmos outra passagem, em que Poliakov sublinha “a natureza sexual inconsciente e, acima de tudo, o caráter neurótico, patológico – da atitude racista” (p. 133). No detalhe, o “racista” que é discutido neste exemplo não é um produto de uma dedução patogênica. Ainda assim, Poliakov recorre frequentemente a uma linguagem personificadora para se referir a um “racista”, que poderia muito bem ser classificada como uma variante das “estruturas enfermas de personalidade” de Eckstaedt.

É evidente que este tipo de concepção dos “racistas” como personalidades transtornadas provoca grandes problemas. Este é o caso, por exemplo, quando tentamos explicar a mediação entre a patogênese infantil com o que compreendemos ser racismo individual e o racismo como um movimento social. Como se explica o fato de que, sob determinadas condições históricas e sociais, apareçam os “racistas” precisamente em massa? Ante essa questão e de acordo com o modelo de pensamento patológico individual, não deveríamos recorrer ao pressuposto – relativamente absurdo – de que isso decorre de uma acumulação de constelações familiares patogênicas, que remontam há muitos anos, na infância dos agora racistas? No entanto, para evitar essas consequências problemáticas, pode-se supor que, sob certas relações sociais, cobram atualidade e brotam os racismos latentes (cuja gestação ocorre do modo patológico individual descrito). Mas neste caso, como explicar a existência de tantos racistas “latentes”? E que tipo de relações são as que propiciam o aparecimento maciço destes “neuróticos” racistas, que não apenas na forma de *skinheads* cometem atos violentos contra aqueles que não são alemães, mas que também aumentam sua influência na mídia e na política? E como essas pessoas recebem os votos de muitos outros (neuróticos)? Parece compreensível que os psicanalistas não queiram se posicionar com relação a questões tão difíceis. Como Eckstaedt, eles preferem ignorar que isso poderia ser de sua jurisprudência. Ou, como Poliakov, dão-se simplesmente como satisfeitos com uma observação final, naquela que chamam “a atenção para requisito teórico fundamental: para entender melhor as grandes erupções de racismo, é sempre importante implantar

(...) os resultados da investigação psicanalítica em uma perspectiva histórica, a fim de ter-se em conta o peso das circunstâncias” (p. 142). Mas o que não explicam em nenhum lugar é como se poderia alcançar este objetivo.

Agora, para nós, faz sentido permanecer e aprofundar apenas a análise da problemática do enfoque terapêutico da patologia individual? Isso só seria coerente se pudéssemos levar em conta que a abordagem terapêutica da patologia individual é constitutiva da psicanálise, pois, neste caso, a crítica desta abordagem equivaleria à crítica da concepção psicanalítica do racismo em geral. Mas há muitas linhas de pesquisa que rejeitam explicitamente uma “terapeutização” do tipo descrito e que, no entanto, são consideradas essencialmente psicanalíticas. Aqui podemos citar, por exemplo, a “etnopsicanálise” que tem suas origens nos trabalhos de Georges Devereux e que, na área da linguística alemã, foi fundada por Morgenthaler Fritz e Paul Parin. A título de comparação intercultural, esta abordagem procura destacar a realidade social historicamente determinada na teoria e na pesquisa psicanalítica (ver, por exemplo, Parin, 1976). Mario Erdheim, um expoente da *escola de Zurique*, fala, por exemplo, programaticamente de um “equivoco terapêutico” da psicanálise: Se, em nossos dias, pretendemos ainda continuar investigando o inconsciente, devemos abandonar a terapêutica sob a qual Freud se ocupou do inconsciente. Isso significa que não é o relacionamento terapeuta-paciente, mas a relação entre pesquisador e informante que deverá permitir a investigação do inconsciente (1988, p. 66). Assim, Erdheim salienta expressamente que as ligações entre as relações socioinstitucionais e as expressões individuais da vida não podem ser explicadas de uma maneira “patológico-individual” (ver, por exemplo, 1988, p. 271 e 276). Elisabeth Rohr, por sua vez, propõe que,

em vez de se fazer suposições psicológico-individuais ou diagnósticas de hostilidade contra estrangeiro, é preferível concentrar-se em reflexões psicológico-sociais e, sobretudo, etnopsicanalíticas. Pois, por um lado, parece que a hostilidade em relação aos estrangeiros, ao invés de um destino individual, é um fenômeno grupal e de massa psicológico-social. (...) Além disso, a etnopsicanálise se ocupa, originalmente, da investigação dos fenômenos culturais estrangeiros e, portanto,

presta-se de um modo particular a fornecer informações sobre a dimensão inconsciente na experiência de estranhamento. (1993, p. 134).

No contexto de uma discussão de interpretações psicanalíticas de racismo, portanto, seria um pouco simplista persistir em apontar apenas incompatibilidades entre as dimensões patológico-individuais e sociais de racismo. Assinalamos que, no caso da etnopsicanálise, este é um projeto teórico que visa deixar para trás as limitações terapêutico-clínicas colocadas pela psicanálise clássica. Esta abordagem visa conceituar e investigar, em uma nova base, “a produção social da inconsciência”, como já dissemos ao citar o título programático que Erdheim concedeu a uma de suas principais obras (1984). Naturalmente, neste artigo, não posso fazer uma apresentação detalhada desta proposta. Nosso argumento incidirá diretamente sobre as abordagens etnopsicanalíticas relativas ao problema do racismo.

A concepção etnopsicanalítica do racismo

Pelo que entendo, a mais exaustiva contribuição etnopsicanalítica à atual discussão do racismo consiste em um artigo de Mario Erdheim, *Das Eigene und das Fremde: Über ethnische Identität*⁵⁸. Anteriormente, Erdheim havia publicado outros textos de equivalente orientação argumentativa, porém, menos detalhados. A forma com que se aborda o fenômeno da “estranheza” neste trabalho, a centralidade que lhe indica, obedece à perspectiva especificamente etnopsicanalítica. Neste contexto, Erdheim propõe o problema do racismo a partir da questão de “por que o estranho atrai, tão facilmente, agressões a si” (1993, p. 166). Erdheim começa por desenvolver este questionamento no *plano da família*.

“No sujeito, a imagem daquele que é estranho se forma cedo, quase simultaneamente com a imagem daquilo que nos inspira a maior confiança (*am vertrautesten ist*), a imagem da mãe. Em sua forma mais primitiva, estranho é a *não-mãe*, e a ausência ameaçadora da mãe provoca temor”. Mas a criança também pode superar este teor “graças à fascinação que,

58 *O próprio e o estranho: sobre a identidade étnica.*

igualmente, exerce o estranho. Nossa relação com o estranho é sempre ambivalente: temos medo dele e, ao mesmo tempo, ele também pode nos fascinar”. Por meio deste momento de fascinação, “a imagem do estranho, a instância representante do estranho (*Fremdenrepresentanz*), brinda-nos com uma alternativa ao permitir à criança estabelecer uma relação com pessoas que não são sua mãe” (p. 166). Desta forma, surgem possibilidades de se enriquecer a própria vida. Porém, para poder realizá-las, a criança deve superar, vez ou outra, um obstáculo que se apresenta em seu desenvolvimento e que possui sua origem na funcionalidade da instância representante do estranho para a solução dos conflitos familiares. Trata-se, segundo Erdheim, de uma “função psico-higiênica”: a criança projeta tudo o que lhe parece ameaçador com respeito à sua mãe, ao pai, aos irmãos e (sobretudo) a si mesma na “instância do estranho”. “Não é a mãe que é malvada, não se viu fúria e ódio em seus olhos, senão que é o estranho e nele se reconhece o ódio. O mesmo ocorre com os próprios desejos proibidos: já não os possui mais, senão os demais, os estranhos a possuem”. Desta maneira, “a instância representante do estranho pode se transformar em uma espécie de ‘gabinete monstruoso’ das próprias coisas proibidas”. As vantagens deste tipo de estratégia inconsciente desaparecem porque

ela já não traz possibilidades de desenvolvimento e o acesso ao estranho fica rodeado de muros, de maneira que, paulatinamente, acaba por definhar. Esse é também o momento em que o indivíduo mais facilmente se torna violento. Ele é ativo e luta contra o mal, mas não se dá conta de que o mal não está no outro, senão em si mesmo. Assim, esta luta sempre será inútil, pois a agressão nunca chega a seu objetivo de destruir o mal, já que necessita criar sempre um novo mal, deve voltar a criar sempre novos objetivos para perseguir. (1993, p. 167).

Este desenvolvimento da dinâmica infantil da “instância representante do estranho” simboliza a *constelação genética individual* básica, a partir da qual Erdheim modela os demais níveis da mediação entre a dimensão individual e social do ódio aos estranhos.

Assim, Erdheim desenvolve o isomorfismo entre as dinâmicas da instância representante do estranho no plano individual e familiar e no

plano da etnia/cultura. Ele argumenta que a ambivalência e o possível antagonismo entre o eu e os outros são repetidos na ambivalência ou antagonismo entre a família e a cultura. O desenvolvimento cultural em seu conjunto – e, portanto, também o caminho individual que transcende as barreiras familiares na cultura – é possibilitado ou forçado pelo “tabu do incesto”. Esse tabu resume as “proibições” que “desprendem o indivíduo de seu sistema de parentesco e o incitam à união com indivíduos que não pertencem à sua família” (p. 169; aqui Erdheim obedece ao conceito básico da etnologia estrutural de Lévi-Strauss, que constitui a etnopsicanálise). De acordo com este ponto de vista, a cultura é formada, de um modo geral, no confronto entre o eu e o “estrangeiro” (ou o estranho, *dem Fremden*), no nível étnico. O estrangeiro é assimilado de tal modo que pode tornar-se o motor do desenvolvimento. Isto significa que a cultura, uma vez que se trata do encontro com o estranho, sempre será “algo estranho e inquietante” (p. 170). A experiência desta estranheza inquietante pode ser assimilada de uma maneira produtiva, mas também pode conduzir, mediante a negação da ambivalência, desde o isolamento à agressão ao estranho: “a partir desta perspectiva, a hostilidade contra estrangeiros aparece como uma tendência que ameaça a cultura como um todo. A violência contra estrangeiros torna-se um sintoma que indica um esgotamento da cultura em seu potencial de mudança” (p. 170).

Nessa visão, a contradição produtiva entre a família e a cultura também envolve desafios e situações críticas específicas para o indivíduo em desenvolvimento. A fase vital em que se deve superar esta crise é a adolescência (não só de acordo com o etnopsicanálise, mas com a psicanálise em geral). Nesta fase, após o período de latência, os conflitos que haviam sido reprimidos com o declínio do complexo de Édipo voltam a se impor na consciência. Portanto, é necessário que estes conflitos sejam assimilados em um novo nível:

enquanto na primeira infância se trata de adaptar à família o movimento proveniente do “ego” e de formar suas correspondentes funções, na adolescência se trata de transferir o movimento do “id” à sociedade e à cultura. A irrupção pulsional da puberdade distende as estruturas do ego formadas no seio da família e permite uma nova estrutura de personalidade que já não se refere apenas à família de origem. (p. 179).

Assim, a adolescência é também uma fase vital em que, se fracasam as novas demandas de integração, pode explodir com uma hostilidade particularmente intensa em relação aos estrangeiros. É por isso que Maya Nadig, colaboradora de Mario Erdheim, desenvolve a sua análise sobre “a ritualização de ódio e violência no racismo” (Nadig, 1993), principalmente a partir da “adolescência”:

nas seguintes reflexões, estruturadas segundo critérios etnopsicoanalíticos [quero expor], a partir dos *skins* e seus grupos, como os processos psicodinâmicos da adolescência transformam os jovens em receptores particularmente sensíveis ante as tensões sociais. Minha tese é que os mecanismos regressivos de projeção, cisão e idealização, que desempenham um papel importante na adolescência, são também formas resolutivas de uso em uma ampla camada de cidadãos e políticos. (1993, p. 264).

E ainda:

A catexia narcísica de si mesmo conduz às fantasias de grandeza e onipotência que relativizam o princípio da realidade. Origina-se uma debilitação periódica do superego. Em relações limitativas ou desintegradoras, a regressão, as fantasias de grandeza e o debilitamento do superego se transformam em perigosos momentos de uma possível descompensação. (1993, p. 267).

A projeção, a cisão e a identificação, bem como a *desvalorização e a idealização*, o *ódio e a agressão*, passam a ser os modos funcionais mais importantes para superar estes conflitos. No cotidiano, aparecem na forma de preconceito. Assim, a magnitude da violência deve ser entendida como uma tentativa de se desfazer as feridas e vergonhas narcísicas sofridas. (p. 268).

Segundo Erdheim (1993), a dinâmica da instância representante do estranho que se forma na família e impregna a contradição entre a família e a cultura no plano étnico caracteriza a relação entre o eu e o estrangeiro em um terceiro plano, o do Estado-nação. Em essência, a formação do

Estado responde ao fato de que os conflitos intermináveis entre os grupos étnicos só poderia ser “acalmada” por uma instância superior.

Mas a construção de uma identidade nacional passou de mão em mão com a destruição das identidades étnicas. Os cidadãos já não poderiam se identificar com sua tribo ou religião para, a partir daí, desenvolver uma consciência de si mesmos, agora apenas poderiam se identificar com sua “nação”. Surgia uma espécie de vácuo de identidade no qual ingressavam os restos de uma identidade nacional. Esta permanência sempre frágil, em primeiro lugar, procurou provar seu valor pela desvalorização de seu adversário (nacional). (1993, p. 172).

Prossegue: “A ascensão do Estado-nação levou a uma crescente candência da cultura⁵⁹, (...) acelerando sua transformação. Era quase impossível manter a estabilidade cultural e a dinâmica social tornou-se incontrolável” (p. 173). Esta constituía uma situação nova para o surgimento da hostilidade para com os estrangeiros, que Erdheim resume da seguinte forma:

1. As formas de identidade, decompostas pela acelerada transformação cultural, produzem o medo. Desorientação crescente, perda de consciência (das coisas), o sentimento de insegurança e impotência.
2. Este medo infantiliza os indivíduos e, em seguida, recorre-se ao já citado método psico-higiênico. As próprias partes negativas são projetadas no estranho mediante mecanismos de clivagem. Aumenta-se a hostilidade para com os estrangeiros, que se tornam culpados de todas as desgraças.
3. Essa hostilidade para com os estrangeiros faz com que os indivíduos retornem a formas solidificadas de identidade, como, por exemplo, o radicalismo da direita. (1993, p. 174).

Agora, neste contexto, tanto o “racismo” como o “nacionalismo” podem ser considerados “produtos de uma identidade étnica fracassada”. O racismo transforma toda a comunidade nacional [*Volksgemeinschaft*] em família e faz desaparecer o polo antagonista da cultura, e o nacionalismo torna-se uma substituição fantasmagórica da família nas posições

⁵⁹ Esta formulação faz referência à diferenciação de Lévi-Strauss entre culturas “frias” e “quentes”; ver: *O Pensamento Selvagem* ([1962] 1997), p. 339.

de poder perdidas. Em ambos os casos, persegue-se quem está fora. A ambivalência em face do estranho se decompõe e agora apenas se experimentam suas valências negativas. “A incompatibilidade entre as culturas é, portanto, resultado de um irreflexivo antagonismo entre a família e a cultura: quando para o indivíduo a própria cultura se atrofia e transforma-se em família, experimentam-se as culturas estranhas como um contraste ameaçador” (p. 178). Com referência a este problema, Maya Nadig destaca a conexão ou a mediação entre o plano dos processos individuais e regressivos e o plano da sociedade: “a projeção e a divisão representam o núcleo da ideologia nacionalista e racista, pelos quais o capitalismo e as nações em formação geram a ordem e a unidade fictícia em tempos de crise” (1993, p. 265).

O “realismo conceitual” da psicanálise e o discurso psicanalítico

Vamos observar agora os princípios interpretativos e explicativos que foram introduzidas na concepção etnopsicanalítica do racismo que acabei de descrever. São eles fundamentalmente diferentes dos princípios que foram introduzidos como parte das abordagens explicativas “patológico-individuais” da psicanálise “clínica” que discutimos anteriormente? E se existem diferenças, será possível superar as dificuldades na mediação entre os níveis individuais e sociais de racismo que se apresentavam nos enfoques patológico-individuais? Não há como negar o fato de que, em comparação com outros trabalhos psicanalíticos, as reflexões dos textos etnopsicanalíticos que discutimos incluem pré-condições sociais das manifestações racistas de uma forma muito mais detalhada e diferenciada. Tampouco se pode ignorar a influência não só da etnologia estrutural, mas também da teoria marxista de sociedade. Mas uma análise cuidadosa mostra claramente que, ao caracterizar o racismo, aparecem reiteradamente certos esquemas interpretativos comuns a todas essas concepções. Trata-se de esquemas que parecem próprios do modo psicanalítico de focar o racismo, independentemente do rótulo – etnopsicanalítico etc. – da concepção concreta.

Tomemos, por exemplo, a “teoria da projeção” do racismo mencionado, pelo qual as partes incompatíveis e proibidas da própria vivên-

cia são transferidas aos “estranhos” e combatidas neles. Aparentemente, muitas das interpretações psicanalíticas do racismo compartilham esta teoria. Este esquema explicativo aparece, com maior ou menor clareza, em todos os textos que citamos: em Eckstaedt, em Poliakov, mas também em Erdheim, Nadig e Rohr. E se expandirmos nossa pesquisa, iremos novamente identificar o mesmo esquema. Em uma famosa palestra de Otto Fenichel, um eminente psicanalista da geração posterior a Freud, sobre os “Elementos de uma teoria psicanalítica do Antissemitismo”, lemos:

O desejo de matar, o amor à sujidade, a baixa voluptuosidade: estas são as coisas que tentamos manter esmeradamente ocultas em nosso inconsciente. Um dos meios de defesa contra as aspirações do próprio inconsciente é a projeção, quer dizer, ver nos demais aquilo de que não queremos tomar consciência. (...) Para o antissemita, o judeu parece ser um assassino, sujo e depravado; desta maneira, pode-se evitar a tomada de consciência desta tendência em si mesmo. Assim, o judeu se torna a encarnação do desejo de matar, da pouca sexualidade. (1946, p. 19-20).

Também é o caso de Margarete Mitscherlich, que como psicanalista empenha-se no combate à submissão e à perseguição social – encontramos certa variante da teoria da projeção como explicação do antissemitismo e do “ódio” contra os estrangeiros. Assim, por exemplo, quando Mitscherlich explica que, durante a crise econômica mundial, para “os alemães, em sua busca por um culpado para suas privações e degradações”, “os judeus, como minoria e com outros valores religiosos” lhes serviram para “projetar seus prévios [*bereitliegende*] afetos de ódio, vingança e ciúme” (1983, p. 31).

Há também outras figuras interpretativas que, em maior ou menor medida, são comuns nas concepções do racismo tanto psicanalíticas como etnopsicanalíticas. Havíamos mencionado, por exemplo, a “teoria da onipotência”, que exerce um papel importante nas argumentações de Eckstaedt e é central no enfoque de Poliakov. Nos textos em que Erdheim se dedica ao tema do racismo, a presença desta teoria não é tão pronunciada, mas, ainda assim, é de grande importância e se articula em muitas de suas análises, por exemplo, quando trata das fantasias narcisistas de grandeza

e onipotência (1984, p. 41 e p. 368). Enquanto isso, para Nadig, como mostramos, a referência ao “florescimento do narcisismo” nas “fantasias de grandeza e onipotência” durante a adolescência corresponde diretamente ao marco explicativo do racismo. A descrição do “estranho” como o “inquietante”, o “ameaçador” [*das Unheimliche*], no sentido de Freud, pode ser encontrada (com ou sem referência explícita ao artigo de 1919) na maioria dos textos citados, e também na proposição de Fenichel: “também o próprio inconsciente é algo estranho. A estranheza é a qualidade que têm em comum os judeus e as próprias pulsões. Este é o caso particular da explicação freudiana do fenômeno geral do que é psicologicamente ‘estranho’” (1946, p. 20).

A etnopsicanálise planejava superar o “mal-entendido terapêutico” e as reduções “patológico-individuais” da psicanálise clássica na interpretação do racismo. Porém, a conclusão que se há de tirar a partir da similitude dos padrões explicativos é outra: todas as tentativas da etnopsicanálise para realizar consequentemente seu designo programático foram inúteis. Isto se torna essencial para o desenvolvimento de nossa argumentação. É certo que, no momento de se caracterizar os “racistas”, os textos etnopsicanalíticos não tratam de “estruturas de personalidade enfermas”, de “neuroses graves” ou de coisas do gênero. Além disso, o recurso à patogênese infantil do racismo se complementa de uma maneira muito mais pronunciada com a referência às condições sociais como condições para o surgimento do racismo. Nadig a complementa com as “relações restritivas ou desintegradoras”, Erdheim com “a acelerada transformação cultural”. Tampouco se apresentam os indivíduos concretos como “racistas”, senão que se busca compreender o racismo como “fenômeno grupal e de massas psicológico-social” (Rohr). Contudo, ainda assim, é patente que a etnopsicanálise não pode mais caracterizar a singularidade das manifestações racistas em termos de prejuízo pessoal, em termos de uma *consciência reduzida com respeito às próprias ações*. Aqui é universal o suposto *nexo entre o “temor” e a “regressão”*, especificada como “infantilização” (Erdheim), perigosa “descompensação” (Nadig), ou coisas do gênero. Segundo esta visão, as fantasias racistas de “onipotência” devem ser interpretadas como um surto regressivo do narcisismo infantil; e também, a explicação das

“projeções” e “excisões” como transferência [*Verlagerung*] dos próprios impulsos proibidos aos estranhos supõe processos regressivos. Como vimos, Erdheim e outros descrevem este tipo de processo como recurso infantilizante “ao provado método psico-higiênico” etc. Já que, obviamente, nem todos os indivíduos reagem ante as relações desorientadoras e angustiantes de maneira regressiva e buscando refúgio no racismo, parece natural pensar, adicionalmente, desenvolvimentos individuais particularmente desfavoráveis. Segundo esta lógica, certas pessoas possuem uma maior disposição ao racismo que outras devido a estes desenvolvimentos desfavoráveis. Sob circunstâncias muito especiais, também se considera que as manifestações regressivas só dependem da situação e que são de caráter temporal, como o faz Rohr quando discute sobre o encontro com o estranho no caso dos pesquisadores de campo da etnologia (ver 1993, p. 135). Mas, em geral, quando o tema é o “racismo”, o marco interpretativo induz a que seja considerado como uma questão referida a indivíduos deficitários, infantilizados etc. Neste sentido, a visão “patológica-individual” da psicanálise clássica parece ser fluida.

A etnopsicanálise não é capaz de responder à sua programática. Ela não pode se libertar, realmente, do “mal-entendido terapêutico” da referência psicanalítica. Apesar de todos seus esforços críticos e de certas visões inovadoras e fecundas, seu núcleo conceitual continuou sujeito aos padrões psicanalíticos que ela mesma buscava superar. Em minha opinião, isto tem suas causas mais profundas numa curiosa tendência da psicanálise ao *realismo conceitual*, a tendência de se inverter as construções teóricas em uma realidade simplesmente factual. Por exemplo, Erdheim e Nadig constatam simplesmente que, “como é sabido, o objeto da psicanálise é o inconsciente dos indivíduos” (Erdheim 1988, p. 61). Poder-se-ia questionar se isso, em lugar de reificar a teoria, não indica simplesmente um fenômeno. Mas essas dúvidas são esclarecidas quando constatamos que aqui se costuma explicar e contextualizar o “inconsciente” com uma série de conceitos que recebem, assim mesmo, um caráter “realista”: “pulsão”, “narcisismo”, “id”, “ego”, superego”, “complexo de Édipo”, “complexo de castração”, transferência”, “contratransferência”; logo se agregam a esta lista os diferentes “mecanismos de defesa” (voltarei a este ponto). Desta maneira, subvertem-se os conceitos altamente teóricos (e

altamente significativos) de Freud, que agora aparecem como uma mera descrição de circunstâncias factuais. Permanecem, por assim dizer, no espaço pré-reflexivo, são considerados como algo óbvio, indubitável, e, deste modo, já não podem ser um possível tema de crítica científica. (Conta a anedota que em uma discussão se colocou em dúvida a assim chamada “sublimação”, ao que o psicanalista contestou: é óbvio que há sublimação, eu sempre sublimo no final de todos os dias). Todos os conceitos remetem ao contexto de um determinado processo que também se reifica simplesmente como “real”: supõe-se que as “pulsões”, quer sejam de caráter sexual ou também sexual-agressivo, primitivas e não sociais, constituem inevitavelmente a instância última da temática da vida humana. Estas pulsões, diz-se, apenas determinam abertamente a conduta na infância mais inicial. Assim, no processo de desenvolvimento individual, o “destino destas pulsões é de uma paulatina ‘socialização’”; quer dizer, supõe-se que estas pulsões devem ser compatibilizadas com as necessidades e restrições socioculturais. Reifica-se que este último tem lugar, sobretudo, em duas constelações críticas: primeiro, no complexo familiar de Édipo e seu sepultamento e, depois, na nova “irrupção pulsional” e sua integração no marco dos conflitos culturais da adolescência. O temor (por exemplo, da “castração”) que aparece nas situações críticas fundamentais, mas também em cada conflito derivado deles, requer uma variada transfiguração e encobrimento. Ou seja, os impulsos pulsionais (do “id”) devem voltar ou devem se tornar inconscientes mediante a “repressão” e os demais “mecanismos de defesa”, para que, desta forma, possam se tornar toleráveis para o “ego” enquanto instância do agir consciente diante da realidade. Aqui a instância do “superego” cumpre o papel de representação dos preceitos e proibições sociais (mediadas pelo “pai”) no sujeito. Assim, as contradições entre os impulsos provenientes das pulsões, as exigências da realidade e as restrições sociais no indivíduo podem-se personificar como tentativas do “ego” em atingir um compromisso entre o “id” e o “superego”. De acordo com esta visão, quando o “ego” fracassa nestes intentos, e segundo o tamanho do fracasso, sua capacidade de ação pode ser afetada de diferentes maneiras. Em uma margem normal, (ainda) pode ser conservada a capacidade de ação do “ego” por meio da repressão ou da defesa contra

as pulsões ou contra o “representante da pulsão”, empurrando-os para o inconsciente. Quando, pelo contrário, o fracasso é tão profundo que mina a capacidade de ação do “ego”, é necessário dar contenção por formação “neurótica” de sintomas e torná-lo funcional mediante o benefício primário e secundário da enfermidade.

Sem dúvida, o realismo conceitual psicanalítico se situa no âmbito de um pensamento cotidiano em que é normal eliminar a diferença entre conceito e realidade: “isto se diz assim” se confunde com “isto é assim”. Porém, não se deve isto simplesmente a uma falta de reflexão sobre o *status* dos próprios conceitos. Antes, haveria de se investigar até que ponto a comunicação psicanalítica entre paciente e terapeuta requer o realismo conceitual por razões que poderíamos denominar “técnicas”. Por exemplo, a um paciente que se encontra no processo de se libertar das exigências do “superego”, para, deste modo, reconciliar-se com seu “id”, seria talvez inapropriado dizer-lhe que estas instâncias são apenas constructos teóricos. Assim mesmo, dever-se-ia considerar em que medida o curioso ritual de “análise didática” também cumpriria a função de fazer com que os adeptos se comprometam com o realismo conceitual por ser este funcional na terapia. A crença na realidade dos conceitos psicanalíticos que se defende com altivez das descargas pseudocríticas e das racionalizações dos não iniciados forma parte da perícia que se pretende alcançar mediante a “análise didática”?

O exposto nos permite entrever as razões mais profundas que subjazem à semelhança entre as explicações psicanalíticas clássicas e etnopsicanalíticas do racismo: pode ser que em seus textos a etnopsicanálise fale a linguagem das ciências sociais críticas, porém, na hora de desenvolver explicações ou teorizações especiais, recai, como se fosse natural, no realismo conceitual. Os dois enfoques falam a linguagem, utilizam conceitos e se movem no âmbito das representações fundamentais da psicanálise. Assim, compreende-se que a crítica etnopsicanalítica do “mal-entendido terapêutico” e da limitação da psicanálise clássica à patologia individual fica, em última análise, sem efeito. Posto que “naturalmente” fale a mesma língua, a etnopsicanálise não pode incluir em sua crítica os conceitos fundamentais da psicanálise tradicional. Permanece imune ante uma questão essencial: se é correto que os conceitos fundamentais da psicaná-

lise implicam inevitavelmente a terapeutização e a patologização, estas somente poderiam ser superadas mediante uma crítica radical do sistema conceitual como tal.

Os conceitos e o modelo processual que a psicanálise hipostatiza a nível pré-teórico serão elucidados como um discurso especial no qual se constituem as funções positivas da “verdade”. Resolve-se, prévia e implicitamente, o modo como “naturalmente” se deve falar, sobre que tema e, igualmente, que tema está “naturalmente” fora do lugar. Neste contexto, e como cada vez que se tematiza um discurso, aparece a questão das constelações de poder inscritas nas formas de pensar e de falar. Fala-se desta ou de outra maneira, no interesse de quem? Determinadas possibilidades do pensamento e determinados questionamentos são excluídos do que se pode dizer por serem indevidos, irracionais, “falsos”, no interesse de quem?

Nossa exposição não deve desatender à inclinação científico-social da etnopsicanálise e seu distanciamento com respeito à autoconcepção “terapêutica” da psicanálise clínica. Contudo, para nós, estas são apenas variantes de um discurso psicanalítico global, e é no contexto deste discurso que devemos discutir as implicações e as consequências das explicações do racismo.

Os “subentendidos” no discurso psicanalítico: uma problematização

Para a psicanálise, existe apenas uma forma possível de tratar e abordar o racismo como objeto de investigação. Para começar, devemos construí-lo de tal forma que apareça como um comportamento chamativo, atormentador, indesejado, de indivíduos ou grupos de indivíduos. Apenas então, a psicanálise pode nos oferecer seus serviços explicativos, isto é, descobrir o que “se esconde” por trás do fenômeno dos indivíduos que saltam à vista como racistas. Logo, no marco do discurso psicanalítico, dar “explicação” não pode significar outra coisa que não dar início à dimensão genético-individual. O comportamento atormentador é a superfície manifesta, que tem seu fundamento nos acontecimentos genético-individuais e, por isso, constituem o “essencial”, o “verdadeiro”.

Neste discurso também se decide de antemão como se fala de um modo razoável sobre essa dimensão genético-individual: só é razoável falar em termos do retrocesso às “estações” das grandes constelações conflitivas, a crise da adolescência como estação intermediária e o complexo de Édipo como estação terminal (incluídas as prévias simbioses mãe-criança que se resolvem neste último). Isto explica o significado central que recebe o conceito de “regressão” em todas as interpretações psicanalíticas do racismo. No comportamento racista, o indivíduo recai inconscientemente em formas de enfrentar a realidade que, do ponto de vista genético-individual, são mais primitivas, formas que já não servem para resolver os problemas do adulto – daí o caráter inadaptado, “irritado” do racista. Neste contexto, a reaparição das formas mais primitivas de enfrentar a realidade indica a existência de fissuras nos mecanismos inconscientes da modelação e do controle pulsional que se havia adquirido durante o sepultamento do complexo de Édipo. A regressão, e por último também sua análise, retoma os impulsos narcisistas, agressivos etc. das pulsões ainda brutas, anteriores ao complexo de Édipo. No enfoque clínico, tenta-se revelar os verdadeiros transtornos infantis iniciais do desenvolvimento pulsional; por sua vez, no enfoque etnopsicanalítico, o conceito de regressão serve mais como um meio para pensar e elucidar as dimensões pulsionais “infantis” que se escondem por trás do comportamento racista do presente. Desse modo, sempre que se trate de explicar o racismo, nas passagens estrategicamente importantes, todos os psicanalistas falam diretamente e como se fosse algo natural da “criança pequena”.

Objeta-se que isto não poderia ser colocado como crítica. Por exemplo, poder-se-ia dizer que na psicanálise alude-se à “criança pequena” pela simples razão de que apenas por esta via pode se encontrar uma explicação profunda e extensa do racismo do adulto. Realmente? Já se estipulou que para se entender o racismo há de se deixar à margem as contradições e os conflitos histórico-sociais do presente que aparecem no “racismo” como conceito, atitude e forma de atuar? Que para a análise teórica essas situações representam apenas a superfície? Que em seu lugar há de se colocar em relevo as formas infantis iniciais inconscientes como o verdadeiro, o que apenas se “manifesta” nestas formas de se enfrentar as situações do presente?

Supõe-se que, a depender da perspectiva teórica que observe de

uma maneira suficientemente “profunda” os indivíduos vinculados ao racismo, iremos revelar à criança angustiada que ela se tornou agressiva devido ao desemprego, uma criança oculta nelas e para elas mesmas? Existe efetivamente um incremento do conhecimento científico nesta suposição? Quando se trata do racismo, é necessário declarar o outro como “infantil” e incapaz? É, portanto, necessário negar ao outro o *status* de possível companheiro no marco das relações intersubjetivas? Deve-se estabelecer “cientificamente” uma diferença de nível entre o investigador (a pessoa que no momento da análise parece razoável, “madura”) e o investigado (infantil desassossegado)? Para tanto, e além do que ocasionalmente se diga, há de se excluir sistematicamente a aplicação da teoria do racismo por parte do teórico sobre si mesmo? É inevitável que se negue, devido à sua infantilidade, para alguém que atue de maneira racista, a responsabilidade de seus atos? Que (não no sentido jurídico, mas no sentido da inteligibilidade intersubjetiva) se exima este indivíduo de “responder” por seus atos? Como se pretende evitar, por essa via, a ímpia trindade de terapeutização, pedagogização e/ou criminalização do racismo? Ou, no melhor dos casos, visto que as condições sociais do racismo não podem ser transformadas por seus afetados infantilizados, como evitar a consequência paternalista ao se delegar a transformação dessas condições às elites “maduras”, não racistas (às quais pertence, naturalmente, o pesquisador)?

No marco das teorias especiais da projeção e da onipotência em que se faz referência para explicar o racismo, supõe-se que as pessoas que atuam de um modo “racista” projetam obtusa e cegamente seus próprios desejos pulsionais proibidos nos estranhos. Porém, servirá esta suposição realmente, sem lugar para dúvidas, ao esclarecimento da verdade? Dizer a estas pessoas, por exemplo, que elas estão afetadas por uma megalomania narcísica e que querem destruir os “estranhos” que não concordam com suas fantasias infantis e inconscientes de unidade absoluta para colocar a salvo essas fantasias, serviria ao objetivo do esclarecimento? Com estes “insultos públicos” ficariam excluídas todas as pessoas com que se poderia discutir, como potenciais interlocutores, sobre suas atitudes e ações eventualmente “racistas”. Este fato não importa? Porém, a quem se dirigem nossas análises sobre o racismo, se não àqueles possíveis impli-

cados que assim se excluem? Por esta via, corremos o risco de construir, de um modo protorracista, outra “minoría”, a dos “racistas” infantilizados, que, portanto, possuem um *status* reduzido enquanto congêneres. É necessário correr este risco no interesse de uma interpretação realmente profunda do racismo?

Outro aspecto questionável se refere ao discurso psicanalítico da subjetividade e emocionalidade, que subjaz à sua concepção do “racismo”. No marco dos modelos interpretativos da psicanálise, especifica-se com maior naturalidade o “racismo” como “temor”, “hostilidade”, “ódio aos estranhos”. Não apenas nos textos que citei, o racismo aparece como um problema sobremodo emocional dos indivíduos. Porém, representa esta especificação do racismo um verdadeiro progresso teórico? Ute Osterkamp (1994) demonstrou que estas especificações reforçam, desde a psicologia e ao serviço das estruturas político-sociais de poder, a negação oficial e midiática do racismo. Hoje em dia, na Alemanha, as tendências políticas e jurídicas dominantes buscam organizar a indignação comum de toda gente “de boa-fé” ante as “orgias” do ódio de uma “pequena minoría” racista e violenta, “tão contraproducente para o prestígio alemão”. Deste modo, pode-se absolver de toda a responsabilidade “nossa sociedade” e seus representantes eleitos. Precisamente a esta tendência se ajusta a análise que se concentra na “hostilidade” e no “ódio” como características essenciais do comportamento racista. Porém, isto não é motivo de preocupação? E, em geral, se se deve considerar o plano emocional subjetivo do racismo, não resta outra saída que a de transladar a origem das reações emocionais (como as do “ódio” e da “hostilidade”) em face da profundidade dos desejos pulsionais inconscientes atualizados de forma regressiva pela pessoa individual? É necessário harmonizar, desta forma, com a ideologia dominante da oposição o entendimento “racional” e o sentimento “irracional”? Deve-se excluir do discurso a possibilidade de articular a discussão de maneira intersubjetiva? A possibilidade, por exemplo, de discutir sobre o ódio e a hostilidade como implicações do próprio “posicionamento” em relação às condições sociais da vida, por qual deve responder? Atribuir a experiência emocional do “inquietante” ou “ameaçador” dos estranhos ao “inquietante” e “ameaçador” do próprio inconsciente que aparece neles é indubitavelmente um passo para a

compreensão mais profunda? Não se oferece de melhor forma – a quem talvez não houvesse ocorrido esta ideia – a possibilidade de mistificar e demonizar os não alemães mediante um esquema justificativo “científico”? Ante isso, nós insistimos que a “estranheza” não é uma instância essencial, última, em que se podem constatar, como em uma dimensão fixa, os próprios sentimentos “inquietantes” (ou também ambivalentes). Pelo contrário, neste contexto, o caráter “ameaçador” dos estrangeiros é construído precisamente pelo racismo dominante, quer dizer, deve ser considerado mais como um resultado que como uma causa do racismo.

As inclusões e exclusões do discurso psicanalítico sobre o racismo e os interesses de poder podem ser mostradas em um plano ainda mais fundamental. Para isso, vamos continuar o jogo de perguntas até aqui desenvolvido, aplicando-o agora ao problema da mediação entre os planos histórico-social e subjetivo-individual do racismo. Primeiro, por exemplo, na hora de se explicar as ações racistas, é inevitável afastar-se das relações sociais? Propõe-se que, no interesse de uma explicação suficientemente “profunda” do racismo, é necessário dirigir-se às estruturas primitivas fundamentais do ser humano. Diz-se que estas são as estruturas para além do complexo de Édipo, aquelas em que o racismo se tornou determinante para as ações através do mecanismo de regressão. Segundo esta visão, o sujeito das atividades racistas é determinado, em última instância, por suas pulsões genuinamente não sociais. Porém, desta forma, surge um novo problema: agora há de se colocar em referência esse mesmo sujeito com as condições sociais do racismo, as que não se pretende negar e nem podem ser negadas – como afrontar esta questão? As relações sociais podem ser unicamente consideradas como um fator que pode facilitar os processos racistas regressivos (por exemplo, como uma “acelerada transformação cultural” que determina uma “falta de orientação”, Erdheim)? Mas, neste caso, o que ocorre com a possibilidade de se pensar os sujeitos não apenas como vítimas, mas também como produtores e potenciais transformadores de suas relações de vida? O que ocorre com a possibilidade de pensá-los como sujeitos que também puderam compartilhar a responsabilidade com respeito a essas relações? É simplesmente inevitável que esta possibilidade seja relegada ao terreno do “indizível” ou ao terreno da “fábula”? Segundo,

um procedimento igualmente questionável é a da “psicologização”. Por exemplo, defende-se que a “resistência” do sujeito só pode ser entendida como “resistência” contra a revelação dos próprios desejos pulsionais proibidos. Por que não podemos entendê-la como “resistência” à supressão das possibilidades humanas exercidas pelas instâncias de dominação? Existe uma necessidade de psicologizar que radique na própria natureza do assunto? Ou se desprende essa necessidade da tarefa dos psicólogos ou psicanalistas no marco de uma divisão científica do trabalho? É inevitável que este tipo de “resistência” se esvazie dos conteúdos, desconecte-se do mundo a que na realidade se pudera referir? E é necessário, no lugar de reconhecer esse mundo e esses conteúdos, denunciar a resistência como descarga de desejos pulsionais inconscientes? Terceiro, e de um modo mais geral, se todas as interpretações psicanalíticas do racismo possuem a base e o tom de um conflito existencial fundamental entre “indivíduos” e “sociedade”, na hora de desenvolver um conceito desse conflito, é necessário que os desejos pulsionais individuais privados do sujeito formem o polo oposto dos preceitos e proibições sociais? E é inevitável, por ele desconhecer a temática central do conflito com as instâncias dominantes, isto é, a necessidade de se ganhar influência sobre as condições sociais (medidas no próprio modo de vida) para visualizar sem temores as próprias possibilidades de desenvolvimento e satisfação humanas? Por último, devo aceitar que no discurso psicanalítico só se pode articular o tema do racismo em termos de um comportamento pessoal equivocado? (Um dos exemplos mais populares a este respeito é o dos *skinheads*, que supostamente vivem sua crise de adolescência de um modo equivocado). Devo aceitar que em minha linguagem não é possível articular o racismo das estruturas institucionais de poder e que, portanto, devo deixá-lo “de lado”? E, em consequência, devo aceitar que há de se guardar silêncio sobre a *possível implicação dos sujeitos individuais na reprodução das próprias estruturas racistas*, e, portanto, também sobre *minha própria implicação e responsabilidade* compartilhada?

A forma interrogativa que introduzi nesta parte de nossa discussão cumpria a função de assinalar e pôr em relevo, sobretudo, duas questões: primeiro, as possibilidades de pensamento e de linguagem que se excluem no discurso psicanalítico e, segundo, os interesses de poder que se podem

entrevier nestas exclusões. As perguntas formuladas eram, em certo sentido, “retóricas” e buscavam suscitar a réplica do leitor – “não é correto que se limite desta maneira a visão do problema”, – “esta discussão não deveria deixar de lado esta perspectiva” etc. Porém, isto determina com bastante clareza qual deverá ser nosso passo seguinte, isto é, a introdução de um conceito teórico alternativo do problema do “racismo”. Por um lado, este conceito já não deve estar sujeito às reduções e inversões do discurso psicanalítico; contudo, por outro, deve fazer valer o aspecto subjetivo do racismo em toda a plenitude e contradição de seus conteúdos. Nossa crítica às explicações psicanalíticas do racismo só podem deslocar sua força persuasiva sobre a base deste tipo de alternativa. Apenas sobre esta base poderemos reinterpretar os distintos elementos das explicações psicanalíticas em um contexto teórico alternativo e por esta via conservar, eventualmente, um determinado resto de seus conteúdos cognoscitivos. A seguir, iremos expor uma tentativa deste tipo, que desenvolvemos, inclusive onde não indicamos explicitamente, a partir da perspectiva do conceito sujeito-científico do racismo de Ute Osterkamp e do *Projekt Rassismus und Diskriminierung*⁶⁰ (ver: 1994).

O racismo institucional ou estatal: a estratégia de atribuir poder à população mediante a criação e o uso de divisões do tipo “maioria-minoria”

Frequentemente, as análises acabam nos desorientando pela simples razão de que as começamos pelo lugar equivocado. Por exemplo, se se deseja compreender o aspecto subjetivo do racismo, ainda que isto pareça o mais lógico, não devemos começar pelo sujeito, pois as possíveis ações racistas deste sujeito em nenhum caso se explicam a partir dele mesmo (a nenhuma pessoa lhe ocorre, por si só, a ideia de qualificar de inferiores e perseguir negros, judeus ou turcos). É mais a medição do racismo político-social no mundo, na vida dos indivíduos que, em caso favorável, pode nos brindar com a chave que permite compreender as ações racistas dos sujeitos. Mas isso significa que, no desenvolvimen-

⁶⁰ *Projeto sobre Racismo e Discriminação.*

to de nossa concepção sujeito-científica do racismo, devemos começar por aquilo que hoje em dia se denomina “racismo institucional” ou “estrutural” (Ver: Robert Miles, 1989, p. 50 e p. 84) e que Michel Foucault, em uma conferência acerca da genealogia do racismo (ditada em 1976, no Collège de France), qualificou acertadamente como o moderno *racismo de Estado* (1976b).

Foucault nos oferece uma aproximação com o fenômeno do racismo de Estado, no sentido de uma tecnologia de poder que, mediante a fragmentação, estabelece “uma censura”, “um desequilíbrio entre os grupos que constituem a população” (ibidem, p. 206). Com esta estratégia técnica e de poder são constituídos certos “discursos sobre maiorias e minorias” (Holzkamp, 1994), inclusões e exclusões de indivíduos de menor valor e direitos. Como minimamente se utilizam e aprofundam de maneira “estratégica” as fragmentações análogas já existentes, de origem histórica (neste contexto, “estratégica” não significa que se realize única ou primeiramente uma planificação total e consciente por parte do Estado, senão que o Estado permite, apropria-se ou se concentra nas diferentes estratégias locais). Por meio destas “linhas demarcatórias inclusivas e exclusivas” se “relegam” à degradação, à submissão e à perseguição a atividade de subgrupos da população contra outros subgrupos. Visto de uma forma mais ampla, a função para a conservação do poder correspondente a estas divisões radica nesta “lateralização”. Pois, desta forma, perde-se de vista e se eclipsam a consciência geral sobre o rebaixamento, a opressão e a perseguição “dominantes” e, assim, mediante o fracionamento das forças, debilita-se a resistência contra as relações dominantes. Nas democracias burguesas, este fracionamento cumpre ademais a função de dificultar o reconhecimento da relação de classe. São realçadas as divisões do tipo “maioria-minoria” que em todas as partes se sobrepõem à relação de exploração e, desta forma, dificulta-se o reconhecimento do caráter contraditório da “soberania popular” [*Volkssouveranität*]. Em outras palavras, mesmo que o Estado não seja democrático em um sentido pleno, mesmo que o poder não emane efetiva e ilimitadamente do povo, este fracionamento consolida o Estado contra a população. As “minorias” (do tipo funcional, não quantitativas) construídas nas figurações de maioria-minoria imperantes podem ser de diferentes tipos, a depender

de quais sejam as situações sociais históricas e concretas. Quer dizer, as divisões não apenas podem se referir às minorias “raciais” ou éticas, senão também às “mulheres”, “loucos”, “homossexuais”, “deficientes”, “velhos”, “jovens”, “pobres”, “desempregados”, “abandonados”, “delinquentes” etc. De um lado, hoje em dia a constituição “clássica” das “raças” como uma genuína inferioridade biológica transformou-se em direção a uma mera “etnificação” (que surte o mesmo efeito; ver: Gita Steiner-Khamsi, 1992). Contudo, de outro lado, também com respeito às minorias étnicas, evidencia-se um implícito momento “biológico”, pois apenas assim é possível consolidar nos indivíduos a ideia da inferioridade dos marginalizados, de sua espécie diferente, sua anomalia, sua inferioridade com relação a “nós” como algo imposto pela natureza, algo que não se pode mudar e que justifica o trato especial que recebem. Visto desta forma, parece-me justificado colocar em relevo o que há de comum em todas as marginalizações das minorias de menor valor e com menos direitos e qualificá-las de “racismo” (no sentido mais amplo da palavra). E creio que, com Foucault (1976 b), podemos situar o racismo do Estado no contexto do exercício de seu “biopoder”, como uma intervenção reguladora da população, realizada segundo o critério de maior ou menor valor vital.

Para uma compreensão mais profunda do racismo de Estado, há de se tomar consciência de que ele não pode ser imposto mediante um simples exercício de poder. Antes, deve estar construído previamente, de tal modo que o Estado possa alcançar a “aceitação” da população, sua disposição a participar no jogo “maioria-minoria”. Assim, e como o pôs em relevo Ute Osterkamp (1991), o núcleo estratégico do racismo oficial está conformado pela naturalidade discursiva do “ponto de vista do ‘dono da casa.’ Este se expressa na ideia de que o direito de existir dos estranhos, dos que ‘não são da casa’, depende da medida em que sejam úteis ou caminhem em detrimento da ‘própria conveniência’” (p. 45). Por um lado, isto revaloriza quem pertence à maioria ante quem pertence à minoria. Você é quem nos importa, você é especial para nós e, naturalmente, você tem o direito de impor seus interesses à custa de quem pertence à minoria (que vale menos que você). Porém, de outro lado, há também o inverso: naturalmente isso é válido apenas se você

demonstra que em afeto é digno destes privilégios, se se comporta de um modo decente, discreto, leal, quer dizer, se você não coloca em questão as relações dominantes de poder. Ante uma rede de divisões “maioria-minoria” intrincada e em transformação, esta ameaça implícita adquire credibilidade devido a que cada um se encontra, de alguma forma, sob o perigo de passar à posição de uma minoria, de perder seus privilégios e transformar-se em perseguido. Isto, por sua vez, reforça a necessidade subjetiva de distinguir-se por uma conduta particularmente boa, o que também significa identificar e sobrepujar os rivais. Por meio de uma trama de subornos e ameaças, o racismo de Estado se serve de um grupo contra o outro para, desta maneira, transformar em cúmplice a maior parte possível da população. Apenas tomando-se em conta esta estratégia é possível compreender cabalmente a funcionalidade do racismo para a manutenção do poder.

Como vemos, o racismo de Estado não possui um caráter meramente institucional-objetivo ou estrutural, senão que – já que ele apenas funciona se a população “fizer parte do jogo” – devemos considerar que se orienta substancialmente em direção dos sujeitos. Isto nos mostra que as relações político-sociais não podem ser catalogadas ao modo do discurso psicanalítico, que apenas as considera como condições que constituem um entorno ou que fornecem um marco, quer dizer, como algo que é “totalmente distinto” aos sujeitos “racistas”. Pelo contrário, esses sujeitos já estão previstos nas estratégias de poder do Estado, é a eles a quem se referem essas estratégias. Isto nos traz a oportunidade de abordar o “problema da mediação” a partir de uma nova base. Mas, para isso, devemos deixar de contemplar os sujeitos como meras vítimas das estratégias racistas do Estado, de acordo com os modelos de pensamento e correntes e, em lugar disso, fazer valer conceitualmente o ponto de vista e a perspectiva do sujeito em sua autonomia e em face do ponto de vista dominante.

As alternativas subjetivas de ação ante o suborno e a ameaça do racismo de Estado: a “defesa” e o “inconsciente” segundo a concepção sujeito-científica

A Psicologia Crítica desenvolveu uma categoria que nos traz a possibilidade de realizar o objetivo proposto: a categoria de mediação das “razões subjetivas da ação” dos indivíduos, as que se fundam em seus interesses em dispor de suas condições de vida (ver uma síntese em Holzkamp, 1993, p. 21). Estas razões são sempre “minhas” razões, quer dizer, são sempre razões em “primeira pessoa”. Portanto, quando aqui se pergunta pelas razões, também se pergunta, necessariamente, pelo ponto de vista ou perspectiva do sujeito. Neste contexto, as relações social-institucionais específicas com as quais se confronta o sujeito em seu mundo constituem uma “configuração de significados”. Quer dizer, são consideradas como possibilidades generalizadas de ação em relação com as quais o sujeito pode se “posicionar” consciente e ativamente. Isto significa que o sujeito pode adotá-las ou rechaçá-las como “premissas” de suas ações subjetivamente fundamentadas. O caráter “fundamentado” das ações também é inteligível para outros sujeitos. Desta forma, no modo de relação intersubjetivo, os demais são marginalizados por serem “incompreensíveis”, “irracionais” ou coisas do gênero. Pelo contrário, na hora de tratar os conflitos considera-se que os pontos de vista dos demais indivíduos são “razoável-compreensíveis”, mas sob premissas que eu não conheço ou compartilho. Neste contexto, a tentativa de solucionar um conflito tem caráter de esclarecimento das premissas. Seu objetivo é ajustar umas premissas com as outras num processo de persuasão mútua, ou melhor, constatar consensualmente a incompatibilidade das premissas.

Nesse marco teórico se considera que as ações “racistas” dos indivíduos se fundamentam, desde seus pontos de vista, em seus interesses de vida. A especificidade “racista” das ações deve ser entendida a partir da “situação” concreta das “premissas”, quer dizer: a partir do modo como as *estratégias racistas do Estado que formam parte da estrutura de significados da sociedade transformam-se em premissas das ações fundadas de maneira subjetiva*. Assim se coloca, por princípio, a “inteligibilidade” da ação – quer dizer, também a “inteligibilidade” da ação racista – como ação “razoável”, fundamentada a partir de determinadas premissas concretas. Por conseguinte, o modo de relação intersubjetiva também se pode realizar no caso da ação racista. Sobre a base desta concepção

se evita, desde o começo, o perigo de terapeutização, da pedagogização e da criminalização, que se dava com o discurso psicanalítico. E, mais, os indivíduos a quem se faz referência em uma crítica das expressões racistas de nossa vida continuam sendo cossujeitos plenamente responsáveis por seus próprios modos de atuar, pois a reflexão se refere às premissas sob as quais estas ações racistas devem ser consideradas como ações fundamentadas no interesse próprio. Desta forma, as possibilidades dadas neste enfoque sujeito-científico nos fornecem a perspectiva de se evitar a questionável problemática da “irracionalização”, da “patologização” e da “negação” da capacidade dos indivíduos que atuam de modo racista. Agora podemos exigir que nossa teoria sobre o racismo resista radicalmente à tentação de interpretar o racismo individual como irracional, infantil, enfermo, “emocional”, cego, anormal. Em seu lugar, temos de partir do pressuposto de que, sob uma situação de premissas análoga, toda “pessoa normal” – ou seja, também “eu mesmo” – mostra ou mostraria, sem perder nada de sua normalidade, formas de pensar ou de atuar racistas. Mas isto nos leva a explicar como se deveria conceber de maneira mais exata, e em linha com este postulado, uma teoria que não passe por alto sobre a realidade brutal do racismo. Começamos por propor que o apelo dos interesses vitais da população, contido nas estruturas de significado racista-estatal é, em si, contraditória. De um lado, sugere-se que eu me defina como “pertencente à maioria” para, desta forma, ser contado entre os privilegiados, favorecidos, protegidos, a quem é permitido viver à custa da minoria que vale menos e que possui menos direitos. Por outro lado, me é exigida uma “boa” conduta, conforme a dominação, pois devido à diversidade e ao caráter instável das intrincadas situações “maioria-minoria”, existe a ameaça, no caso contrário, de perder meus privilégios e passar a pertencer à “minorias” marginalizada. Por trás deste “por um lado” e “por outro lado”, esconde-se um plano estratégico do racismo de Estado, um plano que não se orienta “em mim”. Trata-se do cálculo implícito de assegurar um comportamento em sintonia com a dominação – os meios para alcançá-los são o fracionamento, o recurso ao suborno da concessão de privilégios e a ameaça de voltar a perdê-los. Ao desfrutar de meus privilégios, em favor das vantagens imediatas e à custa dos demais, colaboro tecendo a rede racista estatal de regulação, por meio da qual se

fomentam estrategicamente as tendências de descrédito e marginalização das minorias. Desta forma, atento contra meus próprios interesses generalizados de vida, não apenas porque fomento relações em que eu mesmo – como jovem, mulher, deficiente, homossexual, desempregado etc. – posso me transformar em vítima das marginalizações racistas (ver Holzkamp, 1994, p. 54), senão que também, por essa via, fortaleço ativamente minha impotência ante as relações dominantes.

Ao colocar em relevo a possibilidade de os sujeitos se “posicionarem”, do ponto de vista de seus próprios interesses, em relação à situação social dos significados, também se coloca que os indivíduos não estão inevitavelmente à mercê das estratégias racistas do Estado. Antes, como demonstrou Ute Osterkamp em vários de seus trabalhos, é apenas sob a pressão de suas necessidades imediatas que eles se deixam subornar pelo “oferecimento” das “vantagens” que, segundo uma lógica reduzida, apresenta um desenvolvimento de privilégios e custo aos demais, atuando, assim, contra seus próprios interesses de vida mais gerais. Porém, os indivíduos também têm a possibilidade de ver de forma mais clara seus próprios interesses e, desta maneira, de exercer resistência, em distintos níveis, contra a ordem racista do Estado (isto vem a ser a especificação do par conceitual do sujeito-científico, a “capacidade restritiva de ação” *versus* a “capacidade generalizada de ação” ou, respectivamente, “mediatez” *versus* “transcender a mediatez”). Aqui, meu próprio interesse de vida não é unívoco, pois posso interpretá-lo no sentido do interesse na obtenção imediata de “benefícios”, mas também como interesse no controle generalizado sobre minhas possibilidades de vida, e isto significa que também é contraditória a situação das premissas de minhas ações subjetivamente fundamentadas. Por um lado, posso considerar como fundamentada e em meu interesse, razoável, a adoção imediata das ofertas e subornos racistas individuais. Contudo, por outro lado, também posso entender como fundamentada e razoável minha luta contra a ação racista estatal que fraciona e priva de poder a população e, portanto, também me priva do poder sobre mim mesmo.

De tudo isso infere-se uma concepção do conflito existencial entre “indivíduo” e “sociedade” que é totalmente distinta daquela da psicanálise. A causa do conflito não radica numa contradição em que imperam os impulsos de minhas pulsões privadas, ou o “representante

da pulsão”, de um lado e, de outro, caso se expressem esses impulsos, as eminentes sanções sociais etc. Segundo nosso enfoque, o conflito é muito mais “íntimo”. É o conflito entre, por um lado, a fundamentação subjetiva das ações com as quais me comprometo com as instâncias de dominação, tendo como finalidade assegurar, de imediato, minha existência à custa dos demais e, por outro lado, implícita nestes tipos de ações, a renúncia a ampliar o controle que possuo sobre minhas possibilidades de vida. No momento em que participo ativamente da submissão dos outros indivíduos, perseguindo meu benefício pessoal, debilito a base que me permitiria superar minha dependência daqueles poderes que se opõem à realização de meus interesses de vida e de desenvolvimento mais amplos. Como indica Ute Osterkamp, isto significa que “todo aquele que tente se adaptar e se direcionar dentro das relações de dependência existentes não apenas se transforma em vítima, mas também em cúmplice de quem tem poder e, com ele, transforma-se em seu próprio inimigo” (1979, p. 166). Desta forma, nossa concepção do “racismo” também nos permite recorrer a uma concepção distinta da repressão e, em virtude disso, do “inconsciente”. Segundo nosso enfoque, esta repressão não se fundamenta essencialmente na incompatibilidade dos “representantes” agressivo-sexuais “da pulsão”. Antes, baseia-se na incompatibilidade entre minha “autoinimizade” e uma conduta de vida consciente, fundada em meus próprios interesses. O que na realidade se torna insuportável e penoso não é a ameaça externa por parte das instâncias de frustração e castigo, mas minha própria corrupção ante as “ofertas” de quem exerce a dominação, minha participação ativa na submissão de outros indivíduos, que se fundamenta em minhas necessidades imediatas e com as quais traio meus próprios interesses de vida. Para isso, se quero que para mim mesmo seja aceitável este tipo de conduta de vida, se quero que seja fundamentado, razoável, que atenda a meus interesses, deverei “reprimir”, deverei empurrar para fora da minha consciência o compromisso da vida “à custa dos demais”, o que causou dano a mim mesmo. Contudo, assim, também terei de aceitar os “custos” que isto acarreta à minha situação subjetiva, quer dizer, terei de ocultar que “sou responsável” pela “redução de minha qualidade de vida subjetiva, da fragmentação, os medos, o sofrimento, o isolamento social que experimento”, e que resultam na minha

“participação em minha própria opressão” (Holzkamp, 1983, p. 379).

A partir desta concepção de “racismo”, deveria ficar claro que nossa concepção dos conflitos subjetivos, o “inconsciente” e coisas do gênero, diferencia-se de um modo fundamental do discurso psicanalítico e do “sobre-entendido” que ele implica. Porém, assim mesmo, deveria ficar claro que – diferentemente, por exemplo, das ideias acadêmicas do racismo que se baseiam em teorias “psicológico-sociais”, da “aprendizagem” ou da “cognição” – nosso enfoque sujeito-científico possui, em geral, um conceito elaborado dos conflitos subjetivos fundamentais e da “dinâmica” do inconsciente. Além disso, apesar de uma concepção diferente dos polos da contradição e das contradições de origem, são manifestas as similitudes “formais”, ou melhor, “estruturais” com as determinações freudianas. Isto, por sua vez, concorda com a proposta da ciência crítico-psicológica do sujeito de superar e integrar, mediante sua reinterpretação, os conhecimentos essenciais de Freud⁶¹. Desta forma, por trás deste esboço de nossas ideias mais importantes a respeito da discussão da teoria do racismo, temos uma base que nos permite voltar ao tema das matrizes explicativas contidas nas interpretações psicanalíticas do racismo e reinterpretá-las.

Os conceitos fundamentais das teorias psicanalíticas de racismo: uma tentativa de reinterpretação sujeito-científica

Observemos, novamente, a concepção psicanalítica universal para a interpretação do racismo, isto é, a “teoria da projeção”. O que nos salta à vista são os problemas que surgem a partir da classificação que situa a “projeção” entre os assim chamados “mecanismos de defesa”. Estes mecanismos são concebidos como entidades possíveis de se isolar e, assim, também se os enumera. Anna Freud (1936) nomeou, por exemplo, mais de dez “mecanismos” de defesa deste tipo em seu trabalho “O Id e os mecanismos de defesa”, e Mitscherlich (1983), no já citado artigo sobre o ódio aos estrangeiros, enumera os “mecanismos de defesa”, de

61 Esta perspectiva “reinterpretativa” foi articulada pela primeira vez no quinto capítulo do segundo tomo do livro *Motivationsforschung* (Fundamentos da investigação psicológica sobre a motivação) de Ute Osterkamp (1976).

“repressão”, “projeção”, “deslocamento”, “reversão contra a própria pessoa” (p. 33), assim como a “identificação com o agressor” (p. 34). Desta forma, os “mecanismos de defesa” são, sem dúvida, fixações conceituais de tipo “realista”, típicas do discurso psicanalítico. Mas isso não significa que no contexto sujeito-científico não seja razoável determinar analiticamente as diferentes formas de defesa (ver Osterkamp, 1976, p. 288). Neste contexto se analisam, em um caso concreto, a “configuração social dos significados” e as “formas típicas de fundamentação” referidas a essa configuração e, em seguida, sobre essa base, desenvolve-se a especificação conceitual dos mecanismos de defesa⁶². Quero dizer que, fazendo esta reserva, há sentido em se tentar uma reinterpretação da “teoria psicanalítica da projeção” com referência ao racismo. Foi isso o que realizou Ute Osterkamp (1993, p. 31) com referência à teoria da projeção na versão de Mitscherlich.

Osterkamp critica o recurso aos conflitos familiares da primeira infância que faz Mitscherlich no marco de sua teoria da projeção referida ao ódio aos estrangeiros. Trata-se de um recurso que é típico na psicanálise, tal como nos indica Osterkamp:

Nesta familiarização dos problemas da sociedade, fica de início excluída do campo visual a possibilidade de que estas projeções ou deslocamentos da agressão são sejam uma reação à desatenção e impotência experimentadas no passado, mas de que cumpram a função de compensar a dependência e a insignificância atuais. A este respeito, cabe perguntar em que medida os defensores destas teorias da projeção incorporam, eles mesmos, mecanismos de defesa. No lugar da projeção do passado, sobre o presente, poder-se-ia tratar de projeções em direção inversa: as agressões surgidas na situação presente seriam deslocadas para o passado. Desta forma, contribuir-se-ia ao encobrimento das causas presentes da insegurança existencial e da produção e solidificação do “inconsciente”, quer dizer, na repressão dos impulsos críticos à sociedade. Com isso – como é típico nas

62 A este respeito, ver as análises sobre as estratégias subjetivas de resolução e de defesa dos trabalhadores das residências para refugiados na Alemanha realizadas por Ute Osterkamp no *Projekt Rassismus und Diskriminierung* (Projeto sobre Racismo e Discriminação, 1990). Além disso, as análises sobre as formas científicas de defesa nas explicações psicológicas do racismo e da xenofobia (Osterkamp, 1993).

projeções – se “superariam” os problemas de tal maneira que a conformidade com as relações dominantes e, deste modo, a própria existência, não corram perigo. (1993, p. 191).

Depois de interpretados, a partir de uma perspectiva sujeito-científica e no sentido da defesa orientada a evitar conflitos com as instâncias de dominação, os “mecanismos de defesa” podem agora ser aplicados analiticamente sobre a psicanálise. Para ilustrar esta possibilidade conceitual, podemos citar a discussão que desenvolveu Ute Osterkamp com respeito a outros “mecanismos de defesa” colocados na interpretação mitscherlichiana do ódio aos estrangeiros, “a identificação com o agressor” (ibidem, p. 34). Ainda que minha exposição sobre as interpretações psicanalíticas do racismo não considere de maneira expressa este mecanismo, quero documentar, por sua clareza e por múltiplas possibilidades referenciais que nos traz, esta passagem do texto de Ute Osterkamp.

Osterkamp põe em relevo a potencial força que possui o conceito “identificação com o agressor” para a análise dos fenômenos racistas. Porém, logo fica claro que Mitscherlich aplica tal conceito dentro do marco interpretativo usual da psicanálise e, desta forma, “o priva de seu conteúdo crítico”. Pois,

segundo Mitscherlich, “o vencedor, o violento, o agressor seria idealizado, transformado em um modelo a ser seguido; um adotaria seus valores ainda quando estes se dirigirem contra a própria pessoa ou o próprio grupo”. Nesta definição, o indivíduo aparece apenas como uma “vítima” que interiorizou sua condição em tal grau que – ao que parece, sem coação externa – abstém-se de toda crítica ou resistência contra os agressores e, no lugar deles, admira-os por sua força e superioridade. Em troca, fica sistematicamente na sombra o aspecto propriamente penoso da “identificação com o agressor”, quer dizer, o fato de que um se aproprie dos interesses de quem exerce a dominação, que oprima as resistências – e não apenas dele mesmo, mas também de outros indivíduos – evitando a “castração”, ou seja, evitando que lhe podem as possibilidades de ação e de vida que são centrais, situação que provavelmente seria de se esperar no caso de oposição aos interesses das instâncias de dominação. (Osterkamp, 1993, p. 192).

E acrescenta:

Portanto, a “identificação com o agressor” não se deve, como sugere Mitscherlich, a tendências masoquistas, mas, pelo contrário, cumpre a função de evitar as agressões por parte dos poderosos, colocando-se a serviço deles, quer dizer, ajudando-lhes a impor seus interesses ante os demais. A “associação” àqueles que mandam ou àqueles que dispõem sobre os meios de satisfação das necessidades implica, sempre, a separação ativa ante os estranhos, aos que “não pertencem” a eles. Por um lado, este comportamento se impõe espontaneamente sob a pressão da própria preocupação existencial, mas, por outro lado, também é sugerido sistematicamente – por exemplo, pela psicologia tradicional – como barreira de defesa contra aqueles que, devido a sua ampla exclusão das possibilidades sociais de vida, expõem um permanente perigo para a ordem dominante. (p. 192).

Junto à “teoria da projeção”, a “teoria da onipotência” pode ser considerada a segunda grande teoria psicanalítica do racismo. Em minha tentativa de discutir esta teoria desde uma perspectiva reinterpretativa, pareceu-me apropriado considerar, colocando à prova, a suposta ideia da onipotência como uma forma mistificada do “ponto de vista do dono da casa”, que citei anteriormente. A teoria em questão realiza um movimento evasivo, retrocede às constelações infantis iniciais, neste caso, como hipótese de uma atualização regressiva das fantasias de onipotência pré-edípicas simbiótico-maternas. Cabe perguntar em que medida, por meio deste movimento evasivo, exclui-se a possibilidade de pensar a aquisição de “poder” individual à custa de outras pessoas e em cumplicidade com as instâncias dominantes, assim como o dano a si mesmo que traz consigo esta forma de “empoderamento” [*Ermächtigung*]. Mediante a exclusão desta possibilidade do pensamento, evita-se colocar em perigo a harmonia universal (quer seja em teoria, quer seja por parte dos indivíduos).

Em minha investigação, deparei-me com um artigo escrito por Phil Cohen (1991), intitulado “Odiarnos seres humanos”, que faz referência a uma canção que se cantou durante algum tempo nas arquibancadas dos grandes clubes futebolísticos ingleses; neste texto, Cohen analisa as condições das construções raciais nos bairros operários ingleses. Estas

construções se baseiam nos rituais de território e sustentam

uma imagem quase biológica da comunidade, em que os destinos são determinados pelas origens e pelo sentido de união íntima com a família, alimentando a ideia de uma consanguinidade da classe operária. Quando alguém afirma ser um “*Eastend*” de “pura cepa”, “natural”, ou de trazer o “carvão nos ossos”, está falando de um tempo de aprendizagem durante o qual se apropriou desta herança. Alguém se transforma em um “*Eastend*” demonstrando, literal ou metaforicamente que o “*East*” de Londres pertence a eles e a ninguém mais. Isto pode significar que este alguém possui um decoroso socialismo comunitário, mantendo uma luta de rua com um grupo rival. Porém, a afirmação do orgulho de ser o dono sempre requer alguma estratégia de entrincheiramento social para manter fora os demais. Estas estruturas lhes permitem, incluindo o grupo mais impotente, projetar-se como classe dominante local e exercer uma jurisdição sobre e contra os demais, sem adotar nem questionar o projeto hegemônico do governo. (1991, p. 12).

Com o “movimento migratório (...) no mercado local de habitação e trabalho, corre-se o risco de ficar descoberta a função” destas estruturas, quer dizer, “a negação maníaca, em maior ou menor grau, das condições reais de subordinação. Pode ser que haja a sensação de se pertencer ao *Eastend*, mas, em termos econômicos e políticos, o *Eastend* pertence a agentes totalmente distintos, sobre os quais se possui pouco ou nenhum controle”. Nesta situação, “estas estruturas adquirem um significado racista”; de fato, “experimenta-se a presença dos imigrantes como algo intolerável (...) devido ao que ela chega a representar inconscientemente”, isto é, precisamente “aquele poder real do capital e do Estado que se rechaça, renega, e cuja produtividade é projetada sobre eles, transformando-os em uma força estranha e destrutiva”. Desse modo, “o imigrante torna-se o símbolo de um poder de circulação negativo, uma praga que, conduzida por uma mão invisível, propaga-se e que corrói ou dissolve a reprodução social – uma inversão total da realidade” (p. 13).

É importante compreender que os discursos racistas possuem uma função positiva: criam comunidades imaginárias que

substituem as comunidades reais que se desintegraram, prometem a recuperação mágica da herança perdida, voltam a colocar em marcha os rituais de territorialidade e da moral pública. Catequizam-lhes novamente com fantasias de onipotência e lhes conectam com o poder real dos processos socialmente combinados: sim, como sempre, aqui, seguimos sendo os senhores. (1991, p. 14).

Até agora, este texto de Cohen não obteve uma recepção psicológico-crítica. Ainda assim, nestas passagens há pontos essenciais que se podem compreender a partir de nossa concepção teórica do racismo, e o uso que Cohen faz dos termos psicanalíticos pode ser considerado uma reinterpretação destes. Em primeiro lugar, a repressão da realidade da própria dependência com respeito ao capital e ao Estado através da construção inconsciente de uma onipotência regional à custa dos demais, à custa dos estranhos, cuja perseguição passa, por assim dizer, a “substituir” a disputa com quem exerce a dominação. Isto inclui a repressão de minha participação no reforço às instâncias de poder das quais dependo; por sua vez, esta repressão se mantém em estado “inconsciente” mediante a mistificação do próprio poder e a demonização dos estranhos. Ademais, a exposição da “função positiva” dos discursos racistas por parte de Cohen pode ser considerada como uma alusão (relativamente clara) ao fato de que os indivíduos em questão – os *Eastends* – possuem, a partir de seus pontos de vista, naturalmente, “boas razões” para atuar do modo como o fazem. E essas “boas razões” se podem compreender quando se tomam em conta, como premissas de suas ações, por um lado, as condições de vida concretas e específicas de classe e, por outro, as interpretações do mundo e de si mesmo transmitidas nessas condições. Em seu conjunto, as explicações de Cohen reforçam a ideia de que o racismo individual só se pode entender a partir da implicação subjetiva nas relações contraditórias da sociedade mediadas pelo contexto das próprias condições de vida locais, historicamente concretas.

Agora vamos retroceder um passo em nosso trabalho reinterpretativo sujeito-científico, centrando-nos nas ideias de “hostilidade”, “ódio” etc. aos “estranhos”, que se escondem por trás das teorias psicanalíticas da projeção e da onipotência referidas ao racismo. A partir da visão aqui de-

envolvida, fica claro que quando criticamos a interpretação e a redução “emocional” do conceito de “racismo”, de nenhum modo negamos quão relevante ele é para uma conceitualização teórica adequada do racismo, devendo-se tomar em conta a emocionalidade. Apenas não compartilhamos a concepção psicanalítica segundo a qual as emoções, como exemplo, o “ódio”, vêm a ser instâncias últimas pré-biográficas que se sustentam em conflitos infantis primevos, conflitos fundamentais que mais adiante, na “vida posterior”, tão apenas se canalizam ou que podem “rebrotar”. Segundo nosso enfoque, as emoções são “valorações” globais do estado em que se encontra o indivíduo e de sua própria situação atual segundo o “padrão” de seus interesses em dispor de suas condições de vida. Como tais, as emoções representam aspectos da atividade que fazem frente à existência e que possuem uma potencial “função orientadora” para o conhecimento, orientando a aproximação explicativa do mundo. Ao mesmo tempo, esta explicação e diluição do mundo possibilita a transformação ativa da própria situação de vida, de maneira que, junto com essa transformação da situação, são transformadas as próprias emoções. Também no caso de sua emocionalidade, tem-se a alternativa de se entregar cegamente aos impulsos de ação imediatos presentes nas emoções, ou de um “posicionamento” de forma consciente em relação à própria emocionalidade, elucidando para si o seu conteúdo cognoscitivo. Em um estado de isolamento e desamparo ante a minha necessidade imediata, impõe-se quase que espontaneamente a primeira alternativa. Em troca, a segunda alternativa se realiza apenas num contexto de ampliação de minha influência sobre as condições de vida relevantes. Em outras palavras, realiza-se quando assumo minha responsabilidade compartilhada com respeito às relações sociais que dependem de mim, se se impede ou se possibilita o desenvolvimento de meus interesses de vida (a este respeito, ver Osterkamp, 1978, p. 15).

Visto desta forma, tampouco as “pulsões” sexuais são uma instância atávica, extrabiográfica, última, pois adquirem o caráter urgente, indomável, a amplitude “pulsional” que inunda a consciência precisamente nas constelações em que são socialmente regulamentadas e oprimidas (situações reais que continuam existindo apesar do permanente discurso público sobre a sexualidade ou, precisamente, graças a

ele). Para isso, segundo nossa concepção, as necessidades sexuais não são a precondição, mas o resultado da opressão social da sexualidade – por sua vez, esta “pulsionalidade” socialmente induzida serve de justificativa para mais opressão sexual (a este respeito, ver Ute Osterkamp, 1976, p. 376 & Holzkamp, 1992a, p. 136).

Por agora, há que se colocar de forma clara que, no que concerne ao “ódio aos estranhos”, o “ódio” não pode ser considerado um necessário momento determinante das ações racistas individuais. Pensemos, por exemplo, no ato individual com que se aceita que determinadas minorias sejam marginalizadas e privadas de seus direitos, com o qual se participa de maneira ativa na produção dessas condições marginalizadoras e privativas ou com o qual se adota o ponto de vista racista institucional do “dono da casa”: é muito mais provável que tudo isso ocorra, em maior ou menor grau, de forma “desapaixonada”, pouco chamativa do ponto de vista emocional. Por essa razão, não é possível entender os dispositivos social-individuais do racismo se se fixa unicamente nos atos manifestamente violentos contra os “estrangeiros”, realizados, por exemplo, pelos neonazistas ou pelos *skinheads* (ver Osterkamp, 1991). Naturalmente não negamos que no contexto da perseguição das minorias possam existir efetivamente casos de “ódio”, mas isto não significa que nestes casos o “ódio” constitua o momento principal do movimento. O “ódio” também pode ter sido “produzido” ou “inculcado” de forma secundária para possibilitar e justificar os atos de violência. Pense, por exemplo, na instrução para o combate corpo a corpo, que os cabeças raspadas norte-americanos são obrigados a gritar “cheios de ódio” no momento de cravar suas baionetas em um boneco, pelo visto porque, na realidade, por si mesmos, não teriam nada contra o boneco ou contra o “inimigo” que ele simboliza, e porque eles geralmente não têm nenhum desejo de se lançar contra congêneres, ainda que estes fossem representados na forma de bonecos.

Como sabemos, este tipo de “educação” para o “ódio” também era um princípio da educação nazista das elites. Ali, sob o lema “bendito seja o que endurece”, pretendia-se, em nome dos mais altos objetivos, remover dos pupilos todas as inflexões brandas da simpatia interpessoal e de deferência ante as “pestes”, como a dos judeus. Talvez também corresponda, neste contexto, um preceito regulador que hoje em dia é frequente entre

muitos jovens e que se conhece como “ser *cool*”⁶³. Sob certas condições, referidas, por exemplo, na integração organizativa, este preceito pode cristalizar-se na máxima comum segundo a qual há de se conterem certos tipos de sentimentos que não são *cool*, por exemplo, os sentimentos encontrados no espancamento e nos maus-tratos dos “estrangeiros” ou de minorias (que, de todos os modos, em comparação a nós, não são verdadeiros homens). De um modo geral, trata-se de um alimento emocional para a própria cumplicidade com o racismo “dominante”. Primeiro, reprimo o fato de que, por minha cumplicidade com o racismo “dominante”, consagra-se de maneira automática minha dependência e impotência, quer dizer, reprimo o dano a mim mesmo que implica esta cumplicidade. Depois, negando o conteúdo cognoscitivo de meu protesto “sentimental” contra a violação dos interesses vitais de outras pessoas, previno de maneira inconsciente que não se desestabilize a repressão deste dano a mim mesmo. Desta forma, evito possíveis conflitos com as instâncias dominantes.

Mas, além desta funcionalidade “psicodinâmica”, é evidente que a produção – ou também a demonstração – do “ódio” contra os estrangeiros também é funcional como justificação dos excessos e dos atos violentos ante a opinião pública. Pois, segundo uma ideia cotidiana (que também se reflete na versão psicanalítica), todo tipo de “pulsão” é “irracional” e, como tal, subtrai o autocontrole. E, assim, supõe-se que também o “ódio” se sustenta na agressividade originária do ser humano em que se subtrai o autocontrole, de forma que “os que odeiam” não são responsáveis por suas ações. Esta ideia pode ser facilmente transformada em um chamamento a se reconhecer circunstâncias atenuantes para estes indivíduos tão indefesos ante sua própria pulsionalidade. Este esquema justificativo é bastante usual na avaliação pública e jurídica da violação de mulheres. É frequente que, se ao homem se impôs uma pulsão sexual ou se, ademais, foi provocado sexualmente pelo comportamento excitante da mulher, se considere que ele está eximido de responsabilidade.

63 N.T.: *Cool*. Holzkamp se refere a um dos significados alemães do termo, que podemos ilustrar citando o dicionário de língua alemã Duden que, entre outras acepções, define: “*cool*, adjetivo de uso informal. 1. Pessoa que sempre mantém a calma, não tem medo, não se põe nervosa, não perde seu sangue-frio.

Inúmeras vezes (e em uma variante do *blaming the victim*) a culpa de uma violação é imposta à “mulher provocadora” – no fim das contas, ela deveria saber do risco que implica “despertar” de maneira tão imprudente “o animal que o homem carrega”. Quando, nos julgamentos por crimes racistas, os acusados declaram ante o júri e à opinião pública “odiamos os estrangeiros”, “odiamos os judeus”, ou coisas do gênero, e isto se reconhece, sem fazer comentários, como o motivo do crime, pode haver esquemas de pensamento similares em jogo: “Ah, eles odeiam os judeus e por isso incendiaram a sinagoga”.

Ao que parece, o esquema argumentativo do *blaming the victim* também se considera adequado como justificativa da “xenofobia” nos contextos mais gerais. Se os “estrangeiros” se comportam e se vestem de forma tão estranha, se não querem se adaptar aos nossos costumes, se nem sequer aprendem corretamente o alemão, se capturam suas mulheres e adestram seus filhos para que roubem e mendiguem, não é surpreendente que a população desenvolva um ódio por eles. Por esta razão, há de se aceitar a “xenofobia” da população como algo “compreensível” e há de se tomá-la em conta na política (ver Osterkamp e o *Projekt Rassismus und Diskriminierung*, 1994). Esta visão também pode explicar a funcionalidade polivalente da frase na canção dos *hooligans* britânicos, que Cohen cita: “*we hate humans*”. Trata-se de dar um susto nos cidadãos, fazer uma demonstração de pulsionalidade indomável, quer dizer, demonstrar que não se é responsável pelas próprias ações, e assim oferecer ao mesmo tempo seus serviços à população e às instâncias de dominação, como o executor apropriado da vontade geral de perseguir os *outsiders* (ver Holzkamp, 1994, p. 51).

Contudo, a comunicação humana se caracteriza pelo fato de que as ações são fundamentadas, são inteligíveis. Quando se toma em conta este plano, torna-se patente a redução que é a ideia psicanalítica do “ódio aos estranhos” como expressão diretamente regressiva de uma agressividade e destrutividade “pulsional” originária. Para nós, também a expressão do ódio está sujeita às fundamentações ou razões ou, para dizer de forma mais exata, está sujeita a premissas sob as quais podemos justificar o ódio (ainda que seja *a posteriori*) para nós mesmos e para os demais. Quando dizemos que, segundo nossa concepção, as premissas para as ações ra-

cistas individuais são produzidas ou admitidas pelas estratégias racistas do Estado, isto também é válido para aquelas premissas sob as quais a expressão do racismo individual aparece fundamentada de forma subjetiva como “ódio”.

A “educação” para o ódio no contexto da preparação para a guerra ou dos *pogroms*, que já mencionamos, é certamente apenas uma forma extrema. Pois também estamos diante de dispositivos estratégicos em que, por exemplo, fala-se do suposto parasitismo dos trabalhadores “estrangeiros”, de suas vidas “às nossas custas”, de suas vantagens em detrimento de “nossas” desvantagens, ou quando as declarações não contradizem este tipo de mentiras. Desta forma, assentam-se as premissas sob as quais, do ponto de vista da população local, o “ódio” aos estranhos parece ser subjetivamente fundamentado. Sobre a base de uma investigação empírica, Rudi Leiprecht indagou isto em seu livro “... *da baut sich ja in uns ein Haß auf...*”⁶⁴ (1990). Nele, analisou diferentemente a conexão que existe entre a política racista institucional oficial e as premissas que, por meio dela, são oferecidas aos indivíduos (neste caso, jovens assalariados) para um desenvolvimento fundamentado do “ódio” aos estrangeiros. Naturalmente que, ainda que alguém tenha compreendido as condições de origem do ódio que “foi crescendo”, esse ódio pode seguir sendo absolutamente “verdadeiro”. Porém, assim como alguém pode “posicionar-se” com relação às divisões racistas estatais gerais, ele também pode “posicionar-se” conscientemente em relação às fundamentações ou razões para o ódio aos estranhos comprometidos com essas divisões. Para tanto, se me entrego “sem consciência” ao “sugerido” ódio aos estranhos, quer dizer, se me calo com respeito ao racismo estatal para evitar conflitos com as instâncias dominantes, isto representa minha opção. Visto de um modo mais geral, ao compartilhar a responsabilidade pelas relações sob as quais os indivíduos exercem a “pulsionalidade” e o “ódio”, também sou responsável – ainda que indiretamente – pelo meu próprio “ódio”. Contudo, só poderei reconhecer esta responsabilidade e assumi-la, se recebo o correspondente apoio social, também através da ciência. É necessário que os esquemas justifi-

64 “... *mas aí cresce em nós um ódio...*”

cativos cotidianos, segundo os quais alguém não pode fazer nada contra sua própria pulsionalidade e seu próprio ódio, deixem de ser estilizados pela ciência (por exemplo, através das teorias psicanalíticas da regressão referida ao “ódio aos estranhos”).

Retrocedemos, por último, a outro passo em nossos intentos de reinterpretação. O que vemos por detrás das ideias psicanalíticas da emocionalidade, de “pulsionalidade”, de “ódio” e coisas do gênero? Ali reconhecemos o próprio discurso psicanalítico e a forma de proceder que lhe é própria, a “naturalidade” com que se equipara a explicação de um conflito atual com sua concepção em termos de conflitos infantis primeiros. Por exemplo, a naturalidade com que, quando se trata do “racismo” e chega a hora da verdade teórica, fala-se, em primeiro lugar, da “criança pequena”. O que pensar sobre isto e o que fazer a partir de nossa posição sujeito-científica?

Para começar, devemos assinalar um momento decisivo de produtividade cognoscitiva na psicanálise, isto é, o fato de que se observa o desenvolvimento individual a partir de uma posição externa. Diferentemente, por exemplo, da psicologia do desenvolvimento em sua versão acadêmica, a psicanálise não constrói uma sequência de estágios (de desempenho) crescentes até chegar às capacidades plenamente desenvolvidas dos adultos. Pelo contrário, a psicanálise considera minha própria história como parte de minha constituição e estado subjetivo atuais. Ela compreende minha infância como um possível momento determinante com respeito à minha atual experiência de mundo e de mim mesmo. Isto é o que nos indica, por exemplo, o conceito de “regressão”: vistas a partir da perspectiva deste conceito, as ações racistas individuais são consideradas uma reativação inconsciente de formas infantis primeiras de se enfrentar os conflitos. Ainda que isso implique a possibilidade de um esclarecimento conceitual da própria experiência biográfica, há que se adicionar que esta possibilidade se volta a perder; pois é verdade que não se introduz uma trama fixa de fases consecutivas ao modo dos padrões externos de desenvolvimento, mas, ainda assim, a reconstrução psicanalítica pré-ordena aos sujeitos uma trama de fases consecutivas com que se deve refazer a rota da própria biografia: adolescência → fase de latência → ameaça de castração → complexo de Édipo → pulsões parciais genitais, anais e

orais → autoerotismo / narcisismo → simbiose criança-mãe, ou consecuições similares. Essa trama reconstrutiva deve servir de ajuda para que o indivíduo (adulto, já como pessoa “particular” ou “teórica”) possa mostrar que padrões infantis primevos encontram, de forma inconsciente, sua expressão nos conflitos do presente. Por exemplo, supõe-se que a ameaça da castração força a projeção infantil dos próprios desejos proibidos sobre outras pessoas e que o indivíduo possa identificar o padrão desse tipo de projeção em seu atual ódio aos estranhos, ou que possa identificar o padrão das fantasias pré-edípicas de onipotência na atual perseguição racista dos estranhos que colocam em perigo a fantasia da unidade total. Por trás de tudo isso e condensada na sentença de Freud de que a criança é o pai do adulto ([1938] *Esboço de psicanálise*; OC, vol. XXIII), encontra-se uma espécie de lógica mitológico-arcaica da origem, segundo a qual o tardio faz referência a uma origem em que estava contida. No fundo, tudo segue sendo igual e apenas mudam as formas de manifestação, cujas consequências nocivas deverão ser mitigadas. Correspondentemente, no retrocesso lógico-originário sempre aparece, atrás de uma origem, outra origem, atrás do complexo ontogênico de Édipo, o mito de Édipo ou, atrás dos sentimentos de culpa gerados pelo superego, os sentimentos de culpa dos filhos pelo assassinato do pai da horda primitiva etc. A questão se a psicanálise moderna compartilha ou não explicitamente deste tipo de interpretação freudiana não possui maior importância: como quer que seja, enquanto possibilidade, estas interpretações estão traçadas de antemão na estrutura conceitual realista do discurso psicanalítico (ver Holzkamp, 1995).

Contra a naturalidade com que, na psicanálise, se propõe uma “relação causal” em um só sentido, do primevo ao tardio, uma reinterpretção sujeito-científica deveria fazer valer, em primeiro lugar, o caráter multidimensional e contraditório de minha experiência histórico-individual. Fazendo referência a Georges Canguilhem, Michel Foucault (1970) descobriu a conexão entre a história da ciência e a história, como segue:

Redistribuições recorrentes que fazem aparecer vários passados, várias formas de encadeamento, várias hierarquias de importância, várias redes de determinações, várias ideologias,

para uma única e mesma ciência, à medida que seu presente se modifica: assim, as descrições históricas se ordenam necessariamente pela atualidade do saber, se multiplicam com suas transformações e não deixam, por sua vez, de romper com elas próprias. (1970, p. 5).

Não me parece que exista alguma razão que impeça pôr em referência esta explicação com a análise científica da história individual, quer dizer, a análise da relação entre minha constituição ou, melhor, a situação subjetiva imediata e a experiência de meu passado biográfico. Ao fazê-lo, torna-se patente o indissolúvel entrelaçamento do que até então ocorreu efetivamente e do modo como agora o percebo. Com a transformação do meu presente concreto também se transforma, como um momento deste presente, a infância que experimento.

Se a “infância” e a conduta de vida no presente também dependem das possibilidades de ação e de transformação que se tornam visíveis na posição científica (Holzkamp, 1983, p. 498); se, como a psicanálise, alguém parte do pressuposto de que os indivíduos devem se adaptar, a partir de sua necessidade imediata, às restrições dominantes, tampouco terá razões para, por exemplo, tomar em conta as estratégias racistas do Estado como um momento essencial do movimento da ação racista individual. Pelo contrário: sob estas premissas, é muito mais razoável evitar conflitos tanto pessoais quanto científicos, interpretar o “racismo” como algo que nasce apenas dos indivíduos e, por consequência, responsabilizar o racismo pelas frustrações, os déficits etc. da primeira infância. O determinismo psicanalítico com respeito à origem, em combinação com a hipostatização da qual os indivíduos se encontram, por princípio, à mercê das relações, e que inevitavelmente “devem lidar” com elas, conduz à teorização de um resto limitado, mas “inquestionável”, de possibilidades para o pensamento e a ação. Porém, uma vez que se toma em conta a possibilidade de pensamento e de ação que transcende as relações dadas, a ideia psicanalítica de origem, e seu determinismo, não aparece mais como uma teoria universal e inquestionável do desenvolvimento humano. Pois esta possibilidade nos permite compreender que a ideia psicanalítica da origem, e seu determinismo, representa uma universalização da

situação subjetiva do “resignar-se”, uma construção teórica inconsciente com a qual se “tornam invisíveis” precisamente aquelas alternativas de ação que puderam originar conflitos ameaçadores com as instâncias de dominação.

Neste contexto, haveria de se destacar e considerar, do ponto de vista de um trabalho de reinterpretação, o livro *Da ansiedade ao método nas ciências do comportamento*, de Devereux ([1967] 1977). A partir desta perspectiva sujeito-científica se torna visível também, como conceito teórico alternativo, o “posicionamento em-relação-com” a “infância”; agora é possível não considerar as situações conflitivas infantis como causa dos conflitos atuais, mas o inverso: pode ser que quando os conflitos do presente se articulam com os termos dos conflitos infantis primeiros, mediante a referência retrospectiva dos padrões infantis primeiros, os desatualizem. A função e o afeto deste modo de falar consistem em se evitar o perigo dos impulsos de ação que podem surgir a partir da valoração emocional dos conflitos atuais. Pois esses impulsos de ação poderiam se causar do “desgosto” das instâncias de dominação e, desta forma, colocar em perigo a própria capacidade de ação. Por sua vez, quem desenvolve estes tipos de teorizações alternativas deverá resistir permanentemente à pressão, à desqualificação, pouco científicas, a ser estereotipado em determinados enfoques ou, até, à ameaça de perder sua existência científica. É óbvio que Freud reconheceu os perigos que poderiam surgir para a psicanálise através de um questionamento teórico demasiadamente radical. Com respeito à discussão sobre os objetivos de uma “pedagogia de inclinação psicanalítica” e sobre a conveniência ou inconveniência de se fixar uma meta “livre de requerimentos sociais dominantes”, escreveu: este tipo de “objetivo que se deseja dar à educação também será um objetivo tendencioso, e não é da competência do analista decidir entre as partes. Estou abandonando totalmente o fato de que a psicanálise deveria recusar qualquer influência na educação, no caso de esta se propor objetivos incompatíveis com a ordem social estabelecida” (34ª Conferência [1933]; OC, vol. XXII, p. 149).



CAPÍTULO 4

A colonização da infância

As explicações psicológicas e psicanalíticas do desenvolvimento

Tradução do texto *Kolonisierung der Kindheit: Psychologische und psychoanalytische Entwicklungserklärungen*, publicado originalmente em 1995 na revista *Forum Kritische Psychologie* nº 35, Berlim. Reeditado em 1997 no primeiro volume dos Escritos de Klaus Holzkamp (*Schriften – I: Normierung, Ausgrenzung, Widerstand*). Publicado em inglês com o título *The Colonization of Childhood: Psychological and Psychoanalytical Explanations of Human Development*, no livro *Psychology from the Standpoint of the Subject: Selected Writings of Klaus Holzkamp*, editado e traduzido por Ernst Schraube e Ute Osterkamp (2013).

Em psicologia, o conceito de “desenvolvimento” não somente se emprega para designar o tema de uma de suas disciplinas, a “psicologia do desenvolvimento”, senão que, em diversos contextos, também se recorre a conceitos como os de “desenvolvimento”, “infância”, e coisas semelhantes, para se compreender ou explicar psicologicamente a conduta ou a personalidade das pessoas adultas. O presente artigo discutirá o caráter e a função deste segundo tipo de conceito psicológico geral. Como veremos, fala-se de “desenvolvimento” desde um ponto de vista muito particular, um ponto de vista parcial, fixo e imóvel, ainda que isto não seja explicitado. Mostrar-se-á, ademais, que hoje em dia esta visão de desenvolvimento é representativa de amplas áreas da psicologia e constitui sua “identidade” em delimitação a outras ciências, o que por

outra parte implica determinadas limitações cognoscitivas específicas da disciplina, devido às quais ficam invisíveis certas contradições e se impede uma visão que inclua contextos mais amplos. Discutindo sobre as implicações e conseqüências que este tipo de conceito reduzido de desenvolvimento traz para a investigação e a prática psicológica, buscaremos visualizar as perspectivas que se poderiam abrir para estas disciplinas se partirmos de uma concepção menos ideológica.

Sinopses histórico-psicológicas do “desenvolvimento”

Como base para nossa discussão, começaremos por formar uma ideia geral dos contextos psicológicos nos quais se recorre ao conceito de “desenvolvimento” (ou a conceitos análogos) para explicar a conduta das pessoas adultas. Para começar, há que se chegar a um acordo com respeito ao momento a partir do qual se pode falar da “psicologia” como uma disciplina científica particular. Com frequência, considera-se que a fundação do primeiro laboratório psicológico por Wilhelm Wundt em Leipzig, no ano de 1879, constitui o começo da psicologia moderna. Porém este sucesso marca uma primeira fase da história da psicologia enquanto disciplina específica, na qual, contudo, ainda não se fala de maneira sistemática de “desenvolvimento”. Wundt (1986) determinou, por exemplo, a “experiência imediata” como o objeto da investigação em psicologia e a diferenciou da experiência “mediata” das ciências naturais, constituída pela abstração do sujeito da experiência (ver, por exemplo, 1913, p. 1). Visto em seu conjunto, não se tratava ainda de indivíduos que poderiam desenvolver-se, senão que o tema era a “estrutura” da consciência. Por isso, depois que o enfoque de Wundt foi exportado aos Estados Unidos por seu discípulo Titchener, este período inicial da psicologia se denominou “estruturalismo” (em um sentido especificamente psicológico do termo).

Cabe, então, recordar que o “estruturalismo” psicológico assim entendido teve uma vida muito curta como manifestação determinante na história da psicologia. Nos Estados Unidos foi rapidamente substituído pelo que se denominou a revolução behaviorista e funcionalista. Isto ocorreu com tal radicalidade que, em breve, nos primeiros decênios do

século XX, a psicologia wundtiana da consciência foi considerada como algo já superado e oposto à “verdadeira” psicologia. De fato, muito induziu a fechar o começo da psicologia “moderna” naquele instante e a considerar o “estruturalismo” wundtiano como a forma embrionária de uma filosofia experimental ou algo semelhante. Só depois desta mudança, a psicologia parece desenvolver uma verdadeira consciência de si mesma como disciplina científica. O que em todo caso é decisivo no contexto de nossa aproximação é que o tema da psicologia já não é a estrutura da consciência; agora o tema são os distintos indivíduos no plural, a maneira como buscam afrontar suas vidas, adaptando-se aos seus ambientes. De sorte que, daqui em diante, a questão do “desenvolvimento” e da “infância” como princípio psicológico explicativo pode ser discutida em um novo nível.

Como sabemos, para o funcionalismo ou behaviorismo psicológico, a “aprendizagem” é muito mais que um tema especial de uma disciplina particular (como, por exemplo, da “psicologia geral”), pois representa uma característica que distingue todo o processo da vida do indivíduo. Constitui o próprio centro do enfoque, de maneira que as teorias que se formulam neste contexto tendem a ser designadas como “teorias da aprendizagem”. E ainda que a “aprendizagem” não se equipare diretamente com o “desenvolvimento”, tem claras afinidades com este conceito, já que a “aprendizagem” pode ser considerada como um processo de desenvolvimento, porquanto não designa unicamente modificações situacionais, senão mudanças individuais de ordem biográfica; ademais, a este processo biográfico de transformação atribui-se uma direção particular: de um grau menor para um grau maior de adaptação, competência, “maturidade”, inteligência etc. Neste sentido, ainda ali onde não se usa a palavra, o “desenvolvimento” é, de fato, um tema central até do funcionalismo psicológico como forma prévia do behaviorismo. Isto é particularmente visível na naturalidade com a qual se considera que os processos educativos pertencem ao domínio da psicologia. Por exemplo, uma das figuras centrais do funcionalismo psicológico, o pensador “pragmático” John Dewey, percebia que sua missão era aumentar diretamente o *flow of intelligence* da população, de maneira que se poderia considerar tanto como psicólogo, quanto como pedagogo.

E. L. Thorndike, autor que podemos situar no período de transição do funcionalismo ao behaviorismo, escreveu, já no ano de 1903, um livro intitulado *Educational Psychology*, com o qual (se bem entendo) transformou-se no pai do que hoje leva o nome de “psicologia pedagógica”. Em certo modo, a crença otimista de poder melhorar os indivíduos e a humanidade através da investigação e da transformação das condições de aprendizagem caracterizou toda a fase funcionalista da psicologia.

Este impulso se conservou, ao menos parcialmente, quando o funcionalismo começou a transformar-se em behaviorismo (como uma forma mais rigorosa e metódica). John B. Watson, o primeiro propagandista do behaviorismo, que fizera popular uma versão simplificada e modificada da reflexologia de Pavlov nos Estados Unidos, dizia: dê-me uma dezena de crianças sãs e farei delas, à vontade, médicos, advogados, cientistas, trabalhadores industriais, ou também criminosos e psicopatas. Na psicologia fez história o assim chamado experimento do “pequeno Albert”, que Watson realizou com Rosalind Rayner, em que se pretendia demonstrar que o temor como reação da primeira infância (por exemplo, o temor a determinados animais pequenos), de nenhuma maneira era inato, senão aprendido – no caso de Albert, por via do condicionamento mediante um ruído muito intenso – e, portanto, também evitável através das mudanças propícias nas condições de aprendizagem (Watson e Rayner, 1920). Podemos encontrar uma transformação e maturação teórica deste tipo de ideia nos trabalhos de B. F. Skinner. A ênfase implícita que este investigador põe no aspecto do desenvolvimento torna-se particularmente manifesta em sua concepção do condicionamento “operante” quando, em diferentes contextos, fala da *learning history* ou *reinforcement history* dos indivíduos e equipara a explicação da conduta das pessoas adultas à análise mais completa possível da “história do reforço”. Com este objetivo, Skinner efetuou experimentos vastos e diferenciados sobre os “programas de reforço” (veja, por exemplo, Ferster & Skinner, 1957) e tentou demonstrar que também a fala humana era um produto da história do reforço individual (Skinner, 1957), postulado com o qual ele ganhou a crítica e o escárnio do linguista Noam Chomsky (1959). A visão de Skinner, da possibilidade e conveniência de uma educação e um desenvolvimento humano baseados na manipulação científica da história

do reforço, encontrou sua forma literária em suas duas novelas: *Walden two* (1948) e *Beyond freedom and dignity* (1971).

Se pretendemos delinear como se chegou a impor a dimensão do desenvolvimento na psicologia, não podemos limitar-nos à sua corrente principal. Em correspondência com o fracionamento histórico e as múltiplas manifestações da disciplina, também há que tomar em conta as variadas vertentes laterais que contribuíram para a formação e a fixação do conceito de objeto psicológico. Ainda que aqui pareça apropriado recorrer às teorias psicológicas das fases, por exemplo, as que Charlotte Bühler, Otto Tumlirz, Oswald Kroh e outros conceberam nas décadas de 1920 e 1930, podemos descartar a maior parte delas, pois correspondem decididamente à “psicologia do desenvolvimento” e supõem uma sequência de estágios do desenvolvimento ontogênico que se conclui assim que é destacada a idade juvenil. Contudo, algumas das teorias das fases também têm incluído toda a biografia em suas divisões de estágios e, desta maneira, ajudaram a enraizar um pensamento em termos de “estágios de desenvolvimento” em outras áreas da psicologia. O modelo que provavelmente fez-se mais conhecido é o de E. H. Erikson (1963), que distingue oito estágios do “ciclo vital”: a *confiança básica* do lactante, *autonomia vs. dúvida/ vergonha* na primeira infância, *iniciativa vs. culpa* na idade do jogo, *laboriosidade vs. inferioridade* na idade escolar, *identidade vs. difusão da identidade* na adolescência, *intimidade vs. isolamento* nos adultos jovens, *generatividade (no sentido de fertilidade) vs. autoabsorção* na idade adulta e, finalmente, *integridade vs. desespero* na velhice. Como veremos, este modelo – e especialmente a suposta alternativa entre o êxito ou o fracasso na hora de enfrentar a tarefa de desenvolvimento concreta de cada estágio (posterior à idade lactante) – marcou determinadamente as ideias essenciais da psicologia moderna. Porém, neste contexto, há também que se destacar a concepção de Piaget e sua influência, que atualmente, se não estou equivocado, é crescente. Em princípio, o que Piaget designa como uma sequência de estágios – primeiro da atividade sensorial e motriz ao pensamento pré-operatório, logo o pensamento de operações concretas, e finalmente o das operações formais (quer dizer, hipotético-dedutivas) – pode ser entendido a partir da psicologia do desenvolvimento. Porém, o verdadeiro

objetivo de Piaget é a explicação genética da psicologia geral, mais exatamente, a explicação do pensamento científico a partir da reconstrução da sequência de estágios que conduzem a ele (por esta razão, seu conceito se chama *epistemologia genética*). Se observarmos as distintas concepções em torno do desenvolvimento do pensamento das pessoas adultas, podemos reconhecer certa influência deste enfoque de Piaget. Por uma parte, de sua explicação resulta (e se demonstrou em múltiplas ocasiões) que o comum da gente adulta, que não domina a argumentação científica, normalmente, não alcança o estágio das operações formais, senão que (no melhor dos casos) permanece no estágio operatório concreto. Por outro lado, o modelo de estágios de Piaget induz claramente a perguntarmos se não há de se supor outro estágio posterior ao das *operações formais*, para assim poder explicar, realmente, as formas mais elevadas do pensamento humano.

No contexto de sua concepção de uma *psicologia dialética*, Klaus Riegel sugeriu, por exemplo, que se introduzisse, além das *operações formais*, o estágio das estruturas de pensamento dialético (veja Riegel, 1978, e Grüter, 1979). Também a influente teoria de Lawrence Kohlberg sobre os seis estágios do desenvolvimento da moral – estruturalmente baseada em Piaget – chegou a definições e delimitações similares. Neste caso, os estágios mais altos da moral – pós-convencionais – se consideraram realizados somente em uma minoria da população e levantou-se a questão de um sétimo estágio – por assim dizê-lo, ou *post-post-convencional* – que estaria reservado a grandes homens como Sócrates ou Martin Luther King (a este respeito, veja, por exemplo, Markard e Ulmann, 1983).

Outra linha histórica que enfatizou a dimensão do desenvolvimento individual como princípio explicativo, e que em múltiplos pontos toca na ideia de desenvolvimento como sequência de estágios, pode ser caracterizada com a palavra-chave “*socialization*”. Este conceito se baseia na ideia de que “naturalmente”, em sua primeira infância, as pessoas são seres de caráter associal-natural, determinadas pelas pulsões, egocêntricas e que, para transformarem-se em adultos “capazes de viver”, têm de assumir, no transcurso de suas biografias, as normas e os valores da sociedade. Originalmente, o conceito de *socialization* provém da sociologia; George Herbert Mead pode ser considerado como um de seus inaugurado-

res essenciais. Neste contexto se especifica a *socialization* como adoção de “papéis” sociais, porém também como processo de “identificação”, “internalização” e coisas do estilo, para o qual se recorre a concepções provenientes da teoria da aprendizagem, porém em especial também a outras provenientes da psicanálise (que abordarei abaixo). Desde então, o conceito de *socialization* foi introduzido em diversos contextos da psicologia. Rolf Oerter, o conhecido cronista da psicologia do desenvolvimento, reconhece neste conceito a expressão moderna que coloca esta psicologia para além das problemáticas teorias dos estágios ([1971] 1975). De maneira análoga, foram utilizados modelos psicológicos referidos, por exemplo, as teorias da motivação ou da cognição, para explicar o processo de “socialização” (de maneira que Kohlberg pode ser classificado como psicólogo do desenvolvimento e como teórico da “socialização”). Neste processo é costume destacar certos contextos sociais como “agentes da socialização”, e fazer uma distinção entre a “socialização familiar” (socialização primária), a “socialização escolar” (socialização secundária) e a “socialização profissional” (socialização terciária). Isso permitiu projetar determinadas divisões ou estratificações sociais sobre o processo de “socialização” e a se perguntar, por exemplo, pelas particularidades da “socialização específica” segundo o “gênero”, a “cultura”, o “estrato”, ou até mesmo a “classe”. Desta maneira, entende-se que, ocasionalmente, num contexto de determinados movimentos políticos, à teoria da “socialização” era atribuída certa potência social crítica⁶⁵. Hoje se recorre ao conceito de “socialização” com grande despreocupação, especialmente na hora de explicar manifestações dignas de crítica ou de alguma maneira chamativas, como, por exemplo, a opressão das mulheres, a delinquência, a violência e a psicopatia. Obviamente, devido a que já não se deseja ou já não se pode supor que os fatores congênitos sejam a causa destas manifestações, não resta mais que atribuí-los aos processos de “socialização”. E, assim, de maneira despreocupada, considera-se

65 E assim se explica por que, por exemplo, na época do movimento estudantil de 68, o livro *Sozialisationsforschung: Materialien, Probleme, Kritik* (Investigação da socialização: Materiais, Problemas, Crítica), que Wilfried Gottschalch, Marina Neumann-Schönwetter e Gunther Soukoup (1971) escreveram com intenção anticapitalista, converteu-se repentinamente em um *best seller*.

também que os fenômenos racistas, a violência contra os estrangeiros ou questões similares são o resultado de insuficiências na “socialização” dos indivíduos racistas ou violentos (veja Holzkamp, 1995⁶⁶).

Em nosso esboço do conceito de “socialização” já se insinuou que, na hora de observar a história do “desenvolvimento” como princípio explicativo, não podemos, por certo, desprezar a influência da psicanálise sobre o pensamento psicológico. Pois ainda que na Alemanha a psicanálise se separe institucionalmente do estudo e da investigação psicológica universitária, o pensamento psicanalítico encontra difusão até nas mais finas ramificações da investigação e prática psicológicas. Para nossa argumentação, é de especial importância o fato de que o conceito psicanalítico de desenvolvimento sirva, em primeiro lugar, e diretamente, como veículo para a interpretação de si mesmo e da própria vida por parte das pessoas adultas. Este conceito serve especialmente para a interpretação das dificuldades e conflitos do presente por parte da pessoa adulta e, apenas de maneira secundária, recorreu-se a ele para fundamentar uma psicologia infantil psicanalítica (como, por exemplo, o fizeram Anna Freud e Melanie Klein). O próprio Freud tinha uma relação ambivalente com respeito a esta adaptação do conceito; mas não apenas ele. Até os dias de hoje, alguns teóricos da psicanálise a observam com ceticismo; assim, por exemplo, Alfred Lorenzer propôs que a psicanálise seja entendida como uma ciência hermenêutica crítica referenciada na experiência e não como uma seção da psicologia do desenvolvimento (veja, por exemplo, 1974, cfr. também Holzkamp, 1985⁶⁷).

Há um fator que, em certo sentido, facilita-nos a exposição do conceito psicanalítico de desenvolvimento. No meu entender, todas as variações da psicanálise freudiana, também as modernas, como a teoria crítica do sujeito ou a etnopsicanálise, baseiam-se de maneira, por assim dizer, pré-teórica em um mesmo tipo de esquema do desenvolvimento (veja Holzkamp, 1995⁶⁸). Por enquanto, neste esquema se supõem “pulsões” primitivas, sexual-agressivas, não sociais, como temática básica

66 Ver pág. 147 na presente edição

67 Ver pág. 79 na presente edição

68 Ver pág. 155 na presente edição

e objeto central da biografia humana. Supõe-se que apenas durante a primeira infância, na sequência de estágios que vão desde as pulsões parciais orais às anais e fálicas, estas “pulsões” são abertamente determinantes para o comportamento. Logo, no processo do desenvolvimento individual e, especificamente, devido às situações críticas do complexo familiar de Édipo e sua resolução, assim como a renovada “irrupção da pulsão” nos conflitos culturais da adolescência e sua integração, o “destino” destas pulsões é sua gradual “socialização”, ou seja, sua transformação em direção a sua compatibilidade com as necessidades ou restrições socioculturais. Segundo esta visão, o temor (por exemplo, a “castração”) que aparece nestas situações críticas centrais, porém também em todos os conflitos que derivam delas, exige variadas transformações e disfarces. Quer dizer, as moções pulsionais originais (do “id”) têm de se tornar inconscientes ou há que fazê-las inconscientes mediante a “repressão” e os (demais) “mecanismos de defesa”, de maneira que resultem suportáveis para o “ego” como instância do atuar baseado na realidade. Aqui a instância do “superego” funciona como representação dos mandamentos e proibições da sociedade (por meio do pai e da mãe, e especialmente do primeiro) no sujeito. Desta maneira, as contradições entre as moções pulsionais, os requisitos da realidade e as restrições da sociedade no indivíduo podem ser personificados como tentativas do “ego” para alcançar um equilíbrio entre o “id” e o “superego”. Segundo esta visão, enquanto estas tentativas de alcançar um equilíbrio apenas fracassem dentro de um marco normal, a capacidade de ação do “ego” (ainda) é sustentável, reprimindo e empurrando as moções pulsionais para o inconsciente. Por outro lado, um fracasso capaz de minar esta capacidade de ação conduz à formação de sintomas “neuróticos” que o indivíduo já não pode resolver por si mesmo e que tornam necessário um “tratamento” psicanalítico.

Deste esquema, desprende-se o que no marco do enfoque básico da psicanálise (e de acordo com as sentenças freudianas de que a criança é o pai do adulto) representa a “explicação”: aqui, explicar nunca pode significar outra coisa senão abordar a dimensão biográfica individual. Neste contexto, o comportamento manifesto é a superfície que aparece, e os acontecimentos genético-individuais que o fundamentam são o

“essencial” ou o “verdadeiro”. Com esta forma de pensar básica também se determina de antemão qual é a única maneira razoável de se falar da dimensão genético-individual, a saber, em termos do retrocesso às duas grandes situações conflitivas, a crise da adolescência e o complexo de Édipo (incluindo as prévias simbioses mãe-filho que não de se resolver nelas). Daí se depreende o significado central do conceito da “regressão”: supõe-se que em cada tipo de comportamento irritante, inadaptado, o indivíduo recai inconscientemente em formas de enfrentar a realidade que, desde o ponto de vista genético-individual, são mais primitivas e que já não satisfazem os requisitos da resolução de problemas da vida adulta. Neste contexto, a reaparição das formas mais primitivas indica a existência de fissuras nos mecanismos inconscientes da modelação e do controle pulsional que se haviam adquirido durante a resolução do complexo de Édipo. É por isso que a regressão, e por último, também sua análise, retomam os impulsos narcisistas, agressivos etc. das pulsões ainda “em bruto”, para além do complexo de Édipo. E assim ocorre que os psicanalistas, independentemente dos aspectos problemáticos do comportamento adulto que estão a analisar, não tardam em falar da “infantilização”, das “situações pulsionais infantis” etc. De maneira tão imprevista como natural, fala-se da “criança pequena” (tema que analisei de maneira mais detalhada em referência às interpretações psicanalíticas do racismo, veja 1995⁶⁹). Em todo caso, como já se disse, aqui não se trata da “criança pequena” real, senão da “criança no adulto”. Os conflitos primários infantis têm de se reconstruir a partir da bagagem experiencial dos adultos para, assim, revelar o que se esconde “verdadeiramente” atrás dos conflitos do presente, quer dizer, para revelar aquilo que efetivamente os explica.

Após o exposto, duas questões ficam claras: primeiro, a forte repercussão que tiveram as ideias psicanalíticas no pensamento usual da “socialização”, e segundo, o grau em que este tipo de ideia ingressou, de maneira secularizada, no pensamento cotidiano da prática psicológica. É frequente que, no marco das diferentes atividades em torno da consulta e da terapia, considera-se que o plano propriamente “psicológico” da atividade profissional somente é alcançado quando, por fim, fala-se

69 Ver pág. 147 na presente edição

da “infância” do cliente. Também pode ser que muitos indivíduos só se considerem realmente “aconselhados” ou “curados” se o psicólogo os ajuda a reconhecer o que “em verdade” encontrava-se atrás de seus atuais problemas – por exemplo, atrás dos problemas na relação de casal, uma relação com o pai ou com a mãe, a qual já desde a infância era problemática. E talvez desta maneira cheguem ao conhecimento de que só encontrarão o remédio para os seus problemas se estes conflitos da infância primária forem elaborados. Aqui, são comuns certos conceitos teóricos da personalidade, como, por exemplo, o da “autorrealização”, ou o (mais moderno) da “identidade”. Assim mesmo se fala do “desenvolvimento da personalidade” nos âmbitos mais variados e da maneira mais despreocupada. Parecem existir limites difusos entre estes conceitos e certas fórmulas da fala cotidiana com as quais se fundamenta a necessidade de uma terapia, por exemplo, quando se fala de uma dependência não superada com respeito aos pais e da necessidade de um desenvolvimento pessoal autônomo. Tudo isto se baseia no subentendido de que, como “pessoa”, cada um tem a possibilidade e o direito de “realizar-se” individualmente e de “encontrar-se a si mesmo”. Também neste caso, promove-se a ideia de que é possível explicar o indivíduo a partir de seu “desenvolvimento”. Ainda que não exerça igual influência sobre todos os setores da psicologia, esta ideia condicionou a imagem que hoje se tem daquilo que preocupa a psicologia e do que fazem os psicólogos.

Predição, controle, classificação normativa: a função do “desenvolvimento” como conceito psicológico explicativo

Ainda que tudo o que eu possa ter dito até aqui seja, em maior ou em menor grau, correto, e ainda que a disciplina psicológica se interesse de modo particular pelo desenvolvimento individual, cabe a pergunta: por que não deveria fazê-lo? Que há de mal ou equivocado neste interesse, e onde está a alternativa? Em seguida, tentarei explicar passo a passo este problema. Para acessar a questão – como é habitual entre os psicólogos críticos –, começo por perguntar pela função que poderia recair no marco da investigação e prática psicológica, sobre a explicação da pessoa adulta a partir de seu desenvolvimento. De certo modo, pode-

mos diferenciar as funções que são diretamente identificáveis na investigação e na prática psicológica usual, e as que só se podem inferir a partir de uma análise funcional crítica.

Quais funções cumprem as explicações que recorrem ao desenvolvimento? Ante essa pergunta, parece lógico responder que, ao recorrer aos dados do desenvolvimento, aumenta-se o valor explicativo dos enunciados psicológicos sobre o indivíduo. Esta é uma resposta que talvez pudesse ser formulada pela mesma investigação e práxis psicológica. À medida que se conhece qual foi o “desenvolvimento” de uma determinada pessoa – por exemplo, de que tipo de família provém, as escolas que frequentou, porém, também que problemas e conflitos teve anteriormente, onde apareceram “transtornos” etc. –, também se saberá mais sobre como ela é agora. Este suposto parece tão óbvio que, por exemplo, quando um psicólogo se depara com as “dificuldades na educação” de um jovem, não duvida que a “anamnese”, que frequentemente inclui a primeira infância (a duração do período de lactância, quando ocorreu o controle de esfínter, quando o indivíduo começou a caminhar, a falar etc.), é um aspecto indispensável a um diagnóstico realmente completo da personalidade. Além disso, uma vez que, enquanto “evolução”, o “desenvolvimento” se determina e se estrutura de maneira temporal, a inclusão de dados sobre o desenvolvimento parece aumentar consideravelmente a possibilidade de se fazer “predições” sobre o desenvolvimento posterior do indivíduo para além do esclarecimento do presente. No âmbito de trabalho prático, podem-se formular “prognósticos” a respeito do modo como o indivíduo se desenvolverá em determinados contextos – escola, ofício, exigências extremas ou situações estressantes; assim como até que ponto dará bons resultados e em que ponto fracassará.

Também na situação terapêutica, em que não só se recolhem dados apenas sobre o desenvolvimento, senão que, ademais, se os interpreta, sabe-se, por assim dizer, mais sobre o indivíduo do que ele mesmo. É possível dizer quais conflitos passados têm de ser “elaborados”, “tratados”, para poder superar ou para evitar dificuldades e problemas presentes e futuros. Aparentemente, o recurso à dimensão do desenvolvimento abre a possibilidade de uma espécie de “extrapolação” do passado até o futuro: conforme tenha sido até agora a evolução, pode-se dizer como será o

desenvolvimento futuro ou onde há de se intervir para que seja distinto. Com a aplicação de uma matriz do desenvolvimento – que recorre a dados empíricos ou também a experiências pessoais com as evoluções típicas do desenvolvimento –, acredita-se elevar o controle sobre o indivíduo, seja o controle científico em forma de predições, seja o controle prático em forma de possibilidades de prognóstico.

Se observarmos mais atentamente, constatamos que a explicação do indivíduo a partir de seu desenvolvimento é claramente inerente a uma função normativa prescritiva que acompanha (e que está contida em) a função do diagnóstico ou da predição e que pode ser atualizada e empregada caso seja necessário: se investigo o desenvolvimento passado e presente de um indivíduo, obtenho necessariamente o resultado de seu “estado de desenvolvimento”; ou seja, tomo conhecimento, dentro deste sistema de referências, de onde “se localiza” este indivíduo em comparação com os demais, registro se seu “desenvolvimento” é completo ou mostra determinados “atrasos”, se é “defeituoso”. Isto é particularmente visível no “diagnóstico do desenvolvimento”, que registra a “correspondência” entre o estágio de desenvolvimento e a “idade”. Aqui, interpreta-se o “valor fático” por meio da “idade de desenvolvimento” como um “valor ideal”, em geral, sem que isto seja considerado problemático. Como mostrou Ulmann (1987), esta forma de proceder reforça de maneira “científica” os temores e as irritações cotidianas dos pais sobre se seu filho se desenvolve “normalmente”. O conteúdo normativo da suposição de “estágios de desenvolvimento” sai à luz de um modo particularmente contundente na citada teoria das etapas de Erikson, em que as alternativas de desenvolvimento adequado e inadequado ficam mais claras nomeando-se cada estágio: se um adulto não quer ter filhos, significa que ele não alcançou o objetivo de desenvolvimento da “generatividade” e está “absorto” em si mesmo de um modo egoísta. Este é só um exemplo da despreocupação com que precisamente a psicanálise, através da profissão, ergue-se como juiz da “maturidade” ou “imaturidade”, “infantilidade”, “alteração” dos indivíduos, utilizando o critério da “biografia normal” que ela mesma fixou. Porém, como se infere a partir de minha exposição, também outras teorias dos estágios, como as de Piaget e Kohlberg, são, em último termo, de clara orientação

normativa, pois reservam o estágio “mais alto” às personalidades “altamente desenvolvidas” e expõem o atraso dessa fase como característica do cidadão médio ou das pessoas “comuns”. O mesmo ocorre ali onde não se supõe um desenvolvimento em fases, senão um desenvolvimento contínuo dos indivíduos. Isto se pode ilustrar citando os conceitos de “socialização” usuais que mencionei anteriormente: ao menos de maneira implícita, e ainda que se faça com uma consciência crítica, também aqui se supõe, como norma, o indivíduo que é competente dentro das relações de vida existentes. Com esta norma podem-se comparar os déficits, as divergências, as “perturbações” (às vezes, aparece neste contexto a falta de disposição para a luta dentro da classe trabalhadora como o produto de atrasos na “socialização”). Em geral, o conteúdo normativo deste tipo de conceito de desenvolvimento explica sua afinidade com certo tipo de “pedagogia”: considera-se que os “atrasos” e os “déficits” de “socialização” implicam diretamente a tarefa de sua superação pedagógica, e são as teorias do desenvolvimento ou da socialização as que fornecem orientações quanto à direção em que há de atuar a “educação”. Isto supõe a pretensão dos psicólogos, psicanalistas e sociólogos de serem os professores do povo, uma pretensão que poucas vezes se mostrou tão abertamente como no caso de Erich Fromm, que primeiro queria dissuadir a humanidade de fugir da liberdade (1941), em seguida aspirava a ensinar-lhe a arte do verdadeiro amor (1956) e, por último, queria convencê-la do valor do *ser* ante o *ter* (1976).

A linha que até aqui seguiu nossa análise, a “crítica da função” que cumprem as explicações psicológicas do desenvolvimento, pode continuar e se ampliar. Por exemplo, pode-se perguntar: que função estratégica tem, para os distintos psicólogos, explicar a personalidade dos adultos a partir de seus desenvolvimentos? Há muitos indícios de que estas explicações são utilizadas para ressaltar e defender tanto posições específicas da psicologia em face de outras disciplinas, como também posições político-profissionais ante outros enfoques com os quais se compete. Assim, reconhece-se amplamente que as explicações do desenvolvimento dos indivíduos são de domínio da psicologia e que a prática profissional da análise psicológica do desenvolvimento confere a possibilidade de fazer valer a especificidade e especial efetividade da intervenção psicológica,

precisamente ante as instituições que contratam seus serviços e a clientela em geral. Sobre esta base, pode-se explicar facilmente que o que faz o “psicólogo” quando analisa as experiências da infância dos clientes: corresponde a sua profissão, na medida em que isso seja efetuado corretamente; entende-se que isso é algo indispensável e eficaz para a solução dos problemas dos adultos. Desta maneira, os psicólogos não só podem responder às expectativas sobre o que em geral se espera que façam, senão que têm à mão um provado recurso para a redução de certas inseguranças. Por exemplo, ainda quando ficam perplexos com as problemáticas que lhes aparecem, uma elaboração mais “completa” possível das experiências da infância do cliente lhes permite, pelo menos, ganhar tempo (e, dadas as circunstâncias, acumular horas que possam ser faturadas). E ademais, podem esperar que de alguma maneira, a partir desse processo e à medida que se avança, se vá gerando o caminho a seguir.

Não quero continuar com este tipo de observações. Se quiser considerá-las válidas, haveria de pressupor que as explicações do desenvolvimento do tipo descrito são, de fato, cientificamente problemáticas. Porém, ainda que fosse verdade que essas explicações são funcionais para distintos psicólogos, ou seja, que lhes possibilitam ou facilitam o exercício de sua profissão, isto não significa que também devam ser questionáveis ou inadequadas.

Para avançar em minhas reflexões, é necessário que se ponha em discussão a legitimidade de uma condição que serve de base a todas as concepções e práticas descritas. Trata-se da suposição fundamental de que existe uma relação suficientemente clara entre, por um lado, as condições de desenvolvimento ou de “socialização” dos primeiros períodos da vida e, por outro, as capacidades, os problemas, as limitações e os conflitos individuais concretos dos adultos. Em psicologia, é normal que esta condição seja considerada como algo absolutamente “evidente”, e o simples fato de sua formulação explícita pode parecer mais ou menos supérfluo ou, até mesmo, “conflituoso”. Naturalmente, isto não nos deve fazer desistir de nosso propósito. Vejamos.

A ficção da determinação da personalidade dos adultos pelo desenvolvimento infantil: construções de infância, causalismo e colonização da infância

Para muitos psicólogos, a determinação da idade adulta pelos estágios anteriores da vida – especialmente os da infância – parece ser absolutamente “evidente”. A isto se soma uma psicologia que faz muito alarde de suas qualificações em torno deste tema, e tudo faz para pensar que deve existir uma esmagadora evidência empírica a favor desse pressuposto. Mas quando se analisa o assunto, revela-se que – talvez para a sua surpresa – existem relativamente poucos estudos longitudinais suficientemente sólidos sobre a questão. A surpresa deverá ser ainda maior quando se observam os resultados destas investigações. Examinando a respectiva bibliografia, Paul Riesman (1993) constatou, por exemplo, que os dados destas investigações sugeriam, primeiro, que a personalidade do adulto não se forma durante a primeira infância e, segundo, que não são as práticas dos pais as que modelam mais fortemente o caráter da criança. Estas fontes nos deixam “a persistente impressão de que a personalidade – indiferentemente de como se a defina – não pode ser prevista simplesmente sobre a base da primeira infância até a idade adulta e que, nos estágios de desenvolvimento diretamente consecutivos, também acontecem mudanças consideráveis...” (p. 157). Os estudos sobre a forma de se relacionar dos pais com seus bebês revelaram certos “efeitos em curto prazo sobre o desenvolvimento cognitivo e emocional do lactante”, mas os “indícios dos efeitos em longo prazo não são convincentes” (p. 158). Naturalmente, ante este tipo de afirmação podem-se levantar as dúvidas habituais. Pode-se conjecturar, por exemplo, que se investigações mais amplas fossem realizadas, se chegaria a resultados que apoiariam a hipótese de uma relação entre o desenvolvimento infantil e a personalidade dos adultos. Do mesmo modo, é possível objetar que provavelmente os métodos que foram usados até agora não são adequados para demonstrar esse tipo de relação. E podem esperar-se desaprovações particularmente enérgicas de parte dos círculos terapêuticos, e especialmente dos psicanalíticos. Esse tipo de “resultados” poderia nos dizer que não são mais que bobagens: todo terapeuta sabe, por experiência própria, quão drásticas

são as consequências que têm os problemas de desenvolvimento da primeira infância para o êxito ou o fracasso do desenvolvimento vital dos adultos, e todo terapeuta sabe que para a superação da sintomatologia de cada caso é indispensável elaborar o passado biográfico. Ainda assim, é possível que, para algumas pessoas, a escassa evidência empírica aumente sua disposição a questionar o “subentendido” e a “naturalidade” da matriz explicativa genético-individual. E pode ser que agora algumas pessoas se perguntem como se explica o fato de que a interpretação das dificuldades da vida das pessoas adultas a partir das limitações do desenvolvimento na primeira infância seja tão representativa nos enquadramentos terapêuticos. Será que essa possibilidade de interpretação, tão representativa, pode ser mais bem explicada de outro modo, e não necessariamente com o uso de uma verdadeira relação de determinação?

Quiçá os célebres trabalhos historiográficos sobre a “história da infância” – os que, em todo caso, quase não foram notados dentro da psicologia tradicional – nos possam servir de estímulo. Aqui podemos citar, por exemplo, as investigações de Philippe Ariès (1960) e Lloyd Demause (1974), nas quais se mostrou que o que nós entendemos por “infância” não é uma constante antropológica, mas enquanto conceito e realidade possui uma origem histórica. Segundo a concepção de Ariès – por certo controversa –, a infância foi tomando forma apenas a partir dos séculos XV e XVI. Para nossa argumentação, são importantes, sobretudo, certas análises surgidas no contexto deste questionamento, que demonstraram que as imagens concretas que os “adultos” têm da infância dependem de suas condições de vida e da concepção que têm de si mesmos; por exemplo, os escritos de Vandenberg (1960) e Richter (1987).

Quero citar uma passagem um pouco extensa do trabalho de Dieter Richter, com um título ilustrativo: *Das fremde Kind: Zur Entstehung der Kindheitsbilder des bürgerlichen Zeitalters*⁷⁰ (Richter, 1987, cfr. Nies-troy, 1989):

A crescente atenção que se presta às crianças e ao *status* da infância durante os séculos da época moderna se deve – esta é

70 N.T.: *A criança estranha: sobre a formação das imagens da infância na época burguesa.*

a tese – não a uma crescente proximidade, mas a uma crescente distância entre os adultos e as crianças. Através do processo da civilização no contexto das novas formas de socialização determinadas pelo modo de produção e de vida burguesa, produz-se uma forte divisão entre crianças e adultos. Surge a “relação adulto-criança”, típica das sociedades industriais... Paralelamente se dá o processo de “encontro da Europa com os territórios de ultramar”. Do mesmo modo que a etnologia se constitui como um reflexo da experiência das culturas estrangeiras, não europeias, da “selvageria” e da “natureza incivilizada” dos indígenas, surgem as imagens da infância como consequência de uma “experiência etnológica no próprio território”. Comparadas com os padrões de comportamento adulto (“cultivado”), as crianças aparecem cada vez mais como incivilizadas, como pequenos selvagens... “Selvagem” significa: inculto e bruto. A criança, que devido ao processo de civilização se separa mais e mais do adulto (das camadas sociais altas e médias), aparece como um homem ainda sem terminar. (p. 25).

Também a antropóloga Florence Weiss (1993) chegou a resultados similares, mas não sobre a base de estudos históricos, e sim a partir da reflexão sobre suas próprias dificuldades durante o estudo da infância dos Iatmul da Papua Nova Guiné. Durante o processo de investigação, Weiss reconheceu com crescente clareza que sua própria concepção europeia do que é “natural” nas relações entre a infância e a vida adulta a havia impedido de acessar a vida e os problemas das crianças Iatmul. Buscando articular esta experiência por meio de um conceito generalizado, Weiss tomou como ponto de partida a diferença de poder entre crianças e adultos e destacou o modo com que essa diferença é refletida “nos trabalhos científicos” sobre nossas relações culturais:

Os livros sobre crianças sempre são escritos pelos adultos; neles, é muito raro que as crianças cheguem a ter a palavra. As crianças são objetos ideais cujas próprias posições não precisam ser negadas, pois elas nunca poderiam reclamá-las. Se as mulheres começaram a defender seus interesses, a pesquisar sobre si mesmas, as crianças jamais o farão. Como é o elo mais frágil da sociedade, sem nenhuma base econômica, sempre dependerão de uma mediação. Sobre crianças se pode pensar e escrever tudo o que imaginarem os adultos. (p. 99).

Florence Weiss caracteriza a visão dos adultos típica de nossas relações sociais como o “olhar posto sobre o desenvolvimento”, no qual a infância pode unicamente ser contemplada como um estágio dependente prévio à existência do adulto (p. 99). Aqui, disse Weiss, confronta-se a criança “como algo não acabado” com a idade adulta. “Por meio das intervenções pedagógicas”, a criança deve ser “transformada em algo acabado: uma força de trabalho diligente e um cidadão obediente”. Segundo Weiss, as crianças a quem são atribuídas qualidades como as de ser “instintivas, ingênuas e felizes”, são consideradas “primeiramente em atenção à futura idade adulta. Nosso olhar está posto no desenvolvimento. A infância se degrada a uma fase sem valor próprio” (p. 100).

A partir desta posição, Weiss critica a “fixação nas fases do desenvolvimento”: se a cada fase se atribui um determinado retardo das crianças com respeito aos adultos, parte-se de uma “diferença fundamental entre crianças e adultos” e, desta maneira, se produz uma “nova distância em relação às crianças” (p. 100). Weiss considera que isto também é válido para o conceito de “socialização”, com o qual se descrevem os progressos no desenvolvimento e na educação das crianças a partir da visão dos adultos, comparando esses progressos com o estado alcançado pelos adultos (p. 102). O relatório de pesquisa de Weiss demonstra com profunda expressividade o processo em que ela, por fim, estabeleceu um contato direto com as crianças Iatmul. Neste processo, e apenas quando superado “o olhar posto sobre o desenvolvimento” que levava consigo, logrou um acesso a formas culturais de vida e a modos interpessoais de se relacionar que não se efetivariam a partir da visão adulta, nem poderiam ser suficientemente explicados como um estágio prévio que conduz à idade adulta.

Outros estudos etnológicos que, como o trabalho de Weiss, também foram publicados no livro *Kinder: Ethnologische Forschungen in fünf Kontinenten*⁷¹, editado por Marie-Jose VANDELOO e Margarete REINHART (1993), chegaram a resultados muito similares no que se refere a outras etnias. Aqui nos remeteremos apenas a mais um destes

71 N.T: *Crianças: estudos etnológicos em cinco continentes.*

estudos, a investigação de Charlotte HARDMAN (1993), na qual não se descrevem crianças em regiões extraeuropeias, mas o comportamento das crianças no pátio do colégio de St. Barnabas, em Oxford. Também Hardman, em suas considerações teóricas, critica a pressuposição contida nos conceitos usuais de desenvolvimento e “socialização”, segundo os quais a personalidade dos adultos adquire seu caráter na infância e só é possível conceber adequadamente a infância a partir da visão dos adultos, como um estágio prévio ao *status* do adulto. “Para os antropólogos orientados pela psicanálise”, diz Hardman, “a infância simboliza a fase de formação da personalidade tanto individual quanto cultural. A ideia de poder encontrar na infância as estruturas básicas da personalidade conduziu a ações tão absurdas como a da busca do complexo de Édipo entre os Trobrianders e os índios Hopi” (p. 62).

A partir da crítica de distintas concepções nas quais a criança é considerada um objeto das atividades disciplinares e educativas dos adultos, um objeto desprovido de independência, que apenas se pode explicar a partir de sua tendência à assimilação no mundo dos adultos, Charlotte Hardman desenvolve sua própria posição:

No meu enfoque, as crianças são pessoas que por si – e não apenas enquanto destinatárias das indicações dos adultos – merecem consideração. Quero saber se na infância existem mundos autorregulados, autônomos, que não necessariamente reflipam um estágio inicial do desenvolvimento da cultura adulta. (p. 63).

Para investigar esta questão, Charlotte Hardman frequentou o pátio do colégio de St. Barnabas, indo daqui para lá e participando dos jogos das crianças até que elas já não lhe prestavam uma atenção particular, e sim, de algum modo, aceitavam-na como mais uma criança. Desta forma, não apenas foi iniciada, paulatinamente, por meio de sua participação nos jogos das crianças, em muitas de suas estranhas regras e modos de relacionar-se entre si. Assim como em outros trabalhos sobre a etnologia da infância publicados na edição de Loo & Reinhart, tornou-se manifesto que as crianças cultivam seus próprios jogos, suas próprias maneiras de falar e entoar canções que não foram aprendidas com os adultos, mas que

se transmitem unicamente entre eles. E em parte, as crianças parecem fechar-se conscientemente ao tratamento dos adultos, suas regulamentações e suas exortações “sabe-tudo”.

Por um lado, na psicologia e na psicanálise, considera-se que o desenvolvimento e a infância são algo que sem dúvida é acessível, algo de que se pode dispor. Mas, por outro lado, tanto nas análises históricas quanto nas etnológicas aparecem de maneira irrefutável a estranheza e a distância entre os adultos e as crianças. Assim, estes resultados deixam claro o caráter de construção das mencionadas concepções psicológicas e psicanalíticas do desenvolvimento. Em primeiro lugar, indicam que aqui não se descrevem processos biográficos independentes, mas que se formulam pressupostos teóricos. E, ainda que com pouca frequência, este é um fato que também se reconhece na psicologia do desenvolvimento tradicional. Rudolf Bergius faz uma sinopse das teorias psicológicas mais essenciais das fases, mas encontra pouca ou nenhuma concordância com respeito às diferentes divisões de fases; finalmente, conclui: “é possível que... os estágios e fases do desenvolvimento sejam somente produtos de nossos instrumentos de investigação conceituais e metódicos” (1959, p. 125).

Já Rolf Oerter (1971, p. 502) mostra, de maneira convincente, que a “continuidade” ou o “caráter de fases” que apresenta o desenvolvimento derivam somente do arsenal metodológico-conceitual empregado e considera que, portanto, a esse respeito, as controvérsias não podem ser resolvidas de maneira empírica. Porém, indo além, para nós o ponto essencial é o seguinte: nas construções psicológicas e psicanalíticas do desenvolvimento descritas, suprime-se a *contradição* entre as imagens que os adultos possuem sobre a infância e a infância realmente experimentada. Ao sujeito se aliena de maneira programática a memória de seu passado e infância. Aqui, as rupturas e fragmentações da experiência biográfica, que resultam da estranheza da infância construída historicamente e do isolamento em que se encontram os mundos da vida infantil, são maquiadas e negadas mediante a introdução autoritária de uma estrutura plana, desde sempre conhecida. O adulto só necessita mover de um lado a outro o seu passado biográfico até que por fim o encaixe e o reencontre nessa estrutura. Agora já não é necessário seguir buscando

palavras para encontrar uma via ante a própria história: as palavras foram estabelecidas de antemão, e quando finalmente alguém fala de si a si mesmo nas “línguas”, por exemplo, da psicanálise, o terão feito acreditar que somente agora é compreendido de forma profunda. Aqui estamos, em última instância, ante a tentativa de uma colonização “científica” da infância. Através de sua implementação no indivíduo, as construções psicológicas ou psicanalíticas do desenvolvimento são postas, por assim dizer, no lugar da própria experiência.

O desenvolvimento como desdobramento das relações no mundo da vida: a dupla perspectiva e a superação da “reclusão no eu” no desenvolvimento biográfico da experiência

Em seguida, quero explicar estas questões de maneira mais detalhada e ilustrar as limitações cognoscitivas contidas no pensamento psicológico e psicanalítico do desenvolvimento. Para isso, destacarei uma característica estrutural que, a meu ver, é comum a todas as construções do desenvolvimento citadas (para além das diferenças que apresentam). Refiro-me à hipótese “realista” de condições determinantes unidimensionais, uma dependência genética causal do período posterior com respeito ao período anterior do desenvolvimento. Quanto mais fortemente se expressam nesta estruturação a visão e o pensamento psicanalíticos, tanto mais transparecem nela as características do que Günter Dux (1992) descreveu em suas investigações antropológicas como a mítica “lógica da origem”:

É necessário verificar a mais íntima lógica dos mitos, para compreender do que se está falando. Deve-se interpretar e garantir a ordem existente. Isso requer encontrar uma história que a deduza de um estado anterior. Com este objetivo, o “ainda-não” do estado anterior se descreve como inversão do existente. Isto deve ser atribuído à lógica de uma concepção do mundo que sempre tem de apelar ao que está atrás de si, para fazer inteligível o que é que se tem em vista. (p. 25).

A referência às construções do desenvolvimento e da infância que obedecem à “lógica de origem” nos permite entender as estruturas de

pensamento que subjazem a uma curiosa tendência da psicanálise: na hora de explicar os conflitos do presente, trivializa o mundo onde estes têm lugar (*Enteigentlichung*). Aqui, interpretar ou compreender significa abordar o presente como mera forma aparente da manifestação dos conflitos – afinal de contas, conflitos infantis, da primeira infância – que “realmente” estão por trás ou, usando as palavras de Dux, significa “apelar ao que está atrás de si, para fazer inteligível o que se tem em vista”. Além disso, retomando a questão que expusemos anteriormente com respeito à “função” que recai nas construções do desenvolvimento, não parece equivocado citar uma vez mais a Dux para sublinhar que por meio destas construções “se deve interpretar e garantir a ordem existente”. Como demonstrou Ute Osterkamp, neste tipo de construção se retrocede desde as situações conflitivas e ameaçadoras do presente até as situações “extemporâneas” da primeira infância. Desta forma, com argumentos “científicos”, evita-se analisar e confrontar as condições contraditórias e de opressão existentes e se garante a conformidade com as instâncias dominantes.

Osterkamp abordou esta temática em contextos variados; aqui quero citar apenas uma passagem de um texto onde se faz referência às teorias que recorrem ao conceito de “socialização” para explicar o racismo:

se inverter a causa e o efeito, os conflitos atuais são interpretados como uma transferência dos conflitos não resolvidos, que tiveram lugar entre os pais e a criança, até as autoridades do momento. [...] Evidentemente, estas teorias desenvolvem seu poder de convicção porque descrevem, por um lado, os fenômenos de maneira gráfica, e de outro, oferecem simultaneamente explicações que evitam um confronto com as presentes condições de heteronomia e dependência. (1992, p. 279).

O importante no contexto de nossa argumentação é que aqui não é necessária uma decisão pessoal ou uma decisão política consciente para deixar de lado os conflitos do presente e confirmar a ordem dominante. Antes, é através de uma estrutura lógica das construções fundamentais sobre os próprios desenvolvimento e infância que, assim que se começa com explicações pretensiosamente científicas, evitam-se

quase automaticamente os temas polêmicos e se adentra em temáticas extemporâneas. Isso constitui outra faceta da funcionalidade do desenvolvimento como recurso explicativo na hora de assegurar a existência e o exercício da profissão dos psicólogos.

No “olhar voltado ao desenvolvimento”, os períodos posteriores da vida se explicam a partir dos respectivos períodos anteriores; o passado biográfico se hipostatiza como “causa real” do presente biográfico. Em termos gerais, a unidimensionalidade deste olhar se torna transparente assim que problematizamos a concepção casualista da história que está por trás e nos opomos à perspectiva da determinação da história (o que significa sempre: “minha” experiência da história e “meu” posicionamento em relação a ela) a partir do respectivo presente.

Recorrendo a Georges Canguilhem, e com referência à mesma história da ciência, Michel Foucault descreveu este aspecto do seguinte modo:

Redistribuições recorrentes que fazem aparecer vários passados, várias formas de encadeamento, várias hierarquias de importâncias, várias redes de determinações, várias teleologias, para apenas uma e mesma ciência, à medida que seu presente se modifica; de modo que as descrições históricas se ordenam necessariamente à atualidade do saber com suas transformações e não cessam por sua vez de romper com elas. ([1969] 1970, p. 6).

Já que a história individual é “história” *stricto sensu*, deve ser possível mostrar o mesmo tipo de entrecruzamento de perspectivas na própria experiência biográfica. Como escrevi em *Grundlegung der Psychologie*⁷²:

Ao “posicionamento” em relação com minha própria história corresponde também o “posicionamento” a respeito da relação entre meu “presente” e meu “passado”. Deste fato pode-se “inferir” que minha biografia, tal e como a experimento, não pode ser uma formação estática que só se prolonga cada vez mais à frente, à medida que a vida avança. Pelo contrario, com a transformação da situação subjetiva na qual me encontrou atualmente, deve se transformar, necessariamente, a própria

⁷² *Fundamentação da Psicologia.*

forma de estruturação da minha biografia. Transformado meu presente, vejo necessariamente de um modo distinto meu próprio passado; muda a importância das coisas, o olhar retrospectivo do mundo se modifica. (1983, p. 337).

Uma vez compreendida esta dupla perspectiva da história individual, adquire-se uma nova liberdade ante as construções estereotipadas do desenvolvimento da infância e se podem considerar possibilidades teóricas explicativas que até agora eram “impensáveis”. Assim encontramos, por exemplo, entre os trabalhos de Ute Osterkamp sobre o racismo, certos enfoques explicativos que, ao levar em conta a outra perspectiva, invertem diretamente os modelos interpretativos “naturais” e usuais da psicanálise. Deste modo, com referência às “teorias da projeção” em torno do racismo, nas quais se supõe que as frustrações e postergações da primeira infância se projetam na relação com os estrangeiros do presente, provocando assim a “xenofobia”, Osterkamp questiona

(...) em que medida os defensores destas teorias da projeção incorporam, eles mesmos, mecanismos de defesa. No lugar da projeção do passado sobre o presente, poder-se-ia tratar de projeções em direção inversa: As agressões surgidas da situação presente serão deslocadas para o passado. Desta maneira, contribuir-se-ia para o encobrimento das causas presentes da insegurança existencial e para a produção e solidificação do “inconsciente”. Ou seja, contribuir-se-ia para a repressão de impulsos que na atualidade provocariam conflitos e ameaças. Com isto – como é típico nas projeções –, seriam “superados” os problemas de tal maneira que a conformidade com as relações dominantes e, deste modo, a própria existência, não correriam perigo. (1993, p. 191).

Em outro texto, Osterkamp articula num plano ainda mais geral as novas possibilidades de interpretação que resultam da atualização da “segunda perspectiva”:

Com respeito à tendência a ver a causa dos problemas do presente na infância, difundida tanto na psicologia como no pensar cotidiano, cabe também perguntar se não tem, em efeito, “uma função simbólica”, quer dizer, se não é “coerente” e “convicente” enquanto reflexa de forma “condensada” e

“desprezada” a impotência e a dependência dos adultos de hoje, e quanto, ao mesmo tempo, esta simbolização da experiência o libera da necessidade subjetiva de fazer frente às dificuldades do presente e de assumir os conflitos associados com elas. (1990, p. 163).

A tomada de consciência sobre a dupla perspectiva da experiência biográfica repercute tanto no contexto da ciência como na vida em geral. Com ela se atualizam perspectivas que me permitem escapar do usual “causalismo” e do realismo conceitual ingênuo, segundo o qual cada fragmento da experiência do meu passado se localiza numa imóvel ordem biográfica que se orienta “até a idade adulta” e obedece ao critério do êxito ou do fracasso da resolução dos problemas vitais. Já não é necessário virar e girar os fragmentos de minha experiência até que se encaixem nesta ordem. Agora é possível, também na dimensão histórico-individual, aquele “pensar a descontinuidade” que Foucault sintetizara com as palavras “limite, ruptura, corte, mutação, transformação” ([1969] 1970, p. 8). Por exemplo, posso deixar aqueles episódios da minha infância que recordo uns ao lado dos outros, desconectados e sem ser interpretados, e posso logo tentar encontrar, paulatinamente, palavras que – para além do oferecimento sabe-tudo dos especialistas na temática – façam valer a qualidade especial desses episódios como minha experiência de infância. Fico dispensado da obrigação de apartar as “rupturas” e incompatibilidades entre a própria visão de minha infância e as narrações de outras pessoas, as fotografias que me mostram como uma criança “estranha”, as velhas cartas que escrevi e nas quais não me reconheço (eu escrevi isso?); tampouco tenho de integrá-las às minhas prévias imagens de mim mesmo.

Como vimos, no contexto histórico e cultural tornou-se evidente que a “infância” não pode reduzir-se a uma fase prévia da existência adulta. A *infância* tem seu próprio horizonte de significado e seu próprio valor vital. Isto contrasta com a tentativa de realinhar a infância para que agora, num plano individual, reapareça nas construções psicológicas do desenvolvimento como uma fase prévia à existência adulta, a partir da qual se possam estabelecer normas para os níveis de “êxito” no próprio

desenvolvimento. Assim mostra-se que esta tentativa, que finge ser científica, é, em verdade, uma atividade do pensamento para o desconhecimento da realidade.

Isso não significa que aqui se permitem apenas as “perspectivas”, porém nega-se a existência de processos biográficos individuais reais. O que queremos ressaltar é o fato de que a história real da vida não pode ser separada das perspectivas em que se manifesta. Com isso, não se perde nada da força de uma questão que para mim é existencialmente significativa, a do que ocorreu realmente em determinado momento, a do que eu tão só me imaginei ou a do que apenas fui persuadido. Este problema não pode ser solucionado mediante um critério externo ou independente dos contextos, porquanto requer esforços de abstração e análises comparativas variadas do contexto discursivo de cada caso. A pergunta pela objetividade biográfica vai irrevogavelmente unida à perspectiva e ao ponto de vista do interesse de quem a formula concretamente, de maneira que jamais pode ser definitivamente resolvida, senão que constitui um problema permanente, em si mutável, na minha atividade de vida contínua.

Ao mesmo tempo, isto ilustra a problemática da ideia de uma “substância” homogênea no indivíduo como portador do desenvolvimento, ideia inerente às usuais concepções referidas às “estruturas da personalidade” que se desenvolvem por si mesmas, ao “autodesenvolvimento”, a “autorrealização” etc. Agora, faz-se visível que – igual à ideia da “personalidade” como uma mônada fechada em si – também o dizer referindo-me a mim mesmo que “eu” me desenvolvo é um resultado da redução casualista do olhar. Ninguém pode se desenvolver se não transforma suas possibilidades de vida e de ação e, com isso, também suas relações com outros indivíduos: eu não “me desenvolvo” (ninguém sabe como se haveria de fazer algo do gênero), senão que, no melhor dos casos, eu desenvolvo minhas relações com/e no mundo. Leontiev ressaltou quando fala da “riqueza das relações”, riqueza que é constituinte do desenvolvimento da personalidade, ou quando observa que “a base primeira da personalidade, que não pode ignorar nenhuma concepção psicológica diferencial, é a riqueza dos vínculos do indivíduo com o mundo” ([1975] 1989, p. 321).

Se o desenvolvimento pessoal significa o desenvolvimento de minhas relações no e com o mundo, também há que reconceitualizar a lembrança do meu próprio desenvolvimento e infância. Como tentei demonstrar anteriormente, a partir desta perspectiva, “a memória” humana já não pode se considerar, de maneira tradicional, como uma espécie de posse interior “que o indivíduo leva consigo em sua consciência (ou em seu estoque de traços de memória)”. Pelo contrário, a “memória” é uma

característica da situação de vida que surgiu de maneira histórica e na qual se inserem, como momentos constitutivos, a riqueza e a clareza dos vínculos ou relações entre o indivíduo e seu mundo objetal contemporâneo. Assim vista, a memória é um momento da perspectiva de passado das minhas relações de e com o mundo, as quais tomaram forma através de minha biografia. Esta perspectiva contém minha maneira de desenvolver minhas experiências e de conhecer o mundo, porém isto não pode ser separado dos meus vínculos e relações histórico-concretas a determinadas infraestruturas da realidade social objetiva independentemente de mim. (1993, p. 311).

Isto significa que, se me disponho a reestruturar meu passado a partir da perspectiva da minha situação de vida no presente, não o conseguirei descendendo de forma cada vez mais “profunda” em minhas experiências individuais da infância, senão que, pelo contrário, deverei superar, reflexivamente, a ideia de que estou preso na jaula da minha infância e de que minha infância determina tudo o que agora sou e sofro. Isto também me permite problematizar uma extrapolação que é típica na psicologia e na psicanálise tradicional, em que meu futuro aparece como “transcurso biográfico normal” determinado pelo passado. Desse modo, reconheço que a revalorização do meu passado pode abrir – na medida do possível – perspectivas de futuro de que até agora nem eu, nem o psicólogo, tínhamos conhecimento. Leontiev refletiu isso em um conceito claro e conciso: “A revalorização do que emergiu na vida presente faz com que o homem se desprenda do fardo de sua biografia” (1989, p. 319).





Referências

- Adorno, Theodor W., Frenkel-Brunswik, Else, Levinson, Daniel J., Sanford, R. Nevitt ([1950] 1968-69), *Der Autoritäre Charakter: Studien über Autorität und Vorurteil* (tomos I y II), De Munter, Amsterdam.
- Ariès, Philippe (1960), *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Plon, Paris.
- Barker, Roger, Dembo, Tamara, Lewin, Kurt (1941), «Frustration and regression: an experiment with young children», *University of Iowa Studies in Child Welfare*, 18, p. 1-314, The University of Iowa Press.
- Bergius, Rudolf (1959), «Entwicklung als Stufenfolge», Thomae, Hans (ed.), *Handbuch der Psychologie* (Tomo III), Gotinga.
- Bernfeld, Siegfried, Feitelberg, Sergei (1930), «Über psychische Energie, Libido und deren Messbarkeit», Sigmund Freud (ed.), *Imago: Zeitschrift für Anwendung der Psychoanalyse auf die Geisteswissenschaften*, 16, p. 66-118, Internat. Psychoanalyt. Verl., Leipzig, Viena.
- Blumer, Herbert (1956), «Sociological analysis and the "variable"», *American sociological review: official journal of the American Sociological Association*, 21, p. 683-690, Sage, Thousand Oaks, California.
- Bolm, Gerhard (1984), *Bewußt-Sein für den Frieden: 1. Friedenskongreß Psychosozialer Berufe*, Weinheim.
- Braun, Karl-Heinz (1979), *Kritik des Freudo-Marxismus: Zur marxistischen Aufhebung der Psychoanalyse*, Pahl-Rugenstein, Colonia.
- Braun, Karl-Heinz et al. (1985), *Geschichte und Kritik der Psychoanalyse: Bericht von der 3. internationalen Ferienuniversität Kritische Psychologie*, VAG, Marburgo.
- Chomsky, Noam (1959), «Review of Skinner 's Verbal Behavior», *Language* 35, N° 1, p. 26-58.
- Cohen, Phil (1991), «We hate humans: An Essay on Anti/racism and Anti/humanism», *Monstrous Images, Perverse Reasons: cultural studies in antiracist education (Working paper N° 11)*, University of London, Centre for Multicultural Education.
- de Mause, Lloyd (1974), *The History of Childhood*, Psychohistory, Nueva York.
- Devereux, Georges (1967), *From anxiety to method in the behavioral sciences*, Mouton, La Haya.

- Devereux, Georges (1977), *De la ansiedad al método en las ciencias del comportamiento*, Trad. de Félix Blanco, Siglo XXI, México D.F.
- Dilthey, Wilhelm ([1900] 1957), «Die Entstehung der Hermeneutik», *Gesammelte Schriften*, Tomo V, p. 317-338, Gotinga-Stuttgart.
- Dilthey, Wilhelm (2000), *Dos escritos sobre hermenéutica*, Akal, Madrid.
- Dux, Günter (1992), *Die Spur der Macht im Verhältnis der Geschlechter: Über den Ursprung der Ungleichheit zwischen Mann und Frau*, Suhrkamp, Fráncfort del Meno.
- Eckstaedt, Anita (1993), «Der fremde Feind und das eigene Unheimliche», Jansen, Mechtild M., Prokop, Ulrike (eds.), *Fremdenangst und Fremdenfeindlichkeit*, p. 105-132, Stroemfeld, Basilea.
- Elfferding, Wieland (1983), «Staat, Klassen, Kommunismus: Zur Diskussion über Ideologie und Staat», *Forum Kritische Psychologie*, 11, p. 76-93, Argument, Berlín.
- Ellis, Albert (1956), «An operational reformulation of some of the basic psychoanalytical concepts», Feigl, Herbert, Scriven, Michael (eds.), *Minnesota Studies in the Philosophy of Science*, Vol. 1, Mineápolis.
- Erdheim, Mario ([1984] 4a ed, 1992), *Die gesellschaftliche Produktion von Unbewußtheit: Eine Einführung in den ethnopschoanalytischen Prozeß*, Suhrkamp, Fráncfort del Meno.
- Erdheim, Mario ([1988] 2ª ed. 1991), *Psychoanalyse und Unbewußtheit in der Kultur*, Suhrkamp, Fráncfort del Meno.
- Erdheim, Mario (1992), «Fremdeln: Kulturelle Unverträglichkeit und Anziehung», *Kursbuch*, 107, p. 19-32.
- Erdheim, Mario (1993), «Das Eigene und das Fremde: Über ethnische Identität», Jansen, Mechtild M., Prokop, Ulrike (eds.), *Fremdenangst und Fremdenfeindlichkeit*, p. 163-182, Stroemfeld, Basilea.
- Erdheim, Mario, Nadig, Maya ([1984] 4a ed. 1992), «Die soziale Relevanz des Unbewußten», Erdheim, Mario, *Die gesellschaftliche Produktion von Unbewußtheit: Eine Einführung in den ethnopschoanalytischen Prozeß*, p. 202-269, Suhrkamp, Fráncfort del Meno.
- Erikson, Erik H. (1963, 2a ed.), *Childhood and Society*, McMillan, Nueva York.
- Fenichel, Otto (1946), «Elements of a psychoanalytic theory of Anti-Semitism», Simmel, E. (ed.), *Anti-Semitism: A social disease*, International Universities Press, Nueva York.
- Ferster, Charles B., Skinner, Burrhus, F. (1957), *Schedules of reinforcement*, Ap-

- pleton Century Crofts, Nueva York.
- Foucault, Michel ([1969] 1970, 6ª ed. cast., 1979), *La arqueología del saber*, Siglo XXI, México.
- Foucault, Michel (1976b, 1998), *Genealogía del racismo*, Editorial Altamira, La Plata, Argentina.
- Freud, Anna (1936), *Das Ich und die Abwehrmechanismen*, Internationaler Psychoanalytischer Verlag, Viena.
- Freud, Sigmund ([1856-1939] 1979), *Obras completas de Sigmund Freud*, 24 volúmenes, Standard Edition, Ordenamiento de James Strachey, Trad. de Etcheverry, José L., Amorrortu, Buenos Aires.
- Freud, Sigmund ([1933] 1979), «Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis», *Obras Completas*, Vol. 22, Amorrortu, Buenos Aires.
- Fromm, Erich (1941), *Escape from freedom*, Rinehart, Nueva York.
- Fromm, Erich (1956), *The art of loving*, Rinehart, Nueva York.
- Fromm, Erich (1976), *To have or to be?*, Harper & Row, Nueva York.
- Görlich, Bernard, Lorenzer, Alfred, Schmidt, Alfred (1980), *Der Stachel Freud*, Ahrbeck, Fráncfort del Meno.
- Gottschalch, Wilfried, Neumann-Schonwetter, Marina, Soukoup, Gunther (1971), *Sozialisationsforschung: Materialien, Probleme, Kritik*, Fischer Taschenbuch, Fráncfort del Meno.
- Grünbaum, Adolf (1984), *The foundations of psychoanalysis: A philosophical critique*, Berkeley, CA: University of California Press, Los Ángeles-Londres.
- Grüter, Barbara (1979), «Dialektische Psychologie: Eine amerikanische Variante kritischer Psychologie? –Bemerkungen “Zur Ontogenese dialektischer Operationen”», *Forum Kritische Psychologie*, 5, p. 157-175, Argument, Berlín.
- Habermas, Jürgen ([1968] 1990), *Conocimiento e Interés*, Taurus, Buenos Aires.
- Habermas, Jürgen ([1968] 1994), *Erkenntnis und Interesse*, Suhrkamp, Fráncfort del Meno.
- Hardman, Charlotte (1993), «Kinder auf dem Schulhof: Unterwegs zu einer Anthropologie der Kindheit», Loo, van de, M.-J., Reinhardt, Margarete (eds.), *Kinder: Ethnologische Forschungen in fünf Kontinenten*, p. 60-77, Trickster Verlag, Múnich.
- Hartmann, Heinz (1964), «Psychoanalysis as a scientific theory», Hartmann,

- Heinz, *Essays on Ego Psychology*, International Universities Press, Nueva York.
- Haug, Wolfgang Fritz (1983), «Hält das ideologische Subjekt Einzug in die Kritische Psychologie?», *Forum Kritische Psychologie*, 11, p. 24-55, Argument, Berlin.
- Holzcamp, Klaus (1973), *Sinnliche Erkenntnis: Historischer Ursprung und gesellschaftliche Funktion der Wahrnehmung*, Fischer-Athenäum, Fráncfort del Meno.
- Holzcamp, Klaus (1983), *Grundlegung der Psychologie*, Campus, Fráncfort del Meno.
- Holzcamp, Klaus (1984a), «Die Bedeutung der Freudschen Psychoanalyse für die marxistisch fundierte Psychologie», *Forum Kritische Psychologie*, 13, Argument, Berlin.
- Holzcamp, Klaus (1984b), «Kritische Psychologie und phänomenologische Psychologie: Der Weg der Kritischen Psychologie zur Subjektwissenschaft», *Forum Kritische Psychologie*, 14, Argument, Berlin.
- Holzcamp, Klaus (1985), «Zur Stellung der Psychoanalyse in der Geschichte der Psychologie», *Geschichte und Kritik der Psychoanalyse: Bericht von der 3. internationalen Ferienuniversität Kritische Psychologie*, p. 13-69, VAG, Marburgo.
- Holzcamp, Klaus (1992), «“Hochbegabung“: Wissenschaftlich verantwortbares Konzept oder Alltagsvorstellung?», *Forum Kritische Psychologie*, 29, p. 5-22, «Argument, Berlin.
- Holzcamp, Klaus (1993), *Lernen, Subjektwissenschaftliche Grundlegung*, Campus, Fráncfort del Meno.
- Holzcamp, Klaus (1994), «Antirassistische Erziehung als Änderung rassistischer “Einstellungen”? –Funktionskritik und subjektwissenschaftliche Alternative», *Das Argument*, 203, p. 41-58, Argument, Berlin.
- Holzcamp, Klaus (1995a), «Rassismus und das Unbewußte in Psychoanalytischer und kritisch-psychologischer Sicht», *Forum Kritische Psychologie*, 35, p. 4-41, Argument, Berlin.
- Holzcamp, Klaus (1995b), «Kolonisierung der Kindheit, Psychologische und psychoanalytische Entwicklungserklärungen», *Forum Kritische Psychologie*, 35, p.109-131, Argument, Berlin.
- Holzcamp, Klaus (1997), *Schriften-I: Normierung, Ausgrenzung, Widerstand*, Haug, Frigga, Maiers, Wolfgang y Osterkamp, Ute (eds.), Argument,

- Hamburgo.
- Holzkamp, Klaus (2013), *Psychology from the standpoint of the subject: Selected writings of Klaus Holzkamp*, Osterkamp, Ute y Schraube, Ernst (eds.), Palgrave Macmillan, Basingstoke.
- Home, H.J. (1966), *The concept of mind*, International Journal of Psychoanalysis, 47, p. 42-49.
- Kardiner, Abram (1945), «The concept of basic personality structure as an operational tool in the social science», Linton, Ralf (comp.), *The science of man in the world crisis*, p. 107-122, Columbia University Press, Nueva York.
- Klein, George S. (1976), *Psychoanalytic theory, an exploration of essentials*, International Universities Press, Nueva York.
- Leiprecht, Rudolf (1990), «...da baut sich ja in uns ein Haß auf...» –Zur subjektiven Funktionalität von Rassismus und Ethnozentrismus bei abhängigen beschäftigten Jugendlichen: Eine empirische Untersuchung, Argument, Hamburgo.
- Leóntiev, Alekséi N. ([1959] 1983), *El desarrollo del psiquismo*, Akal, Madrid.
- Leóntiev, Alekséi N. ([1975] 1979), *Tätigkeit, Bewußtsein, Persönlichkeit*, Pahl-Rugenstein, Colonia.
- Leóntiev, Alekséi N. ([1975] 1989), «Actividad, conciencia, personalidad», Vigotsky, Lev S., Leóntiev, Alekséi N., Lúriya, Aleksandr R., *El proceso de formación de la psicología marxista: L. Vigotski, A. Leóntiev, A. Luria*, p. 265-326, Progreso, Moscú.
- Lévi-Strauss, Claude ([1962] 1997), *El pensamiento salvaje*, Fondo de Cultura Económica, Colombia.
- Lewin, Kurt ([1931] 1981), «Der Übergang der aristotelischen zur galileischen Denkweise in Biologie und Psychologie», *Kurt Lewin Werkausgabe*, Tomo 1, p. 223-278, Huber, Berna-Stuttgart.
- Lichtman, Richard (1982), *The production of desire: The integration of psychoanalysis into Marxist theory*, Free Press, Nueva York-Londres.
- Loo, Marie-Jose van de, Reinhardt, Margarete (1993), *Kinder: Ethnologische Forschungen in fünf Kontinenten*, Trickster Verlag, Múnich.
- Lorenzer, Alfred (1974), *Die Wahrheit der psychoanalytischen Erkenntnis: Ein historisch-materialistischer Entwurf*, Suhrkamp, Fráncfort del Meno.
- Maiers, Wolfgang, Tolman, Charles W. (1991), *Critical Psychology: Contributions to an Historical Science of the Subject*, Cambridge University Press,

- Cambridge.
- Markard, Morus (1991), *Methodik subjektwissenschaftlicher Forschung*, Argument, Berlín.
- Markard, Morus (1993), «Kann es im Rahmen einer Psychologie vom Standpunkt des Subjekts verallgemeinerbare Aussagen geben?», *Forum Kritische Psychologie*, 31, p. 29-51, Argument, Berlín.
- Markard, Morus (2009), *Einführung in die Kritische Psychologie*, Argument, Hamburgo.
- Markard, Morus, Minz, Gabi (1985), «Variablenpsychologische und subjektwissenschaftliche Erforschung der Mutter-Kind-Beziehung: M. Mahler und die Kritische Psychologie», *Geschichte und Kritik der Psychoanalyse: Bericht von der 3. internationalen Ferienuniversität Kritische Psychologie*, p. 70-96, VAG, Marburgo.
- Markard, Morus, Ulmann, Gisela (1983), «Geistig-moralische Entwicklung in der Psychologie? –Zur Kritik der Auffassungen L. Kohlbergs», *Forum Kritische Psychologie*, 12, p. 11-47, Argument, Berlín.
- Marx, Karl, 1818-1883. *O capital: crítica da economia política / Volume III, Livro Terceiro, O Processo Global da Produção Capitalista. Tomo 2, Parte Segunda*; São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- Marx, Karl (5/5/1918-14/3/1883). *Grundrisse (1857-1858)*, p. 54. Boitempo Editorial, São Paulo, 2011
- Marx, Karl ([1857-1858] 2002), *Grundrisse: Elementos fundamentales para la crítica de la economía política –borrador*, Aricó, José, Scaron, Pedro, Murrmis, Miguel (ed. y trad.), Siglo XXI, Buenos Aires.
- Marx, Karl, Engels, Friedrich ([1867-94], 1975), *El Capital (Tomos I, II y III)*, Trad. de Scaron, Pedro, Siglo XXI, Buenos Aires.
- Marx, Karl, Engels, Friedrich (1956-1990), *Marx-Engels Werke, Tomos 1-43*, Dietz Verlag, Berlín (RDA).
- McGranahan, Donald V. (1940), «A critical and experimental study of repression», *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, Vol. 35 (2), Apr. 1940, p. 212-225.
- Miles, Robert (1989), *Racism*, Routledge, Nueva York.
- Minz, Gabi (1983), «Als Erzogene erziehen: Zum besonderen Interesse von Linken an Alice Miller», *Forum Kritische Psychologie*, 11, p. 126-143, Argument, Berlín.
- Mitscherlich, Margarete (1983), «Müssen wir hassen?», Italiaander, Rolf (ed.),

- Fremde raus? –Fremdenangst und Ausländerfeindlichkeit*, p. 31-37, Fischer, Fráncfort del Meno.
- Nadig, Maya (1993), «Die Ritualisierung von Haß und Gewalt im Rassismus», Balke, Friedrich, Habermas, Rebekka, Nanz, Patrizia, Sillem, Peter (eds.), *In Schwierige Fremdheit: Über Integration und Ausgrenzung in Einwanderungsländern*, Fischer, Fráncfort del Meno.
- Niestroy, Brigitte H. E. (1989), «Some recent German literature on socialisation and childhood in past times», *Continuity and Change*, 4, p. 339-357, Cambridge University Press.
- Oerter, Rolf ([1971] 1975), *Moderna psicología del desarrollo*, Herder, Barcelona.
- Oerter, Rolf (1971), *Moderne Entwicklungspsychologie*, Ludwig Auer, Donauwörth.
- Osterkamp, Ute (1976), *Grundlagen der psychologischen Motivationsforschung 2, Die Besonderheit menschlicher Bedürfnisse: Problematik und Erkenntnisgehalt der Psychoanalyse*, Campus, Fráncfort del Meno.
- Osterkamp, Ute (1978), «Erkenntnis, Emotionalität, Handlungsfähigkeit», *Forum Kritische Psychologie*, 3, p. 13-90, Argument, Berlín.
- Osterkamp, Ute (1979), «“Narzißmus” als neuer Sozialisationstyp?», *Demokratische Erziehung*, 2, p. 166-175, Pahl-Rugenstein, Colonia.
- Osterkamp, Ute (1983), «Ideologismus als Konsequenz des Ökonomismus: Zur Kritik am Projekt Ideologietheorie», *Forum Kritische Psychologie*, 11, p. 7-23, Argument, Berlín.
- Osterkamp, Ute (1990), «Intersubjektivität und Parteinahme: Probleme subjektwissenschaftlicher Forschung», *Bericht von der 5. Internationalen Ferienuniversität Kritische Psychologie: Subjektivität und Politik*, p. 143-187, VAG, Marburgo.
- Osterkamp, Ute (1991), «Rassismus und Alltagsdenken», *Forum Kritische Psychologie*, 28, p. 40-71, Argument, Berlín.
- Osterkamp, Ute (1992), «Objektive und subjektive Behinderungen einer anti-rassistischen Pädagogik», *Bericht von der 6. Internationalen Ferienuniversität Kritische Psychologie: Lernwidersprüche und pädagogisches Handeln*, p. 257-294, VAG, Marburgo.
- Osterkamp, Ute (1993), «Theoretische Zugänge und Abwehrformen psychologischer Analyse des Phänomens Rassismus / Fremdenfeindlichkeit», Institut für Sozialpädagogische Forschung Mainz (ISM) e.V (ed.), *Ras-*

- sismus-Fremdenfeindlichkeit-Rechtsextremismus: Beiträge zu einem gesellschaftlichen Diskurs*, Karin Ballert, KT, Bielefeld.
- Osterkamp, Ute (1994), *Leugnung des Rassismus*, Manuscripto inédito.
- Osterkamp, Ute, Projekt Rassismus und Diskriminierung (1994), «Das Boot ist voll! Typische Selbstrechtfertigungs- und Abwehrfiguren in der Asyldebatte», *Forum Kritische Psychologie*, 32, p. 36-66, Argument, Berlín.
- Parin, Parin (1976), «Das Mikroskop der vergleichenden Psychoanalyse und die Makrosozietät», *Psyche*, 30, p. 1-25, Klett Cotta /Psychosozial-Verlag.
- Poliakov, Léon, Delacampagne, Christian, Girard, Patrick (1976), *Le racisme*, Seghers, París.
- Politzer, Georges (1968), *Critique des fondements de la psychologie: la psychologie et la psychanalyse*, Pr.Univ.de France, París.
- Politzer, Georges (1973), *Les fondements de la psychologie*, textes réunis par Jacques Debouzy, ed. Sociales, París.
- Popper, Karl R. ([1934] 9ª ed. 1962), *La lógica de la investigación científica*, Tecnos, Madrid.
- Richter, Dieter (1987), *Das fremde Kind: Zur Entstehung der Kindheitsbilder des bürgerlichen Zeitalters*, Fischer, Fráncfort del Meno.
- Richter, Horst E. (1981), *Alle redeten vom Frieden: Versuch einer paradoxen Intervention*, Reinbek, Hamburgo.
- Richter, Horst E. (1981b), *Entrevista*, Revista Der Spiegel, Nº 44.
- Richter, Horst E. (1982), *Zur Psychologie des Friedens*, Reinbek, Hamburgo.
- Riegel, Klaus F. (1978), *Zur Ontogenese dialektischer Operationen*, Suhrkamp, Fráncfort del Meno.
- Riesman, Paul (1993), «Stimmt Freud in Afrika? –Über das Verhältnis von Erziehung und Person», Loo, Marie-José van de, Reinhardt, Margarete (ed.), *Kinder: Ethnologische Forschungen in fünf Kontinenten*, p. 156-183, Trickster Verlag, Múnich.
- Rohr, Elisabeth (1993), «Faszination und Angst», Jansen, Mechtild M., Prokop, Ulrike, *Fremdenangst und Fremdenfeindlichkeit*, p. 133-162, Stroemfeld, Basilea.
- Rubinstein, Serguéi L. ([1957] 1963), *El ser y la conciencia*, Grijalbo, México DF.
- Sampson, Harold, Wallerstein, Robert S. (1971), «Issues in research in the psychoanalytic process», *International Journal of Psychoanalysis*, 52, p. 11-50.

- Schleiermacher, Friedrich D.E ([1838] 8a ed. 1999), *Hermeneutik und Kritik*, Suhrkamp, Fráncfort del Meno.
- Scholz, Regine (1980), «Wissenschaftlicher Humanismus und humanistische Psychologie», *Forum Kritische Psychologie*, 6, Argument, Berlín.
- Sears, Robert R. (1943), *Survey of objective studies of psychoanalytic concepts*, Soc. Science Research Council, Nueva York.
- Skinner, Burrhus F. (1948), *Walden two*, MacMillan, Nueva York.
- Skinner, Burrhus F. (1956), «Critique of psychoanalytic concepts and theories», Feigl, Herbert, Scriven, Michael (eds.), *Minnesota Studies in the Philosophy of Science*, Vol. I, Mineápolis.
- Skinner, Burrhus F. (1957), *Verbal Behavior*, Prentice Hall, Englewood Cliffs, New Jersey.
- Skinner, Burrhus F. (1971), *Beyond freedom and dignity*, Knopf, Nueva York.
- Steiner-Khamsi, Gita (1992), *Multikulturelle Bildungspolitik in der Postmoderne*, Leske und Buderich, Opladen.
- Thorndike, Edward L. (1903), *Educational Psychology*, Lemke and Buechner, Nueva York.
- Toman, Walter (1960), *An Introduction to Psychoanalytic Theory of Motivation*, Pergamon Press, Nueva York.
- Ulmann, Gisela (1987), *Über den Umgang mit Kindern: Orientierungshilfen für den Erziehungsalltag*, Campus, Fráncfort del Meno.
- Van den Berg, Jan Hendrik (1960), *Metabletica: Über die Wandlung des Menschen –Grundlinien einer historischen Psychologie*, Vandenhoeck & Ruprecht, Gotinga.
- Watson, John B. (1927), «The myth of the unconscious: A behavioristic explanation», *Harper's Monthly Magazine*, Vol. CLV.
- Watson, John B., Rayner, Rosalie (1920), «Conditioned emotional responses», *Journal of Experimental Psychology*, 3, p. 1-14.
- Weiss, Florence (1993), «Von der Schwierigkeit über Kinder zu forschen: Die Iatmul in Papua-Neuguinea», Loo, Marie-Jose van de, Reinhardt, Margarete (eds.), *Kinder: Ethnologische Forschungen in fünf Kontinenten*, p. 96-153, Trickster Verlag, Múnich.
- Wetzel, Konstanze (1985), «Identität oder Handlungsfähigkeit? –Jugendliche Persönlichkeitsentwicklung im Konzept der Psychoanalyse und der Kritischen Psychologie», *Geschichte und Kritik der Psychoanalyse: Bericht von der 3. internationalen Ferienuniversität Kritische Psychologie*, p. 97-

126, VAG, Marburgo.

Wilhelm, Rudolf (1983), «“Staat jenseits der Klassen?” – Zur Kritik der Staatsauffassung des Projekt Ideologie-Theorie», *Forum Kritische Psychologie*, 11, p. 56-75, Argument, Berlin.

Wundt, Wilhelm ([1896], 11^a ed. 1913), *Grundriss der Psychologie*, Kroner, Leipzig.

Índice Onomástico

Adorno, T. W.: 22, 133, 151

Apel, H.: 116

Baritz, L.: 10

Chomsky, N. : 200

Devereux, G.: 155, 195

Dilthey, W.: 93, 115, 125

Dreier, O.: 21

Feger, H.: 13

Foucault, M: 18, 175, 193, 220, 222

Freud, S.: 26, 47-78, 79-146, 147-197, 205

Friedrich, Walter: 13

Fromm, E.: 48, 51, 133, 210

Gottschalch, H.: 203

Graumann, Carl F.: 13, 93

Habermas, J: 12, 115, 116, 117, 119, 120, 123, 125, 136, 137

Haug, F.: 9, 20, 33, 48

Husserl, E.: 93

Irle, M.: 13

Kohlberg, L.: 202, 209

Lacan, J. 48, 153,

Lave, J.: 18

Lenin, V. I.: 47

Leontiev, A. N.: 14, 33, 73, 223, 224

Lévi-Strauss, C.: 158, 160

Lorenzer, A.: 48, 82, 116-129, 137, 140, 141, 204

Maretzky, K.: 68, 69, 70, 72, 73, 75, 76, 78, 79

Markard, M.: 77, 144, 202

Marx, K.: 9, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 33, 34, 38, 47, 72-77, 80, 81, 83, 93, 128, 129,
133, 134, 135, 138, 145, 161

Merleau-Ponty, M.: 93

Milgram, S.: 11

Miller, A.: 48, 49, 51, 102

Osterkamp, U.: 10, 15, 21, 33, 35, 37, 43, 48, 77, 147, 170, 173, 175, 180, 181,
182, 183, 184, 187, 188, 197, 219, 221

Piaget, J.: 93, 201, 202, 209

Poliakov, L.: 151, 152, 153, 154, 162

Richter, H. E.: 49, 51, 72, 203

Rubinstein, S. L.: 75

Schurig, V.: 14, 34

Skinner, B. F.: 52, 96, 100, 200

Streffeler, F.: 10

Thorndike, E. I.: 200

Ulmann, G.: 20, 38, 202, 209

Watson, J.: 88, 90, 96, 200

Weber, M.: 19, 85

Wundt, W.: 55, 56, 57, 84, 86, 87, 88, 91, 199

